

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE

**MERCADOS ALIMENTARES LOCAIS EM RISCO: COMO O
DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A PANDEMIA DA COVID19
IMPACTARAM AS FEIRAS LIVRES DE PORTEIRINHA – MG**

FÁBIO DIAS DOS SANTOS

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE DE DOUTORADO

**MERCADOS ALIMENTARES LOCAIS EM RISCO: COMO O
DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A PANDEMIA DA COVID19
IMPACTARAM AS FEIRAS LIVRES DE PORTEIRINHA – MG**

FÁBIO DIAS DOS SANTOS

Sob a Orientação do Professor

Dr. John Wilkinson

Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, para obtenção do título de **doutor**.

Rio de Janeiro
Abril de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237m SANTOS, Fábio Dias dos, 1983-
 Mercados alimentares locais em risco: como o
 desmonte de políticas públicas e a pandemia da COVID19
 impactaram as feiras livres de Porteirinha - MG /
 Fábio Dias dos SANTOS. - Cordeiros, 2023.
 192 f.: il.

 Orientador: John Wilkinson. Tese(Doutorado). --
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
 Programa de pós-graduação de ciências sociais em
 desenvolvimento, agricultura e sociedade. , 2023.

 1. Mercados alimentares locais das feiras livres.
 2. Agricultura familiar de base camponesa. 3.
 Pandemia da covid19. I. Wilkinson, John, 1946-,
 orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
 Janeiro. Programa de pós-graduação de ciências sociais
 em desenvolvimento, agricultura e sociedade. III.
 Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

FÁBIO DIAS DOS SANTOS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências
Sociais.

Tese aprovada em 20/04/2023.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Dra. SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN, UNILA
(Examinadora Externa à Instituição)

Dra. ZINA CACERES BENAVIDES, UESC-BA
(Examinadora Externa à Instituição)

Dr. GEORGES GERARD FLEXOR, UFRRJ
(Examinador Interno)

MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO, UFRRJ
(Examinadora Interna)

Dr. JOHN WILKINSON, UFRRJ
(Presidente)

FÁBIO DIAS DOS SANTOS
(Doutorando)



Emitido em 20/04/2023

ATA DE DEFESA DE TESE Nº 134/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/05/2023 18:22)

GEORGES GERARD FLEXOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCE/IM (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: ###452#3

(Assinado digitalmente em 17/05/2023 10:48)

JOHN WILKINSON
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ###72#7

(Assinado digitalmente em 17/05/2023 12:19)

SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.700-##

(Assinado digitalmente em 17/05/2023 19:07)

FÁBIO DIAS DOS SANTOS
DISCENTE
Matrícula: 2017#####8

(Assinado digitalmente em 13/07/2023 23:23)

ZINA ANGÉLICA CÁCERES BENAVIDES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.057-##

(Assinado digitalmente em 04/07/2023 21:10)

MARIA JOSÉ CARNEIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.397-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **134**, ano: **2023**, tipo:
ATA DE DEFESA DE TESE, data de emissão: **16/05/2023** e o código de verificação: **ebd0df2aab**

DEDICATÓRIA

*À minha pequena Helena, responsável por me
reservar diariamente um mundo apartado das
angústias, tensões e inseguranças do trabalho
de tese...*

AGRADECIMENTOS

Conforme apontado na parte de introdução deste estudo, não esperava ter como objeto de pesquisa um tema que me faria revisitar o passado da história de minha família. Cresci indo vender na feira junto de meus pais e irmãos. Quis o destino, o feirante virou doutor. Por consequência mesma dessa importante e valiosa história, sou grato à toda minha família pelo apoio de sempre na conclusão desta empreitada, pela qual brinco que pelo canto de olho, sobre o computador da escrita da tese, tive a oportunidade de ver passar duas copas do mundo de futebol, uma pandemia e tive o prazer de acompanhar o nascimento, balançar e ver crescer minha Helena nesses cinco anos. À essa pessoinha meu agradecimento, pois ela me reservou momentos de excelentes ócios produtivos e de descanso da mente.

Quero, antes de mais, agradecer, profundamente, as entrevistadas e entrevistados deste estudo, que contribuíram para o enriquecimento qualitativo desta pesquisa com suas informações e sabedorias. Muita gratidão às famílias agricultoras feirantes que abriram as portas de suas casas para me receber. E que recepção! Sempre recheadas de boas prosas, muitas informações e saborosas em alimentação. Gratidão à “Seu” Demétrio e Dona Lió, pelas estadias, à Dona Marinete e “Seu” Louro pela fraternidade, à Carmen e Francelino pela linda história de vida, à Ana Lúcia pelo cuidado na atualização das informações sobre os dias de feira, em nome dos quais agradeço as demais agricultoras e agricultores informantes deste trabalho de tese.

Sim, senti na pele o clichê “trabalho de tese é solitário”, mas não foi o tempo todo. Minha gratidão àqueles e àquelas que reservaram um tempinho para a leitura, mesmo que no momento mais incipiente, deste estudo. Gratidão aos pesquisadores e pesquisadoras Mariela Rocha, Mauro Toledo, Adinei Crisóstomo, Paulo Dias (meu irmão, que dedicou longas horas nas correções ortográficas para o fechamento deste trabalho), aos professores da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES: o Prof. Daniel Coelho e o Prof. Rômulo S. Barbosa (ambos egressos do mestrado e doutorado no CPDA, orgulho em seguir os passos desses amigos/mestres).

Uma tese também não se faz sem apoio ao trabalho de pesquisa, agradeço imensamente ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Ambiente e Território - PPGSAT / UNIMONTES, na pessoa do Professor Daniel Coelho, que me acolheu na sala de pesquisa do Programa para a escrita desta tese, no período pré-pandêmico. Ao Professor Gustavo H. Cepolini Ferreira, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários -

NEPRA/UNIMONTES, ao qual estive integrado como pesquisador. Gratidão também ao Núcleo pelo compartilhamento de mapas do Projeto “Atlas da Questão Agrária e do Semiárido Mineiro” para uso nesta tese e ao colega de Núcleo, Ernandes Dayer, pelo apoio na elaboração de mapas da região de estudo.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que me receberam na cidade do Rio de Janeiro para o início dessa empreitada e dividiram comigo o apartamento e suas vidas: Suzane, Edson e Generosa. E por falar em Rio de Janeiro, cumpre agradecer imensamente esse centro de humanidade e fraternidade que é o CPDA, pela compreensão redobrada aos desafios, pessoais e profissionais, enfrentados no período mais crítico da pandemia. Minha gratidão ao Colegiado e à Coordenação do Programa pela sensibilidade e apoio. Ao meu orientador, Professor John Wilkinson, pessoa carismática, nobre e de muita paciência para orientar os rumos dos descaminhos de uma construção de tese. Agradeço a todas/os as/os professoras do Programa, em especial, àqueles que tive a oportunidade de ter como mestres em suas disciplinas: John Wilkinson, Nelson Delgado, Claudia Schmidt, Leonilde Medeiros, Jorge Romano, Renato Maluf, Andrey, Sergio Pereira Leite, e ao demais que, embora não tive a oportunidade de ser aluno, mas contribuíram para esse processo de doutoramento: Fátima Portilho, Maria José Carneiro, Carmen Andriolli, Georges Gerard Flexor. Finalmente, muita gratidão à minha turma de doutorado, nas pessoas de Marcos Alexandre, Victor, Helena, Leandro, Larissa, Paulo e todos os demais que compartilharam comigo as vitórias e angústias da construção deste trabalho de tese.

RESUMO

SANTOS, Fábio Dias dos. **Mercados alimentares locais em risco: como o desmonte de políticas públicas e a pandemia da COVID19 impactaram as feiras livres de Porteirinha – MG.** 2023. 182p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto De Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

Esta tese analisou os mercados alimentares das feiras livres do município de Porteirinha - MG a partir de revisões bibliográficas da sociologia e antropologia econômica, e da teoria do desmonte de políticas públicas (*policy dismantling*), bem como através de um denso trabalho de campo, realizado entre os anos de 2018 e 2023, com visitas ao município para acompanhamento dos espaços de feiras livres e das famílias agricultoras feirantes. Neste estudo busquei evidenciar os impactos de fenômenos estruturais sobre as feiras livres do município, por exemplo: os efeitos da pandemia da COVID-19. E, mais que isto, mostrar que estes não constituem o único elemento estrutural que afetou negativamente as bases de sustentação dessa instituição de mercado tão antiga na cidade. Defende-se aqui que a fragilidade das feiras livres, identificada no período da pesquisa, guarda também estreita relação com decisões sistemáticas coordenadas pelo governo federal de plantão, marcadamente a partir do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Problematizo os desdobramentos destes dois elementos estruturais - efeitos da inação estatal no controle da pandemia da COVID-19 e desmonte de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e hídrica, que combinados contribuíram decisivamente para o quadro de fragilidade das feiras livres estudadas. A reconstrução do arcabouço institucional, observado no período imediatamente anterior ao contexto do desmonte, apresenta-se ainda mais urgente neste quadro de forte redução do público consumidor nas feiras, em função da pandemia, e da consequente queda da renda das famílias agricultoras feirantes. A ação estatal revela-se como fundamental, uma vez que restou provado, por este estudo, a capacidade das feiras livres em contribuir para a conquista da sustentabilidade financeira por essas famílias, além do papel preponderante das políticas de apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar e hídrica nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Mercados alimentares locais das feiras livres. Agricultura familiar de base camponesa. Pandemia da COVID-19.

ABSTRACT

This thesis analysed the traditional food markets of street market in the city of Porteirinha - MG based on bibliographical revisions of economic sociology and anthropology, and the theory of “policy dismantling”, as well as through a dense field work, carried out between the years from 2018 to 2023, with visits to the municipality to monitor the street markets and agricultural families at the street market. In this study, I seek to highlight the influences of a structural phenomenon, such as the effects of the COVID-19 pandemic, on the city's street markets, and, more than that, that these are not the only structural element that affected the foundations of support for such and historical institution at the city as the street market. It is argued here that the current fragilities of street markets are also closely related to systematic decisions coordinated by the federal government, notably after the impeachment of President Dilma Rousseff. I problematize the monitoring of these two structural elements - "effects of state inaction in controlling the COVID-19 pandemic" and "policy dismantling to support to family-based agriculture and food and water security", which combined contributed to the current scenario of vulnerability of the street market studied. The reconstruction of the institutional framework, observed in the period immediately prior to the context of the dismantling, is even more urgent in this context of a sharp reduction in the consumer public at street markets and, consequently, in the income of agricultural families at the street market. This study proved the ability of street markets to contribute to the achievement of financial sustainability by these families, in addition to the preponderant role of policies to support family-based agriculture, food and water security in this process .

KEY WORDS: Traditional food markets of Street market. Policy Dismantling. Family-based agriculture. Covid19 pandemic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Maciço da Serra Geral no Município de Porteirinha	41
Figura 2 - Banca de família atendida pelo Programa P1+2.....	76
Figura 3 - Imagens do Mercado Municipal de Porteirinha.....	95
Figura 4 - Imagem de uma das ruas da feira do Panelão, ano de 2012	98
Figura 5 - Agricultores e agricultoras da Feirinha do Sindicato	100
Figura 6 - Banca da Feirinha do Sindicato	100
Figura 7 - Kits de produtos para entrega	102
Figura 8 - Feirinha da Semana.....	104
Figura 9 - Produtos da cultura alimentar local	109
Figura 10 - Imagens da primeira hora da feira do Mercado Municipal, às quatro horas	111
Figura 11 - O casal AG16 e AG17 teve seu trabalho apresentado n'ó Candeeiro	116
Figura 12 - Imagens da área da horta	119
Figura 13 - Lavoura de milho irrigada por gotejamento na propriedade.....	120
Figura 14 - Banca da família na Feirinha da Semana.....	121
Figura 15 - Famílias da comunidade Canafístula no curso de Formação do p1+2	124
Figura 16 - Bancada família na Feirinha da Semana.....	126
Figura 17 - O casal de agricultores na banca do mercado	129
Figura 18 - Horta na propriedade da agricultora AG11.....	130
Figura 19 - Imagens de satélite da comunidade Berrairo Dantas	130
Figura 20 - Imagens da produção da horta	131
Figura 21 - Imagem do agricultor AG04 no momento da Colheita.....	133
Figura 22 - Imagens da família no momento da colheita das hortaliças	134
Figura 23 - Imagens da banca do casal na feira do mercado	136
Figura 24 - Comparativo da presença de público na banca da tapioca	144
Figura 25 - Comparativo da presença de público nas bancas do pastel e do caldo de cana, entre os anos de 2019 e o ano de 2020	145
Figura 26 - Comparativo da ocupação das bancas, entre os anos de 2019 e o ano de 2020 ..	145
Figura 27 - Comparativo do espaço descoberto do mercado, entre os anos de 2019 e o ano de 2020	146
Figura 28 - Mercado fechado com tapumes para controle de entrada, abril de 2021	147
Figura 29 - <i>Banner</i> de apresentação da Feira da AF <i>Delivery</i> no site	155
Figura 30 - <i>Banner</i> de apresentação dos agricultores e produtos no site.	156

Figura 31 - Comparativo da presença de público na banca da tapioca entre o ano de 2019 e 2022	168
Figura 32 - Comparativo da presença de público nas bancas do pastel e do caldo de cana entre o ano de 2019 e 2022	168
Figura 33 - Comparativo da ocupação das bancas num corredor lateral a área coberta entre o ano de 2019 e 2022	169
Figura 34 - Comparativo do espaço descoberto do mercado entre o ano de 2019 e 2022	169

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de localização da região do estudo	13
Mapa 2 - Evolução da área de abrangência do Semiárido Mineiro	56
Mapa 3 - Localização do município de Porteirinha no Território da Serra Geral	59
Mapa 4 - Estabelecimentos com menos de 1 ha em Porteirinha	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Códigos de identificação das/os entrevistadas/os	28
Quadro 2 - Principais políticas públicas orientadas para o Norte de Minas, no século XX	46
Quadro 3 - Execução do PAA no TSG entre 2006 e 2010	74
Quadro 4 - Execução do PAA no TSG entre 2006 e 2010	79

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - População Total, Urbana e Rural da Serra Geral, censos 2000, 2010	60
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Percurso metodológico da pesquisa.....	22
Por que estudar os mercados alimentares tradicionais das feiras livres locais? Apontamentos teóricos e a estrutura da pesquisa	28
CAPÍTULO 01 – HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO NORTE DE MINAS GERAIS	36
1.1. Histórico da ocupação e organização social nos agroambientes do Território da Serra Geral	36
1.2. Principais políticas públicas de modernização agrícola na região da Serra Geral (1940-1980).....	36
1.3. O Território da Serra Geral e a agricultura de base camponesa em Porteirinha	36
1.1. Histórico da ocupação e organização social nos agroambientes do Território da Serra Geral	37
1.2. Principais políticas públicas de modernização agrícola na região da Serra Geral (1940-1980).....	44
1.3. O Território da Serra Geral e a agricultura de base camponesa em Porteirinha	55
CAPÍTULO 02 – DA CONSTRUÇÃO AO DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE CAMPONESA E A SEGURANÇA ALIMENTAR: UM OLHAR PARA O IMPACTO DESTES FENÔMENOS SOBRE AS FEIRAS LIVRES DO TSG	64
2.1 – CONSTRUÇÃO – Papel das organizações da sociedade civil e movimentos sociais na construção de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar com incidência no Território da Serra Geral	65
2.2 – CONSTRUÇÃO – Incidência das políticas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e suas conexões com as feiras livres locais no Território da Serra Geral a partir da década de 2000	70
2.3 – DESMONTE – Principais atos de governo nas gestões Temer e Bolsonaro na ação sistemática de desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar à segurança alimentar e hídrica no Norte de Minas	80
2.4 – DESMONTE – Principais atividades afetadas com o processo de desmonte: impactos sobre organizações locais com atuação no TSG.....	86
2.4.1 Estratégias de enfrentamento ao desmonte e o papel da cooperação internacional ..	89
CAPÍTULO 03 – AS FEIRAS LIVRES DE PORTEIRINHA E AS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FEIRANTES	91

3.1 – A feira livre de Porteirinha no centro das disputas entre os poderosos do “ouro branco”	92
3.2 – Os espaços de feiras livres de Porteirinha	94
3.2.1 – Mercado Municipal	94
3.2.2 – Mercado do Panelão	97
3.2.4 – Feirinha do Sindicato	99
3.2.5 – Feirinha da Semana	103
3.3 – As feiras livres de Porteirinha como ambientes de interação, vínculos sociais e geração de renda	108
3.4 – Agricultoras e agricultores feirantes e trajetórias	114
3.5.1 – A trajetória da família da Agricultora AG16 e AG17 na Feirinha da Semana ...	115
3.6.2 – O papel do Programa P1+2 na trajetória da agricultora Ambrosina e das mulheres da comunidade Canafistula na produção e comercialização de hortaliças.....	122
3.6.3 – A trajetória da Agricultora AG22 e a venda para São Paulo	126
3.6.4 – A trajetória da família da agricultora AG11 e a experiência na Feira do Mercado	127
3.6.5 – Trajetória do casal de Agricultores AG04 e AG05 e a contribuição do Projeto Horta PAIS	132
CAPÍTULO 04 - O IMPACTO DO VÍRUS DA COVID19 NAS FEIRAS LIVRES DE PORTEIRINHA E AS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA ADOTADAS PELOS(AS) FEIRANTES EM CONTEXTO DE PANDEMIA	138
4.1 – O impacto da pandemia da COVID-19 nas feiras livres de Porteirinha.....	139
4.2 – Estratégias de enfrentamento dos impactos da COVID-19 nas feiras livres: experiências de agricultores feirantes na venda on-line e a Feira da Agricultura Familiar Delivery de Porteirinha	151
4.2.1 Feira da Agricultura Familiar Delivery de Porteirinha	154
4.3 – As experiências de agricultores e agricultoras feirantes na venda on-line durante a pandemia da COVID-19.....	157
4.3.1 – Grupo da Feirinha do Sindicato na venda on-line.....	157
4.2.3 Feira da Agricultura Familiar Delivery	158
4.2.4 Experiência de venda on-line por conta própria.....	161

4.2.5 “Como que uma covid longa”: o efeito prolongado da pandemia sobre as feiras livres de Porteirinha	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	183

INTRODUÇÃO

Especificidades identitárias, territoriais, religiosas, alimentares, práticas de manejo ambiental e produtivo de grupos locais (agricultores de base campesina, povos e comunidades tradicionais) são amplamente observadas, sistematizadas e debatidas em estudos das ciências sociais e áreas afins, sobretudo na antropologia. A noção de cosmovisão, por exemplo, é acionada para orientar e fundamentar a compreensão de valores tradicionais específicos a um grupo e/ou território.

Quando o tema em questão é o mercado e as relações de troca, sobretudo aqueles ambientes de mercados tradicionais, feiras livres e outros espaços de transação, em que comunidades locais estão historicamente envolvidas, essas experiências têm ganhado tratamento analítico a partir da Nova Sociologia Econômica e da antropologia econômica na observação das dinâmicas de circuitos curtos de comercialização, das estratégias de construção social de mercados, das pautas políticas de modos de produção, sociabilidade e sustentabilidade econômica.

Aqui busquei dar tratamento às experiências de mercados alimentares tradicionais¹, mais comumente denominadas feiras livres locais ou feiras da agricultura familiar, uma atividade econômica bastante antiga no norte do estado de Minas Gerais e em outras partes do país. Para tanto, acolhi como objeto de investigação as tradicionais feiras livres do município de Porteirinha – MG. Este localizado no semiárido mineiro, mais especificamente, no Território da Serra Geral, possui um feira pujante em número de frequentadores e feirantes, e que acontece há quase um século nessa região de histórica ocupação por agricultores de base camponesa², também conhecidos como povos da caatinga ou caatingueiros.

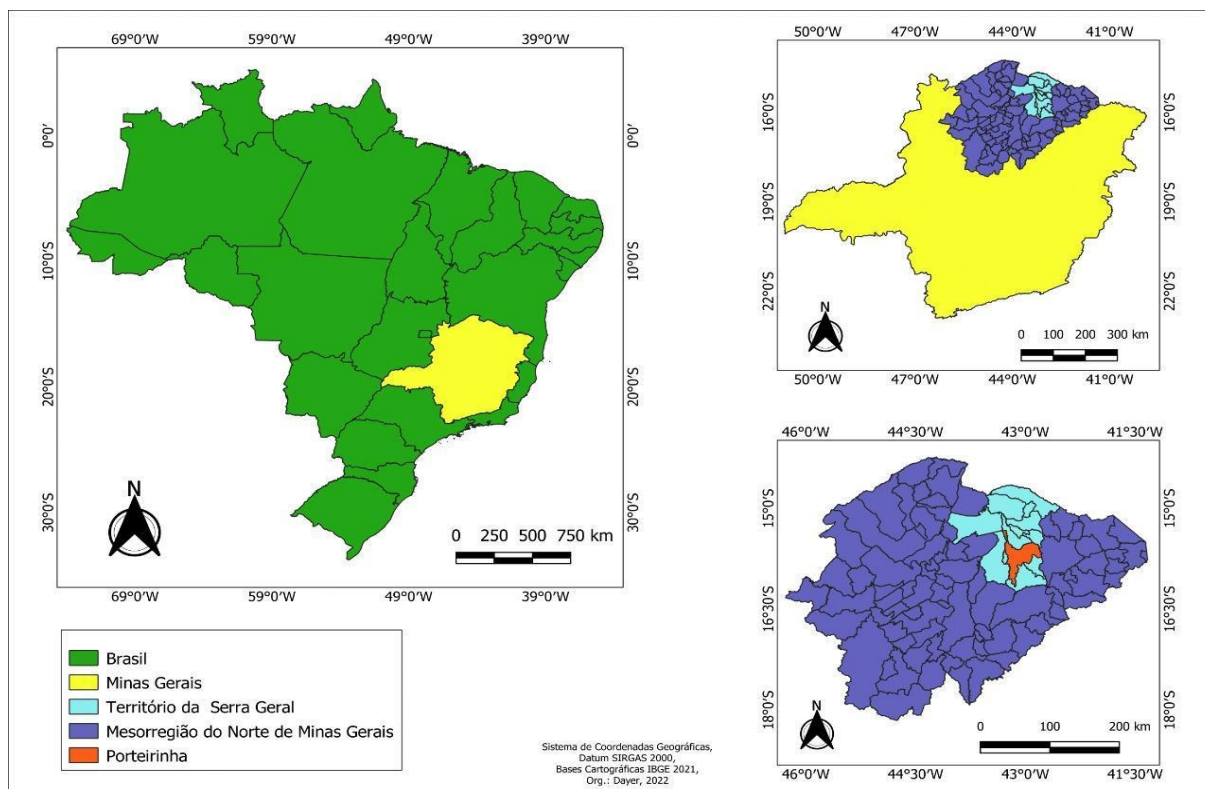
E não é apenas o bioma da caatinga ou clima semiárido que tece semelhanças entre as regiões norte e jequitinhonha, em Minas Gerais, com o nordeste do Brasil. Como lá, as feiras livres nessa porção do estado exercem um papel fundamental na economia local, no abastecimento alimentar do município de Porteirinha, na identidade territorial dos povos locais,

¹ Cabe ressaltar que neste estudo utilizamos alguns diferentes termos de mesmo sentido e significado para tratar os mercados alimentares tradicionais das feiras livres locais, tais como: feiras livres, feiras livres locais, mercados tradicionais, mercados alimentares locais, mercados locais, praças de mercados das feiras livres.

² Neste estudo adotamos o termo agricultura de base camponesa referendado, especialmente, nas contribuições teóricas de Sabourin (2009, 2017), Ploeg (2006) e Souza (2013), em pesquisa sobre a agricultura camponesa no mesmo território do estudo. Utilizamos o termo por entender ser aquele que melhor designa a maioria dos agricultores presentes nessa região, que apresentam em maior ou menor grau as seguintes características apontadas pelos atores citados: dependência de recursos naturais escassos; vocação produtiva para inserção em mercados diversificados assumindo algum grau de autonomia; prioridade orientada para atividades voltadas aos recursos de garantia da reprodução familiar; centralidade do trabalho familiar e pluriatividade e, finalmente, a cooperação interfamiliar e demais interações comunitárias pautadas em princípios da reciprocidade.

na organização política, na segurança alimentar, no protagonismo das mulheres em processos de geração de renda para suas famílias.

Mapa 1 - Mapa de localização da região do estudo



Fonte: Organizado pelo autor.

Busquei por meio deste estudo evidenciar, a partir dos dados e experiências traçadas pelas trajetórias de vida das agricultoras e agricultores feirantes, que esses mercados são espaços de explicitação de um funcionamento pouco observado da economia local, em sua maior parte invisível aos controles econômicos formais, invisibilizadas pelas noções hegemônicas/ortodoxas da economia, mas que a seu modo dá consequência a uma economia *sui generis* e que vai tecendo concretude ao que alguns pesquisadores das dinâmicas de trocas econômicas da agricultura de base camponesa local denominaram de “economia sertaneja” ou “economias invisibilizadas” (DAYRELL; BARBOSA; COSTA, 2017), ou como prefere Sabourin (2017, 2011, 2009) “economia de reciprocidade”, ou ainda, como definem estudos mais recentes da contribuição feminina na produção agroecológica e orgânica, e dinâmicas econômicas locais como a “agricultura do cuidado”³ (SANTO, 2021) de contribuição

³ Em tese de doutoramento recente, Santo (2021) defende a noção de “agricultura do cuidado” inspirada nas experiências de vida de agriculturas familiares agroecológicas e orgânicas que teriam como bases a ética no

fundamental na “economia do cuidado” protagonizada sobretudo pelas mulheres e que, no conjunto, identificam tão bem histórias de vida das famílias de agricultoras feirantes, seu modo de produção, suas bancas de feira e trajetórias.

Cabe ressaltar ainda que, não obstante o uso das noções de “antigos” e “tradicionais” para me referir a meu objeto de estudo, não deduzi nessas praças de mercados investigadas a presença de aspectos estáticos. Ao contrário, em minha concepção, as inovações no ambiente das feiras são várias e não se materializam de modo isolado, parte delas caracterizam-se por coexistências entre o tradicional e contemporâneo, que nos espaços de feira emergem sob a forma de práticas simbólicas carregadas de conotação política, que se expressam, por exemplo: na mobilização de atores locais⁴ pela ampliação de bancas gerenciadas por mulheres; na oferta de produtos com apelo para a categoria/“marca” agroecológicos e/ou orgânicos; na regulação dos modos e estruturas de preparo dos produtos artesanais ofertados e outras práticas; mas também nas dinâmicas e instrumentos de negociação e transações econômicas com uso de instrumentos modernos e tecnológicos de comunicação e de operação financeira.

Por todos esses aspectos, compreendi que o espaço de feira livre é o ambiente empírico mais adequado para identificar e observar as dinâmicas das relações e transações econômicas realizadas nos mercados alimentares locais. Pois, como bem defende Sabourin (2017), os espaços de feira livres, especialmente pela presença de comunidades de agricultores de base camponesa, constituem ambientes privilegiados de construção de “relações econômicas de reciprocidade” no contato entre produtor e comprador, essas relações geram valores afetivos (amizade, conhecimento e reconhecimento mútuo) bem como valores éticos mediados pelo senso de solidariedade, senso de justiça integrados às relações que envolvem relações de troca.

Entre os maiores desafios enfrentados por este estudo esteve a definição de um referencial teórico que fornecesse suporte epistemológico e metodológico ao problema de pesquisa inicialmente apresentado. Desse modo, entendemos que explicitar o percurso que nos levou a ter como objeto empírico históricas feiras livres no interior do estado de Minas Gerais auxilia a compreensão da relevância em investigar a importância dessas praças de mercados para a economia local e para o fortalecimento da agricultura de base camponesa.

cuidado consigo, com o outro e com a natureza, na qual seu fundamento normativo seriam relações emancipatórias assentadas em liberdade social, autonomia e solidariedade. Uma noção que elas encontrou na expressão “*caring agriculture*” utilizada por Sastoque a ideia de práticas que se opõem ao modelo industrial de agricultura, a “agricultura do cuidado” está atrelada à noção de economia do cuidado e em oposição à noção de “agricultura do despejamento” (SANTO, 2021, p.16).

⁴ Movimentos sociais como os coletivos de mulheres do Norte de Minas e o Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais.

A oportunidade de atuar profissionalmente por aproximadamente dez anos em entidades de assessoramento a agricultores de base camponesa e povos e comunidades tradicionais me permitiu acompanhar também experiências de interação desse segmento com o mercado. Sobretudo, minha atuação no assessoramento técnico a empreendimentos da agricultura familiar (cooperativas e associações) entre os anos de 2011 e 2016, tanto pelo CAA NM⁵ como pela UNICAFES-MG⁶, oportunizou-me a observância dos desafios e especificidades da comercialização quando por um empreendimento coletivo formal. E a experiência enquanto assessor técnico em projetos do então Ministério do Desenvolvimento Agrário⁷, pelo CAA NM, como o Projeto Nutre Brasil e Projeto Mais Gestão, nos quais atuei por quatro anos e que tinham como objetivo principal fazer a ponte entre a “demanda” de alimentos dos mercados de compras públicas (neste caso, o PNAE⁸) e a “oferta” por empreendimentos coletivos da agricultura familiar em grandes centros urbanos. Nessas duas experiências de Projetos de ATER, chamou a atenção o paradoxo entre a boa recepção por parte das diretorias dos diferentes empreendimentos às recomendações e estratégias apresentadas pela equipe técnica do projeto para a qualificação da produção e operações financeiras, e, não obstante, o baixo pragmatismo por parte desses mesmos atores sociais na aplicação das orientações técnicas. Evidentemente, diferentes elementos contribuíram para aquele quadro (desde o nível de instrução das lideranças dos empreendimentos, limitações financeiras, limitações das estruturas administrativas, fiscais, produtivas e sanitárias). Essas experiências de acompanhamento técnico a empreendimentos coletivos de agricultores de base camponesa me sugeriram que os processos de transações econômicas envolvendo empreendimentos coletivos formais (associações e cooperativas, por exemplo), acionam uma diversidade de burocracias que poderia ser muito distante das transações comerciais de venda direta realizada por agricultores e agricultoras “lá na ponta”, isto é, nos canais de comercialização locais (feiras livres, venda para atravessadores e, inclusive, para o mercado institucional local).

⁵ Neste caso, a atuação foi especificamente via CAA NM (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas) que tem cadastro junto ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário para a prestação de serviços de ATER - Assistência técnica e extensão rural.

⁶ A UNICAFES MG - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Minas Gerais, tem uma atuação recente no estado de Minas, de pouco mais de cinco anos, mas com um trabalho focado no assessoramento a empreendimentos e grupos produtivos.

⁷ Ministério extinto pelo governo interino de Michel Temer, no primeiro dia de gestão, em 12 de maio de 2016. Em 2023, no terceiro governo Lula, o ministério foi recriado ganhando um adendo ao nome, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

⁸ Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): O Programa foi instituído no ano de 2009, pela lei 11.947, e que prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Tal compreensão me instigou a buscar essas formas mais tradicionais de interações econômicas que envolvem as agricultoras e agricultores. Cheguei a conclusão, portanto, que as feiras livres poderiam constituir o objeto empírico mais adequado para compreender como se dão as dinâmicas de troca mercantis capitaneadas por esses sujeitos sociais, por entender que as feiras livres constituem a “porta de entrada” para esse segmento em mercados.

Contribuíram para essa percepção os debates institucionais, sobretudo nos ricos espaços de avaliação das experiências técnicas no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA NM)⁹, quando da análise de experiências econômicas e dinâmicas de acesso a mercados que envolviam agricultores de base camponesa e povos e comunidades tradicionais, chamava atenção uma recorrente afirmação: “esses agricultores lidam com outras racionalidades quando tratam de mercados”¹⁰; uma assertiva entre intelectuais do campo técnico com atuação no trabalho de acompanhamento em comunidades locais do Norte de Minas (ver DAYREL *et al.*, 2016). Em minha concepção o que poderia justificar tal quadro seria, portanto, a existência de racionalidades não econômicas, ainda por serem compreendidas, na forma como esses sujeitos sociais lidam com as relações de trocas mercantis.

Tais premissas mobilizaram em mim a emergência de reflexões e indagações sobre o modo em que se dão as dinâmicas econômicas capitaneadas por esse segmento do rural brasileiro. Ao mesmo tempo, tratados assim por mercados da agricultura familiar, circuitos curtos de comercialização. Até então, não tinha me atentado, mas, aos poucos, fui me dando conta de que eu iria ter como objeto de estudo as feiras livres e, desse modo, reencontrar-me com um passado um pouco distante, que marcou a história de minha família. Sim, meu Pai (já falecido) ficou conhecido como “Tôni do Alho”, em sua lida como feirante por algumas décadas. Pequeno agricultor, começou feirar¹¹ ainda jovem pela feira livre de sua cidade, Piripá, no interior do estado da Bahia, isso lá pelos idos da década de 1970, marchando com uma ruma de burros de sua cidade de origem, partiu para Cordeiros, município vizinho (e minha cidade natal), carregando para a feira bruacas e bruacas¹² de rapadura, farinha, feijões, temperos e mais uma variedade de produtos, boa parte produzidos pela própria família, para então serem

⁹ O CAA NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - é uma instituição que tem atuação de quase quarenta anos no assessoramento a agricultores de base camponesa e povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos.

¹⁰ Uma assertiva de senso comum entre intelectuais do campo técnico com atuação no trabalho de acompanhamento em comunidades locais do Norte de Minas.

¹¹ Termo utilizado por alguns feirantes para denominarem a ida para o trabalho na feira.

¹² De acordo com o Dicionário Oxford Languages, bruaca remete ao substantivo feminino que denomina malas rústicas de couro cru usadas para transportar objetos, víveres e mercadorias sobre bestas, e que se prendem, a cada lado, nas suas cangalhas, ou vão atravessadas na traseira da sela.

comercializados. Recebeu a alcunha de “Tôni do Alho”, isso por causa das suas subidas à Serra Geral, na divisa do estado da Bahia com Minas Gerais, para então, no lado mineiro dos gerais, comprar alho e cebola e depois revender nas feiras do interior do sudoeste baiano.

Assim, mesmo sem me dar conta de que esse objeto já me atravessava, estava acolhido como tema de minha pesquisa de doutoramento essa experiência de mercado alimentar tão antiga no norte do estado de Minas Gerais, na Bahia e em várias outras partes do país, e, inclusive, em outros países do mundo, bastando para tal constatação visitar as contribuições teóricas de diferentes estudiosos sobre o tema ou também, dentre outros vários documentários, assistir ao documentário *Street food*¹³.

Antes de continuar a desenvolver o que está apresentado nas páginas deste estudo, é preciso destacar como o percurso desta pesquisa foi alterado pelo profundo impacto da crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 sobre a proposta inicial da pesquisa e, sobretudo, no funcionamento das feiras livres do município de Porteirinha.

Até o ano de 2019, os levantamentos primários, registros fotográficos e conversas iniciais, resultantes de visitas exploratórias em campo, confirmavam, até ali, a alegação inicial da pesquisa sedimentada no argumento de que, as transformações mobilizadas pela sociedade de mercado com a virtualização das redes de transação financeira e a dinamização da localização das cadeias produtivas, num movimento de desconstrução da centralidade dos mercados físicos, não haviam impactado as praças de mercados alimentares tradicionais. Minha argumentação, à luz dos dados colhidos, partia da premissa de que os mercados alimentares tradicionais locais, com base empírica nas feiras livres de Porteirinha, tomavam rumo em direção a um movimento contra hegemônico da virtualização das praças de mercado. Dito de outra maneira, ao contrário das tendências, meu objeto de pesquisa constituía-se num mercado físico pujante, de expressiva circulação de pessoas e mercadorias, sobretudo a feira livre do Mercado Municipal de Porteirinha, local de grande movimento em seus principais dias de feira. Um lugar preferencial da população local para a compra de alimentos frescos, sobretudo, hortifruti; espaço cotidiano de lazer para a população local e atração turística para visitantes na cidade, parada obrigatória para a degustação de comidas típicas que identificam a região da Serra Geral.

¹³ O documentário *Street Food* é sobre gastronomia na comida de rua, criado por Brian McGinn e David Gelb, com a primeira temporada lançada em 2019, é um sucesso. Ao tratar da cultura alimentar em diversos lugares do mundo, em diferentes episódios, o documentário evidencia o papel dos mercados alimentares locais no fornecimento dos alimentos que constroem a culinária local da população de um país. O documentário está disponível no canal de *streaming* Netflix.

Em outras palavras, minha proposta inicial de defesa era de que essas praças de mercados tradicionais apresentavam estruturas sociais e simbólicas capazes de adaptação às grandes transformações reivindicadas pela sociedade moderna da informação, assumindo características híbridas de acolhimento de práticas de sociabilidade e de transação econômica, parte mobilizadas pela sociedade civil organizada e pelo Estado, e, em outra parte, por pressões das transformações tecnológicas da sociedade de mercado. Dessa forma, esses espaços de feiras locais preservam relações sociais e econômicas marcadas pela tradicionalidade local, ao mesmo tempo, imbricadas de inovações nos modos de transações, que combinados constituiriam, portanto, a condição *sine qua non* para manter sua forma tradicional de mercado recentralizando sua importância na atualidade.

Assim, a proposta de pesquisa inicialmente colocada estava em contribuir na compreensão dos mercados alimentares locais com uma investigação que buscava defender e evidenciar, de modo sistematizado, a influência de valores sociais na preservação e/ou atualização de regras, normas, modos de negociação e transações características a essas praças de mercado. Ou seja, uma análise da construção social dos mercados locais. O estudo constituiria, desse modo, um instrumento para que, em se confirmando a influência de tais valores, as práticas sociais e econômicas por eles orientadas fossem tornadas conhecidas, compreendidas, respeitadas, observadas e estimuladas pelo público em geral e especialmente por gestores formuladores de políticas públicas e agentes de assessoramento no tratamento de feiras livres locais.

Com efeito, empenhei-me em levantamentos bibliográficos e intenso esforço analítico que tornassem a mim possível a leitura/observação dos valores sociais mobilizados historicamente na construção e reprodução dos mercados alimentares locais em conexão com inovações sociais, políticas e tecnológicas da contemporaneidade. Encontrei contribuições teóricas efetivas da antropologia e da sociologia econômica na compreensão dos processos de construção social dos mercados diante de uma proposta de investigação que buscou defender a premissa de que os mercados alimentares locais seriam construídos e reproduzidos por valores humanos de reciprocidade mobilizados e compartilhados historicamente por atores sociais do lugar em suas práticas de interação social e de trocas econômicas.

Do meu ponto de vista, tais valores prestariam contribuição tanto para a preservação da institucionalidade tradicional dos mercados locais, quanto para a atualização destes a partir da incorporação de artefatos sociais, políticos e tecnológicos da contemporaneidade que garantiria a permanência e fortalecimento desse tipo de mercado, assumindo novas configurações. Sendo essa também a proposta defendida no texto de qualificação da pesquisa ainda em 2018. Uma

construção que caberia a essa, de maneira a identificar os diferentes valores sociais responsáveis pela formação de estruturas de reciprocidade – históricas e contemporâneas – que teriam formado os artefatos correspondentes a valores humanos que redundam em padrões de interação social, de comercialização e transação, práticas políticas e sociais construídas e reproduzidas historicamente e/ou contemporaneamente, e observadas nos espaços de feira livre no município de Porteirinha. Portanto, uma proposta bastante instigante e que, compreendo eu, apresenta um conjunto de elementos a serem investigados em um mercado alimentar tradicional como as feiras livres do município.

É importante salientar que, a partir de observações preliminares, entre os elementos que me levaram à escolha desse objeto de estudo estavam a vitalidade e as capacidades de atualização dos mercados alimentares tradicionais das feiras livres. Capacidades essas que estavam colocadas, inicialmente, na proposta de pesquisa como premissa principal. Contudo, as implicações da pandemia da COVID-19 e das medidas de controle do vírus vieram alterar a capacidade de resiliência dessas praças de mercados e explicitar fragilidades e sua dependência de fatores estruturais, como a atenção da gestão pública em seus diferentes níveis para o funcionamento desses espaços enquanto equipamentos com contribuições na garantia da segurança alimentar e nutricional, além de instrumentos de sustentabilidade econômica para o público que deles depende.

Em março do ano de 2020, a alarmante chegada da pandemia da COVID-19 ao Brasil e as orientações descoordenadas de controle do vírus por gestores Estadais nos diferentes níveis da gestão pública, sobretudo no nível federal, exigiram o pronto fechamento dos espaços de feiras livres no município de Porteirinha por tempo indeterminado. Consequentemente, alterações nas dinâmicas de funcionamento de tais praças de mercados contribuíram decisivamente para mudanças consideráveis na relação da população local com a compra de alimentos fornecidos por aqueles espaços, bem como na visita às feiras. É o que ficou evidenciado através de uma visita preliminar às feiras de Porteirinha, no primeiro ano da pandemia.

Do ponto de vista da proposta de pesquisa até ali colocada, a pandemia promoveu um verdadeiro “desaparecimento” do objeto empírico do estudo. Com o fechamento das feiras em Porteirinha, não existia mais o espaço de observação das práticas de interação entre os sujeitos responsáveis por “fazer acontecer” as feiras. Como observar práticas tão sutis como aquelas que expressam valores sociais sem o palco da interação entre os sujeitos? Como compreender as práticas de reciprocidades, a formação de normas, a construção de acordos, as regras sociais que orientam as trocas econômicas nessas praças de mercados sem o funcionamento das feiras?

Com efeito, o cenário observado em relação aos impactos da pandemia no ano de 2020 evidenciou que o cronograma previsto para o estudo precisaria ser revisto, mas, sobretudo, a proposta analítica inicial em torno da investigação dos valores sociais que orientam as interações econômicas naquelas praças de mercados alimentares. Sobretudo pelas restrições impostas ao funcionamento e a flagrante mudança na dinâmica de interação da população local com esses espaços de mercado.

As restrições impostas pelo necessário isolamento social retiraram da pesquisa a oportunidade de realização de incursões à região em estudo naqueles primeiros meses da pandemia no Brasil. Não obstante, havia a necessidade de compreender também o impacto do fenômeno pandemia *in loco*. De tal modo, buscamos realizar uma visita ao município de Porteirinha no mês de novembro de 2020, um momento que ainda não era aconselhado inserções a campo, mas para a qual dotamos de todos os cuidados necessários em relação ao vírus, bem como foi evitado o contato direto com atores locais, lançamos mão do recurso metodológico da observação direta a fim de presenciar a realidade das feiras naquele momento sem, contudo, maiores contatos diretos com os sujeitos pesquisados.

Aquele mês de novembro marcava a recente reabertura das feiras para funcionamento no município, há pouco mais de 50 dias, contudo, tratava-se ainda de um ambiente com várias restrições. Ao mesmo tempo, o quadro observado nesta visita nos trouxe a clara certeza de que a pandemia colocou em curso uma profunda alteração no papel das feiras livres para o município e, conseqüentemente, pelo reduzido número de pessoas nos ambientes de feiras, poderia impor novos hábitos de consumo de alimentos naquela população. Essa constatação de um amplo esvaziamento do público das feiras (comerciantes e consumidores), inclusive nos principais dias de sua realização, às sextas-feiras e sábados, expressou um cenário bem diferente do período anterior à pandemia, conforme atestam o comparativo entre os registros fotográficos de visitas realizadas em anos anteriores a 2020, nos anos de 2018 e 2019 (ver esse comparativo no Capítulo 4). Ali tomamos consciência de que o estudo carecia compreender o quadro em questão e buscar os ajustes necessários à proposta de pesquisa que dessem conta da realidade atual em que se encontrava nosso objeto empírico.

Desse modo, fica evidenciado que esta pesquisa possui dois momentos epistemológicos muito bem demarcados cronologicamente por forças de circunstâncias conjunturais que impactaram o objeto da pesquisa: a) a condução da investigação até fevereiro de 2020, em que a observação das práticas sociais e culturais de trocas econômicas presentes nos mercados alimentares de Porteirinha constituíam a proposta da pesquisa, e b) com a chegada da pandemia da COVID-19 ao Brasil, no mês de março do mesmo ano, a investigação teve que ser deslocada

de sua proposta inicial devido, literalmente, ao “desaparecimento do objeto empírico”, isto é, o fechamento dos espaços de feiras livres no município de Porteirinha, impossibilitando a execução do trabalho de campo *in loco* ao passo que, mesmo após reabertos, o receio da população local em relação à contaminação pelo vírus alterou profundamente a dinâmica de funcionamento das feiras. Com efeito, a proposta de investigação que se tornou imperativo para esta pesquisa passou a ser os impactos provocados pela pandemia sobre as praças de mercados de feiras livres em Porteirinha; as medidas tomadas por gestores locais para o enfrentamento do vírus em um contexto de “apagão”/inação da gestão federal sobre o tema; além das ações em curso, ainda naquele momento, de desconstrução das políticas de segurança alimentar e nutricional no país iniciadas no governo Temer e ampliadas na gestão Bolsonaro.

A crise sanitária promovida pelo vírus SARS-CoV-2 impôs a construção de novos objetivos para a pesquisa. Novas questões passaram a orientar o estudo: como as feiras livres de Porteirinha foram atravessadas pela pandemia da COVID-19? Quais as implicações desse atravessamento? Como as famílias agricultoras feirantes foram afetadas pelo fechamento dos espaços de feira livre? Quais as estratégias foram construídas como alternativas de mercado diante das limitações de comercialização impostas pelo vírus? Quais as implicações provocadas pela pandemia e as medidas tomadas pelos gestores públicos sobre os espaços de feira no município? Qual o contexto macropolítico em que a pandemia atinge os mercados alimentares locais? De que modo a ação coordenada de desmontes de políticas públicas de segurança alimentar e apoio à agricultura familiar contribuiu para ampliar a fragilização das feiras diante dos impactos da pandemia da COVID-19?

Ao investigar como ficou a vida dos agricultores familiares diante dos impactos da Pandemia da COVID-19 nos espaços de feira no município de Porteirinha busquei observar de que maneira fenômenos estruturais como pandemia e as medidas implementadas por gestores locais para o controle da contaminação pelo vírus, em um contexto de desconstrução das políticas de segurança alimentar e nutricional no país, levaram à fragilização dessa instituição de mercado histórica. Além disso, mostrou-se fulcral também analisar como essas famílias criaram estratégias de sustentabilidade econômica junto a seus parceiros em contexto de desagregação das dinâmicas tradicionais da economia local.

Percurso metodológico da pesquisa

A inserção em campo, seja por meio virtual ou presencial, para levantamento de informações e coleta de dados se deu entre os anos de 2018 e 2023. Nos anos de 2018 e 2019, período em que dedicamos ao processo de qualificação e validação do objeto da pesquisa, realizamos três visitas ao município de Porteirinha. A primeira visita, no ano de 2018, teve como objetivo realizar uma observação participante junto aos espaços de feira livre do município com o olhar para os trabalhadores feirantes e o público consumidor das feiras. A visita permitiu ainda apresentar a proposta da pesquisa para parceiros locais, sobretudo o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município, quando participamos de uma reunião da diretoria do Sindicato.

Em 2019, voltamos ao município de Porteirinha em mais duas visitas, uma, para novas observações e levantamentos de informações sobre as feiras livres, quando realizamos um registro fotográfico do funcionamento das mesmas naquela data, o que mais tarde se tornou fundamental para apresentar o comparativo com os anos seguintes ao analisarmos o impacto da COVID-19 no funcionamento das feiras.

Ainda naquele ano, em outubro, realizamos nova visita ao município para participar de um seminário sobre a regularização de queijarias, organizado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e Prefeitura Municipal em parceria com o STTR, para discutir a situação sanitária da produção de queijo, requeijão moreno e outros derivados do leite na região da Serra Geral. A atividade é uma das principais fontes de renda no município de Porteirinha, que exporta sua produção para outras regiões, sobretudo para a capital paulista, para onde são destinadas cerca de 160 toneladas de queijo e requeijão todos os meses. Sendo que esses produtos estão entre as principais mercadorias comercializadas nas feiras de Porteirinha.

No ano de 2020, fomos surpreendidos com a chegada da pandemia da COVID-19 no Brasil. De pronto, a principal medida acionada pelas autoridades locais foi a imposição de decretos de isolamento social, consequentemente, os espaços de feiras livres tiveram suas atividades suspensas. Também pela falta de uma coordenação nacional para apontar medidas seguras de funcionamento de atividades essenciais como as feiras livres, em Porteirinha, como em muitos outros municípios pelo Brasil, estas praças de mercados foram as únicas a permanecerem fechadas por longos períodos. No município em questão, por aproximadamente cinco meses (entre os meses de março e setembro de 2020).

Não obstante, as esferas de governos estaduais e municipais, no geral, se mostraram atentos aos sérios alertas da Organização Mundial de Saúde (OMS). O conjunto de medidas a serem seguidas implicavam na paralisação dos deslocamentos e contatos entre as pessoas, pois haviam justificadas inseguranças relativas ao poder de contágio do vírus da COVID-19.

Naquele ano de 2020, outro fator limitador para uma ida a campo foram as eleições municipais. Nestes períodos eleitorais, visitas aos espaços pesquisados para registro fotográfico e diálogos com agricultores feirantes e consumidores poderiam ser confundidas com movimentações políticas de algum dos candidatos locais. O calendário das eleições municipais somado ao quadro de profundas incertezas sobre a duração da pandemia da COVID-19 coincidiu, justamente, com o cronograma de realização do nosso trabalho de campo.

Conforme apresentado, as restrições impostas pelo isolamento social limitaram a realização de incursões à região em estudo, ainda assim, busquei realizar uma visita ao município de Porteirinha no mês de novembro de 2020. Naquele ano, apesar dos espaços de feiras constituírem estabelecimento de serviço essencial, no município, essas praças de mercados haviam ficado três meses totalmente fechadas e depois disso passou a funcionar com restrições e número reduzido de feirantes.

O quadro observado nessa visita mostrou que a pandemia colocou em curso uma profunda mudança no papel das feiras livres para o município. O amplo esvaziamento do das praças de mercados das feiras expressou uma possibilidade de mudança nos hábitos de consumo da população. Pois denotou um cenário bem diferente do período anterior à pandemia em que as feiras eram espaço de grande movimento e circulação de pessoas.

Fora do Brasil, ainda em outubro de 2020, o mundo estava em profundo sofrimento enfrentando uma segunda onda de contaminação sobretudo nos países da Europa e EUA, o que nos ameaçava no Brasil direta ou indiretamente, especialmente, em razão da atitude negligente e/ou omissa do governo brasileiro naquela data em relação ao controle das contaminações pelo vírus (CPI DA PANDEMIA, 2021). Em novembro de 2020, pouco se sabia, mas o estado de

Manaus já vivia a segunda onda da COVID-19, manifesta a partir do aumento significativo no número de casos e de óbitos ainda naquele mês (MOURA *et al.*, 2021). Com pico de contaminações e mortes sendo atingido entre os dias 14 e 15 de janeiro de 2021, flagrantemente acompanhado pela mídia, diante do quadro de colapso do sistema de saúde do estado agravado tragicamente devido a falta de oxigênio (de acordo com o Ministério Público mais de 60 pessoas perderam a vida por falta de oxigênio na ocasião)¹⁴.

A confirmação por estudo Britânico de que novas variantes virais observadas na segunda onda da COVID-19 no Reino Unido teriam uma capacidade de contágio entre 50% e 74% maior que a predominante no momento anterior¹⁵, tecia coerência com o cenário de colapso dos diversos sistemas de saúde dentro e fora do Brasil, amplificando as ameaças.

Em fevereiro de 2021, o Brasil vivenciou o agravamento do quadro epidemiológico em razão de intensa transmissão do agente infeccioso SARS-CoV-2. Dessa vez, Minas Gerais foi considerado o segundo estado brasileiro mais afetado pela doença, apresentando o maior número de óbitos por Covid-19 confirmados desde o início da pandemia, em 2020¹⁶. Inclusive, o aumento preocupante no número de casos na macrorregião Norte, região em que está localizado o território do presente estudo, levou o governo do estado a inserir a região na “Onda roxa” do plano montado para o acompanhamento da COVID-19 no estado: “Minas Consciente: retomando a economia do jeito certo”. O nível “Onda roxa” do Plano prevê o fechamento do comércio não essencial, toque de recolher e restrição de circulação de pessoas, que só poderiam sair de casa para atividades essenciais, como ida aos supermercados, farmácias, sacolões, lojas de material de construção, oficinas, postos de combustíveis, algumas das poucas atividades permitidas para funcionamento (MINAS GERAIS, 2020).

Por outra via, diante da necessidade de dar continuidade ao estudo, considerando o contexto da pandemia, atentamos às contribuições de Schmidt *et al.* (2020) em torno das possibilidades de ampliar as estratégias de coleta de dados a partir de adaptações e novos recursos que permitissem a continuidade das pesquisas em um momento em que são imperativas as medidas sanitárias de distanciamento social (2020, p.961). O que tornou imprescindível nesse processo lançar mão do uso das Tecnologias da Informação e

¹⁴ Sobre o colapso no sistema de saúde do Amazonas, ver matéria do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-completa-um-ano-com-impunidade-e-incerteza-causada-pela-omicron.ghtml> (acesso em agosto de 2022).

¹⁵ Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/saude/covid-19-variante-do-coronavirus-e-ate-74-mais-contagiosa-diz-estudo/> (acesso em agosto de 2021).

¹⁶ Com mais de 3.500 mortes, fevereiro é o mês com mais óbitos desde início da pandemia em MG. Leia mais em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/03/01/com-mais-de-3500-mortes-fevereiro-e-o-mes-com-o-maior-numero-de-mortes-desde-o-inicio-da-pandemia-em-minas-gerais.ghtml> (Acesso em agosto de 2021).

Comunicação (TICs), que já há algum tempo, vêm permitindo que um conjunto de práticas presenciais do cotidiano migrassem para ambientes virtuais (NICOLACI-DA-COSTA *et al*, 2009). A pandemia contribuiu para a aceleração desse processo com a realização de encontros de trabalho, reuniões, aulas, sessões de atividade parlamentar, tratamentos de saúde, vendas, todos no espaço virtual.

Com efeito, as interações via plataformas virtuais tornaram-se um recurso metodológico indispensável para esta pesquisa. Diante da impossibilidade do trabalho de campo presencial, iniciamos diálogos com atores locais vinculados às entidades de representação da sociedade civil (STTR, ACIPOINT) e de órgãos da gestão municipal (técnicos e gestores da Secretarias municipais), que desenvolveram e/ou desenvolvem trabalhos junto aos agricultores feirantes, a fim de levantar contatos para a realização das entrevistas. Esses atores locais foram fundamentais na mediação e no fornecimento de contatos de agricultores que trabalham nas feiras livres do município. Inclusive, estes também foram entrevistados por meio virtual.

Tendo organizado uma lista de atores sociais de interesse para a pesquisa, iniciamos a mobilização para a realização das entrevistas. Para que se tornasse possível a realização de um trabalho de campo remoto, além dos aspectos de mediação e geração de confiança nos entrevistados, utilizamos as diferentes Tecnologias da Informação e Comunicação disponíveis. Foram utilizadas ligações telefônicas, aplicativos de mensagens instantâneas, chamadas de voz e/ou chamadas de vídeo. A plataforma a ser utilizada na realização da entrevista ficou a cargo da pessoa a ser entrevistada. Para as entrevistas, organizamos quatro grupos de atores sociais com interação com o tema das feiras livres no município de Porteirinha, a saber:

- I) agricultores feirantes em feiras livres;
- II) consumidores em feiras livres;
- III) atores sociais de órgãos públicos (emater, secretarias municipais e outros);
- IV) atores sociais vinculados a organizações da sociedade civil (sindicatos de trabalhadores rurais, associação comercial, entidades com atuação em desenvolvimento rural, entre outras).

O roteiro das entrevistas à distância foi estruturado de acordo com o grupo a ser entrevistado. Para o grupo de atores sociais ligados a órgãos públicos e do grupo de atores vinculados às organizações da sociedade civil tomou-se como orientador da entrevista perguntas abertas relacionadas à temática das feiras livres. Por sua vez, para o grupo dos agricultores feirantes e dos consumidores utilizou-se de questionários semiestruturados, de perguntas fechadas e abertas específicas para cada grupo.

Para o grupo dos agricultores familiares feirantes, o formulário de entrevista foi estruturado a partir de 7 eixos, a saber: Eixo 1 - caracterização do entrevistado (dados profissionais e condições de moradia); Eixo 2 - Participação nas feiras livres; Eixo 3 - Impacto da pandemia nas feiras livres; Eixo 4 - Estrutura produtiva; Eixo 5 - acesso à água; Eixo 6 - Políticas públicas; Eixo 7 - Segurança alimentar e reciprocidades.

Não há dúvidas que a realização da pesquisa fazendo uso das ferramentas de comunicação a distância contribuem para respeitar os cuidados necessários ao enfrentamento da COVID-19. Ainda com relação a realização das entrevistas por meio remoto, cumpre pontuar a experiência com coleta de dados na modalidade virtual que já vinha em franca expansão mesmo antes da pandemia (DESLANDES; COUTINHO, 2020). Não obstante, é preciso reconhecer que o trabalho remoto apresenta limitações pela dificuldade em acessar as pessoas por meio virtual e, nesse formato, ganhar a confiança dos atores sociais para a realização das entrevistas.

Neste aspecto, o que ajudou muito foi conhecer diferentes atores sociais ligados às instituições locais que detém confiança junto aos agricultores: como representantes do STTR (um conjunto de técnicos e diretores); representantes da gestão municipal; representantes da Associação Comercial de Porteirinha (ACIPORT). O diálogo com esses atores sociais foi fundamental para ter acesso a contatos de agricultores feirantes, além de facilitar o diálogo com os mesmos durante o processo de mobilização para as entrevistas por referendar nosso contato garantindo a confiança dos entrevistados.

Foram entrevistadas 32 pessoas (identificadas nos quatro grupos de atores sociais de interesse da pesquisa, apresentados anteriormente) ou famílias agricultoras. Com 17 desses(as) entrevistados(as) as conversas se deram apenas à distância, por meio de ligações telefônicas ou com uso de alguma ferramenta de comunicação virtual (chamadas de vídeo via whatsapp, google meet ou outro), entre os anos de 2020 e 2021, a maioria dessas entrevistas nesse formato foram realizadas junto a gestores públicos e representantes de entidades com algum envolvimento com as feiras (representantes do STTR, representantes da Associação Comercial e outros).

As entrevistas realizadas junto aos agricultores e agricultoras feirantes se deram presencialmente e à distância. As conversas com uma mesma família de agricultores feirantes ocorreram em diferentes momentos no decorrer da pesquisa, entre os anos de 2020 e 2022, num primeiro momento, à distância, para aplicação do questionário semiestruturado de entrevista, posteriormente para novos momentos de entrevistas em formato livre, para levantamentos e/ou confirmação de informações. Quando à distância, as conversas foram realizadas entre os anos

de 2020 e 2021. Nestes casos, prevaleceram as ligações telefônicas, embora todos os entrevistados dispusessem de acesso à internet móvel, ao aplicativo de comunicação Whatsapp, nenhuma delas contavam com serviços de internet banda larga, o que impossibilitou as ligações utilizando ferramentas de comunicação virtual. Presencialmente, foram visitadas famílias de agricultores e agricultoras feirantes de pelo menos nove comunidades rurais do município de Porteirinha (Água Boa, Bom Jesus I e II, Barreiro Dantas, Canafístula, Cedro, Furado Teodoro, Olhos D'água, Várzea Bonita).

Com pelo menos quatro famílias de agricultores e agricultoras feirantes as entrevistas presenciais se deram no formato de entrevista em profundidade, acompanhando o dia a dia das mesmas para além do ambiente da feira, mas também com visitas à propriedade da família, aos ambientes de produção e envolvendo outros membros da família. Salienta-se que as entrevistas presenciais, em um comparativo com aquelas por meio virtual à distância, que tinham a marca de um diálogo formal, explicitou diferenças significativas quanto à forma, pois oportunizaram conversas informais, em situações do cotidiano, no espaço da feira, na propriedade do agricultor/a, em um momento de colheita ou outra atividade agrícola. Esses momentos enriqueceram o levantamento de informações pela oportunidade da observação e a riqueza nos detalhes das informações colhidas.

Tendo observado que as mulheres são responsáveis pelo atendimento de vendas na maioria das bancas das feiras de Porteirinha, sobretudo na Feirinha da Semana, onde elas são responsáveis por 92% das bancas, ficou manifesto para nós que as mulheres agricultoras feirantes constituem o público alvo nos levantamentos de informações nas entrevistas. Todas as entrevistas com as e agricultoras e agricultores, quando à distância, foram realizadas com os mesmos falando de suas residências. Cumpre informar a percepção de que quando a entrevista foi realizada com a mulher, não foram observadas interferências negativas de outros membros da família. Em nossa experiência, quando os companheiros dessas mulheres estiveram envolvidos, não interferiram nas respostas das mulheres, foram participativos e colaborativos no processo de levantamento das informações.

Cabe informar ainda que todas as entrevistas foram gravadas e seguiram os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos - conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, informação compartilhada com os participantes da pesquisa no início de cada entrevista. Também foi apresentado aos entrevistados o pedido de autorização para gravar a conversa em áudio, o que garantiu a possibilidade de consultas posteriores para a complementação das informações.

Apesar de todas/os as/os entrevistadas/os terem autorizado a apresentação de seus nomes no estudo, para resguardá-los e preservar suas identidades, utilizei um sistema de códigos para substituir seus verdadeiros nomes. As duas letras iniciais indicam a que grupo pertence o ator social entrevistado, o número refere-se à ordem de sua entrevista (Ver quadro abaixo).

Quadro 1 - Códigos de identificação das/os entrevistadas/os

Agricultor/a feirantes em feiras livres	AG00
Ator social vinculado a órgãos públicos	AD00
Ator social vinculados a organizações da sociedade civil	SC00

Fonte: Elaborado pelo autor

Finalmente, dentro do conjunto da metodologia, para a estruturação do questionário de entrevista, aplicação e organização de base de dados, estamos fazendo uso da ferramenta kobotoolbox. Esse instrumento tem auxiliado na organização das informações levantadas, especialmente junto aos dois grupos de entrevistados com uso de questionário semiestruturado: agricultores feirantes em feiras livres e consumidores.

Por que estudar os mercados alimentares tradicionais das feiras livres locais? Apontamentos teóricos e a estrutura da pesquisa

Este estudo está organizado em quatro capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. A escolha das feiras livres do município de Porteirinha se justifica por esta se tratar de feiras que acontece há quase um século, numa região de clima semiárido, no ambiente da caatinga mineira, no sopé da Serra Geral¹⁷, região de histórica ocupação por agricultores de base camponesa, povos também conhecidos como caatingueiros. Essa região também é um território marcado pelo estabelecimento de grandes propriedades rurais onde,

¹⁷ Maciço da porção setentrional da Cadeia de Montanhas da Serra do Espinhaço, nesta região toma o nome de Serra Geral por sua extensão que vai do Norte de Minas ao Sul do Oeste da Bahia.

desde o período colonial, desenvolveram-se atividades econômicas de conexão em escala nacional e internacional (ver capítulo 01).

Buscando localizar no tempo e no espaço, a origem das famílias agrícolas camponesas feirantes, no capítulo 1 desta tese, busquei traçar o histórico da ocupação e organização fundiária do Território da Serra Geral, região em que está localizado o município de Porteirinha. Assim, é apresentado na seção inicial como se deu a organização social, política, fundiária e territorial da região. Na segunda parte do capítulo, realizo um levantamento das políticas públicas de modernização produtiva identificando os principais eixos de investimentos em um período de forte interesse em processos de integração econômica das regiões interioranas do estado de Minas Gerais (como o norte do estado) às dinâmicas econômicas regionais e nacionais. Aqui convido o leitor a observar que é nesse contexto histórico, que dentro de um projeto estatal de investimentos para o “desenvolvimento” e integração regional às atividades produtivas nacionais, tem-se a cessão de vastas áreas de terras públicas para a instalação subsidiada de projetos voltados a monoculturas, fruticultura irrigada, ampliação da atividade pecuária extensiva por meio do incentivo à ampliação das grandes fazendas nessa região norte do estado.

Não obstante, a tese mostra de que modo, ao mesmo tempo, manteve-se nos fundos dos pastos, nos interstícios das grandes fazendas e, sobretudo nas margens dos grandes rios, a presença em pequenas áreas rurais ocupadas por agricultores familiares de base camponesa em comunidades tradicionais que conformam o que denominamos de comunidades locais ou, em outras palavras, os campesinos do Norte de Minas (capítulos 01 e 02). Estas populações conseguiram se reproduzir socialmente pela sabedoria em manejar os recursos naturais do ambiente e organizar sua força de trabalho mantendo uma característica preservadora de sua existência, a autonomia socioprodutiva. Tal autonomia socioprodutiva constitui, na verdade, uma resposta de enfrentamento à condição de marginalidade imposta pela estrutura de poderes vigente nesta região.

E, desse modo, o estudo vai tecendo a compreensão de que, historicamente, as famílias agricultoras de base camponesa coexistem nessa região e encontraram nas feiras livres o espaço para ofertar uma importante diversidade de produtos¹⁸ desde hortaliças àqueles fabricados nas

¹⁸ Hortaliças, inclusive, ervas medicinais, queijo artesanal de leite cru, manteiga, requeijão moreno, biscoitos e confeitarias, farinha e goma de mandioca, café, temperos diversos, cereais, uma diversidade de doces e compotas, rapadura, cachaça, carnes de porco, carne frango (frango caipira), mel e outros produtos advindos do extrativismo (umbú seriguela, ervas, óleos).

pequenas agroindústrias familiares¹⁹, até aqueles fruto de práticas de extrativismo nos ambientes nativos locais, além dos produtos de origem animal (sobretudo carnes). Todos esses produtos há mais de um século são transacionados e negociados por agricultoras e agricultores feirantes nos espaços de feiras livres do município de Porteirinha, que aqui, amparado pelas contribuições da sociologia econômica e da antropologia econômica, denomino de mercados alimentares tradicionais locais ou praças de mercados locais, muito característico das pequenas e médias cidades dessa região norte do estado de Minas Gerais.

Um importante aspecto apontado no estudo é que as praças de mercados locais não são os únicos canais de comercialização explorados pelas agricultoras e agricultores de Porteirinha, os produtos também são negociados com atravessadores, exportados para mercados de outras regiões, sobretudo, o mercado de São Paulo, para onde vai milhares de toneladas de produtos dessa região todas as semanas, especialmente, o queijo de leite cru. Há também, as políticas de compras públicas ou mercado institucional²⁰, que também exerceram uma importante contribuição na geração de renda para as famílias agricultoras do semiárido mineiro, conforme detalhado no capítulo 3 desta tese.

Segundo Ribeiro *et al.* (2019), os mercados alimentares tradicionais ofertam produtos que atendem, ao que ele, e um conjunto de pesquisadores das feiras livres das regiões mineiras norte e Jequitinhonha, denominam de “circuito do gosto local”, exatamente por preservar quase sem alteração características dos produtos que guardam a identidade alimentar do povo dessas regiões. Para estes autores, tal característica constitui um dos elementos garantidores da preferência de parte significativa dos consumidores pelos produtos ofertados nas feiras livres locais, a exemplo daquelas que ocorrem em Porteirinha, em detrimento aos produtos ofertados nos mercados convencionais - supermercados e outros.

É o que também observou Marie France Garcia Parpet (2021) ao analisar diferentes tipos de praças de mercados, destacando essa característica *sui generis* das feiras livres na interação com seu público consumidor. E, no caso em estudo, apesar de pressões exercidas por agentes do poder público por enquadramentos regulatórios para alguns produtos ofertados na

¹⁹ Neste estudo apropriamos dos conceitos de “agroindústria doméstica rural”, “agroindústria rural artesanal”, “pequena agroindústria familiar”, “indústria familiar rural” utilizados por Ribeiro *et al.* (2019; 2009) para tratar aquela produção realizada nas cozinhas domésticas e/ou em pequenas agroindústrias em propriedades de agricultores familiares camponeses.

²⁰ Destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), lançados pelo governo federal na década de 2000, que apesar de terem sido desmontados e descontinuados pelos governos Temer e Bolsonaro, tiveram e ainda tem alguma contribuição na geração de renda para as famílias feirantes. Trataremos com maior aprofundamento sobre essas políticas públicas no capítulo 2 desta tese.

feira livre de Porteirinha (especialmente, para aqueles derivados do leite de vaca - queijo e o requeijão moreno), quase que a totalidade dessas mercadorias continuam sendo ofertadas com poucas alterações em seu modo artesanal de preparo e apresentação até os dias atuais.

Além desses elementos que envolvem a diversidade de produtos ofertados, esta tese tem a pretensão de evidenciar que outros ativos tornaram as feiras acompanhadas um atrativo local e regional, a saber: a cultura de receber feirantes de outros municípios/região (feira do Mercado Municipal), especialmente do Território do Alto Rio Pardo (conhecido regionalmente como os gerais, de onde vêm os feirantes geraizeiros); atrativos da ordem de sociabilidade: das relações de reciprocidade no convívio da população local, o que justifica os espaços feiras se constituírem também em áreas de lazer, de encontro entre pessoas, de fortalecimento dos laços sociais; constituem ainda instituição de fortalecimento das representações simbólicas e identitárias do povo da região, ambiente de acesso à cultura alimentar local (GARCIA PARPET, 2021; RIBEIRO *et al.*, 2019).

Portanto, a ideia foi também mostrar que estes aspectos relacionais foram responsáveis por fazer das feiras livres do município de Porteirinha, por muito tempo, um evento social que teve a preferência do consumidor local para realização de suas compras, tornando-as o principal ponto de abastecimento alimentar do município até o período recente. O que nos permitiu defender e evidenciar que o ambiente da feira livre é o maior estimulador dos citados aspectos relacionais, daí a importância de pesquisas sobre essas praças de mercados locais. Do contrário, em minha concepção, a feira não passaria de um espaço de troca mercantil, de transações puramente econômicas, e, certamente, estaríamos nos referindo a um tipo de mercado com baixa capacidade de permanência na sociedade moderna, sobretudo pela presença e ampliação de grandes redes de supermercados, com estruturas de atendimento que propiciam muito mais comodidade ao consumidor (produtos padronizados, limpeza, modalidades de pagamento).

Esta pesquisa então, lança luz sobre práticas econômicas que ficaram por muito tempo relegadas à condição de “mercados periféricos”²¹, espaços de relações de troca tidas como arcaicas pela leitura da teoria da economia de troca. Isto, pela forma que as transações acontecem, que, num julgamento superficial, tratariam-se apenas de dinâmicas de comércio informal e/ou redes clandestinas de negócio. Em outras palavras, aos olhos desta perspectiva, tratar-se-iam apenas de formas ultrapassadas de comércio que não servem como referência de mercado.

²¹Dayrell (2018) utiliza a expressão “mercados invisibilizados” para se referir ao não reconhecimento e observância do potencial econômico e social desses mercados por órgãos de estado e setores da academia.

Em oposição à tais perspectivas, o estudo aqui apresentado se soma a um conjunto de pesquisas²² que têm ampliado a escuta aos atores locais, entidades e novos movimentos sociais com atuação na construção dos mercados locais (agricultores, comerciantes, consumidores, organizações do campo agroecológico, sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, conselhos de segurança alimentar, movimento de economia solidária, comércio justo, *slow food*, entre outros) que há muito reivindicam a visibilidade de práticas que inovam e abrem possibilidade de apresentar e ampliar a compreensão do que se troca nesses espaços de negociação e transação. As feiras livres constituem um desses espaços. É o que fica evidenciado no capítulo 03 desta tese.

Existe, aqui, portanto, um esforço analítico de recentralizar o foco da análise para o que acontece nos mercados alimentares tradicionais que, apesar de terem ganhado tratamento nos estudos, sobretudo nos da antropologia nas décadas de 1970 e 1980 (PALMEIRA, 2014; GARCIA PARPET, 1983), perderam visibilidade no debate acadêmico mais recente, mesmo na Nova Sociologia Econômica, quando do debate sobre a construção social de “novos mercados”. Inclusive, em termos conceituais, suspeito que os estudos recentes perdem de vista a vitalidade e a capacidade de atualização dos mercados alimentares tradicionais locais. Estes mercados, tão antigos no Brasil e em outras partes do mundo, guardam especificidades em relação àqueles elementos que caracterizam a noção de “novos mercados” ou os *farmers markets*, como são tratados na literatura internacional, sobretudo na Europa.

A compreensão dos mercados alimentares tradicionais aqui trabalhada encontra consonância com a abordagem de Abel Cassol (2018), que pesquisou feiras livres do Nordeste e do sul do Brasil. Concordamos com o argumento do pesquisador de que a noção de “novos” mercados para esse tipo de mercado local não é adequada sobretudo para o tratamento de feiras livres nordestinas, ou as feiras livres de Porteirinha, aqui investigadas, por se tratar de ambientes de mercados antigos, tradicionais, com forte contribuição histórica como espaços de dinamização da economia local.

A meu juízo, essas praças de mercados tradicionais merecem uma investigação mais apurada pelo entendimento, com base nas experiências empíricas levantadas no presente estudo, de que as feiras livres apresentaram historicamente, e até pelo menos até o período pré-pandêmico, indicativos de resiliência e capacidade de atualização. Tais aspectos demandam serem melhor observados pelo papel que esses espaços têm na economia local e que agora se encontram em um quadro de fragilização diante do duro impacto que a pandemia e fatores

²² A maioria dessas pesquisas estão concentradas em estudos do campo antropológico e agroecológico.

correlatos, somados a um contexto de mudanças recentes na condução das políticas de desenvolvimento rural e segurança alimentar, impuseram sobre essa importante instituição de mercado.

Temos aqui uma mudança de rota fundamental na perspectiva analítica que conduzia a proposta da tese até então. Verifiquei, portanto, a necessidade de compreender as feiras livres pela via da construção social de mercados, mas também a partir de uma análise estrutural, sobretudo, tendo em vista a emergência do contexto pandêmico. Desse modo, a análise das contribuições de estruturas sociais e políticas preservadoras dessa instituição de mercado local para além do papel que lhe prestam os valores sociais de reciprocidade, códigos e normas de interação social e de transações econômicas perderam centralidade na análise. Sem reduzir a importância destes, observou-se como fundamental também a análise de elementos estruturais resultantes de ações estatais de reconhecimento da função social e econômica dessa instituição de mercado ao promover sua incorporação enquanto equipamento público com capacidade de contribuições estratégicas no campo das políticas públicas de desenvolvimento agrário e segurança alimentar.

É o que foi problematizado neste estudo, sobretudo, nos capítulos 02 e 04, em relação ao rumo experimentado, no período entre 2016 e 2022, pelas políticas voltadas para o segmento da agricultora familiar, segurança alimentar e consequentemente para as feiras livres. Período em que as feiras livres foram desarticuladas de seu papel estratégico, foi também um momento de desestruturação e fragilização dessa instituição de mercado, período que contemporiza, não por coincidência, com a ampliação de uma crise alimentar no país. A observância de tais elementos estruturais se mostraram imprescindíveis no momento da análise do contexto político institucional em que as feiras livres receberam os impactos provocados pela pandemia da COVID-19.

Para localizar e atribuir o grau de valor social e econômico das feiras livres locais, como apresentado no capítulo 03, foi preciso resgatar no capítulo 02 desta Tese, o período histórico, político e institucional em que o Estado brasileiro iniciou, no princípio dos anos 2000, a um reconhecimento das feiras livres em sua função social e econômica. Sobretudo, pela capacidade dessa instituição de mercado local em ser inserida como parte de uma estratégia de política pública de apoio à agricultura familiar camponesa com contribuições para a promoção de segurança alimentar no país. Um acolhimento que representou o atendimento a reivindicações de organizações da sociedade civil que há quase duas décadas buscavam sensibilizar o Estado para o papel da agricultura de base camponesa no combate à fome e à insegurança alimentar, e

a capacidade de contribuição de equipamentos públicos como as feiras livres nesse processo (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Desde então, o Estado brasileiro, a partir do ano de 2003, passou a utilizar as feiras livres em diversos programas de políticas públicas que tinham como objetivo o apoio à agricultura familiar e a segurança alimentar, a saber: programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (em diferentes modalidades - PAA Doação, PAA Leite); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); programa de convivência com o semiárido, especialmente, o P1+2, que oportunizou a estruturação de quintais produtivos para milhares de famílias agricultoras em situação de pobreza com sua inserção em feiras livres, e programas de incentivo a produção agroecológica, a exemplo, do projeto Horta PAIS e mais diferentes projetos de ATER voltados para a produção alimentar.

Também é fundamental apontar que é nesse contexto social e político, conforme detalho no Capítulo 02 deste estudo, que observa-se uma abertura à participação social na ação estatal. Tem-se aí uma importante contribuição de organizações da sociedade civil no apontamento das feiras livres como instituições com capacidade para contribuir no combate à fome e à insegurança alimentar no país. Isto é, equipamentos públicos com condições de serem fortalecidos e inseridos como espaços de acesso a produtos alimentares para famílias de baixa renda que têm dificuldade em acessar alimentos saudáveis e nutritivos²³.

E no capítulo 03 deste estudo, na seção “Agricultores feirantes e trajetórias”, foi possível apontar, a partir das histórias de vida de famílias agricultoras feirantes acompanhadas no município de Porteirinha, de que maneira as feiras livres exercem contribuição na formação da noção de autonomia socioproductiva da agricultura familiar de base camponesa, como ela é construída historicamente e de que modo ela envolve tanto a pluriatividade das atividades laborais desses grupos sociais quanto a multifuncionalidade dos territórios das comunidades rurais em que essas famílias ocupam. Que, no conjunto, vai desde as práticas de migrações temporárias ou sazonais de membros das famílias agricultoras (geralmente os homens) para trabalhos temporários fora da região em lavouras de cana de açúcar ou plantações de café, no estado de São Paulo e no sul do estado de Minas Gerais, respectivamente; à cooperação entre

²³ É nesse contexto histórico e político que observou-se de modo concreto a institucionalização da participação social na gestão estatal a partir dos colegiados de controle social, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Esses espaços colegiados exerceram um importante papel ao apontar as contribuições das feiras livres como um instrumento estratégico para a promoção da segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

as famílias, sobretudo, mulheres e filhos menores não migrantes, para os trabalhos no interior das propriedades, uma prática mesmo de reciprocidade solidária, na exploração do trabalho na agricultura.

Todavia, tal compreensão estratégica do segmento da agricultura familiar de base camponesa e das feiras livres como instrumentos com contribuições em políticas públicas de fortalecimento segurança alimentar sofre um processo de desconstrução institucional com a mudança de poder no governo federal, a partir do ano de 2016, após o processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer. Conforme apontado no capítulo 02, observa-se a partir de então uma ação coordenada pelo governo de plantão pelo desmonte sistemático de políticas públicas no Brasil com forte ataque à estrutura institucional de Estado que até então estava voltada para o apoio à agricultura familiar e estratégias de combate à fome e à insegurança alimentar (GRISA, *et al*, 2022; MATTEI, 2020). Mas é, sobretudo, no Governo Bolsonaro que as ações de desmonte da estrutura institucional para o referido setor atingem uma flagrante escalada, especialmente pela vinculação ideológica à tomada das decisões de Estado. O discurso da política econômica adotada pelas Gestões Temer e Bolsonaro de necessidade de adoção de medidas de austeridade fiscal, com redução dos investimentos públicos e corte de gastos, tiveram forte impacto nas políticas de apoio à agricultura familiar, segurança alimentar, convivência com o semiárido e, conseqüentemente, de produção agroecológica e fortalecimento das feiras livres.

Apontado o contexto social e político vivenciado pelo país no período pré-pandêmico, no capítulo 04 deste estudo, dedico a problematizar os desdobramentos sociais, sanitários e econômicos em que a pandemia da COVID-19 chega ao Brasil, no ano de 2020. Sobretudo, os efeitos das medidas de ação/inação para o controle do vírus sobre as feiras livres de Porteirinha e a vida das famílias agricultoras feirantes.

Finalmente, na seção conclusiva do estudo busco analisar e problematizar o impacto que esses dois elementos estruturais: o desmonte das políticas de segurança alimentar e a pandemia da COVID-19, sobre o funcionamento dos espaços de feiras livres no Brasil a partir do que se verificou no município do estudo.

CAPÍTULO 01 – HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO NORTE DE MINAS GERAIS

1.1. Histórico da ocupação e organização social nos agroambientes do Território da Serra Geral

1.2. Principais políticas públicas de modernização agrícola na região da Serra Geral (1940-1980)

1.3. O Território da Serra Geral e a agricultura de base camponesa em Porteirinha

A fim de localizar no tempo e no espaço quem são os sujeitos sociais que protagonizam a realização das feiras livres no município de Porteirinha, este capítulo tem como objetivo caracterizar a região Norte de Minas focalizando o histórico de ocupação e organização fundiária do Território da Serra Geral, área de abrangência deste estudo. Aqui abordamos ainda dois períodos históricos de concepções distintas para a noção de desenvolvimento nos quais a região aparece como prioritária no direcionamento de políticas públicas, marcadamente, o pós anos de 1950 e o pós anos 2000.

Organizamos este Capítulo em três partes. As duas primeiras partes apresentam certa interação entre si, pois buscamos apontar a convergência entre os dois processos em curso no período pós década de 1950: acirramento das ocupações fundiárias e políticas desenvolvimentistas. Dessa forma, num primeiro momento é apresentado o histórico da ocupação das terras e sua organização fundiária. A segunda parte traz um levantamento das políticas públicas de modernização produtiva identificando os principais eixos de investimentos em um período de forte interesse em processos de integração econômica das regiões interioranas do estado de Minas Gerais (como o norte do estado) às dinâmicas econômicas regionais e nacionais.

Na terceira parte deste capítulo, na seção 1.3, busquei realizar uma caracterização da população local da região do estudo compreendida a partir de três bases territoriais: o semiárido

mineiro, a mesorregião do Norte do estado de Minas Gerais e o Território da Serra Geral. Com um especial destaque para a condição da região de estudo na área de incidência do semiárido mineiro, o que permite para os municípios envolvidos o acesso a um conjunto de ações estatais, sobretudo, por parte do governo federal, para o “enfrentamento” das adversidades do clima semiárido.

Além disso, a seção apresenta a análise de um conjunto de bases de dados, como o Relatório do Fórum DSNM, dados do CadÚnico, do Censo Demográfico, Censo Agropecuário, além dos estudos sobre a região, para apresentar uma caracterização aprofundada dos atores sociais que compõem a agricultura de base camponesa e povos e comunidades tradicionais presentes em Porteirinha e no Território da Serra Geral.

1.1. Histórico da ocupação e organização social nos agroambientes do Território da Serra Geral

O estudo sobre o Norte de Minas, porção do estado de Minas Gerais, deve-se muito a um conjunto amplo de pesquisadores e historiadores do século XX e, antes deles, os viajantes estrangeiros dos séculos XVIII e XIX, apesar de suas limitações preconceituosas eurocêtricas ao traduzir a realidade. Ao mesmo tempo, é necessário tributar aos pesquisadores locais do final do século passado e início do XXI (COSTA FILHO, 2008; D'ANGELIS, 2006; DAYRELL, 1998; COSTA, 1997) a capacidade de recontar a história do Norte de Minas em suas complexidades sociológicas e etnográficas.

O Norte de Minas tem uma ocupação bastante antiga. Dayrell (1998) aponta os desenhos e inscrições rupestres, possivelmente da tradição Itaparica encontrados em muitas das grutas na região, especialmente, no Peruaçu onde nas imediações está a etnia Xakriabá, sinalizando a ocupação dessa região há pelo menos 11.000 anos atrás. Estudiosos que se debruçaram na investigação da organização social da região (COSTA FILHO, 2008; D'Angelis, 2006; DAYRELL, 1998; COSTA, 1997), com influências em sua estrutura fundiária e cultural tal como conhecemos hoje, destacam os primeiros registros datados do século XVII, como período da chegada dos primeiros brancos, negros fugidos da escravidão e da presença de pelo menos três nações indígenas (Catolé, Canacan e Dendy), que conforme aponta Costa (1997) tiveram nessas terras “seus lugares de paragem ou de correrias”. E por tal histórico, esses pesquisadores sugerem que a agricultura campesina do norte de Minas seria herança desses primeiros

ocupantes por entenderem que a mesma tem sua origem na mescla de influências da agricultura colonial branca, indígena e negra, além da convicção em processos de coevolução destes grupos com ambientes ocupados resultante da interação homem e natureza (DAYRELL, 1998).

Mata Machado (1991) relata o papel das sesmarias do período colonial na estratégia principal de ocupar o sertão pelo estabelecimento de currais e gado ao passo que se organizava expedições para desbravar o interior dizimando, expulsando e escravizando indígenas e capturando negros fugidos dos engenhos do litoral. Costa Filho (2008) aponta como gatilho das entradas para o interior, os conflitos no litoral envolvendo a agricultura de plantation e criadores de gado, tensionados, estes teriam subido o rio São Francisco encontrando ambientes privilegiados para a atividade agropastoril.

Sob concessão da Coroa Portuguesa, grandes sesmarias se estabeleceram nas margens esquerda e direita do Rio São Francisco utilizando dos currais de gado para o movimento de ocupação de extensas possessões de terras sertão à dentro. Partindo da foz, do lado direito, a família Garcia de Ávila (Casa da Torre) possuía 260 léguas pelo rio São Francisco acima. Do lado esquerdo, a família dos Guedes de Brito (Casa da Ponte) possuía 160 léguas, desde o Morro do Chapéu (atualmente município de Salvador), mais especificamente, desde as nascentes dos rios Salitre, Jacuípe e Itapicuru, no centro-norte da Bahia, até à cabeceira do rio das Velhas, região central do atual estado de Minas Gerais. Provavelmente, esses constituíram os dois maiores latifúndios já possuídos no Brasil-Colônia, segundo Nogueira (2011).

Herdeiro e principal responsável pela ampliação de terras para a sesmaria da Casa da Ponte, Antônio Guedes de Brito, tabelião em Salvador e dono de fazendas de gado nas imediações, notabilizou-se por receber várias porções de terras e sesmarias como reconhecimento pela coroa portuguesa pelo enfrentamento contra “tribos de índios hostis”. Registros apurados por Nogueira (2011); SAECULUM (2012) sobre o donatário da Casa da Ponte, fazem menção a “notáveis serviços em defesa da Bahia e do Brasil” nas lutas contra a invasão holandesa, mas principalmente suas entradas/expedições pelo sertão do vale do São Francisco contribuindo para o aumento das terras coloniais ao debelar a resistência indígena e abrir campo para novas bandeiras de ocupação, muitas dessas expedições custeadas com recurso próprio. Posteriormente, como reconhecimento pela coroa portuguesa, Guedes de Brito ganhou diferentes postos de comando no poder imperial até chegar à condição de fidalgo, cargo de nobreza²⁴.

²⁴Em fevereiro de 1667 foi empossado na condição de Capitão de Infantaria e, em dezembro do mesmo ano elevado a Sargento Mor e, em janeiro de 1671, tornou-se Mestre de Campo. Mais tarde, consolidando seu nome dentre a nobreza, foi nomeado à fidalgo cavaleiro da Casa Real, em 1679 (NOGUEIRA, 2011; SAECULUM, 2012).

Além das sesmarias dos D'Ávila e dos Guedes de Brito, a partir do final da década de 1660, Bandeiras Paulistas também estabeleceram currais de gado nas regiões do Alto e Médio São Francisco. Um componente em comum para todos os que se arriscaram em expedições e/ou ocupações pelo sertão enfrentaram grande resistência dos nativos moradores originários do lugar, milhares desses grupos indígenas foram mortos ou escravizados (NOGUEIRA, 2011). Todavia, conforme Costa Filho (2008) uma mediação ao derramamento de sangue nas guerras entre os invasores e os grupos nativos eram as missões Jesuítas, tanto os sesmeiros quanto bandeirantes e os próprios índios requisitaram as missões religiosas²⁵.

No médio São Francisco, na imediações do atual Território da Serra Geral, missões religiosas fundaram a Missão do Senhor São João, uma alusão a data do conflito envolvendo os índios Xakriabá²⁶ e bandeirantes do grupo de Matias Cardoso e Januário Cardoso, no dia 24 de junho 1695, dia do Santo São João Batista. Onde três séculos depois foi fundada a Cidade de São João das Missões. Vencida a batalha contra os Xakriabás, distante alguns quilômetros dali, os bandeirantes fixaram currais às margens do Rio São Francisco, nas imediações de Morrinhos, atual município de Matias Cardoso.

Nogueira (2012) confirma a utilização de mão de obra indígena na condição de escravos e de forros nas fazendas da margem do São Francisco. A partir da consulta em registros de livros paroquiais, a autora destaca a formação de famílias envolvendo o casamento com os nativos.

Ao mesmo tempo, conforme aponta Dayrell (2009, p. 224), o avanço dos currais pelo Rio São Francisco apresentou-se como “oportunidade para negros que fugiam do cativeiro, para lavradores, roceiros e moradores que fugiam da opressão estabelecida pelos primeiros senhores de engenho”. Para o autor, a agricultura originada dessas duas frentes de deslocamentos: a baiana que atinge os sertões no Norte de Minas Gerais; e a frente paulista que vem para região

²⁵ Nas missões o índio tinha proteção e ao mesmo tempo era adestrado para o trabalho na lida das fazendas, pois os missionários também exerciam a atividade de criadores de gado no sertão norte mineiro.

²⁶ Em 24 de junho de 1695, um grupo de bandeirantes sob o comando de Matias Cardoso de Almeida (Capitão-Mor e Mestre de Campo), com aproximadamente 57 homens, juntamente com o seu filho Januário Cardoso, reprimiu violentamente os Xakriabá, que estavam aldeados às margens do Rio Itacarambi (afluente do rio São Francisco). A ação deixou inúmeros mortos. Tempos depois o clima de conflito foi aos poucos se atenuando e dando início a relações menos conflituosas através da mediação das missões religiosas de catequização dos índios pelos jesuítas, resultado da fundação da missão do Senhor São João (onde atualmente é o município de São João das Missões). Ainda no período colonial, em 1728, a fim de limitar a permanência indígena a um território circunscrito, Januário Cardoso de Almeida, neste período, na condição de governador e mandatário da bacia do rio São Francisco, oficializa termo de doação de um pedaço de terra aos índios Xakriabá, devidamente autorizado pela Coroa Portuguesa. Registros sugerem a presença da etnia Xakriabá há pelo menos 300 anos na margem esquerda do Rio São Francisco, mais especificamente onde, atualmente, está localizado o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Atualmente, o Povo Xakriabá constitui a maior etnia indígena do Estado de Minas Gerais (Censo IBGE, 2010).

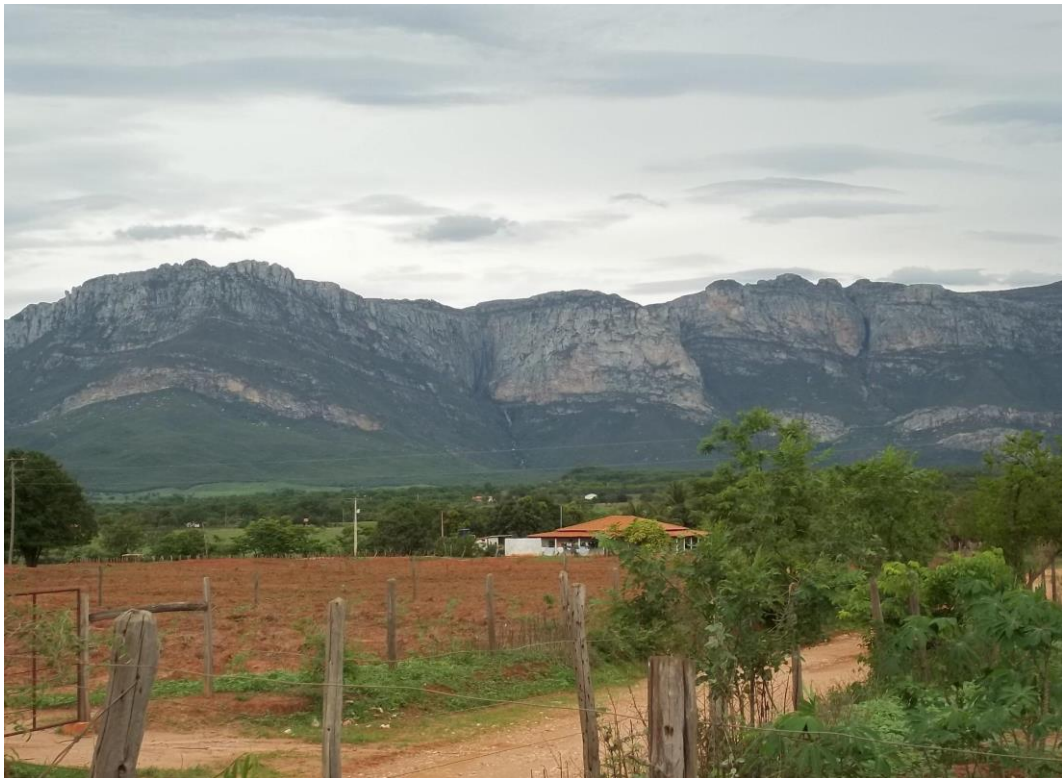
à procura de metais preciosos e conjuga a atividade com a criação de gado formam o que se convencionou chamar de agricultura sertaneja (COSTA FILHO, 2008; DAYRELL, 2009; D'ANGELIS, 2009).

Para se avançar ainda mais no processo de ocupação dessa porção do estado de Minas, deve-se atentar às suas características ecogeográficas, o que nos ajuda a compreender o papel que diferentes ecossistemas da região teriam exercido na formação de uma diversidade de organização socioeconômica e cultural que caracteriza este território fundando diferentes sistemas cognitivos, conforme Dayrell (1998) ou “matrizes de racionalidade”, de acordo com Gonçalves (2000).

Tais autores estão se referindo aos efeitos que características geomorfológicas desta região têm na formação de uma diversidade de ambientes naturais expressa por faixas de transição entre vegetação típica de cerrado do Planalto Central Brasileiro e vegetação típica do Semiárido Nordestino – a caatinga (D'ANGELIS, 2009). De acordo com D'Angelis (2009, p. 63), a morfologia dessa região revelada nas mudanças de altitude e linhas de drenagem deu condições para a formação de áreas de domínio, ora do Cerrado, ora da Caatinga, além da formação de variados ecossistemas de transição, como a região de Matas Secas ou florestas caducifólias.

Dayrell (2009) e D'Angelis (2009) nos ajudam a observar três grandes paisagens ambientais com forte influência na organização social, cultural e produtiva dos diferentes grupos sociais do território norte mineiro. Nas porções mais elevadas da paisagem regional, observa-se altiplanos de formação sedimentar, são imensas chapadas com presença de vegetações de cerrado. Os ocupantes característicos dessas áreas teriam sido indígenas, e, após a entrada dos colonizadores ocorre o estabelecimento de imigrantes europeus e descendentes. Os ocupantes desse ambiente são conhecidos como geraizeiros. Já saindo das áreas de altiplanos nos gerais, têm-se formações ainda mais elevadas, são os picos e escarpas da Serra do Espinhaço, nesta região conhecida como Serra Geral, a formação rochosa é compreendida como fronteira de transição entre a paisagem de cerrado e de caatinga. E se o deslocamento segue em direção ao ambiente de caatinga, temos uma imensa área de uma paisagem de planície e baixios, essa é a depressão são franciscana. Trata-se de uma ampla região de acúmulo de sedimentos depositados e arrastados pelas águas, onde identificam-se depressões, também conhecidas como “furados”, características que a denunciam como áreas de formações Cársticas (DAYRELL, 2009; D'ANGELIS, 2009). Consequentemente, nesse ambiente de predomínio da paisagem de caatinga, os agricultores são chamados de caatingueiros

Figura 1 - Maciço da Serra Geral no Município de Porteirinha



Fonte: Autor (2018).

Pelas áreas da depressão são franciscana correm os rios tributários do Rio São Francisco, como o rio Gorutuba e rio Verde Grande. E nos furados, a existência de ambientes privilegiados para a formação de imensas lagoas e áreas alagadas nos períodos chuvosos. Devido ao represamento das águas, estes ambientes foram favoráveis à proliferação do mosquito da malária. Por aqui os negros, resistentes à doença, fugidos das senzalas dos canaviais ou das regiões mineradoras se aquilombaram formando inúmeras comunidades negras (COSTA, 2009).

Por sua vez, grupos brancos sensíveis à malária não se arriscaram a adentrar por essas matas. Buscaram áreas seguras nos sopés da Serra do Espinhaço e nos planaltos, áreas de escorrimentos das águas pelos processos de deposição fluvial e dissecação pluviais (DAYRELL, 2009; D'ANGELIS, 2009), isto é, que não permitem o acúmulo das águas, características que favoreceram a ocupação das terras por imigrantes de descendência portuguesa e italiana.

Dito isso, nossa pretensão é trazer o papel dessas formações geomorfológicas no histórico de ocupação do território norte mineiro. Elas permitiram a formação de geo-histórias dos grupos, e serviram de proteção para negros e nativos por pelo menos três séculos (DAYRELL, 2009; D'ANGELIS, 2009).

Com efeito, é a esse processo relacional de adaptação da ocupação humana aos diferentes ecossistemas do território norte mineiro que Dayrell (1998) caracteriza como coevolução homem-natureza e formação ²⁷. Essa teria conformado, “ao longo do tempo, agroecossistemas e diferentes sistemas de organização socioeconômica e cultural”. Dessa interação homem natureza é que foram moldadas práticas e costumes que se tornaram símbolos singulares da identidade das comunidades locais do Norte de Minas, como os habitantes da caatinga (os caatingueiros), das comunidades habitantes dos cerrados (os Geraizeiros), habitantes das ilhas e Vazantes do São Francisco (os vazanteiros), das comunidades locais dos campos de sempre vivas no planalto da serra do espinhaço (os apanhadores de sempre vivas), dos habitantes da áreas de veredas nas áreas de cerrado da planície são franciscana (os veredeiros), além dos quilombolas do vale do gorutuba (os gorutubanos) e dos indígenas (etnias Xacriabá e Tuxá).

Portanto, conforme explicitado acima, a ocupação de terras nesta região pelo estabelecimento de grandes fazendas é bastante antiga, antes mesmo da descoberta do ouro que, mais tarde, atraiu grandes contingentes populacionais para o centro das minas gerais e que por isto mesmo forjou a especialização norte mineira como região fornecedora de gêneros alimentícios para essa região mineradora.

No entanto, com a decadência da mineração, no final do século XVIII, a região Norte de Minas vê seus vínculos comerciais com as minas chegar quase à extinção, abre-se um período momentâneo de isolamento comercial. Mas, como detalha Costa Filho (2008), algum

²⁷Dayrell (1998) constrói a noção de “coevolução homem-natureza” para um processo em que interação entre os fatores biológicos e físicos predominantes nos ecossistemas influenciam as culturas humanas e como estas também moldam a paisagem e os ecossistemas. Desse processo relacional são formados os agroecossistemas.

comércio ainda é preservado por grandes fazendeiros na atividade pecuária com o fornecimento de gado e couro para a Bahia e também para a província de Goiás.

De acordo com o autor, no século seguinte, o cenário se mantém sem grandes alterações, e nesse período se dá a ampliação e formação de vilas e comércios e a organização do poder político local com o protagonismo e manutenção do domínio pelos fazendeiros, portanto sem alterações dos mandatários do poder local que desde a colônia até a república: “sempre ditaram a ordem política no sertão, marcada pela violência das elites locais e pelo banditismo social, como contrapartida do coronelismo” (p. 40).

Esse sistema de organização econômica e comercial pelas grandes fazendas se amplia ao longo do século XIX e sofre poucas alterações no decorrer do século XX. Ele é influenciado sobretudo pela demanda do mercado internacional por produtos como o algodão e o couro, abrindo caminhos de acesso à região e a expansão demográfica.

Desde então, a região iniciou seu ciclo de especialização produtiva, a princípio por iniciativa dos proprietários locais e, no século seguinte, como estratégia estatal. A atividade algodoeira estabelecida nas terras férteis do pé da Serra do Espinhaço, na microrregião de Porteirinha, chegou a assumir contornos da grande lavoura colonial, tão representativa quanto a cana-de-açúcar naquele período, de traço essencialmente agroexportadora, resultado da demanda estabelecida pelo mercado da revolução industrial inglesa (PRADO-JUNIOR, 1999). Para Costa Filho (2008), especialmente, essa região conciliou historicamente pelo menos duas atividades principais: a pecuária e a algodoeira. Mesmo após o período do “boom algodoeiro” no mercado externo a atividade foi retomada no último quartel do século XIX e se manteve pujante até meados da década de 1980.

Por sua vez, as comunidades locais se mantiveram nos interstícios das grandes fazendas na condição de pequenos proprietários, posseiros e agregados espalhados pelo sertão. Para Dayrell (2009) essas comunidades ao seu modo constituíram-se como um todo econômico, dedicando à produção de autoconsumo através da organização coletiva assentada nas relações de parentesco, vizinhança e compadrio, que viabilizou uma agricultura diversificada e extrativista associada à criação de gado na “solta” (DAYRELL, 2009), além da contribuição na economia local por meio da produção voltada para a venda em feiras, fornecimento para atravessadores e relações de troca envolvendo vizinhos.

Dayrell (1998) aponta a existência no passado recente de um forte trânsito de produtos e agricultores dos gerais em direção às feiras na região da Serra Geral, trata-se dos graiseiros que desciam a Serra do Espinhaço com objetivo de trocar e vender seus produtos nas feiras de municípios que margeiam a Serra (Porteirinha, Mato Verde e Monte Azul e outros municípios).

Dessa região também eram enviados produtos para serem comercializados nos gerais. Esse trânsito ainda existe, atualmente em menor volume de pessoas e mercadorias negociadas. Para o autor, esse conjunto de comunidades locais dos diferentes agroambientes tiveram importância fundamental no abastecimento e manutenção dos mercados locais desde o período colonial, na medida em que essas famílias se dedicaram à produção e agroindustrialização doméstica de uma diversidade de produtos oriundos dos agroambientes habitados.

Na próxima seção, será melhor detalhado como essa estrutura organizativa será remodelada a partir da década de 1950, com uma contribuição decisiva da ação estatal na perseguição de um modelo ainda em formação, nesse período, de desenvolvimento regional. Aos grandes proprietários o convite à modernizar e profissionalizar a dinâmica produtiva e organizacional de suas fazendas; ao empresariado externo a abertura de áreas para investimentos e crédito facilitado; por fim, às comunidades locais o não reconhecimento de suas práticas e saberes, a essas a imputação de representantes do atraso e a convenção de que poderiam ter melhores oportunidades nas cidades.

1.2. Principais políticas públicas de modernização agrícola na região da Serra Geral (1940-1980)

Será a partir da década de 1940, que a anterior intenção imperial de integrar a região Norte de Minas à escala Nacional começa a ganhar concretude. A estrada de ferro que em 1926 ligou Montes Claros a Belo Horizonte e ao Rio de Janeiro, mais tarde, a partir de 1942, os trilhos da Ferrovia Central do Brasil avançaria pelo sertão mineiro trazendo imigrantes para ocupar áreas no entorno das obras da Ferrovia adentrando o sertão baiano com destino a Salvador. Nesse percurso, veio saneando ambientes dominados pela malária e abrindo espaço para novas ocupações de terra, além de trazer gente de fora também acolheu grupos locais para mão de obra.

Costa Filho (2008, p. 49) aponta a contribuição das obras da ferrovia para o avanço da ocupação. Os migrantes vindos para o trabalho como assalariados no fornecimento de dormentes para a linha férrea trouxeram suas famílias e passaram a ocupar pequenos pedaços de terra e a cultivar roças de subsistência, ao mesmo tempo, maiores porções de “terra foram

sendo afazendadas por membros das principais famílias das cidades da região. Trilhos e ocupação de terras avançam no mesmo ritmo sertão adentro, expulsando e expropriando famílias negras que aí se encontravam”. O autor destaca ainda o aumento na chegada de migrantes e o crescimento populacional nas vilas e distritos por onde passou a linha de ferro, mais tarde alguns desses lugarejos tornaram-se municípios, a exemplo os municípios de Capitão Enéas e Janaúba.

De acordo com Dayrell (1998), até meados da década de 1970, a produção nesta região do estado estava organizada nas grandes fazendas de criação de gado e em comunidades locais de agricultores de base campesina. Estes viviam da agricultura agroextrativista de produtos de autoconsumo e da coleta de recursos vegetais oferecidos pelos ecossistemas locais.

No entanto, mais de dez anos antes, o Governo Federal se movimentava em torno de um plano para essa região, o Governo Juscelino Kubitschek, no conjunto de seu programa desenvolvimentista, criou pela lei 3.692 de 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, idealizada pelo economista Celso Furtado. De acordo com Oliveira (2000), a Superintendência tinha como objetivo promover ações que resultassem na progressiva diminuição das desigualdades entre as regiões do país. A autora destaca ações de grande impacto, tais como o projeto de colonização do interior do Maranhão, projetos de irrigação em áreas de semiárido e o incentivo ao cultivo de plantas mais adaptadas ao clima do semiárido. Ainda segundo Oliveira (2000), a SUDENE foi planejada para ter como território de atuação o “Polígono das Secas”²⁸ e a Área Mineira do Polígono das Secas – AMPS.

Desde então, no Norte de Minas, as ações do governo federal estavam sob o comando da SUDENE em parceria com o governo Estadual, como será melhor detalhado à frente. Da parte do governo federal, estavam previstos estímulos financeiros e fiscais; à cargo do governo do estado estavam os investimentos públicos em infraestrutura básica, como: estradas, produtos energéticos e telecomunicações. Apesar dos investimentos na formação de parques industriais em alguns municípios (Montes Claros, Bocaiuva, Capitão Enéas), o maior volume de investimentos esteve voltado especialmente para o programa de “modernização agrícola”. Sem alterar a estrutura fundiária preexistente o conjunto de iniciativas estatais privilegiou também a atração de investimentos da agricultura empresarial, como a produção florestal de eucalipto e

²⁸ O território de abrangência do “Polígono das secas” foi definido em 1936 (Lei 175/36), não incluindo o Norte de Minas. Isso só ocorreria em 1946 pelo Decreto-Lei nº 9.857. O mesmo seria ampliado pela Lei 1.348 de 1951. De acordo com Oliveira, 2000, em 1951, novos municípios foram incluídos devido a lei de desmembramento, de lá pra cá, aos poucos novos entendimentos foram permitindo que a área mineira da Sudene (como passou a ser conhecida) incorporasse vários municípios, especialmente, em 1998, quando a lei 9.690 permitiu a incorporação de 54 municípios do Vale do Jequitinhonha.

pinos para geração de energia (carvão vegetal), a produção agrícola intensiva, parte dela voltada para a estruturação de perímetros irrigados (Projetos Jaíba e Gorutuba). Na região em estudo, os incentivos foram direcionados para a cultura do algodão (COSTA FILHO, 2008).

Quadro 2 - Principais políticas públicas orientadas para o Norte de Minas, no século XX

Ano/déc	Política	Órgão responsável	Finalidade
1925	Expansão Ferrovia Central do Brasil em direção ao interior Mineiro e Baiano	Gov. Federal / Inspetoria Federal de Estradas	Interligação ferroviária entre Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Montes Claros, o Sertão de Minas e Bahia até chegar em Salvador
1954	Projeto de colonização da Jaíba é fruto da ação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, constituído em 1954	Gov. Federal / Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste -SUDENE; Banco do Nordeste - BNB	O projeto foi idealizado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC prevendo a disponibilização de 310.000ha de terras para ocupação no Jaíba.
1961-1967	“Plano de Colonização e Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais”,	Gov. Estadual / Fundação Rural Minas - RURALMINAS;	Em 1967, a Fundação Rural Minas - RURALMINAS - implementou o “Programa de Assentamento de Colonos”, como parte do “Plano Integrado do Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas” - PLANOROESTE
1960-1969	Programa Nacional de Papel e Celulose - PNPCC e o Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal - PSNCV	Gov. Federal e Estadual/SUDENE; Fundo de Investimentos Setoriais - Fiset; BNB; RURALMINAS;	Foi planejado para fornecer matéria para os parques siderúrgicos do país. Para tanto, foi criado o fundo de investimentos Fiset para financiamento de abertura de áreas de reflorestamento para atendimento de pólos siderúrgicos;
1974	Programa Distritos Florestais	Gov. Estadual /Ruralminas	Em Minas o Programa foi planejado para atender parque siderúrgico estruturado no Estado. Nesse período foi iniciado o monocultivo de pinus e eucalipto nomeado de “florestas energéticas” em áreas da região Norte, Noroeste e no Vale do Jequitinhonha.

1979-1980	Programas especiais: Programa de Desenvolvimento Rural integrado do Vale do Gortuba – PDRI Gortuba e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste – PAPP;	Gov. Estadual /Secretaria de Planejamento - SEPLAN; Ruralminas	O Programa reuniu um conjunto de órgão de Estado com objetivo viabilizar assessoramento técnico, obras e investimentos voltados para a modernização de pequenas propriedades rurais
-----------	---	---	---

Fonte: Organizado pelo autor (2018).

Posteriormente vê-se que o conjunto de iniciativas econômicas Estatais, então alinhado à lógica de inserção em mercados, vai invisibilizar e por consequência vulnerabilizar comunidades locais cancelando processos expropriatórios dos agricultores de seu território, promovendo a degradação dos recursos naturais e o aumento da concentração fundiária em toda região.

De acordo com Oliveira (2000), enquanto a SUDENE se encarregou do desenvolvimento da região Nordeste do Brasil (aí incluindo o “Polígono das Secas”), a Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco - CODEVASF, articulada com a SUDENE, ocupava-se do desenvolvimento econômico da bacia hidrográfica do rio São Francisco. As duas instituições juntamente com o Banco do Nordeste (BNB), dentre outros executaram no estado de minas o Programa Nacional de Papel e Celulose - PNPC - e o Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal – PSNCV, para os quais, em 1975, foi criado o Fiset - Fundo de Investimentos Setoriais²⁹.

A investida Federal teve uma importante contrapartida do Governo do Estado. O Estado mineiro reuniu diversas secretarias e empresas estatais na elaboração e execução de “Programas Especiais” com foco no meio rural. Assim órgãos federais e estaduais trabalharam conjuntamente numa ação sincronizada de execução dos Programas³⁰. Em meados da década de 1970, alinhado com os programas nacionais de Papel e Celulose e o Plano de atendimento à siderurgia Nacional, em Minas foi executado o “Programa Distritos Florestais”. Dentro do Programa foram elaborados dispositivos legais de incentivos fiscais e de disponibilização de

²⁹O Fiset previa incentivos fiscais e financiamentos subsidiados para as atividades relacionadas com o reflorestamento. O fundo atuou especialmente no estímulo ao reflorestamento monocultural do eucalipto e na pecuária extensiva.

³⁰ Os diferentes Programas e Projetos foram Executados a partir de convênios com diferentes órgãos do Estado: EMATER-MG, para execução do Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural e Bem Estar Social; com a EPAMIG, para execução do Projeto de Pesquisa e Experimentação; com a SEDECOOP, para execução do projeto de comercialização e cooperativismo; com a CODEVASF, para execução de parte do Projeto de Irrigação; com a Secretaria Estadual de Saúde, para execução do Programa de Saúde e Saneamento; com a Secretaria de educação, para execução do Programa de Educação; com o DER-MG, para execução do Programa de Transporte e parte do projeto de Irrigação (estradas vicinais) (DAYRELL, 1998).

amplas terras públicas em áreas de chapada nos “gerais”³¹ para empresas de “reflorestamento”. Nesse período extensas áreas de cerrado são ocupadas por monocultura de pinus e eucalipto nas regiões Norte, Noroeste e Jequitinhonha. Comunidades inteiras de moradores dos gerais foram obrigados sair de suas casas e as que ficaram foram encurraladas pelas áreas de monocultivos. Mas no discurso do governo estadual e federal, os projetos vinham preencher os “vazios” econômicos e demográficos, uma maneira de ocupar terras pouco apropriadas para explorações agrícolas e pastoris.

Por sua vez, na ampla baixada são Franciscana, o projeto Estatal de modernização da agricultura foi estruturado em três frentes: uma mais conservadora de preservação da estrutura fundiária preexistente, priorizou o incentivo financeiro à pecuária de gado de corte; outra frente, mais intensiva em ações estruturais com forte intenção de alterar a paisagem produtiva regional focou na implementação de perímetros irrigados concentrados na região do vale do gorutuba (Programa de Desenvolvimento Rural integrado do Vale do Gorutuba – PDRI); por fim, nas terras férteis da caatinga à beira da Serra Geral, o incentivo à produção do algodão mobilizou grandes proprietários além de envolver inúmeras pequenas propriedades rurais.

Conforme nos apresenta Dayrell (2000), se de um lado, com a grande disponibilidade de recursos financeiros, facilidades fiscais e acesso gratuito às terras dos gerais, o governo foi generoso com as grandes empresas reflorestadoras³² “chegantes”, de outro, não desagradou os grandes proprietários rurais históricos da planície São Franciscana, para os quais disponibilizou subsídios voltados à “modernização” das fazendas. Grandes fazendas tradicionais criadoras de gado, localizadas, principalmente, nos terrenos mais férteis ao longo dos cursos d’água de maior porte (rio São Francisco, rio Verde Grande, rio Gorutuba), foram estimuladas a se modernizarem por via de uma série de recursos subsidiados. Legalizaram cartorialmente os documentos de propriedade e cercaram os limites imprecisos de “suas” terras onde, muitas vezes, já habitavam, anteriormente, gerações de pequenos agricultores posseiros que foram dali expulsos. Rompeu-se de vez o pacto anteriormente estabelecido entre grandes fazendeiros e posseiros (DAYRELL, 1998), o qual comentamos a respeito na seção anterior.

Em um estudo comparativo dos dados do censo agropecuário do ano de 1960 e de 1970, Costa Filho (2008, p. 54) evidencia um movimento de concentração de terras nesta região. Para

³¹ De acordo com Dayrell (1998) trata-se de áreas do topo da Serra do Espinhaço e do planalto, eram compreendidas pelo Estado como terras públicas, devolutas, ao mesmo tempo inúmeras comunidades de camponeses ocupavam essas áreas há mais de séculos.

³² Como a constituição mineira à época não permitia cessão de terras com áreas acima de 3 mil hectares, o governo mineiro apelou para o Senado Federal, que por meio de resoluções, autorizou o governo de Minas a alienar as terras. Foram concedidos a 18 empresas um total de 1.436.050 ha.

ele, “os investimentos trouxeram crescimento momentâneo da economia e melhoria da infraestrutura de algumas cidades, mas também aceleraram a privatização das terras, associada à exploração indiscriminada dos recursos naturais”. O autor tomou como referência três municípios da Serra Geral – Monte Azul, Porteirinha e Janaúba – onde programas Estatais de modernização agrícola eram flagrantes (produção de algodão/pecuária extensiva e fruticultura irrigada, respectivamente). Segundo dados do Censo Agropecuário de 1960 tratados por Costa Filho (2008), no Município de Monte Azul existiam um total de 2.263 proprietários de aproximadamente 66.188 ha, o que representa uma média de 29 ha. por estabelecimento. Em Porteirinha, o Censo apontava para um total de 2.344 proprietários para 234.437 ha, o que representava uma média de 100 ha por propriedade/estabelecimento. Por fim, em Janaúba existiam 1.636 proprietários de aproximadamente 195.393 ha, com uma média de 119 ha por estabelecimento.

Os dados tratados revelam que em dez anos registou-se um aumento considerável da área ocupada e uma maior concentração de terras, o que para Costa Filho (2008) sugere uma “estreita relação com o processo de cartorização, grilagem e afazendamento de terras de agricultores e comunidades locais”. O município de Monte Azul teve um crescimento de 264% da área ocupada (de 66.188ha para 241.127ha). O número de proprietários, por sua vez, reduziu para 2.244, o que resulta em uma média de 107 ha por proprietário, superando em mais de três vezes a média anterior (29h/proprietário). Outro município que viu sua área ocupada crescer consideravelmente e o número de proprietários cair foi o município de Janaúba. A área ocupada cresceu 74% (de pouco mais de 195 mil/ha para ~ 263 mil/ha). Semelhante à Monte Azul, apesar do aumento da área, o número de proprietários caiu de 1.636 para 1.619, o que elevou a média de hectares por proprietário (de 119 ha para 162 ha).

Porteirinha, por sua vez, apresenta movimentos diferentes em relação aos dados dos dois municípios anteriores. Em Porteirinha houve um aumento considerável no número de proprietários de 2.344 para 3.114. E, diferente dos casos anteriores, houve também uma redução da área titulada ocupada em 7%, o que resultou numa redução de 30% no tamanho médio das propriedades. Os dados de Porteirinha sugerem uma disputa maior pela terra no período analisado, contexto dos incentivos voltados à produção do algodão e à pecuária extensiva.

Como citado, uma das investidas Estatal com impactos diretos na estrutura fundiária, produtiva e ambiental na microrregião da Serra Geral foi a ocupação mediante projetos de Colonização a partir de perímetros irrigados: Projeto Jaíba e Projeto Grotuba. Desde a década de 1950, após o serviço de sanitização livrar a Jaíba do mosquito da Malária, o Governo Federal elaborou um projeto de colonização por meio do Instituto Nacional de Imigração e Colonização

– INIC (COSTA FILHO, 2008). Num primeiro momento, devido à distância da região de centros urbanos de maior porte e as limitações das vias de acesso, o projeto não teve grande adesão. Em 1967, o Governo do Estado por intermédio da Fundação Rural Minas - RURALMINAS - implementou o “Programa de Assentamento de Colonos”, como parte do “Plano Integrado do Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas” – PLANOROESTE, em que dos sete núcleos a ser colonizados, três estavam na Jaíba (Idem). A disponibilização de 310.000ha de terras da Jaíba abriu caminho para a chegada de inúmeras empresas agroindustriais.

No entanto, a ocupação da Jaíba e do Gortuba se deu mediante inúmeros conflitos. No Gortuba, a “privatização”/retenção da água do Rio Gortuba para a irrigação das lavouras no curso da área do Projeto levou ao secamento do rio à jusante, na parte posterior ao perímetro irrigado. Esse quadro levou a conflitos envolvendo comunidades locais que residem às margens do Rio Gortuba, isto é, comunidades quilombolas do vale do gortuba.

No Projeto Jaíba, Costa Filho (2008) observa o duplo papel do Estado, de uma parte, atuou como catalisador de investimentos privados na agricultura, de outro, orquestrou a retirada de dezenas de famílias de suas propriedades à força. O autor questiona o argumento do Estado, na figura da Ruralminas, de que os 310.000 ha tratava-se de terras devolutas e que sua função era legitimá-las. Quando, na verdade, nessa região observou-se um despejo em massa de posseiros que ocupavam o interior da mata da Jaíba. As indenizações, quando houve, estavam muito aquém das benfeitorias existentes nas propriedades, “a maioria [das famílias], entretanto, foi simplesmente obrigada a deixá-las em troca de nada” (p.58). Também nas grandes fazendas há relatos de insatisfações, aos proprietários eram oferecidas terras menos férteis em outras regiões e indenizações pouco atrativas (COSTA FILHO, 2008).

Mais interessado em promover uma “integração” vertical dos pequenos produtores à estratégia estabelecida de “modernização da agricultura” do que uma preocupação com distorções e invisibilidades das ações que privilegiaram as grandes propriedades, o governo federal e estadual montam um amplo “programa especial” de inclusão produtiva da agricultura de base camponesa. Nos anos de 1979/1980 são colocados em curso o Programa de Desenvolvimento Rural integrado do Vale do Gortuba – PDRI e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste – PAPP, os dois Programas mobilizaram um conjunto de órgãos de assessoria técnica e financiamento público para a modernização das pequenas propriedades (COSTA FILHO, 2008).

Também sob a gestão da Ruralminas, a partir de convênio estabelecido pela Secretaria de Planejamento do Estado de Minas (SEPLAN), convênios buscaram integrar ao Programa

PDRI diversos outros programas e respectivos órgãos responsáveis naquilo que poderia resultar numa frente ampla de ações integradas: com a EMATER para projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural; com a EPAMIG, para execução do Projeto de Pesquisa e Experimentação; com a SEDECOOP, para execução do projeto de comercialização e cooperativismo; com a CODEVASF, para execução de parte do Projeto de Irrigação; com a Secretaria Estadual de Saúde, para execução do Programa de Saúde e Saneamento; com a Secretaria de educação, para execução do Programa de Educação; com o DER-MG, para execução do Programa de Transporte e parte do projeto de Irrigação (estradas vicinais).

No entanto, esse modelo produtivo, sob a égide da Revolução Verde promoveu uma acelerada mudança na paisagem regional. Uma parcela de pequenos agricultores que conseguiram se enquadrar nos critérios de inclusão dos projetos Jaíba e Grotuba tiveram dificuldades com o sistema de produção intensiva, além dos altos custos das contas de energia e água. Endividados, muitos desistiram da atividade. Também nesse período uma parcela significativa da população rural migrou para as cidades, seja pela perda das terras ou pela busca de melhores condições de vida. A degradação ambiental também foi intensa, de acordo com Dayrell (1998), enquanto, em 1970, 85% da região era coberta por mata nativa, em 1990 a cobertura original caiu para 32%. Apenas o Projeto Jaíba em sua primeira fase de implementação desmatou 100.000ha³³.

O autor chama atenção para profundas mudanças que a suposta modernização da agricultura de base camponesa viria a provocar. Entre as quais podemos citar: estímulo financeiro e técnico ao monocultivo da cultura algodoeira nas pequenas propriedades condicionada ao uso de defensivos químicos e fertilizantes industriais; a difusão do uso de sementes híbridas de milho e feijão sem preocupação com o risco de extinção da riqueza genética da diversidade de sementes tradicionais historicamente adaptadas aos agroambientes locais; disponibilização de maquinaria agrícola pesada e implementos não coerentes à complexidade técnica do sistema de produção local. Com efeito, a mesma receita já teria sido implantada para a agricultura empresarial, mas, obviamente, numa escala muitas vezes maior.

Nesse contexto, a retomada da produção algodoeira projetou novamente a região da Serra Geral para interesses externos, a região viveu um novo boom algodoeiro na década de 1970. A atividade da cotonicultura fortaleceu ainda mais os grandes proprietários da região, o município de Porteirinha ganhou o nome de Capital Mineira do Algodão. Os maiores

³³ Esse amplo desmatamento, mais tarde na década de 1990, promoveu novo tensionamento aos posseiros desalojados da Jaíba, a criação de parques como condicionalmente ambiental ao Projeto constituirá novo elemento de tensão para saída, agora das áreas às margens do São Francisco para onde foram após o despejo.

fazendeiros além de plantar grandes extensões da planta viram a oportunidade de aumentar seus ganhos estabelecendo usinas de beneficiamento do algodão e prestando o serviço também aos demais produtores. Em geral, parte da produção era a moeda de troca pelo serviço.

A atividade capitalizou a população local e o produto chegou a ganhar o nome de ouro branco. A cotonicultura mobilizou diferentes agentes em torno da atividade, grandes e pequenos produtores rurais, bancos e casas de insumo. Os ganhos com a produção atingia tal nível de certeza que não só bancos disponibilizavam crédito aos produtores, mas também grandes produtores donos de usinas de beneficiamento, donos de casas agropecuárias. Esses mecanismos chegaram a estabelecer, à época e, ao seu modo, uma espécie de mercado futuro. Os agricultores, geralmente os pequenos, menos capitalizados, recebiam o dinheiro da safra com antecedência. Com isso, dinheiro em espécie, tão escasso nessa região até então, circulou de maneira farta.

Informantes³⁴ apontam que as feiras livres dos municípios diretamente envolvidos com a produção do algodão (Porteirinha, Mato Verde e Monte Azul) passaram a atrair ainda mais feirantes e consumidores de outras regiões, relatos dão conta de feiras bastante movimentadas com considerável fluxo de dinheiro. A maior parte dos feirantes externos vinham, especialmente, dos gerais, da região do Alto Rio Pardo. Estes ganharam apreço dos consumidores locais pela diversidade e qualidade dos produtos ofertados.

No entanto, relatos de pequenos agricultores de Porteirinha, levantados por Costa Filho (2008), evidenciaram que nem sempre os ganhos com a lavoura do algodão estavam garantidos e os financiamentos para a produção junto às instituições financeiras ou usineiros e donos de casas agropecuárias resultaram em endividamento para alguns agricultores. Os relatos dão conta de agricultores que vendiam sua lavoura de algodão antecipadamente a preços bem abaixo do mercado para usineiros que, por sua vez, beneficiavam o algodão e conseguiam, em outros estados, preços de revenda muito melhores para o produto mais acabado. Assim, para alguns agricultores, os valores recebidos não eram suficientes para quitar dívidas adquiridas com a produção e nestes casos os agricultores foram obrigados a dispor de propriedades ou parte dela para liquidar dívidas.

Em entrevista com agricultores de Porteirinha, o Costa Filho (2008) obteve relatos sobre o endividamento dos pequenos produtores de algodão:

O usineiro é quem beneficiava o algodão. Por exemplo, eu vendia pra você que é usineiro e você se capitaliza, ganhava dinheiro, e eu, como agricultor, talvez não

³⁴ Entrevista com ex-feirantes da feira livre do município de Porteirinha, que trabalhavam na feira no período anterior à década de 1980.

beneficiava a produção e vendia mais barato; você beneficiava e conseguia um preço maior. Então, a partir daí surgiram as fazendas mesmo; hoje tem aí municípios que têm muita fazenda, em função disso, os pequenos agricultores venderam pedaços para liquidar dívida e até pra ir embora daqui (COSTA FILHO, 2008, p. 54 – entrevista com o Sr. Adão Custódio).

Levantamento de dados do Censo Agropecuário do ano de 1985 apresentados por Costa Filho (2008) aponta uma concentração de estabelecimentos agropecuários de menos de 10 ha em municípios de incidência da atividade algodoeira. No município de Porteirinha, no período analisado pelo autor, dos 235.804 ha titulados para 5.633 estabelecimentos, 2.763 desses estabelecimentos apresentavam área inferior a 10ha, o que no somatório apenas desse grupo de estabelecimentos chega-se a uma área total de apenas 12.645ha. Isto quer dizer que mais de 50% dos estabelecimentos ocupavam apenas 5% do total da área ocupada. No município vizinho, Janaúba, onde as características de distribuição de terras e formato produtivo guarda semelhanças com Porteirinha, a lógica se repete, dos 263.849ha de área ocupada, dos 1.508 estabelecimentos titulados, 576 estabelecimentos ocupavam uma área de 2.507ha, o que representa uma média de menos de 5 ha por estabelecimento.

Após o fim do ciclo do algodão, em meados da década de 1990, houve uma nova tentativa de estabelecer um projeto estruturado de estímulo à agricultura de integração industrial no Território da Serra Geral, a produção da mamona (*Ricinus communis*). Trata-se de um projeto ambicioso lançado pelo fazendeiro e empresário, então Deputado Federal, Wilson José da Cunha³⁵, a proposta do empresário buscou retomar a antiga experiência da região, reconhecida pelo *boom* algodoeiro, da produção agrícola via monocultivos com integração agroindustrial. O novo projeto consistiu-se no estímulo à produção de mamona por grandes e pequenos agricultores com a perspectiva de direcionar a produção da mamona para a indústria de produção do óleo de rícino. O arranjo produtivo gozou de credibilidade de agentes e instituições públicas e privadas: contou com a parceria do governo do estado, políticos locais,

³⁵ Como veremos adiante, o empresário e político Wilson José de Cunha (1937 - 2012) guarda outra passagem polêmica na região, quando na condição de Prefeito, em meados da década de 1980, construiu o atual Mercado Municipal da cidade que por sua localização afastada da região central do município enfrentou resistência de parte da população. Além da vida política, o empresário se notabilizou ainda jovem como grande produtor de algodão no período do boom algodoeiro na região da serra geral. Como empresário também é conhecido por sua atuação no setor de hotelaria nos municípios de Porteirinha (MG), Montes Claros (MG) e Belo Horizonte (MG). Nascido em Porteirinha, no contexto do ciclo do algodão, foi grande produtor e dono de usina de beneficiamento do produto sediada em Montes Claros. Sua carreira política teve início no ano de 1982, quando foi eleito prefeito de Porteirinha pelo PDS. Entre 1991 e 1995, exerceu o mandato de deputado federal pela legenda PTB. Ele voltaria a ocupar o cargo, como suplente, na legislatura de 1999-2003, agora pelo Partido Liberal (PL). Em 2010, Wilson voltou a se candidatar para deputado federal, dessa vez pelo PMDB, mas não foi eleito. No pleito se notabilizou por ser disparado entre os políticos da região aquele com maior patrimônio declarado, isso apesar de claramente os valores dos bens apresentados estarem abaixo dos valores de mercado. Continuou envolvido com os negócios e em articulações políticas até a data de sua morte, no ano de 2012, em decorrência de um câncer.

instituições financeiras e organizações públicas e privadas de assistência técnica que mobilizaram milhares de pequenos e médios agricultores em vários municípios do, hoje, território da Serra Geral para a produção da mamona (SANTOS, 2011). No escopo do arranjo, o Deputado se apresentou na condição de empresário do agronegócio, principal agente comprador da produção dos agricultores integrados ao arranjo. Em outras palavras, atuou como atravessador na relação entre produtores da matéria prima e a indústria de rícino.

O referido arranjo produtivo seguiu o mesmo padrão da cotonicultura na região, no período anterior. Os agricultores foram incentivados a realizarem empréstimos nos bancos para subsidiar a produção; técnicos especializados em elaboração de projetos produtivos foram apresentados aos produtores para prestar o serviço. No entanto, após a colheita da produção, o empresário deputado não honrou com a promessa de comprar toda a produção (SANTOS, 2011).

Entre os anos de 2009 e 2011, quando realizei a pesquisa para dissertação do mestrado³⁶ (ver: SANTOS, 2011), tive a oportunidade de ouvir vários relatos de agricultores da região da Serra Geral sobre a experiência da produção da mamona no território, na década de 1990. O estudo teve como objeto de pesquisa o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que no semiárido mineiro, a Petrobras Biocombustíveis, em um primeiro momento, teve a mamona como principal matéria prima no trabalho da gerência de suprimentos da empresa para atender a planta industrial de fabricação de biodiesel, instalada em Montes Claros.

No estudo, colhemos vários depoimentos de agricultores sobre aquela experiência de estímulo à produção da mamona mobilizada pelo então deputado federal. Os relatos levantados deram conta de que mesmo onde ele chegou a comprar a mamona, a aquisição foi por preços abaixo dos praticados no mercado. Muitos agricultores ficaram com dívidas nos bancos, diante da baixa viabilidade de venda da produção e de outras alternativas de compradores, centenas de agricultores ficaram com sua produção estocada. Houve relatos de agricultores que venderam o quilo da mamona a R\$ 0,10 (dez centavos de reais), um valor muito baixo mesmo que aquele período (SANTOS, 2011).

A experiência fracassada ficou conhecida por todo o Norte de Minas. E deixou uma “herança maldita” para outras experiências de integração produtiva na região (SANTOS, 2011).

³⁶ Tive a oportunidade de aprofundar na experiência do programa PNPB que resultou na dissertação de mestrado intitulada: “A inserção da agricultura familiar do semiárido mineiro no arranjo produtivo da cadeia regional de produção de agrocombustível: a experiência da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão”. E também por meio de um estudo que realizei para a Articulação Nacional de Agroecologia no mesmo período que resultou na publicação “Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis”. A referida publicação encontra-se Disponível em: <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/agricultura-familiar-agroecologia-e-agrocombustc3adveis-ana-2011.pdf>.

Na referida pesquisa que realizei sobre o tema, concluímos que quase uma década depois, no contexto da chegada do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) na região, no ano de 2005, apesar do apelo de confiança e legitimidade de um projeto que envolveu a maior empresa Brasileira do setor de agroenergia, muitos agricultores apresentaram resistência à produção da mamona pelo histórico negativo de experiências anteriores.

Com efeito, apesar do conjunto de mudanças na paisagem regional desencadeadas pelo período de “modernização agrícola”, na segunda metade do século XX, o rural nessa porção do estado prevaleceu sob o binômio agropecuário, do início do século passado, com a consolidação de uma pecuária extensiva em grandes propriedades, por um lado, e, por outro, a permanência de uma agricultura de base campesina numerosa no conjunto dos estabelecimentos, contudo, ocupando pequenas porções de terras (COSTA FILHO, 2008). Esse cenário leva a crer que o período modernizador tencionou, mas não foi capaz de desarticular por completo os sistemas produtivos locais e seus canais de reprodução, haja vista, dentre outros aspectos, a pujança da oferta de produtos oriundos da agricultura de base familiar camponesa nas praças de mercados de feira livre em Porteirinha.

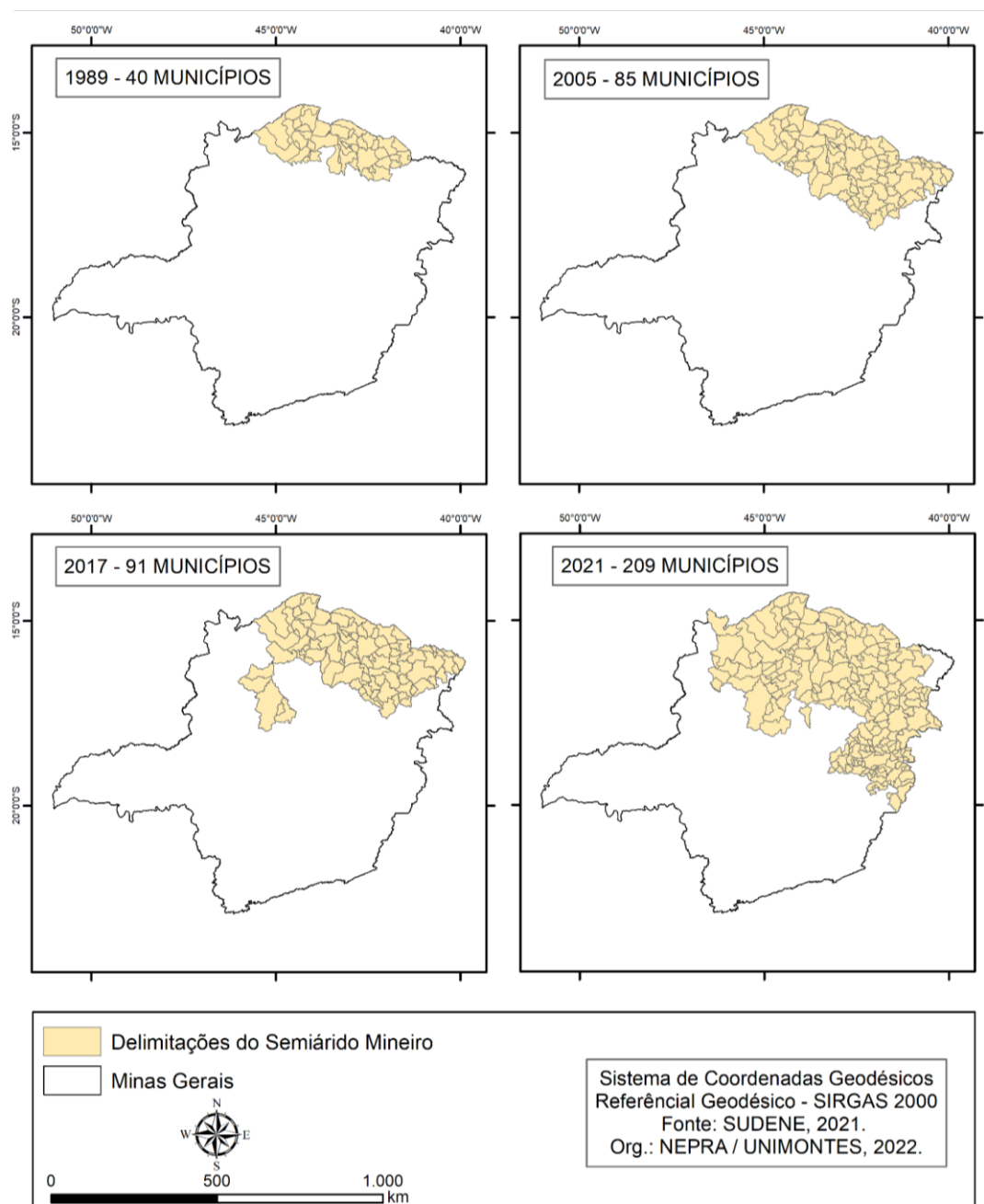
1.3. O Território da Serra Geral e a agricultura de base camponesa em Porteirinha

Para os propósitos desta pesquisa busquei analisar o município de Porteirinha, foco do estudo, a partir da abrangência de diferentes bases de dados, a saber: a região compreendida como Semiárido Mineiro, que abrange 209 municípios (mesorregiões Norte e Jequitinhonha); a mesorregião do Norte de Minas; por fim, o território da Cidadania da Serra Geral, que envolve 16 municípios, localizado geograficamente no interior da referida mesorregião Norte de Minas.

Aqui é importante apresentar a decisão em trabalhar com as definições territoriais do Semiárido Mineiro e do Território da Cidadania da Serra Geral. Conforme detalhado no Capítulo 01 desta tese, o histórico do município foco do estudo passa por processos de ocupação que envolvem deslocamentos populacionais que partem da margem direita do Rio São Francisco até o pé da Serra Geral, bem como do interior da Bahia ao encontro com a mesma

região. Por sua vez, a condição de área de incidência de semiárido para os municípios envolvidos permite o acesso a um conjunto de ações estatais, sobretudo por parte do governo federal, para o “enfrentamento” das adversidades do clima semiárido. Algumas dessas ações implementadas na região do estudo serão analisadas neste capítulo. Como é possível observar no mapa a seguir, a definição da área do semiárido mineiro aumentou em mais de cinco vezes o quantitativo de municípios inicialmente caracterizados em um período de 15 anos, saindo de 40 municípios no ano de 2005, para 209 municípios até o ano de 2021.

Mapa 2 - Evolução da área de abrangência do Semiárido Mineiro



Fonte: NEPRA/UNIMONTES (2022).

Por sua vez, a mesorregião do norte de Minas Gerais possui uma área de 120.701 km² que corresponde a 20,7% do território do estado, sendo composto por 89 municípios. O “Relatório Propositivo” do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas - FDSM³⁷, publicado no segundo trimestre do ano de 2020, confirma as preocupações do coletivo de organizações que compõem o Fórum com a redução ações estatais no âmbito das políticas de desenvolvimento rural e de segurança alimentar nesta região, sobretudo, pela presença de significativos de grupos sociais aos quais a inexistência ou inconstância dessas políticas pode contribuir para o recrudescimento de processos históricos de vulnerabilização das famílias camponesas e comunidades tradicionais locais. No Norte de Minas, 85% dos estabelecimentos da agropecuária são de agricultores familiares (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). A região tem 97 assentamentos rurais da reforma agrária, onde vivem 5.546 famílias³⁸, onde também habitam duas etnias de povos indígenas (Xacriabá e Tuxá), pouco mais de 20% (218) das comunidades quilombolas identificadas no estado, além das comunidades tradicionais caatingueiras, geraizeiras, pesqueiras, vazanteiras, veredeiras e apanhadoras de flores - Norte de Minas e região de Diamantina (DAYRELL, 2019).

Fruto de um histórico processo de concentração fundiária, detalhado no capítulo anterior, o acesso à terra é outra questão que continua não resolvida nessa porção do estado. E a condição dos estabelecimentos rurais de famílias agricultoras entrevistadas neste estudo confirmam o cenário, nesse grupo, a mediana das propriedades é de até dois hectares apenas. Ainda assim, os territórios tradicionais dessa região são historicamente marcados por situações de ameaça e conflitos com grileiros de terra (apenas 15% têm seus territórios tradicionais regularizados).

Outro aspecto destacado no relatório do Fórum DSNM, e confirmado no levantamento da história de vida das famílias pesquisadas, constitui a ocorrência nesta região de migrações sazonais para o trabalho temporário em lavouras do Alto Paranaíba, Noroeste e Sul de Minas, além de São Paulo. Além disso, como aponta o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2019), são muitos os casos nesta região de trabalhadores expostos a trabalhos análogos a escravidão, o que colocou o estado de Minas Gerais no topo da lista de

³⁷ O Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas constitui um espaço colegiado que reúne dezenas de entidades da sociedade civil, pastorais da igreja católica, movimentos sociais e instituições de ensino superior para debate da questão agrária, ambiental, social e políticas de desenvolvimento rural no Norte de Minas. O referido documento propositivo intitulado “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto da Crise Desencadeada pela COVID-19” foi assinado por dezoito organizações presentes na reunião do Fórum, em março de 2020.

³⁸ INCRA- MG: relatório DTI/SIPRA (2018).

estados com maior número de vítimas do trabalho escravo³⁹. Não obstante, a saída para o trabalho temporário fora da terra natal para trabalhos temporários nem sempre é a saída para se estar livre da situação de trabalho em condições degradantes e ou análogas à trabalho escravo, como bem relatou Pires *et al.* (2021), o STTR de Porteirinha já teve que fretar um ônibus para resgatar trabalhadores rurais que estavam condicionados a tais modos de trabalho em plantações de cana de açúcar no estado de São Paulo.

Os dados do CadÚnico (2016) confirmam o grau de vulnerabilidade das famílias nessa região do estado, no ano de 2016, o cadastro apontava 358.516 mil famílias vivendo em situação de vulnerabilidade no Norte de Minas. Ainda segundo essa fonte, no estado de Minas Gerais, 40% das famílias em situação de pobreza extrema, inscritas no CadÚnico (2016), vivem em áreas rurais do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.

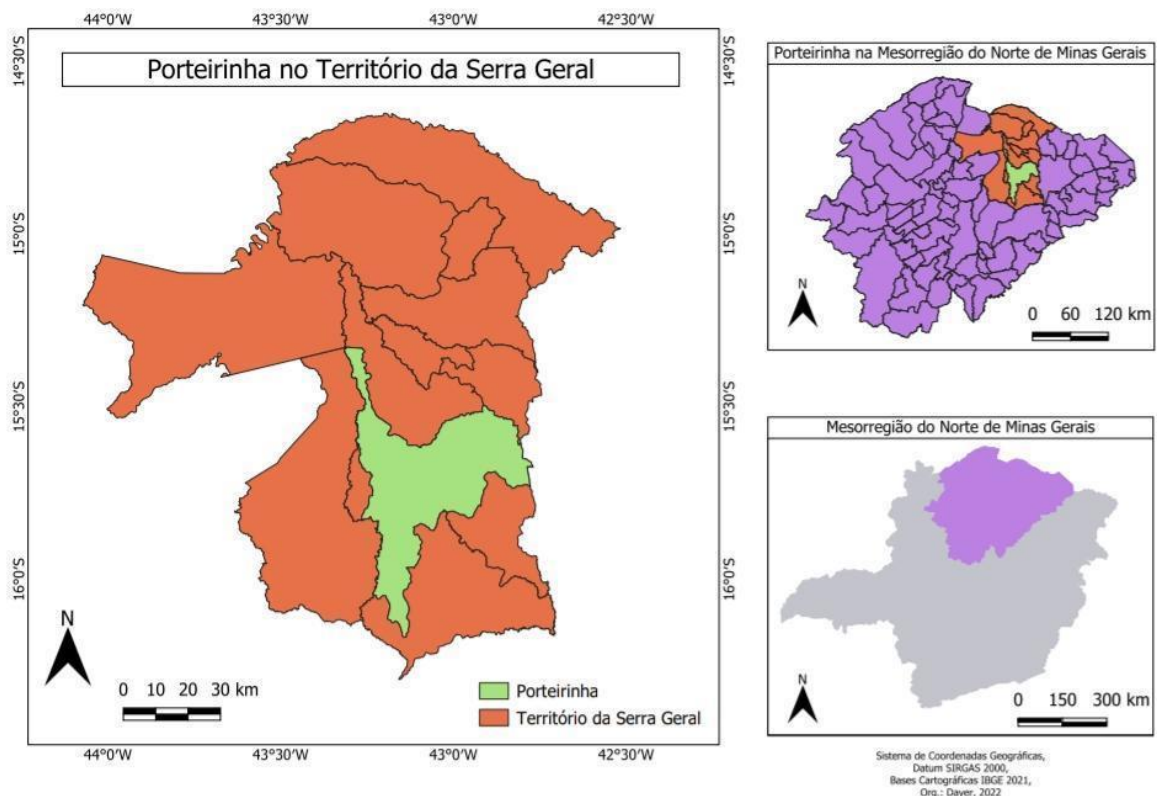
E no território da Serra Geral, uma região histórica de expressão das características da condição semiárida do Norte de Minas, o cenário de vulnerabilização das populações locais tende a se repetir e até mesmo aprofundar. Os municípios do Território que estão localizados na encosta ou sopé da Serra Geral, possuem vegetação típica de caatinga e com as menores taxas pluviométricas da mesorregião norte de Minas, em torno de 700 milímetros, com chuvas concentradas entre novembro e março. Exatamente, pela existência de famílias em condições de vulnerabilidade social, é que no ano de 2003 foi definido na região o Território da Serra Geral, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), e, a partir de 2008 passou a integrar o Programa Território da Cidadania - PTC, sendo um dos nove territórios da cidadania criados pelo governo federal dentro do Programa. Estamos tratando de uma região situada entre a Serra do Espinhaço e a margem direita do Rio São Francisco. O território é constituído por 16 municípios, a saber: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Verdelândia, Matias Cardoso, Manga, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas.

Conforme Censo Demográfico de 2010, a região possui 247.487 habitantes, sendo que 63% vivem no espaço urbano e 36% no rural (IBGE, 2010). Entre 2000 e 2010 houve o aumento de 4% da população total dos municípios. Destaca-se, uma população rural composta por

³⁹ De acordo com os dados do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2019), Minas Gerais segue sendo o estado com maior número de vítimas do trabalho escravo. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>

19.357 agricultores familiares, 1.793 famílias assentadas e 21 comunidades quilombolas e um IDH médio de 0,64.

Mapa 3 - Localização do município de Porteirinha no Território da Serra Geral



Fonte: Organizado pelo autor (2022).

Entre o Censo Demográfico de 2000 e de 2010, a população rural reduziu de 42% para 37% na região. Ainda assim, o contingente rural da Serra Geral é mais expressivo do que a média brasileira 15,6% e a estadual 14,78%. Em outras palavras, estamos tratando de uma região expressivamente rural, sobretudo, levando em consideração a definição de Veiga (2002) para municípios rurais, segundo a qual um município é considerado rural quando apresenta população inferior a 50 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 hab./km². Com exceção de Janaúba, todos os municípios do território da Serra Geral apresentam essa

característica, e o expressivo número de agricultores familiares no município de Porteirinha justifica sua escolha como espaço empírico da pesquisa.

Tabela 1 - População Total, Urbana e Rural da Serra Geral, censos 2000, 2010

MUNICÍPIO	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Catuti	5337	2900	2437	5102	2978	2124
Espinosa	30978	16811	14167	31113	18023	13090
Gameleiras	5263	855	4408	5139	1413	3726
Jaíba	27287	13148	14139	33587	17635	15952
Janaúba	61651	53891	7760	66803	60570	6233
Mamonas	6138	1785	4353	6321	2812	3509
Mato Verde	13185	9349	3836	12684	9459	3225
Monte Azul	23832	11478	12354	21994	12418	9576
Nova Porteirinha	7389	4182	3207	7398	4069	3329
Pai Pedro	5832	1592	4240	5934	1749	4185
Porteirinha	37890	18140	19750	37627	19338	18289
Riacho dos Machados	9358	3084	6274	9360	4499	4861
Serranópolis de Minas	4038	1567	2471	4425	1728	2697
TOTAL	238178	138782	99396	247487	156691	90796

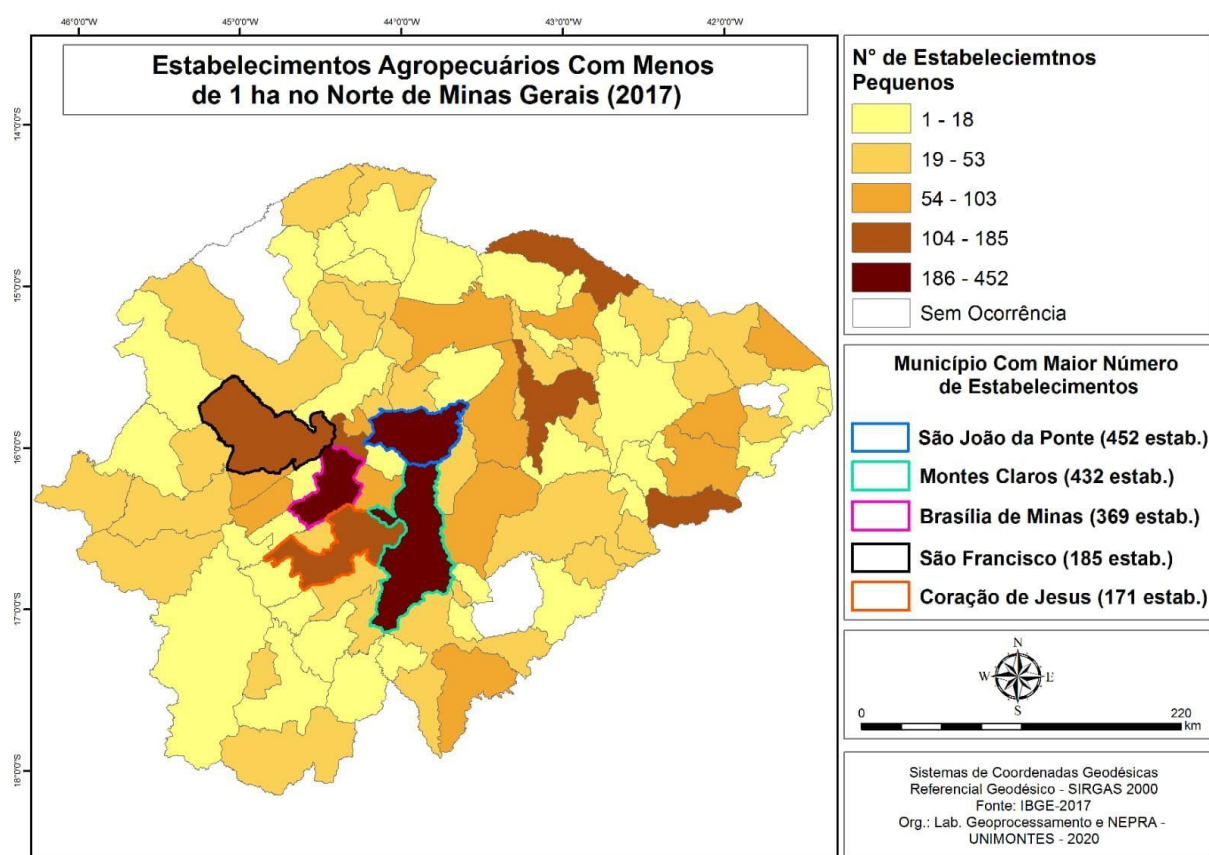
Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000, 2010.

Numa leitura estrita do quadro agrícola atual, o território Serra Geral apresenta duas dinâmicas de produção, de um lado, grandes propriedades de agricultura empresarial/patronal com extensas áreas de pasto para gado de corte e lavouras irrigadas, destinadas à fruticultura e, mais recentemente, à produção de cana-de-açúcar para etanol, e grãos, especialmente, nos projetos Jaíba e Gortuba (uma produção centrada nos mercados de grande escala: CEASAs, frigoríficos, mercado de biocombustíveis, mercado exportador).

De outro, pequenas propriedades de agricultores de base camponesa com lavouras, algumas cabeças de gado leiteiro, criadores de pequenos animais e agroindústrias domésticas rurais com uma produção de autoconsumo de conexões nos circuitos de comercialização local – feiras livres e outros. Uma característica marcante dos estabelecimentos da agricultura familiar na Serra Geral é o tamanho reduzido da área ocupada, apesar do segmento representar

83,78% dos estabelecimentos rurais, ocupando apenas 33,97% da área total (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). O que representa uma média de 20,7 hectares para cada estabelecimento. Já a agricultura patronal ou não familiar, por sua vez, representa 16,22% dos estabelecimentos rurais e ocupa 66,33% da área. A área média dos estabelecimentos não familiares é de 211 hectares. E o município de Porteirinha está entre os municípios com maior quantitativo de estabelecimentos da agricultura familiar (2.556), e também entre aqueles municípios com maior número de estabelecimentos com menos de 1 hectare (ver mapa).

Mapa 4 - Estabelecimentos com menos de 1 ha em Porteirinha



Fonte: NEPRA/UNIMONTES (2020).

Apesar das restrições da condição edafoclimática, historicamente, o Território da Serra Geral, especialmente os municípios mais próximos ao “pé” da Serra do Espinhaço apresentam forte vocação para a pecuária leiteira. Dados da EMATER MG do ano de 2017 indicam que cerca de 6.753 agricultores familiares estão envolvidos com a produção de leite, na microrregião. Naquele ano, foram produzidos 49,6 milhões de litros de leite, a partir de um rebanho de 42.835 vacas (EMATER-MG, 2017).

Com efeito, uma marca da feira livre de Porteirinha é o tradicional queijo de leite cru e o requeijão moreno encontrados em várias bancas pelo mercado. Em Porteirinha existem mais de uma centena de queijarias, na região a produção mensal ultrapassa a marca de 160 toneladas⁴⁰. Isso porque esses produtos também encontram boa aceitação em mercados bem distantes da região como nos mercados de feira livre e rede de lanchonetes e pizzarias em São Paulo.

Isto mostra que apesar das adversidades climáticas nesta região do semiárido mineiro, as comunidades locais desenvolveram estratégias de convivência com os curtos períodos de chuva lançando mão de diferentes estratégias manejo dos recursos naturais⁴¹. Desses ambientes é que vêm uma diversidade de produtos negociados e intercambiados nas feiras livres. Trata-se de diferentes variedades de feijões, de milho, mandioca, cana de açúcar, além dos produtos beneficiados nas agroindústrias doméstica rural (cachaça, doces, rapadura, café, farinha de mandioca, goma e outros) que deram a tônica das feiras locais historicamente.

Experiências recentes tratadas por um conjunto de estudos sobre esse segmento do rural brasileiro (PERIN, 2021; FÓRUM DSNM, 2020; RIBEIRO et. al. 2018; DAYRELL et al, 2016; GRISA e SCHINEIDER, 2015 e outras/os), também confirmadas no capítulo 03 desta tese, apontam que a agricultura de base familiar camponesa desde que seus direitos sociais sejam garantidos e políticas de fomento à produção e a distribuição de alimentos sejam retomadas, ela têm capacidade de contribuir de forma efetiva para a produção de alimentos e o abastecimento alimentar da sociedade em geral.

Assim, ao mesmo tempo é imprescindível destacar que parte dessa produção é resultante do apoio de políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas em um período recente, das duas últimas décadas, para as quais houve um papel ativo de movimentos sociais do campo, redes de articulação e entidades de representação da agricultura de base familiar camponesa na reivindicação dessas ações estatais para o tratamento das demandas específicas desse segmento social.

⁴⁰ De acordo com Ministério Público Estadual, 90% da produção da região da Serra Geral é transportada para mercados no estado de São Paulo. Estima-se que cerca de 40 toneladas do alimento saí da região por semana, cerca de 160 toneladas por mês, o que representa quase dois milhões de toneladas de alimentos exportados para outros estados todos os anos (Reportagem realizada em 17/06/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/grande-minas/videos/v/veja-como-esta-a-fabricacao-de-queijo-em-propriedades-de-porteirinha-no-norte-de-mg/5169886/> - Acesso em 19/06/2018).

⁴¹ De acordo com Dayrell (1998) essas estratégias vão desde a seleção de plantas e sementes mais adaptadas às condições climáticas, o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, a observância das variedades genéticas de plantas mais adaptadas aos diferentes agroambientes entre outras práticas dos moradores locais.

No Capítulo 02, a seguir tratamos sobre o papel de uma rede de entidades e movimentos sociais no processo de reivindicações de demandas da ação estatal para o Território da Serra Geral a atuação dessas entidades na implementação, cogestão e avaliação das políticas públicas direcionadas para o apoio à agricultura familiar e segurança alimentar e hídrica.

CAPÍTULO 02 – DA CONSTRUÇÃO AO DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE CAMPONESA E A SEGURANÇA ALIMENTAR: UM OLHAR PARA O IMPACTO DESTES FENÔMENOS SOBRE AS FEIRAS LIVRES DO TSG

2.1 – CONSTRUÇÃO - Papel das organizações da sociedade civil e movimentos sociais na construção de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar com incidência no Território da Serra Geral

2.2 – CONSTRUÇÃO - Incidência das políticas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e suas conexões com as feiras livres locais no Território da Serra Geral a partir da década de 2000

2.3 – DESMONTE - Principais atos de governo nas gestões Temer e Bolsonaro na ação sistemática de desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar à segurança alimentar e hídrica no Norte de Minas

2.4 – DESMONTE - Principais atividades afetadas com o processo de desmonte: impactos sobre organizações locais com atuação no TSG

2.4.1 – Estratégias de enfrentamento ao desmonte e o papel da cooperação internacional

Neste capítulo, realizei um esforço analítico de construção de marcadores sociais e políticos que permitiram definir as noções de "construção" e "desmonte" para o tratamento da condução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar e hídrica nas últimas três décadas no Brasil.

Na primeira parte deste capítulo, destaco como a participação social nas políticas públicas contou com o papel fundamental de sua inscrição na Constituição de 1988. Marco que criou as condições que tornaram possível a elaboração de dispositivos de participação da população e da sociedade civil organizada mediante colegiados que mais tarde vão permitir o envolvimento formal desses atores sociais na definição e elaboração das políticas públicas no Brasil.

Ao trazer o contexto analítico para o plano local, o estudo vai evidenciar que é também nesse período histórico que no norte de Minas Gerais observa-se a chegada/emergência de um conjunto de organizações da sociedade civil no trabalho de mobilização do debate e proposição de temas locais na agenda política da ação Estatal. Essa atuação ganha força, sobretudo, entre o ano de 2003 e a primeira metade da década de 2010, que denominamos aqui de um período favorável e virtuoso da interação entre a sociedade civil e o Estado brasileiro na definição, elaboração, cogestão e fiscalização das políticas públicas. Essa quadra histórica, à luz dos estudos realizados sobre esse período (GRISA; SCHNEIDER, 2015; 2014; SCHNEIDER,

SHIKI, BELIK, 2010), justifica também o uso da noção de "construção social" de políticas públicas.

Na segunda parte do capítulo, amparado pelo arcabouço teórico dos debates acadêmicos nacionais e internacionais sob a denominação de “desmonte da política pública” ou “public policy dismantling” (LOURENÇO, et al., 2022; GRISA, et al., 2022; MATTEI, 2020; 2018; BLYTH, 2017; DARDOT, LAVAL, 2016), busquei apresentar o marcos da desconstrução das políticas públicas no Brasil, marcadamente, no período pós-impeachment, com a posse o Presidente Michel Temer e, aprofundado, nos desdobramentos que vão contribuir para intensificação do processo de desmonte a partir da chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República. Este constitui também o marco temporal em que o estudo explicita o rompimento e/ou enfraquecimento de toda a institucionalidade de ações estatais voltadas ao segmento da agricultura de base camponesa e da participação social na cogestão das políticas públicas.

2.1 – CONSTRUÇÃO – Papel das organizações da sociedade civil e movimentos sociais na construção de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar com incidência no Território da Serra Geral

Não obstante as medidas institucionalizadas para a promoção do retrocesso da participação social na ação pública, na segunda metade da década de 2010, pós-impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, o período precisamente anterior das três últimas décadas é marcado pela participação da sociedade civil organizada nos processos de reivindicação, mobilização, proposição e, mais que isso, na elaboração e participação na execução das políticas públicas. É o que observaram Grisa e Schneider (2014) Sabourin, Samper e Massardier (2013) ao analisarem a participação social na ação pública na quadra citada, ainda sem saberem do que viria depois. Sabourin, Samper e Massardier (2013) observam uma complexificação e diversificação dos processos de tomada de decisão e de elaboração das políticas públicas na América Latina, no período analisado. Para eles,

O paradoxo da ação pública contemporânea, segundo Massardier (2008), tem a ver com a pluralidade de atores mobilizados para a produção das políticas públicas e geralmente organizados em redes e coalizões (Romano, 2009). Nessa configuração, as autoridades públicas não têm mais o monopólio da definição e da elaboração da "política pública" (...) (SABOURIN; SAMPER; MASSARDIER, 2013, p. 597).

Os autores reconhecem a contribuição fundamental de dispositivos de participação da população ou da sociedade civil organizada, mediante fóruns temáticos, conselhos setoriais de desenvolvimento na definição e elaboração das políticas públicas, o que permitiria analisá-las como "construções sociais" ou como "conjuntos complexos de acordos institucionalizados entre agentes econômicos com interesses mais ou menos divergentes em um processo de atualização da noção de "ação pública" em dinâmicas renovadas de gestão da decisão política (SABOURIN; SAMPER; MASSARDIER, 2013).

No Brasil, a participação social nas políticas públicas contou com o papel fundamental de sua inscrição na Constituição de 1988. A participação social está na Constituição de diversas formas, desde como princípio geral na ideia de que todo poder emana do povo. Mas a carta constitucional traz também outros mecanismos de participação direta como o mandado de segurança coletivo, a ação popular, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Também há alguns princípios gerais de participação social na gestão das políticas públicas. Como os conselhos⁴², as conferências, que, atualmente, o STF entendeu como espaços de participação social que concretiza esse princípio constitucional da cogestão das políticas públicas. Vários desses princípios foram transformados em leis, como a lei orgânica da saúde, a lei orgânica da assistência social, a lei de diretrizes e bases da educação, todas essas leis reforçam a ideia de que é preciso existir mecanismos de participação social na implementação, gestão e fiscalização das políticas públicas.

Debruçados sobre o caso brasileiro, Grisa e Schneider (2014) apresentam análise em coerência com os autores, constroem um quadro analítico compreendendo a existência de três gerações de políticas públicas voltadas para agricultura familiar no Brasil, entre 1990 e 2010. A contexto da redemocratização e os debates para a constituinte de 1988, constituem marcadores históricos para emergência de um contexto favorável que possibilitou a institucionalização de movimentos sociais do campo (CONTAG, MST, CUT, MAB⁴³) que pavimentaram as reivindicações por políticas públicas específicas para o segmento da

⁴² Os Conselhos, por exemplo, são órgãos colegiados coletivos, compostos por representantes da sociedade civil e do governo. As composições dos conselhos variam, podem ser paritários (50% representantes do governo e 50% de representantes da sociedade civil ou dos terços da sociedade civil e um terço do governo). Os conselhos têm seus regimentos internos que organizam seu funcionamento, quanto a quantidade de participantes, periodicidade de reuniões. E mantêm o funcionamento permanente.

⁴³ Importante reproduzir aqui esse conjunto de organizações da sociedade civil resgatadas pelos autores: criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983; Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), em 1988; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 199; Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985.

agricultura familiar. E mais que isso, jogaram luz sobre a condição de precariedade a que estavam submetidos historicamente agricultores camponeses em todo o país.

Tanto a Contag quanto o DNTR/CUT elaboraram textos para a discussão com suas respectivas bases sociais sobre a reforma constituinte (CONTAG, 1988; CUT, 1989), construíram propostas de normatização para a Lei Agrícola (CONTAG, 1989; CUT, 1991) e disputaram a institucionalização das regras com outros segmentos, nomeadamente com o setor da agricultura patronal (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.114).

Essa percepção tece coerência com a experiência da participação das organizações da sociedade civil na ação pública no Norte de Minas. Para compreender a incidência de políticas públicas de desenvolvimento rural nessa região e no território foco do estudo, o Território da Serra Geral, faz-se necessário resgatar o papel de um coletivo de organizações da sociedade civil com atuação na questão agrária regional há pelo menos três décadas.

Trata-se de um coletivo de organizações, pastorais, movimentos sociais do campo, sindicatos rurais, entidades (ONG's) de apoio à agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, mais recentemente, autarquias ligadas o governo federal e estadual (IES's, empresas públicas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural) que ainda na década de 1990 formaram o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas. Parte desse conjunto de entidades, recentemente, também passaram a se articular enquanto a Rede Sociotécnica de Agroecologia do sertão norte Mineiro⁴⁴.

Historicamente esse coletivo de entidades tem pautado os governos, sobretudo, o federal, no sentido de apoiar iniciativas locais de fortalecimento da agricultura familiar, de reconhecimento e defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais locais, iniciativas de sustentabilidade ambiental, produção agroecológica, soberania e segurança alimentar e nutricional, segurança hídrica e convivência com o semiárido.

A década de 1980 pode ser compreendida como o marcador temporal da chegada/emergência dessas organizações no norte de Minas, que como em outras partes do Brasil, encontraram no contexto de reabertura política do país, no pós ditadura militar, um ambiente menos autoritário e adverso politicamente para a proposição de ideias novas no debate da questão social e agrária no país, sobretudo, a partir da aprovação da Constituição Federal de

⁴⁴ Para um entrevistado, um termo que identifica bem a “Rede Sociotécnica de Agrobiodiversidade do Sertão Mineiro” é o termo “sociotécnica/sociotécnico”, diferente daquilo que define o conceito academicamente, para a Rede o termo sociotécnico tem o sentido de interação entre conhecimento técnico (oriundo a formação acadêmica dos técnicos) e conhecimento socialmente construído (saber fruto da experiência empírica do dia a dia dos agricultores). A junção entre os dois conhecimentos é que dá sentido ao conceito sociotécnico: acompanhamento sociotécnico (Entrevista com coordenador técnico do CAA NM, fevereiro de 2018).

1988. Portanto, aquele foi um período que pavimentou, no norte de Minas, a consolidação do trabalho da Comissão Pastoral da Terra – CPT; a chegada da Cáritas Brasileira; a fundação do Centro de Tecnologias Alternativas⁴⁵, atual Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA NM. Esse conjunto de entidades atuaram na formação política de agricultores familiares de base camponesa que, na década de 1990, se articularam para disputar a direção de Sindicatos de trabalhadores rurais em diferentes municípios do Norte de Minas com propostas mais efetivas de participação coletiva e acesso às políticas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e outros temas coerentes com o seguimento (modos de produção, acesso a políticas públicas e outros).

É nesse contexto que um grupo de jovens agricultores envolvidos na criação do CAA NM e formados politicamente por essa instituição, disputam as eleições para Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's) de diferentes municípios do Norte de Minas. Em Porteirinha, um grupo de agricultores dessa leva vencem as eleições para o STTR local e passam a mobilizar ações em torno do uso e manejo de sementes crioulas, conservação de solos, controle alternativo de pragas, entre outras temáticas do campo agroecológico (DAYRELL, 2019).

Com efeito, entre as décadas de 1990 e 2000, com maior formação política de seus membros, essas organizações foram cuidadosas na escuta das comunidades locais, na observância das condições ambientais de existência, na organização política dos grupos em torno da mobilização, do debate e proposição de temas locais na agenda política da ação Estatal. Entre as décadas de 1990 e 2000, num primeiro momento quase que exclusivamente com recursos de cooperação internacional e num segundo momento com maior apoio do governo federal da época, reforçaram e ampliaram suas pautas de debate indo desde a questão histórica da desigualdade social e vulnerabilidade das famílias rurais, à mobilização por políticas de desenvolvimento social, ao tratamento das adversidades do clima semiárido e as possibilidades de convivência, à soberania e segurança alimentar das famílias, à produção agroecológica, extrativismo sustentável e geração de renda, segurança hídrica, à pautas mais contemporâneas como identidade territorial, empoderamento feminino, violência e desigualdade de gênero, questões de geracionais, LGBTQIA+ e outras.

Mais recentemente, diante da formação de novas entidades de apoio e a interação entre elas, o conjunto de organizações e movimentos sociais com atuação no Território da Serra Geral

⁴⁵ CTA Montes Claros, atual Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA NM, que teve a CPT como uma das principais mobilizadoras de sua fundação.

se auto definem e atuam enquanto uma rede de organizações articuladas a outras redes de articulação e movimentos sociais da sociedade civil organizada como a Rede de agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Articulação no Semiárido (ASA); Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais⁴⁶; Coletivo de Mulheres do Norte de Minas; Articulação Vazanteiros em Movimento; Movimento Geraizeiro; Movimento Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores do Alto Rio Pardo (MASTRO); entidades da sociedade civil como o CAA NM, a Cooperativa Grande Sertão, Cooperativa COOPERSAM, a CPT, a ACEBEV, o IDS, a ADISEG, os Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, por associações de agricultores; além das autarquias do governo federal e estadual como a EMBRAPA Cerrados; CENARGEN, as Instituições de Ensino Superior - IES - com atuação no Norte de Minas (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, por meio de Núcleos de pesquisas como Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA; o Núcleo de Estudos, Pesquisas Regionais e Agrárias - NEPRA, e outros; além da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/Instituto de Ciências Agrárias - ICA). Finalmente, esse conjunto de organizações em seus mais diversos formatos organizativos contam com assentos em colegiados de definição de políticas públicas como o CMDRS, CEDRAF, CONDRAF, CNPCT.

Os espaços colegiados em seus diferentes níveis, até o momento precisamente anterior ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, tornaram-se de fato espaços de escuta e diálogo direto com o Estado na construção/orientação/formatação das políticas de Desenvolvimento Rural e de segurança alimentar, neles havia uma participação ativa de representantes das organizações da sociedade civil organizada do norte de Minas. Com o impedimento da Presidenta, os colegiados foram sistematicamente fenecidos ou desarticulados, conseqüentemente, o diálogo das organizações da sociedade civil locais com o Governo foi rompido (processo que será melhor detalhado mais à frente).

⁴⁶ Deve-se salientar que o nome da “Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais” constitui antes de tudo uma homenagem à Rosalino Gomes, liderança Xakriabá assassinada juntamente com mais três indígenas no Massacre de lideranças Xakriabá, em 1987.

2.2 – CONSTRUÇÃO – Incidência das políticas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e suas conexões com as feiras livres locais no Território da Serra Geral a partir da década de 2000

Nesta seção, tomo de empréstimo a compreensão e contribuições analíticas de Schneider Shiki; Belik (2010), juntamente com Grisa e Schneider (2014), que nos apresentam marcadores cronológicos que auxiliam analiticamente na identificação de pelo menos três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, desde o final dos anos de 1980. Estes são assim compreendidos pelas/os referidas/os autoras/es: “um primeiro que foca no viés agrícola e agrário, um segundo direcionado para políticas sociais e assistenciais, e um terceiro, orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.125).

Não obstante o conjunto de políticas implementadas nas últimas três décadas contemplarem, de algum modo, os diferentes estratos de agricultores familiares do país, é no contexto das decisões estatais que permitiram ser compreendidas pelos pesquisadores citados como a terceira geração de políticas voltadas para a agricultura familiar, e que será possível observar uma maior penetração das ações estatais no território acompanhado por este estudo.

Em outras palavras, a partir de 2003, no governo Lula, quando o governo federal elege como foco da ação estatal um conjunto ampliado de políticas voltadas à segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade ambiental, segurança hídrica e construção social de mercados, tendo por base a inclusão também de agricultores em situação de vulnerabilidade social como na política de desenvolvimento rural é que se inaugura a referida "terceira geração de políticas públicas" (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Este constitui um marcador importante, pois é a partir deste período que será observado uma maior participação de agricultores de base camponesa dessa porção do estado em ações de desenvolvimento rural.

Em outras palavras, a partir do momento que o governo federal elege como foco da ação estatal um conjunto ampliado de políticas no âmbito da segurança alimentar e nutricional, segurança hídrica voltadas para o público de agricultores em situação de vulnerabilidade social, é a partir de então que se observa uma maior participação de agricultores de base camponesa dessa porção do estado em políticas de desenvolvimento rural.

Uma das inovações nesse período ficou a cargo da utilização das compras públicas como mecanismo de inclusão da agricultura familiar em mercados. E como resultado do estímulo à

produção, a participação dos agricultores familiares em programas de oferta de alimentos, além do envolvimento de famílias agricultoras em feiras livres.

Ainda em tempo, é preciso destacar que não se trata de uma proposta inaugurada no governo Lula, ainda nos anos 1930, o médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome, Josué de Castro, já chamava a atenção para o histórico problema da questão alimentar no Brasil. Suas contribuições para a questão da fome ficaram mundialmente conhecidas ao participar da Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 1948. Castro tem sua história ligada a essa organização, foi o primeiro latino-americano a ocupar o cargo de Presidente do Conselho Executivo da FAO (por dois mandatos: 1952 a 1956). Sua participação ganhou notoriedade na organização por questionar e argumentar a partir de princípios ecológicos e geográficos interpretações demográficas que entendiam a fome como consequência de excesso populacional e apontavam o controle de natalidade como solução. Autor das obras *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951), Castro fundamenta o problema da fome para o debate mundial.

O tema da fome ganha novo ímpeto no Brasil, no período pós ditadura e sobretudo nos debates da constituição de 1988. Como nos lembra Grisa e Schneider (2014), mobilizações da sociedade civil chegaram a propor políticas voltadas à segurança alimentar e nutricional tendo a agricultura familiar como ator prioritário na oferta de alimentos. Os autores destacam um movimento crescente das discussões em torno do fortalecimento dos pequenos agricultores naquela década, desde a constituinte. E observam que é nesse contexto que surge a campanha “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho), que acabou sendo incorporada pelo governo federal como “Campanha Nacional de Combate à Fome”, em 1993. Um ano depois, na gestão Itamar Franco, dá-se a instituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Este, no governo seguinte, sob a gestão FHC, acabou sendo substituído pelo Programa Comunidades Solidárias. Todos estes movimentos institucionais foram fundamentais ao trazer para o debate das políticas públicas a demanda por segurança alimentar e nutricional, atrelada à reivindicação da agricultura familiar como segmento capaz de promover o acesso aos alimentos e um sistema agroalimentar mais equitativo (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Em 2003, a emergência do governo Lula possibilitou a formação de uma gestão com abertura às reivindicações das organizações da sociedade civil e movimentos sociais do campo na institucionalização de propostas para o segmento da agricultura familiar. Na gestão Lula observa-se o fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a

ampliação de departamentos e secretarias. Por exemplo, a vinda do MAPA para o MDA, do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER. No primeiro ano do governo, o CONSEA foi resgatado e recriado, quando também foi criado do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), ministério onde foi formulado o Programa Fome Zero. No ano seguinte, em 2004, o MESA deu lugar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que fortaleceu para dentro do governo, de modo transversal, as políticas de combate à fome e à miséria; de segurança alimentar e nutricional; apoio à agricultura familiar, tanto no incentivo à produção como por meio da criação dos mercados institucionais das compras públicas.

Com efeito, a escuta de atores ligados às organizações sociais do campo contribuiu para a participação social na criação de políticas e espaços colegiados de exposição e tratamento de demandas locais e territoriais (GRISA; SCHNEIDER, 2014). É dessa construção que surge o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios criado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do MDA, em 2003, em interação com os conselhos de desenvolvimento rural sustentável⁴⁷.

Em atendimento às mobilizações locais, na região da Serra Geral, foi criado naquele mesmo ano, o Território da Serra Geral como estratégia de formação de Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONSADs). Mais tarde, em 2008, já no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT), foi criado o Programa Territórios da Cidadania da Serra Geral, nesta conjuntura as organizações locais ganham maior abertura para a concertação de políticas de desenvolvimento rural para o território.

Por seu turno, o PCT ampliou as atribuições do território da cidadania para além do tema do desenvolvimento rural, incluindo em seus colegiados gestores as áreas social e da saúde. O programa tinha como objetivo a aproximação da governança por meio da territorialização da ação pública tendo como missão o combate à pobreza e a conquista de cidadania a partir da definição por atores locais das políticas públicas a serem implementadas no território.

Da mesma maneira, as temáticas do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – ganharam densidade por meio das ações do Programa Fome Zero⁴⁸, e gradualmente foram

⁴⁷ O Programa Desenvolvimento Territorial não visa apenas às questões rurais, mas foi desenhado na articulação também com os espaços colegiados de desenvolvimento rural sustentável em nível municipal, estadual e federal, como o Conselho Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, o Conselho Estadual de desenvolvimento Rural Sustentável CEDRS, o Conselho Federal de desenvolvimento Rural Sustentável CONDRAF.

⁴⁸ O Programa deu as condições de recriação e funcionamento para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA.

estabelecidas nos municípios do território. Aos poucos, com a mobilização de agentes locais, organizações sociais e empreendimentos coletivos da agricultura familiar passaram a ganhar protagonismo na execução das Políticas de desenvolvimento rural e garantia da segurança alimentar, sobretudo, na execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. No Território da Serra Geral, o Programa começou a ser operado no ano de 2006 nas modalidades Compra com Doação Simultânea e PAA Leite.

Os dados do acesso ao PAA pelos agricultores e suas organizações evidenciam contribuição da política para a organização de novos grupos e empreendimentos locais (ver Quadro 1). No entanto, como é possível observar no Quadro 1, o Programa não teve execução em todos os municípios do território. A partir de entrevistas com lideranças locais que participavam do Colegiado Territorial da Serra Geral, observamos que vários aspectos contribuem em diferentes graus para isto, desde a falta de atuação de órgãos estatais ou organizações sociais de ATER para a execução do serviço de acompanhamento técnico do programa no território até resistências políticas por parte do gestor local. Por exemplo, no município de Porteirinha, onde historicamente existem organizações da sociedade civil atuantes, equipamentos (veículos) demandados pelo colegiado territorial para atender reivindicações dos agricultores locais foram desviados para outras ações da gestão municipal sem qualquer observância da destinação proposta pelo colegiado. Apenas após a mudança do gestor municipal, que programas e políticas mobilizadas pelo colegiado passaram a ser executados.

Relatos de conselheiros do Colegiado Territorial da Serra Geral também dão conta de que resistências de gestores municipais que não simpatizavam com o governo federal de plantão teriam impactado fortemente no insucesso da execução de políticas propostas pelo Colegiado.

Quadro 3 - Execução do PAA no TSG entre 2006 e 2010

Ano de execução	Municípios atendidos	Modalidade	Vlr executado	Nº de empreendimentos atendidos
2006	Catuti	DS*	238.000,00	-
	Mato Verde			
	Pai Pedro			
2007	Pai Pedro	FE*	688.748,80	3
	Serranópolis de Minas			
	Manga			
	Matias Cardoso e Jaíba			
	Verdelândia			
2008	Manga	FE	402.084,00	1
2009	Catuti	DS	1.760.502,32	3
	Manga			
	Jaíba			
	Verdelândia			
2010	Mato Verde	DS	2.949.184,20	26
	Monte Azul			
	Pai Pedro			
	Espinosa			
	Manga			
	Jaíba			

Fonte: Dados do MDA organizados pelo autor (2018).

* DS – PAA Doação Simultânea

**FE – PAA Formação de Estoque

A convivência com a seca, um tema caro aos agricultores e agricultoras do semiárido brasileiro, ganhou visibilidade no final da década de 1990 pelo trabalho de organizações locais da sociedade civil na construção de cisternas de captação da água da chuva para famílias agricultoras no semiárido brasileiro. O tema da convivência com o semiárido e a tecnologia social das cisternas se fortalece a partir da mobilização de entidades integradas à Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e recebe acolhimento institucional enquanto política pública pelo governo Lula em 2003.

No Norte de Minas, entidades como o Centro de Agricultura Alternativa e a Cáritas Brasileira foram as primeiras organizações da sociedade civil a mobilizar e executar projetos voltados à implementação de tecnologias sociais de captação de água da chuva para a convivência com as adversidades do clima semiárido. Tais iniciativas colocam em choque duas abordagens para o tratamento da seca nessa região do Brasil, de um lado, aqueles que defendem

a pauta da construção de estratégias para a “convivência” com o semiárido e, de outro, aqueles que utilizam a noção de “combate” à seca.

A partir de 2003, o governo federal institucionaliza Programas de convivência com o semiárido, tendo início pelo Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC. O nome do programa correspondia à meta do governo e à expectativa dos movimentos do semiárido brasileiro que propuseram a instalação de pelo menos “um milhão de cisternas” em residências rurais para uso doméstico (beber e cozinhar). A partir do ano de 2007, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porteirinha, de unidade de acompanhamento do Programa, tornou-se uma das unidades executoras da Política.

Mais tarde, a política de convivência com o semiárido dá um novo grande passo, em atendimento às reivindicações das organizações integradas à ASA, avança na estratégia de garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional em unidades de produção familiar do semiárido por meio do Programa P1+2 (uma alusão à ideia de “uma terra e duas águas”)⁴⁹.

A partir do P1+2 o governo federal passou a fomentar um conjunto de tecnologias sociais de captação de água da chuva, para citar algumas: cisterna calçadão, barreiro de trincheira, cisternas de enxurrada, barragem subterrânea; com vistas à atender a demanda por água para produção de alimentos pelas famílias agricultoras. O Programa oportunizou às famílias atendidas meios de captar água para a formação dos “quintais produtivos”, como a produção em hortas, pomares, criação de pequenos animais e outras iniciativas.

São vários os casos de famílias atendidas pelo Programa, que ganharam condições de produzir para além das necessidades domésticas de soberania e segurança alimentar tendo oportunidade de comercializar o excedente da produção nos mercados locais das feiras livres. Desse modo, o Programa exerce também contribuição para o fortalecimento dos mercados alimentares locais ao oportunizar condições para a inserção de famílias atendidas pelo Programa em feiras livres locais. Como veremos mais adiante, este estudo acompanhou algumas dessas experiências no município de Porteirinha.

⁴⁹ A expressão “uma terra duas águas” traz a noção de implantação na unidade de produção familiar, primeiro, de uma tecnologia de captação de água da chuva para beber (a cisterna de 1600 mil litros). E segundo, uma tecnologia de retenção da água para a produção. No Programa P1+2, tecnologias como a cisterna calçadão, o barreiro de trincheira, a cisterna de enxurrada, a barragem subterrânea, o tanque de pedra e outras têm como finalidade contribuir para a formação de quintais produtivos e hortas e a criação de pequenos animais nas propriedades.

Figura 2 - Banca de família atendida pelo Programa P1+2



Fonte: Autor (2020).

Por sua vez, o crédito rural por meio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com menor capacidade de intervenção das organizações sociais locais e com a autonomia da condução do Programa pelos Bancos, bem como a presença de operadores bancários (gerentes e outros funcionários) pouco afeitos com as especificidades e complexidades do modo de produção do segmento da agricultura familiar de base camponesa (em que a lógica de produção/retorno responde a aspectos não apenas financeiros), o programa teve execução aquém do esperado sobretudo naquelas linhas de crédito especiais (PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, PRONAF agroextrativismo). De outra parte, especificamente, para o Território da Serra Geral houve num primeiro momento o receio de endividamento por parte dos agricultores, uma vez que na região houve o histórico problema de endividamento no contexto da produção do algodão. Com a ampliação das linhas de crédito do Pronaf para agricultores de baixa renda, verificou-se maior adesão ao PRONAF B. Curiosamente, para outras linhas de crédito criadas especialmente para o público da região de semiárido, como o PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, PRONAF agroextrativismo, esses tiveram baixa execução, sobretudo devido aos elementos apontados anteriormente.

Outro programa do governo federal com interação com o tema da segurança alimentar no Norte de Minas é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), ainda que

essa interação tenha se dado de modo controverso. O programa foi lançado oficialmente no ano de 2004, em um contexto de interesse do governo brasileiro em apresentar alternativas às mudanças climáticas a partir do uso de combustíveis de fontes renováveis (GRISA e SCHNEIDER, 2005). Interessa aqui observar os desdobramentos de dois marcos orientadores do PNPB: I - integração do segmento da agricultura familiar ao Programa na produção de matéria prima; II – a região do semiárido brasileiro como território prioritário para os investimentos estatais no Programa. O semiárido mineiro teve forte interação com o Programa, sobretudo com a construção da usina de produção de biodiesel da Petrobras Biocombustíveis no município de Montes Claros, uma das três usinas de produção de biodiesel da empresa previstas pelo governo federal no semiárido Brasileiro (as outras duas plantas industriais estão sediadas em Candeias - BA e Quixadá - CE).

Nessa região, o debate sobre o envolvimento da agricultura familiar do semiárido ao programa, iniciou com maior força no ano de 2005, por meio da Gerência de Suprimentos. A PBio abriu diálogo com as organizações de representação e apoio à agricultura familiar a fim de mobilizar o envolvimento das famílias agricultoras na produção das oleaginosas. No entanto, a empresa enfrentou resistência de algumas organizações locais. Naquele contexto, havia um grande debate entre organizações da sociedade civil e movimentos sociais em torno de incertezas e riscos relacionados à concorrência da produção de matéria prima para as usinas do "combustível verde" com a produção de alimentos. Localmente, a discussão passava também pelo receio de que a produção da mamona e outras oleaginosas viesse a promover novas grandes extensões de áreas de monocultivos tendo por referência experiências negativas mobilizadas por agentes estatais que levaram a monocultivos de algodão, do eucalipto e fruticulturas irrigadas (SANTOS, 2011).

Conforme citado anteriormente, o estudo que realizei durante o mestrado me permitiu investigar iniciativas como a experiência da Cooperativa Grande Sertão no projeto de assessoramento às famílias agricultoras na produção de oleaginosas. O projeto elaborado pela Cooperativa foi apresentado (posteriormente, contatado) à Gerência de Suprimentos da PBio, e propôs a produção de oleaginosas consorciadas com culturas alimentares com alimentos - milho, feijão, mandioca e outras (SANTOS, 2011). O objetivo da cooperativa, que responde a um quadro de cooperados de agricultores agroecológicos e agroextrativistas, foi construir uma estratégia para utilizar o Programa mobilizado pela PBio como mecanismo de ampliação da produção de alimentos por agricultores familiares do semiárido mineiro (Idem).

Entre os anos de 2006 e 2010, a Petrobras, por meio das organizações que contratou para o trabalho de assessoramento às famílias agricultoras, cadastrou aproximadamente seis mil

famílias nos projetos de assistência técnica para acompanhamento produtivo das lavouras de oleaginosas. No território da Serra Geral foram cerca de mil famílias agricultoras envolvidas.

Contudo, o objetivo inicial da PBio no PNPB, de integração da agricultura familiar por meio da produção de oleaginosas, bem como iniciativas como aquelas executadas pela Cooperativa Grande Sertão, entre os anos de 2007 e 2008, de fomentar por meio da produção de oleaginosas também condições para a produção de alimentos, teve vida curta. Após descontinuidades por parte da Petrobras Biocombustíveis na condução dos projetos contratados: rompimento de contratos com organizações de ATER, alterações no planejamento dos projetos contratados, redução do recurso para aquisição das oleaginosas produzidas pelos agricultores familiares; a empresa ano a ano diminuiu a participação desse segmento de agricultores no Programa. O quadro gerou insegurança e descrédito do Programa junto às famílias e nas organizações sociais locais⁵⁰.

Por sua vez, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) apresentou maiores avanços no estímulo à produção de alimentos por agricultores familiares de base camponesa do semiárido mineiro. Com a promulgação da Lei Geral de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), no ano de 2010, a política de ATER simplificou e regulamentou o credenciamento e contratação de entidades executoras de ATER não estatais na prestação do serviço para o governo federal. Um dos diferenciais da Lei Geral de ATER está na regulamentação da contratação das entidades executoras dos serviços ATER por chamada pública⁵¹.

A partir de então, o governo Dilma Rousseff lançou um conjunto de chamadas públicas para contratação de serviço de ATER com a participação de entidades sociais com capacidade de execução de ATERs. As regiões com a presença de Territórios da Cidadania foram

⁵⁰ Após o ano de 2010, a empresa não mais incentivou a produção de mamonas por agricultores familiares do semiárido mineiro, a Usina de Biodiesel sediada em Montes Claros tinha praticamente 100% de sua matéria prima foi adquirida na região centro oeste do país, quase toda ela sebo bovino. A essa altura no estado de Minas apenas agricultores familiares produtores de soja e com maior capacidade estavam vinculados ao Programa. A única matéria prima produzida por agricultores do norte de Minas passou a ser soja produzida no município de Chapada Gaúcha, um município no extremo norte da região (o município apresenta características edafo climáticas favoráveis a agricultura mecanizada e agroindustrial da produção de soja. Por tais características, a região foi ocupada no início da década de 1990 por produtores rurais vindos do sul do Brasil. O município é uma das poucas cidades mineiras que tem um CTG - Centro de Tradições Gaúchas).

⁵¹ A contratação via chamadas públicas dispensa o formato de contratação via licitações. A chamada lei de ATER (LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993). O art. 19 da referida lei regulamenta a contratação de serviços de ATER por meio de chamada pública que é um formato que permitia ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (ministério responsável pelas políticas de desenvolvimento agrário a época) analisar a entidade que melhor atendia as qualificações para a execução do serviço de ATER, visto que o valor para a execução das chamadas era pré-determinado.

prioritárias na definição dos projetos de ATER a serem executados.

Com efeito, a partir do ano de 2010, o Norte de Minas e, sobretudo, o Território da Serra Geral foi contemplado com diferentes chamadas públicas de ATER, para citar algumas: o Programa Brasil Sem Miséria (um projeto de ATER direcionado para famílias agricultoras em condição de miséria, as famílias acessaram pelo cartão bolsa família um fomento financeiro de R\$ 2.400,00 - dois mil e quatrocentos reais - para investimento em projetos produtivos na unidade de produção familiar); outros programas de ATER como o ATER Sustentabilidade, ATER Agroecológica, ATER mulheres, ATER quilombola, o ATER INCRA, ATER Nutre Brasil, ATER Mais Gestão e outros⁵².

Quadro 4 - Execução do PAA no TSG entre 2006 e 2010

Programa	Nº de municípios atendidos	Número de famílias assistidas	Comunidades atendidas
Programa Nacional do Biodiesel	-	850	60
Programa Brasil Sem Miséria	6	600	144
Programa ATER Sustentabilidade,	9	1006	218
Programa ATER Agroecologia	16	1200	-
Programa ATER quilombola	6	500	43
Programa ATES INCRA	3	141	4
Programa Nutre Brasil	3	-	-
Programa ATER Mais Gestão.	1	-	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016. Organizado pelo autor.

Como é possível observar, é no primeiro mandato do Governo Dilma que as políticas de ATER se consolidam com alcance a um maior número de famílias rurais e em volume de recursos financeiros aplicados. No período entre 2010 e 2016, no Norte de Minas e sobretudo no Território da Serra Geral, houve um salto no número de atendidos em projetos de ATER.

Nesse período ficou público e notório a abertura Estatal (ministérios e secretarias), sobretudo na gestão Dilma Rousseff, para maior escuta às entidades dos atores locais (organizações da sociedade civil, movimentos sociais, agricultores) na avaliação, definição,

⁵² Na condição de técnico de ATER junto ao MDA, pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, tive a oportunidade de atuar profissionalmente em diferentes destes projetos de ATER. Em algumas situações, enquanto membro da equipe técnica oficial do Projeto de ATER no MDA, em outros, na condição de técnico de apoio gerencial ou de campo à equipe técnica do projeto. Desse modo, exerci, entre os anos de 2011 e 2016, contribuição no ATER Nutre Minas, ATER Sustentabilidade, ATERs INCRA, ATER Agroecologia, ATER Mais Gestão.

planejamento e cogestão das políticas de desenvolvimento rural. Eu mesmo na condição de técnico de ATER participei de diferentes espaços de diálogos com o Estado (conferências, espaços colegiados, reuniões de avaliação dos projetos executados ou em execução) com a participação de técnicos dos ministérios interessados em ouvir as questões que emergiam do campo de execução das políticas. Muitas chamadas públicas lançadas pelo governo federal foram resultado de demandas apresentadas e costuradas nesse tipo de evento.

2.3 – DESMONTE – Principais atos de governo nas gestões Temer e Bolsonaro na ação sistemática de desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar à segurança alimentar e hídrica no Norte de Minas

Ainda em 2016, em artigo elaborado para o Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, iniciei uma reflexão sobre o que, naquele momento, chamei de “nova institucionalidade de governo” para me referir a chegada ao poder do governo interino de Michel Temer. Nas considerações finais daquele documento tracei alguns questionamentos relativos à postura da nova institucionalidade da esfera federal de governo em relação à definição das políticas públicas para a agricultura familiar e suas organizações coletivas. São as questões que reproduzo, a seguir, e que deixei, propositalmente em aberto, no último parágrafo daquele artigo, pois as respostas só teríamos, obviamente, alguns anos depois:

O novo governo federal retomará para si o monopólio da definição das políticas públicas para o meio rural? Haverá alteração na relação com os espaços colegiados de participação da sociedade civil nas políticas públicas (comitês, grupos de trabalho, conselhos)? Existirá abertura para a escuta das organizações representativas da AF? Como deve se estabelecer a relação que vinha sendo bem dialogada e construtiva entre sociedade civil e Estado? O diálogo se manterá ou uma dicotomia se estabelecerá nessa relação e uma nova institucionalidade assume a condução das políticas públicas para esse grupo social no Brasil? Qual o posicionamento das organizações sociais diante da nova institucionalidade? Quais os caminhos alternativos têm sido vislumbrados? Quais os novos cenários de diálogos? (SANTOS, 2016, p.16)

Agora, passados seis anos, dois da gestão Temer e mais quatro do governo de Jair Bolsonaro, já será possível explorar analiticamente alguns desdobramentos das ações estatais nestas duas gestões que contribuem para responder parte das questões colocadas naquele momento.

Também faz-se indispensável devotar os créditos da análise a ser desenvolvida nesta

seção à inspiração e contribuições teóricas mobilizadas pela disciplina cursada no primeiro semestre do ano de 2018 no CPDA, intitulada: “Crise e Desmonte da Agricultura Familiar”, ministrada notavelmente pelos Professores Nelson Delgado e Sergio Pereira Leite. Aquele espaço de debate me permitiu contato com as análises que vêm sendo desenvolvidas em diferentes espaços institucionais e acadêmicos nacionais e internacionais sob a denominação de “desmonte da política pública” ou “public policy dismantling”.

Ali, no diálogo com os demais pesquisadores do curso, analisamos de que modo as medidas tomadas pelo governo Michel Temer promoveu alterações na estrutura político-administrativa e institucional construída nos governos Lula e Dilma e que dava, até então, sustentação ao funcionamento de um conjunto institucionalizado e regulamentado de políticas de desenvolvimento rural no Brasil (MATTEI, 2018). Para a elaboração do estudo de conclusão da disciplina, realizamos levantamentos em relação às principais mudanças operadas pelo Governo Temer na estrutura político-administrativa e institucional que condicionavam tais políticas.

Outro aspecto que é preciso atentar e não deve ser desvinculado do processo de desmonte das políticas públicas a partir de então, tem relação com a sustentação das narrativas construídas para legitimar a “mudança forçada de poder” por setores poderosos do empresariado brasileiro, tanto vindas do empresariado ligados ao setor financeiro, o dito “mercado”, quanto das entidades de classe representativas, como da indústria e comércio, a CNI (com forte protagonismo da FIESP); do agronegócio, como a CNA, que buscaram justificar as pressões para a deposição de uma presidente eleita e as decisões do governo interino a partir da narrativa de que o país necessitava de políticas de austeridade (GRISA, et al. 2022; BLYTH, 2017).

Antes disto, é preciso lembrar que ainda no segundo mandato do governo Dilma, pressionada e buscando garantir governabilidade, a Presidenta buscou, no período pré-impeachment, medidas conciliadoras com tais setores. Marcadamente, a nomeação do banqueiro Joaquim Levy (diretor-superintendente do Banco Bradesco) para ministro da Fazenda. O ministro se notabilizou por diferentes cortes orçamentários sob o argumento de responder à agenda econômica de ajuste fiscal, sobretudo, em setores de políticas sociais, contrariando compromissos assumidos pela Presidenta na campanha de reeleição (GRISA *et al.*, 2022). Isto é, aquela quadra marcava o avanço e institucionalização do discurso e da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

A promulgação da Medida Provisória n.º 726, de 12 de maio de 2016, no primeiro dia de governo do presidente interino Michel Temer, por meio da qual extinguiu o Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), pode ser compreendida como o marcador temporal a partir do qual toda uma rede articulada de ministérios e secretarias de governo que tinham a política de desenvolvimento rural, de segurança alimentar e combate à fome no Brasil como pauta, mesmo que transversal, passou a ser “desmontada” (LOURENÇO, *et al.*, 2022; GRISA, *et al.*, 2022; MATTEI, 2020; MATTEI, 2018).

Desde então, houveram uma série de cortes em políticas públicas implementadas durante o período de expansão das políticas para a agricultura familiar e de busca pelo reconhecimento de direitos territoriais de povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e pela preservação/conservação do meio ambiente, colocadas em curso nos Governos Lula e Dilma. Alguns dos principais cortes nos programas de garantia de segurança alimentar e nutricional, de convivência com o semiárido, programas que têm as feiras livres com braço estratégico, incluíram:

- Bolsa Família: O programa Bolsa Família, que oferecia ajuda financeira a famílias em situação de pobreza, sofreu cortes durante o governo Temer. Em 2017, o governo anunciou que cerca de 543 mil famílias seriam retiradas do programa, e que outras 1,2 milhão teriam seus benefícios reduzidos.
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): O Pronaf, que oferecia crédito a agricultores familiares, também sofreu cortes durante o governo Temer. Em 2017, o orçamento do programa foi reduzido em 35%, o que impactou negativamente milhares de famílias que dependiam do crédito para manter suas atividades agrícolas.
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): O PAA, que comprava alimentos de agricultores familiares para distribuir a escolas e outras instituições públicas, também sofreu cortes durante o governo Temer. Em 2017, o orçamento do programa foi reduzido em 50%, o que impactou negativamente tanto os agricultores familiares quanto as instituições que dependiam dos alimentos adquiridos pelo programa.
- Programa Cisternas: O Programa Cisternas, que tinha como objetivo construir cisternas para captar água da chuva e armazená-la para uso doméstico, sofreu cortes durante o governo Temer. Em 2017, o orçamento do programa foi reduzido em cerca de 50%, o que impactou negativamente milhares de famílias que dependiam das cisternas para ter acesso à água.
- Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2): O P1+2, que tinha como objetivo construir cisternas para captar água da chuva e sistemas de irrigação para pequenos produtores

rurais, também sofreu cortes durante o governo Temer. Em 2017, o orçamento do programa foi reduzido em cerca de 66%, o que impactou negativamente os agricultores familiares que dependiam do programa para manter suas atividades agrícolas.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): O PNAE, que prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, também sofreu cortes durante o governo Temer. Em 2017, o orçamento do programa foi reduzido em cerca de 45%, o que impactou negativamente tanto os agricultores familiares quanto as escolas que dependiam dos alimentos adquiridos pelo programa.

Esses são apenas alguns exemplos dos cortes em políticas públicas implementados durante a Gestão Temer, que foram criticados por diversos setores da sociedade civil por seu impacto negativo sobre as populações mais vulnerabilizadas. Medidas como essas provocaram um enfraquecimento das estratégias de segurança alimentar e nutricional em que as feiras livres estão integradas e afetaram diretamente a oferta de alimentos para essas populações. Os cortes em políticas de convivência com o semiárido, por exemplo, tiveram um impacto negativo sobre a segurança alimentar das comunidades rurais do semiárido brasileiro que dependem dessas políticas para sobreviver em uma região com condições climáticas desfavoráveis. Os programas vinham tendo resultados significativos nas comunidades atendidas, o programa levou milhares de famílias a garantir a segurança hídrica e, a partir das tecnologias sociais de produção agroecológica em que várias dessas famílias vinham conseguindo a soberania alimentar. Fatores que lançaram inúmeras famílias do semiárido para os espaços de feiras livres em seus municípios a partir da produção agroecológica de alimentos. Como veremos adiante, os programas de convivência com o semiárido, com apoio à produção agroecológica em quintais produtivos, tiveram forte contribuição durante a pandemia da COVID-19 no atendimento alimentar aos membros das famílias rurais migrantes temporários que foram “obrigados” a voltar para seus municípios e comunidades de origem com a chegada da pandemia.

Além disso, essa política de desmonte tem enfraquecido os órgãos responsáveis por garantir a segurança alimentar no país, como a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), a Emater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), e todo o conjunto de entidades sociais que na última década exerceram contribuições fundamentais no desenvolvimento rural por meio do trabalho de assessoramento técnico às comunidades rurais. Os órgãos têm sofrido cortes orçamentários e redução de pessoal, por sua vez, as entidades foram totalmente alijadas dos processos de participação nas políticas públicas.

E é no no Governo Bolsonaro que esse processo de rompimento da participação social e desmonte das políticas de segurança alimentar atinge seu grau mais elevado (LOURENÇO, *et al.*, 2022; GRISA, *et al.*, 2022; MATTEI, 2020). Atos e manobras jurídicas que buscaram estabelecer limitações à participação popular no governo foram um dos primeiros atos da gestão de Jair Bolsonaro. Por meio do decreto presidencial nº 9.759, de abril de 2019, o Governo criou restrições e limitações ao funcionamento dos conselhos de participação social. Essa ação foi interpretada como uma estratégia da gestão Bolsonaro de criar mecanismo institucional para reduzir a capacidade da sociedade civil organizada barrar as decisões do seu governo, este entendia os conselhos como “arenas de veto”. Pois as representações da sociedade civil poderiam impedir a adoção de certas medidas de interesse do governo.

Assim, por meio do referido decreto, após 100 dias de governo, Jair Bolsonaro extinguiu todos os conselhos, comitês, comissões, fóruns e colegiados que não tenham sido criados por lei. O Presidente assinou um decreto que buscou diminuir de setecentos para menos de cinquenta o número de conselhos previstos pela Lei de Participação Social e pelo sistema nacional de participação social.

Não por acaso a gestão Bolsonaro focou setores como o de meio ambiente e direitos humanos em suas principais alterações dos regulamentos para esses temas. Diferentes espaços de participação social nestas duas pastas foram sistematicamente suspensos ou alterados em suas estruturas organizacionais de modo a descaracterizá-los. Assim, enfraquecidos, tais conselhos ficaram impedidos de atuar contra atos que fragilizariam tais áreas.

Um exemplo de descaracterização foi o CONAMA, que teve a participação da sociedade civil reduzida de 22 organizações para apenas quatro. Ao tempo que o governo ampliou sua participação no conselho amplamente. Com tal composição o governo aprovava qualquer medida de seu interesse no colegiado. Por exemplo, medidas que flexibilizam a utilização de áreas de proteção ambiental, preservação de restingas e mangues. A fragilização do conselho foi questionada no STF, a Ministra Rosa Weber argumentou que as mudanças feitas pelo CONAMA provocam a impressão de efetivo desmonte da estrutura estatal de proteção, prevenção e reparação de danos à integridade do patrimônio ambiental.

Quanto ao orçamento destinado às políticas de garantia da segurança alimentar e nutricional, bem como nos programas de desenvolvimento rural e produção agroecológica e sustentável, desde o início do governo Bolsonaro houve cortes significativos em tais áreas. Em 2019, pelo referido Decreto nº 9.759, o governo Bolsonaro extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que era responsável por formular e monitorar as políticas públicas de segurança alimentar.

Tais medidas encerram um movimento de pelo menos três décadas, iniciado na constituição de 1988, no Brasil marcado por uma crescente em relação à participação social no debate, definição, construção, implementação e cogestão de políticas públicas. Todos os governos que ascenderam ao poder mostraram compromisso com a participação social, inclusive, com ganhos incrementais desde o governo FHC atingindo os maiores quantitativos nos governos Lula e Dilma. observa-se uma inflexão a essa crescente marcadamente na gestão Temer e Bolsonaro.

Também no ano de 2019, o Ministério da Cidadania, responsável por programas como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), teve uma redução de 34% no seu orçamento. Mas não parou aí, o PAA que chegou a ter a aplicação de R\$ 586 milhões do orçamento federal em 2014, no ano de 2021 passou a ter aplicados apenas R\$ 58,9 milhões e, até meados de 2022, o recurso previsto para o programa era de apenas R\$ 89 mil, até ser totalmente zerado o orçamento com a desativação do programa⁵³ no mês de novembro do mesmo ano (LOURENÇO, *et al.*, 2022).

Essas medidas têm gerado preocupações em relação ao aumento da fome e da insegurança alimentar no país, especialmente entre os grupos mais vulneráveis e marginalizados⁵⁴. Estudos têm apontado que a fome e a pobreza estão crescendo no Brasil, com um número cada vez maior de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar. O negacionismo em relação à fome e à pobreza foi outra marca do governo Bolsonaro, são inúmeras falas do próprio presidente afirmando publicamente que no Brasil não tem fome⁵⁵, questionando dados de pesquisas que atestam situações de grupos populacionais passando fome no país, além de ter minimizado a importância do programa Bolsa Família e de outras políticas de combate à pobreza e à fome.

⁵³ Além em Lourenço et al. (2022), mais detalhes sobre o encerramento do programa PAA podem acessados na matéria: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/06/com-escalada-de-fome-no-brasil-governo-destroi-programa-alimentar.htm?cmpid=copiaecola>;

⁵⁴ Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>; Acesso em 20 fev. 2023.

⁵⁵ A seguir algumas matérias da imprensa que abordaram as falas negacionistas do Presidente Bolsonaro sobre a fome: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/08/26/ja-viu-alguem-pedindo-pao-na-porta-da-padaria-pergunta-bolsonaro-ao-falar-sobre-fome-no-brasil.ghtml>; https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html; <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/26/jair-bolsonaro-fome-entrevista-jovem-pan.htm>; acesso em fev. de 2023.

2.4 – DESMONTE – Principais atividades afetadas com o processo de desmonte: impactos sobre organizações locais com atuação no TSG

No plano local e, possivelmente, são fatores comuns à outros coletivos, redes e articulações de entidades da sociedade civil de outras regiões do Brasil com atuação nas temáticas de desenvolvimento rural e segurança alimentar, o maior impacto sofrido pelo coletivo norte mineiro e que promoveu a interrupção de suas ações de mobilização e mediação de políticas públicas de desenvolvimento agrário, agroecologia e segurança alimentar junto às suas bases de atuação vem precisamente da promulgação da já referida Medida Provisória 726 e, mais tarde, o decreto presidencial de Jair Bolsonaro, nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”⁵⁶.

Relatos de lideranças ligadas às organizações da sociedade civil organizada e depoimentos durante a Reunião do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas (FDNM) explicitam que a interrupção abrupta das ações de desenvolvimento rural no Norte de Minas veio em um momento ápice da articulação e construção estratégica das ações nos territórios de atuação das organizações. Tais organizações, no momento precisamente anterior ao impeachment, haviam ganhado segurança e construído legitimidade nos espaços colegiados em seus diferentes níveis, na tomada de decisões conjuntamente com as representações de Estado para as proposições e definições políticas públicas para região norte do estado e seus territórios.

No Norte de Minas, a referida MP 726 foi responsável por suspender em 12 maio de 2016, data de sua promulgação pelo Presidente interino Michel Temer, dezenas de projetos vinculados à programas de políticas públicas elaboradas no governo Dilma fruto das concertações com a sociedade civil da região norte de Minas, naquele momento, a maior parte em execução por entidades não governamentais certificadas para prestação de serviços de ATER (tratava-se de projetos de ATER como os ATER Agroecologia, ATER mulher, ATER sustentabilidade, ATES/INCRA, Programa Minha Casa Minha Vida Rural, políticas de convivência com o semiárido, entre outros). Todas essas ações foram suspensas imediatamente pelo MP.

56

Disponível

em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9759&ano=2019&ato=279oXW65keZpWT12c;>
Acesso em 10 de outubro de 2022.

Se considerarmos apenas a suspensão do ATER agroecologia, para se ter uma ideia, no norte de Minas, essa representou o rompimento direto da ATER para mais de 5 mil famílias. O processo de mudança institucional veio acompanhado de uma série de cortes relativos ao orçamento de políticas setoriais e programas discricionários, a exemplo do PRONAT/PTC, Programa de apoio ao Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais, Promoção da cidadania de mulheres rurais, entre outros.

O impedimento da Presidenta Dilma marcou de maneira abrupta o rompimento de uma onda crescente de ações das entidades não governamentais de ATER nos núcleos territoriais de atuação, como apontou um dos coordenadores técnicos do CAA NM, em entrevista. Este explica que a política de ATER, por exemplo, para a região apenas por meio do ATER Agroecologia havia sido pautado e negociado com o governo federal, nos diferentes espaços de diálogo existentes até aquele momento, a concertação da abertura das chamadas de ATER com perspectiva de atender à diversidade de identidades de povos e comunidades tradicionais que compõem o público da região do Norte de Minas em seus diferentes territórios (quilombolas, indígenas, vazanteiros, geraizeiros, caatingueiros). Na Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais o reconhecimento e demarcação de territórios tradicionais em modalidades diferenciadas, como Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Agroextrativistas.

Reconhecidamente, o coletivo de organizações da sociedade civil que compunham o FDSNM tinham participação ativa nos canais institucionalizados de construção das políticas públicas. Contudo, com o impeachment esses colegiados e demais canais de diálogos com o governo federal foram, ainda no governo Temer, sistematicamente fenecidos ou desarticulados e, mais tarde, já no início do Governo de Jair Messias Bolsonaro, veio a decisão de romper juridicamente as institucionalidades de Estado que permitiam a interação da sociedade civil com o Estado brasileiro no debate de políticas públicas para o segmento da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais. Primeiro, por meio da Medida Provisória 870, de 01 de janeiro de 2019, no primeiro dia de seu governo, e depois pelo decreto presidencial, nº 9.759⁵⁷, em de 11 de abril de 2019, data que marcava os 100 primeiros dias do seu mandato presidencial.

Observada a liderança institucional de entidades do tipo de CAA NM entre as organizações que compõem a Rede, sobretudo em aspectos como capacidade técnica e administrativa, experiência na execução de políticas públicas de desenvolvimento rural,

⁵⁷ Em um ato simbólico, no primeiro dia de seu mandato (01/01/2023), o Presidente Lula, eleito em 2022 para cumprir o terceiro mandato no executivo brasileiro revogou por meio do pelo Decreto nº 11.371, o decreto presidencial Nº 9.759, de Jair Bolsonaro.

capacidade de diálogo com gestores públicos, busquei realizar algumas entrevistas com coordenadores institucionais, no ano de 2018, no período pós-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, sobre o contexto de desmonte dos canais de diálogo com o governo federal em que as organizações da sociedade civil e entidades como o CAA NM estavam vivenciando.

No período entre 2010 e 2016, o Centro de Agricultura Alternativa, uma instituição com quase trinta anos de atuação na região Norte de Minas, tornou-se a entidade não estatal do Brasil com maior quantidade de Projetos de ATER em número de agricultores familiares sendo assessorados. Nos espaços colegiados, fóruns, comissões, coletivos, articulações e redes em nível territorial, estadual e nacional, a entidade, juntamente, com outras organizações e movimentos sociais apresentaram contribuições na orientação das políticas a ser executadas no Território, sobretudo, para inserir demandas que viessem atender às especificidades e diversidade das reivindicações dos agricultores familiares de base camponesa e povos e comunidades tradicionais desta região do estado.

Conforme apontou um dos coordenadores técnicos da entidade, as atividades executadas mais afetadas no CAA NM foram as chamadas de serviços de ATER contratadas pelo governo federal até o ano de 2016. Apenas o rompimento dos contratos de ATER representou para a entidade e, consequentemente, para o Norte de Minas o fim do acompanhamento técnico de mais de três mil famílias agricultoras de base camponesa e de povos e comunidades tradicionais.

Os impactos das mudanças sobre o corpo técnico da entidade, por exemplo, dão uma noção da dimensão do desmonte. Em março de 2016, a instituição contava com uma equipe técnica de 143 técnicos no total (entre contratados por CLT e outras formas de contrato). Dentre outros projetos, a instituição, naquele período, executava quatro projetos de ATER com atendimento a aproximadamente três mil famílias agricultoras. Com a suspensão dos contratos com o Governo Federal logo após o impeachment da Presidenta Dilma, restaram na instituição apenas 25 técnicos. No ano de 2018, quando realizamos as primeiras entrevistas com membros da equipe da entidade, a equipe estava composta por 45 colaboradores. Aqui cabe ressaltar a contribuição de programas de cooperação internacional em projetos de apoio à manutenção da instituição no trabalho de assessoramento aos povos locais.

Um primeiro diagnóstico ficou premente a partir das entrevistas com membros da entidade, a perda de mais de 70% da equipe e o fim dos contratos de ATER significou também o fim do fortalecimento de um trabalho de base que vinha sendo estruturado através da formação de equipes locais de ATER e da estruturação de escritórios nos territórios de atuação pela instituição. De acordo com Luciano Ribeiro, Coordenador Técnico do CAA NM, com a

redução da equipe técnica, perde-se “cabeças pensantes” que vinham contribuindo para a operacionalização de inúmeras ações, desde técnicas de convivência com o semiárido, manejos agroecológicos, fortalecimento das temáticas de Reforma agrária, conservação de sementes, protagonismo das mulheres e outros temas, que a equipe estava construindo conjuntamente com as bases.

No período da entrevista, em 2018, a entidade mantinha ainda apenas dois contratos ainda em curso com Governo Federal, mas tratava-se de dois projetos contratados ainda em 2016 no âmbito da política de convivência com o semiárido (P1MC e P1+2). Naquele momento, segundo me apresentou o coordenador dos projetos de convivência com o semiárido, Alisson Maciel, a avaliação da equipe é de que a política perdeu sua característica de construção coletiva passando a uma execução hierarquizada com a definição dos beneficiários vindo direto do financiador sem a interação com as organizações locais que orientava a execução da política, que existia no período anterior. Essas organizações (pastorais religiosas, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais locais, associações comunitárias), dentro do formato de execução das políticas de convivência com o semiárido mobilizadas pela ASA, contribuem na definição das comunidades rurais mais necessitadas dos investimentos em estruturas de captação de água. O enfraquecimento dessa política atinge fortemente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pois esse grupo de organizações locais estavam assumindo os projetos de execução da política na condição de Entidades Executoras (EE).

2.4.1 Estratégias de enfrentamento ao desmonte e o papel da cooperação internacional

Outro aspecto que ficou claro foi o de que os espaços de diálogo com o Estado estavam fechados nas gestões Temer e Bolsonaro, naquele contexto ficou evidenciado, pelo conjunto de ações de desmonte dos canais de diálogo com o poder público federal, que as bases das redes de articulação das organizações da sociedade civil e movimentos sociais não seriam ouvidas. Diante disso, a sustentabilidade financeira das entidades da sociedade civil executoras de políticas públicas de desenvolvimento rural em parceria com o governo federal ficou estrangulada. Entre as alternativas para tais entidades, restou potencializar as articulações voltadas para parcerias com programas de cooperação internacional.

Todavia, já há algum tempo, vinha numa ascendência a saída/transferência de projetos e recursos das agências de cooperação internacional, alocados em organizações brasileiras, para outros países com populações em situação de pobreza, sob o argumento que o Brasil já havia alcançado bons níveis de desenvolvimento social e segurança alimentar. Desse modo, os

investimentos deveriam ser alocados em outros países mais fragilizados, sobretudo em países da África.

Com efeito, organizações do Norte de Minas juntamente com um coletivo de outras entidades da sociedade civil brasileiras, desde o *impeachment* da Presidenta Dilma e com maior vigor após a eleição presidencial de 2018, vem mobilizando articulações para a sensibilização das organizações de cooperação para um movimento contrário ao que vinha acontecendo, no sentido de reforçar o apoio aos projetos brasileiros diante da conjuntura atual, de recrudescimento dos riscos às minorias e suas conquistas nos últimos anos.

De acordo com um dos técnicos do CAA NM, desde então a entidade buscou ampliar o apoio de novos fundos de apoio internacional. As organizações de cooperação que já apoiam a entidade como, por exemplo, *Miserior*, *Hecks*, *Action Aid*, Fundação Interamericana – IAF, Banco Mundial - Fundos de Investimento Climático (CIF/DGM), todas compreenderam o momento do país e mantiveram o apoio já comprometido, todavia, sem aumentar o volume de recursos destinados.

CAPÍTULO 03 – AS FEIRAS LIVRES DE PORTEIRINHA E AS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FEIRANTES

3.1 – A feira livre de Porteirinha no centro das disputas entre os poderosos do “ouro branco”

3.2 – Os espaços de feiras livres de Porteirinha

3.2.1 – Mercado Municipal

3.2.2 – Mercado do Panelão

3.2.3 – Feirinha do Sindicato

3.2.4 – Feirinha da Semana

3.3.5 – As feiras livres de Porteirinha como ambientes de interação, vínculos sociais e geração de renda

3.4 – Agricultores feirantes e trajetórias

3.4.1 – A trajetória da família da Agricultora AG16 e AG17 na Feirinha da Semana

3.4.2 – O papel do Programa P1+2 na trajetória da agricultora Nenzinha e das mulheres da comunidade Canafístula na produção e comercialização de hortaliças

3.4.3 – A trajetória da Agricultora AG22 e a venda para São Paulo

3.4.4 – A trajetória da família da agricultora AG11 e a experiência na Feira do Mercado

3.4.5 – Trajetória do casal de Agricultores AG04 e AG05 e a contribuição do Projeto Horta PAIS

Não é apenas o clima de semiárido que tece semelhanças dessa região do norte de Minas com o nordeste do Brasil. Como lá, aqui as feiras exercem um papel fundamental na economia local, na identidade territorial, na organização política, na segurança alimentar, no protagonismo das mulheres nos processos de geração de renda para suas famílias e, dessa forma, são espaços de explicitação da economia do cuidado, da economia de reciprocidade, que tão bem identifica as famílias agricultoras de base camponesa dessa região (DAYRELL; BARBOSA; COSTA, 2017; SABOURIN, 2017, 2012, 2008, 2006; TEMPLE, 2011).

E essa gente tradicional mostrou que sabe inovar! Este estudo sobre circuitos curtos de comercialização, em especial, sobre as feiras livres no município de Porteirinha, permite compreender a dinâmica da agricultura familiar de base camponesa na economia local, nos processos de reprodução social e o papel de suas organizações de representação e apoio (Sindicatos, ONG's, entidades de ATER). Para tanto, realizamos visitas de campo, entrevistas com consumidores, agricultores feirantes, também com gestores públicos e membros de organizações da sociedade civil para compreender a dinâmica de funcionamento das feiras livres do município, a interação entre consumidores e feirantes e, finalmente, o papel que as feiras têm para as famílias agricultoras feirantes.

Esse capítulo está organizado em duas partes, a primeira, busca apresentar as feiras de Porteirinha em seus diferentes aspectos: histórico, político, participação dos agricultores familiares comerciantes, acompanhamento das organizações da sociedade civil na mobilização de estratégias de comercialização de produtos da agricultura familiar na feira e qual tem sido a contribuição estatal nesse processo.

Na segunda parte, buscamos apresentar a partir de um grupo de agricultores entrevistados a trajetória das famílias agricultoras que atuam nas feiras livres a fim de colocar em evidência a contribuição dos espaços de feiras livres na economia local e, sobretudo, desvelar a partir da trajetória dessas famílias acompanhadas no estudo o papel transformador que as feiras livres exerceram na história de vida das agricultoras e agricultores feirantes.

3.1 – A feira livre de Porteirinha no centro das disputas entre os poderosos do “ouro branco”

Na década de 1980, o ciclo do algodão estava no auge na região da Serra Geral, a atividade nos municípios produtores gerava renda aos produtores e comerciantes locais e atraía trabalhadores de outras regiões do estado e do sudoeste da Bahia. Essa pujança econômica se materializa também nas feiras livres desses municípios como espaço gerador de outras atividades econômicas e catalisador de renda para comerciantes locais e também para aqueles vindos de outras regiões.

O município de Porteirinha, maior produtor de algodão do estado à época, apresentava aspectos de uma cidade dinâmica economicamente se comparado com outros municípios do Norte de Minas. A cidade oferecia, já em meados da década de 1970, comércio e serviços que atendiam a região da Serra Geral e até municípios do estado da Bahia (dispunha de lojas de eletrodoméstico, casas agropecuárias, instituições financeiras e outros pontos comerciais com dimensões de médio porte). Ocupando pontos em edificações modernas para a época, o município contava ainda com quatro das principais instituições financeiras do País (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S/A, Banco do Nordeste do Brasil - BNB).

No final da década de 1980, o antigo mercado, localizado no centro da cidade, mobilizador de grande movimento de pessoas (consumidores e comerciantes do município e de outras cidades) foi substituído por um novo mercado, amplo e mais “moderno”, construído na saída da cidade. O mercado foi inaugurado, em 1988, na gestão do então Prefeito Wilson José

da Cunha⁵⁸ (1983 a 1988), um empresário local produtor de algodão e dono de usina de beneficiamento do produto.

Apesar da estrutura, construído em uma área afastada da região central, a localização do novo Mercado Municipal não agradou parte da população de Porteirinha, alguns feirantes⁵⁹ e consumidores resistiram em deslocar para o novo espaço da feira. Parte dos feirantes preferiu manter suas bancas de maneira improvisada na região central da cidade.

O quadro de resistência de comerciantes feirantes e de parcela da população em frequentar o novo mercado foi rapidamente utilizado politicamente por grupos da elite local mobilizando disputas políticas em torno da questão. Nesse contexto é que surge a Feira do Panelão, termo que identifica um dos grupos políticos da cidade liderados por José Aparecido Martins, conhecido por Zé Bonitinho, de oposição ao então prefeito Wilson Cunha. O grupo político do Panelão se mobilizou pela permanência dos comerciantes insatisfeitos com a localização do novo mercado para que eles mantivessem suas bancas na praça do fundo da prefeitura, atual praça Capitão Domingos Lima.

Inicialmente, comerciantes ligados ao grupo político do Panelão fixaram suas bancas na praça, depois outros comerciantes não necessariamente apoiadores do grupo passaram a utilizar a praça Capitão Domingos Lima e ruas do entorno, mais especificamente, as ruas Gentil Martins Ribeiro e São Vicente de Paula. Em 1992, com a posse de José Aparecido para o cargo de prefeito, este cedeu um terreno na rua São Vicente de Paula para a edificação do “Mercado do Panelão”. Mas construído de um modo bastante improvisado e com as ruas do entorno sem pavimentação, o mercado acabou ganhando baixa adesão dos comerciantes em se deslocar da praça para o novo local, a parte interna foi pouco utilizada, sendo mais explorados os boxes voltados para a rua. Na verdade, os comerciantes foram fixando bancas da praça até o Mercado do Panelão. Assim, o nome “Mercado do Panelão” acabou, na verdade, denominando toda essa região da cidade que vai da praça Capitão Domingos Lima até o local do dito mercado.

⁵⁸Wilson José de Cunha (1937 - 2012), grande fazendeiro, empresário do setor de hotelaria nos municípios de Porteirinha (MG), Montes Claros (MG) e Belo Horizonte (MG). Nasceu em Porteirinha (MG), onde no ciclo do algodão, foi grande produtor e dono de usina de beneficiamento de algodão em Montes Claros. Sua carreira política teve início no ano de 1982, quando foi eleito prefeito de Porteirinha pelo PDS. Entre 1991 e 1995, exerceu o mandato de deputado federal pela legenda PTB. Ele voltaria a ocupar o cargo, como suplente, na legislatura de 1999-2003, agora pelo Partido Liberal (PL). Em 2010, Wilson volta a se candidatar para deputado federal, dessa vez pelo PMDB, mas não foi eleito. Continuou envolvido com os negócios e em articulações políticas até a data de sua morte, no ano de 2012, em decorrência de um câncer.

⁵⁹ Para os propósitos desta pesquisa estamos considerando o termo “feirante” para designar aqueles atores sociais que exercem a atividade de pequenos comerciantes nas feiras livres. Podendo estes ser um morador da cidade que aqui denominamos apenas como “feirante” ou um “agricultor feirante”, que são os pequenos agricultores de base camponesa que vendem produtos da atividade agrícola na feira livre. Para o público frequentador das feiras, aqui vamos nos referir a estes pelo termo “consumidores” ou “frequentadores”.

A baixa adesão ao Mercado Municipal, construído pelo então prefeito Wilson Cunha, levou a gestão a disponibilizar um ônibus para transportar a população/consumidores para o mercado no dia de feira. Ainda assim, a estratégia não obteve êxito nos primeiros anos, parte da população preferia frequentar o Mercado do Panelão. Os dois mercados então funcionaram paralelamente por anos. Como se observa, o tema feira em Porteirinha constitui uma questão que perpassa diferentes setores da organização social, política e econômica do município.

3.2 – Os espaços de feiras livres de Porteirinha

Conforme apontam os estudiosos do tema feiras livres (ARAÚJO e RIBEIRO, 2018; PALMEIRA, 2014; HEREDIA, 1979), estas constituem espaços privilegiados de interação social, além de exercer o papel de centros de abastecimento e de interconexão entre o campo e a cidade. No município de Porteirinha identificamos pelo menos quatro espaços com ocorrência de feira livre, seja de funcionamento diário ou periódico: a) Mercado Municipal (em funcionamento); b) Mercado do Panelão (funcionamento encerrado); c) feirinha do sindicato (em funcionamento); d) feirinha da semana (em funcionamento). Cada um desses espaços serão apresentados mais detalhadamente na próxima seção. Em todos esses ambientes ficou evidenciado a participação de agricultores familiares comerciantes.

Na seção a seguir, apresentamos o histórico e as especificidades de cada uma dessas experiências de feiras livres, o dinamismo da atividade na cidade e o acolhimento de cada ambiente pela população.

3.2.1 – Mercado Municipal

Inaugurado no final da década de 1980, o Mercado Municipal de Porteirinha apresenta uma estrutura física bem conservada, ali trabalhavam aproximadamente 230 feirantes até a pandemia. O Mercado Municipal de Porteirinha se destaca pela diversidade de produtos ofertados. O lugar é frequentado por consumidores do município, visitantes de municípios vizinhos e turistas que visitam a cidade. O maior volume de pessoas é observado nos dois principais dias de feira, diferente de outras cidades, em Porteirinha, as feiras principais

acontecem na sexta e sábado. Além disso, o mercado está aberto ao público de segunda a sábado.

Figura 3 - Imagens do Mercado Municipal de Porteirinha



Fonte: Ripper (2008)/ Autor (2018-2022)

O mercado disponibiliza áreas para bancas ao ar livre e em espaços cobertos. Nas áreas cobertas estão as bancas que ficam abertas durante a semana toda, juntamente com os pontos fixos (boxes) e os restaurantes. Estes, por sua vez, são uma atração no mercado, e um dos

maiores mobilizadores de turismo para o espaço, oferecendo comidas típicas da culinária local, com destaque para o frango caipira, muito apreciado por moradores do município e visitantes.

A distribuição das bancas pelo mercado não segue necessariamente o tipo de produto ofertado, essa definição está mais clara para a ala coberta das bancas que ofertam produtos da agroindústria doméstica rural como a cachaça, rapadura, beijú de tapioca, queijo, requeijão, manteiga, óleo de pequi, biscoitos e bolos, doces e compotas, farinha de mandioca, goma e tapioca, corantes, mel de abelha, melaço de cana e outros. A maioria das bancas que oferecem estes produtos fica aberta a semana inteira. Entretanto, tais produtos não estão restritos apenas àquela ala, algumas bancas distribuídas em outras áreas do mercado também oferecem alguns dos citados produtos juntamente com outros de categoria diferente. Em uma das alas cobertas existem bancas com uma diversidade de produtos tanto in natura quanto beneficiados nas agroindústrias domésticas do município.

As áreas ao ar livre ficam totalmente ocupadas nos dias de feira, neste espaço são comercializados produtos da lavoura: hortaliças, verduras, frutas, algumas do extrativismo vegetal (umbu, coquinho azedo, pequi – dos gerais – e outros). Em uma dessas áreas são identificados produtos vindos de outros municípios originados de sistemas convencionais de produção em terras irrigadas. Estas mercadorias são conhecidas como “produtos do CEASA” ou “produtos de sacolão”, estes com origem nos sistemas convencionais de produção, via de regra, são a banana, goiaba, mamão, melancia, abóbora japonesa, cebola e outros, que vêm de municípios próximos onde existem programas de áreas irrigadas, tais como o Projeto Jaíba, citado anteriormente, no município de Jaíba e o Projeto Gorutuba, sediado no município de Nova Porteirinha.

Entre uma das alas cobertas e a área aberta existe um corredor onde se concentram feirantes que ofertam alimentos prontos (para lanche), ali são ofertados caldo de cana, salgados de diferentes sabores, biscoitos e bolos, sucos e café. Destaque para bancas que servem o beiju de tapioca, servidas com diferentes recheios salgados e doces, ao gosto do freguês. Nesse corredor, a concentração de consumidores é bem intensa nos dias de feira.

Até o ano de 2019, antes da pandemia, observamos que a ocupação do mercado já não era homogênea, existiam áreas disputadas entre os comerciantes e outras que ficavam ociosas mesmo em dias de feira. As áreas cobertas ou ao ar livre que margeiam a rua que dá acesso ao mercado, isto é, a lateral do mercado que fica às margens da rodovia MG 122, nos dias de feira, ficam totalmente ocupadas. Em contraposição, mesmo em áreas cobertas, do lado extremo oposto às ruas de acesso e da rodovia, existem espaços voluntariamente desocupados.

Outra curiosidade do mercado é o espaço conhecido como “área dos geraizeiros”, nesta parte do mercado, foram construídos até mesmo dormitórios no canto superior da área para utilização daqueles. Em tal setor são abrigados os feirantes que vêm dos Gerais, em sua maioria agricultores feirantes que originados de municípios do planalto da Serra Geral, trazendo os produtos daquela região como café, farinha, goma, frutos do extrativismo dos gerais, cachaça, entre outros. As informações levantadas dão conta de que a vinda desses feirantes reduziu-se bastante nas últimas décadas.

Conforme já citado, a localização do Mercado Municipal, desde a sua inauguração, sempre foi elemento de críticas dos feirantes, mesmo após quase três décadas, sendo que poucos pontos comerciais funcionam no seu entorno. Isto dificulta o acesso dos feirantes à maioria dos pontos comerciais que estão localizados na região central da cidade. Diferente de outros municípios em que o mercado fica no centro do município e os feirantes e suas famílias, vindos de áreas rurais, além de comercializar seus produtos consomem no mercado local e no comércio vizinho. Em Porteirinha, por sua vez, alguns feirantes definem um dia diferente dos dias da feira para realizarem suas compras fora do mercado. Após tanto tempo, a localização já não gera tanta resistência aos feirantes e consumidores.

Tendo sua gestão, organização e limpeza sob responsabilidade da Prefeitura, o Mercado Municipal de Porteirinha exerce bem o papel de promotor de centro de abastecimento observado o volume e diversidade de produtos ofertados aos consumidores, bem como de espaço privilegiado de interação social vide o fluxo diário de consumidores e comerciantes que frequentam a feira nos dias principais (sexta e sábado) quanto na semana.

3.2.2 – Mercado do Panelão

Conforme anteriormente apresentado, o Mercado do Panelão constitui um dos espaços mais antigos de feira livre no município de Porteirinha e, apesar de desativado oficialmente desde o ano de 2013, por ter seu entorno composto por parte da região central da cidade com considerável fluxo de pessoas, continua sendo referência como espaço de comercialização para feirantes e consumidores.

Por ter sido adaptado de modo improvisado a partir da estrutura de uma usina descaroçadeira de algodão, desativada para se tornar um mercado, bem como estar sediado em um terreno privado, ao longo dos anos o Mercado do Panelão não recebeu o devido acompanhamento do poder público na manutenção de sua estrutura ou na gestão do espaço. De outra via, nos últimos períodos o lugar sofreu depredações e aos poucos foi se tornando local

de moradia para famílias em situação de vulnerabilidade social. Estas fixaram moradia em boxes desocupados no interior do mercado. A condição de abandono, tornou essa parte do antigo mercado ponto de consumo de álcool e drogas. Não obstante, os boxes de portas voltadas para a rua permaneceram ocupados por comerciantes, bem como a calçada em torno do mercado continuou a ser ocupada por bancas de feirantes nos dias de feira no município.

Em 2012 a Prefeitura iniciou o trabalho de desativação do antigo Mercado do Panelão com a mobilização dos feirantes em assumirem pontos no Mercado Municipal e, mais recentemente, na feirinha da semana, além da remoção das famílias que ocupavam o local. Em entrevista, a Assistente social da prefeitura, que atuou no trabalho de realocação das famílias, apontou que algumas delas já moravam ali há pelo menos 18 anos⁶⁰. No ano de 2012, o antigo mercado foi demolido. Atualmente, está em construção no local uma unidade do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do município. Não obstante, alguns poucos comerciantes permaneceram com suas bancas em ruas do entorno do antigo mercado até meados do ano de 2019, sobretudo, na rua São Vicente de Paula. Atualmente, essas bancas não existem mais ali, mas imagens capturadas em agosto de 2012 pelo Google Street View nos dão uma noção da disposição das bancas na Rua São Vicente de Paula, uma das ruas ocupadas pela feira (ver imagens abaixo).

Figura 4 - Imagem de uma das ruas da feira do Panelão, ano de 2012



Fonte: Google Street View (2012)

⁶⁰ Ainda de acordo com a assistente social, Ronilda, foram removidas o total de 12 famílias do local. Todas passaram a acessar os serviços de assistência social e de saúde do município, além de receber o benefício do aluguel social para a moradia em casas com maior dignidade.

A imagem permite observar, em coerência com relatos obtidos, que parte das bancas nesta rua eram permanentes, isto é, os comerciantes trabalhavam a semana inteira no local.

3.2.4 – Feirinha do Sindicato

A feira de produtos agroecológicos e orgânicos, conhecida como Feirinha do Sindicato, teve início no ano de 2018 a partir da mobilização entre os alunos do curso de Formação em Produção Agroecológica e Orgânica⁶¹. A ideia da comercialização dos produtos orgânicos, produzidos pelos próprios agricultores participantes da formação, inicialmente envolveu um grupo de alunos e formadores, no período em que os módulos do curso estavam sendo realizados na sede do STTR. Os agricultores organizaram um grupo de WhatsApp em que eram apresentados os produtos disponíveis por cada um, ali os pedidos eram realizados, assim a cada módulo os agricultores levavam seus produtos para serem trocados ou vendidos. Aos poucos outras pessoas, externas à formação, apresentaram interesse em adquirir os produtos. Assim, um novo grupo foi criado no aplicativo de mensagem para a interação entre agricultores e consumidores. Ainda durante o período de formação, como um dos resultados do curso, dentre outras iniciativas, foi organizada uma feirinha que oferecesse produtos orgânicos e que contribuísse no envolvimento permanente do grupo de agricultoras e agricultores participantes, além de organizar as vendas. A estrutura da feira foi providenciada pela direção do STTR, que disponibilizou bancas e outros equipamentos necessários.

⁶¹ O curso foi resultado de uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Porteirinha e Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus Porteirinha. A formação foi organizada em uma metodologia de encontros semanais e os conteúdos foram ministrados em módulos temáticos, parte deles sendo ofertados no campus do Instituto Federal e parte na sede do STTR. O curso contou com a participação de 23 agricultores familiares de diferentes idades.

Figura 5 - Agricultores e agricultoras da Feirinha do Sindicato



Fonte: Autor (2019).

Figura 6 - Banca da Feirinha do Sindicato



Fonte: Autor (2019).

A Feirinha do Sindicato acontece todas as quintas-feiras no pátio do STTR e se iniciou com a oferta de produtos de aproximadamente oito famílias de agricultores/as. Atualmente, cinco famílias de quatro comunidades do município é que têm abastecido a feirinha de produtos de maneira a estar todas as semanas na feirinha e as demais vão à feira de acordo com a disponibilidade de produtos para ofertar. A maior parte das vendas é negociada no formato virtual, com os pedidos sendo retirados no espaço da feirinha às quintas, mas o grupo também mantém produtos para a venda direta nas bancas para clientes que visitem o espaço. E, mais recentemente, o grupo passou a ter uma banca também no Mercado Municipal, que é gestada da mesma maneira, coletivamente, pelo grupo dos agricultores.

O formato de venda pelo aplicativo de mensagens continua sendo o principal mecanismo de comercialização pelo grupo. Por essa ferramenta, o processo de negociação obedece a

seguinte dinâmica: a) às terças os/as agricultores apresentam a lista dos produtos disponíveis para aquisição; b) os clientes retornam com a lista daqueles produtos que irão adquirir; c) às quintas-feiras, as cestas de produtos são retiradas pelos clientes no espaço da feira. Os pedidos também podem ser entregues, conforme aponta um integrante da Feirinha do Sindicato: “Hoje temos duas opções, o cliente pode vir retirar o pedido aqui ou podemos entregar na casa dele. Aí foi definido uma taxa para esse serviço. Então temos essas duas opções” (Ailton, agricultor feirante na Feirinha do Sindicato).

Com a Pandemia a iniciativa ganhou ainda mais clientes sobretudo pela confiança que o grupo das agricultoras e agricultores conseguiu por já virem há mais tempo praticando esse formato de venda e pela oferta de produtos orgânicos (a experiência do grupo durante a pandemia será retomado no Capítulo 04).

Outro diferencial do grupo será a certificação de produção orgânica. O grupo está em processo de Certificação da Conformidade Orgânica para as propriedades dos agricultores da Feirinha. O programa de certificação está sendo acompanhado por uma OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - a OPAC dos Sertões, organismo vinculado ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA NM). A certificação por uma OPAC é compreendida como uma certificação via controle social, isto é, um agricultor monitora o outro na garantia de que a produção de todos agricultores e agricultoras do grupo siga os preceitos da produção orgânica, “Já estamos bem avançados no processo de certificação. (...) E o nosso grupo é pouca gente, mas somos bem unidos, um ajudando o outro, e um corrigindo o outro” (Ailton, agricultor feirante na Feirinha do Sindicato, junho de 2022). A OPAC tem a função de promover a avaliação da conformidade das unidades de produção dos agricultores e dos produtores vinculados a ela com os regulamentos e normas técnicas brasileiras da produção orgânica.

Figura 7 - Kits de produtos para entrega



Fonte: Autor (2019).

Em entrevista, o agrônomo SC01, técnico do STTR, que contribuiu em módulos de formação durante o curso e, atualmente, coordena a organização da feira, destaca o papel da iniciativa como um instrumento que tornou possível a inserção econômica das agricultoras e agricultores em arranjos de comercialização para produtos que se perdiam na unidade de produção familiar, como as frutas do pomar. O técnico afirma que, antes da iniciativa da feira, nenhum dos agricultores e agricultoras envolvidas tinham a prática de comercializar sua produção, a produção da propriedade estava voltada basicamente para o autoconsumo. Outro aspecto importante da feira é a participação das mulheres agricultoras, inclusive, a coordenação do grupo é realizada por uma agricultora, e dos cinco comerciantes que mantêm presença semanal na feira, três são mulheres.

Todavia, observamos que o grupo apresenta algumas fragilidades e desafios no campo da produção e, apesar de ter uma carteira de clientes aparentemente consolidada, enfrenta dificuldades em atender a demanda, “Não estamos conseguindo produzir o suficiente; somos poucos, não damos conta de produzir tudo”, comenta, em entrevista, a coordenadora do grupo, Euflozina, mais conhecida como Flor. Dona Flor complementa apontando que outro limitador no atendimento aos pedidos é que os produtos ofertados estão limitados àqueles produzidos pelos integrantes do grupo, “não pegamos de outros [agricultores], preferimos vender o que temos. (...) Chegamos a pensar em crescer, mas depois vimos que não damos conta”. E, sobretudo, agora que as propriedades estão acessando a certificação de orgânicos, os produtos comercializados obrigatoriamente precisam ser das unidades de produção certificadas.

3.2.5 – *Feirinha da Semana*

Outro ambiente de feira livre em Porteirinha é a Feirinha da Semana. O espaço está localizado na região central da cidade e é aberto ao público a semana inteira, de domingo a domingo. O principal atrativo da Feirinha da Semana são os produtos da agricultura familiar local: hortifruti, temperos, biscoitos, bolos, carnes de frango e de porco, todos vindos de comunidades rurais do município. O espaço também oferece produtos como artesanato, além de itens para diversas utilidades.

É possível afirmar que a Feirinha da Semana, inaugurada no ano de 2018, constitui resultado indireto de uma ação de lojistas do município contra o comércio informal promovido por comerciantes e ambulantes vindos de outras cidades da região, mas, sobretudo, de outros estados. Por meio da Associação Comercial e Industrial de Porteirinha (ACIPORT), os comerciantes locais acionaram a prefeitura para tomar uma posição em relação à prática. O comércio de rua constitui uma marca histórica do município, mas, como afirma em entrevista SC02, presidente da ACIPORT, já há algum tempo que os comerciantes locais questionavam a presença de comerciantes informais vindos de fora para explorar o comércio na cidade e por consequência cometendo concorrência desleal e sem nenhuma regulamentação por parte da gestão municipal, diz o entrevistado. Entre as práticas dos comerciantes de fora que os comerciantes locais queriam impedir, por exemplo, está a feira itinerante conhecida como “Feirão do Brás”⁶². Além desse tipo de evento, as reclamações dos lojistas locais estavam voltadas para aqueles comerciantes que chegavam à cidade para vender produtos que esses lojistas já ofereciam. Acusavam a prática de concorrência desleal com o argumento de que, esse tipo de comércio, não pagava tributos ao município e ocupava pontos estratégicos, de maior fluxo de pessoas na cidade (Entrevista com Samuel, Pres. da ACIPORT, ago. 2021).

Por exemplo, vinha um caminhão de cadeiras e colocava na rua, vinha um caminhão de vasilhas, colocava na praça, vinha um caminhão de rede, colocava na rua. E por esse motivo nos aproximamos dos agricultores. Por que? Porque junto com esses comerciantes de fora também estavam os agricultores familiares locais que [também ocupavam pontos nas ruas da cidade]. Ou seja, para tirar os comerciantes de fora, era necessário tirar das ruas também os agricultores familiares locais, mas não era nosso objetivo prejudicar quem era da nossa região. Então a gente começou, em parceria com o município, planejar uma forma de retirar esses agricultores familiares da rua para que depois nós pudéssemos atacar essa outra classe que vinha de fora (Entrevista com SC02, representante da Associação comercial de Porteirinha, 2021).

⁶² O Feirão do Brás é apresentado por seus organizadores como um evento que reúne expositores composto por diversos fabricantes de roupas, calçados, lingerie entre outros artigos do vestuário em geral. No formato itinerante, a organização aluga um espaço da cidade de destino, onde é realizada a montagem de um amplo estande para venda dos produtos, geralmente, com preços bastantes abaixo dos praticados pelo comércio local (para saber mais, acesse: https://web.facebook.com/megafeiraodobras/about/?ref=page_internal&_rdc=1&_rdr).

Figura 8 - Feirinha da Semana



Fonte: Autor (2019)/ AG20 (2020)

Como se observa, a disputa entre comerciantes locais e aqueles vindos de outras cidades acabou envolvendo diretamente os agricultores familiares locais que também mantinham a

prática de comercializar seus produtos em bancas improvisadas na região central da cidade. Com efeito, ainda de acordo com Samuel, a Associação Comercial e a Prefeitura se viram na situação de que para solucionar a questão do comércio informal promovido por comerciantes vindos de fora da cidade era preciso, antes, tratar das dezenas de agricultores comerciantes do próprio município que também ocupavam o centro da cidade. Isto é, a aplicação do impedimento de um recaiu sobre a necessidade de impedir outro.

Todavia, cabe ressaltar que a presença das bancas de verduras das agricultoras e agricultores em frente aos estabelecimentos comerciais, preferencialmente, açougues, supermercados e sacolões, não representavam um problema muito maior que a desorganização provocada por esse comércio informal ao centro da cidade. Ao contrário, os relatos levantados junto às agricultoras e agricultores que trabalhavam nessas bancas, e, mesmo depois da ida delas para o espaço da Feirinha da Semana, a relação, na maior parte dos casos, era de parceria. Um acabava fomentando o comércio do outro. Enquanto os supermercados e sacolões, sobretudo este último, estavam focados na comercialização, dentre outros produtos, de frutas, raízes, tubérculos e outros, as verduras e hortaliças, via de regra, eram ofertadas exclusivamente pelas agricultoras. Em outras palavras, o produto ofertado por um, era o atrativo para o produto ofertado por outro. Todavia, como veremos, a pandemia pôs fim a essa “relação de parceria” na divisão entre quem vende o quê.

Por sua vez, para o estabelecimento da Feirinha da Semana, reconhecendo a complexidade do tema, a prefeitura mobilizou um conjunto de atores sociais por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Porteirinha e do Programa Sala Mineira do Empreendedor⁶³ buscando um encaminhamento para a questão. Foram envolvidos as secretarias municipais de desenvolvimento social, de agricultura, o jurídico da Prefeitura, a vigilância sanitária municipal além de órgãos de estado como a EMATER, representantes do IFNMG, SEBRAE, entidades da sociedade civil como a STTR e a ACIPOINT, representantes dos agricultores comerciantes de rua e membros do legislativo municipal. A Prefeitura por meio da secretaria de desenvolvimento social realizou uma pesquisa junto aos comerciantes locais das ruas do centro da cidade para saber o perfil desse público. De acordo com a assistente social que participou do levantamento das informações, a pesquisa mostrou que a maioria dos comerciantes locais de rua eram agricultores familiares que comercializavam sua produção

⁶³ A Sala Mineira do Empreendedor é uma parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Prefeituras Municipais. O programa tem como foco apoiar microempreendedores locais. Em Porteirinha, além da Prefeitura, o programa tem apoio da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) e da Associação Comercial e Industrial de Porteirinha (ACIPOINT). Na cidade, a iniciativa prevê consultoria para todas as categorias empresariais (empresas de pequeno, médio e grande porte).

agrícola. Foram identificados ainda comerciantes que residiam na área urbana, mas que também comercializavam hortifruti, nestes casos, os produtos eram adquiridos de sacolões e de agricultores. E, por fim, existiam os comerciantes que ofertavam outros tipos de produtos, eletrônicos, importados e outros.

Segundo o representante da ACIPORT, a entidade reconheceu a sensibilidade da questão para os agricultores e para a gestão municipal, pois envolvia alterar uma prática antiga de dezenas de famílias agricultoras e outros comerciantes de rua locais que trabalhavam no centro da cidade. Funcionários da entidade juntamente com técnicos da prefeitura passaram a pautar os debates e coordenar as audiências envolvendo os atores citados para o tratamento do tema. Um dos primeiros encaminhamentos foi a aprovação pelo legislativo municipal do projeto de lei do Plano Diretor da cidade de Porteirinha. O plano passou a regulamentar o comércio de rua na cidade exigindo alvará de funcionamento para aqueles comerciantes que quiserem explorar o comércio nas ruas da cidade.

Utilizamos a lei do plano diretor do município para convencer os agricultores familiares que a gente precisava formalizar um local para eles trabalharem, porque, na rua, eles iriam sofrer a pena que estava voltado para os comerciantes de fora quando a Associação [a ACIPORT] fizesse a denúncia (Entrevista com SC02, representante da Associação comercial de Porteirinha, 2021).

Em entrevista, técnicas da prefeitura relatam que, inicialmente, houve resistência dos comerciantes de rua local, sobretudo aqueles que moravam na cidade. Os relatos apresentados pelos agricultores expressaram uma desconfiança inicial com a proposta de retirada de suas bancas das ruas, especialmente quanto ao impacto nas vendas.

No início nós até achou ruim pra nós sobre a venda, se poderia cair. Aí começou a ter reuniões para saber onde seria o local melhor. Aí eles chamaram aquelas pessoas que eram agricultores mesmo, que produziam sua própria lavoura. Aí chamou para fazer a inscrição, nós fomos e fizemos a inscrição na EMATER. (...) Só deixou mesmo as pessoas que produziam os alimentos orgânicos na zona rural. Aquelas pessoas que tinha muito tempo que estavam nas ruas, ajudaram também (Entrevista com AG16, agricultora feirante na Feirinha da Semana, agosto de 2021).

Para a realocação dos agricultores e comerciantes locais de rua, a prefeitura conseguiu a cessão do espaço de um antigo estacionamento do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) na região central da cidade. A estruturação do espaço para a feira pela Prefeitura a partir da disponibilização de bancas padronizadas, serviço de limpeza, a condição do ambiente aberto com visibilidade para quem passa pela rua e de fácil acesso do público, aos poucos quebrou a resistência daqueles comerciantes que apresentavam objeção à mudança. É o que fica evidenciado na fala do agricultor feirante, AG17: “Essa feirinha foi organizada para aqueles

agricultores que vendiam há muito tempo na rua, aí eles organizaram aquele local lá, um lugar muito bacana. Foram vários agricultores para lá” (entrevista com AG17, agricultor feirante da feirinha da Semana, junho de 2022)

Por sua vez, as agricultoras e agricultores atualmente instalados na Feirinha da Semana reconhecem que as bancas, carros com produtos para venda e os inúmeros ambulantes em diversos pontos do centro deixavam a cidade desorganizada:

As ruas viviam cheias de gente vendendo coisas e a cidade é pequena, aí estava mal organizada. As ruas, o calçadão, era tudo cheio de banca com o povo vendendo. Aí [a prefeitura] veio com um projeto que queria tirar o pessoal da rua.

(...)

Nas ruas as vendas são 100%, nas ruas é assim, às vezes a pessoa nem está afim de comprar, mas passa ali ver e leva um produto para a casa. Agora, no lugar onde nós estamos a pessoa tem que estar com as coisas faltando mesmo para ir lá comprar. Mas no início lá foi ruim, pois quando a pessoa muda de um setor para outro, até você organizar sua estrutura, os clientes, o lugar, aí as vendas começaram a cair, mas depois que os fregueses começaram a se acostumar com o lugar, aí nós pegou clientela, aí resolveu (AG16, agricultora feirante na Feirinha da Semana, agosto de 2021).

Mas melhorou bastante, aqui era bagunça, vinham esses ambulantes de fora que ocupavam todos os cantos da cidade, atrapalhavam as calçadas. (...) Eles chegavam com os caminhões, abriam os fundos, estacionavam um ali, outro ali, outro ali, virava aquela poluição. Hoje não. Hoje eles chegam, o caminhão fica fora, nos postos [de combustíveis], aí eles vão trazendo aos poucos, os ambulantes não ficam parados (Entrevista com AG20, agricultora feirante na Feirinha da Semana, junho 2022)

Após quatro anos de funcionamento da Feirinha da Semana, os relatos dos agricultores e agricultoras feirantes expressam satisfação com o espaço de venda e reconhecimento do papel que a iniciativa promoveu em se tornar o principal ponto de vendas para as famílias envolvidas.

Lá [na feirinha da semana] melhorou, porque assim, para mim, o lugar é bom, o ambiente é legal, o atendimento mudou muito, porque a feirinha lá é bem organizadinha, bem limpinha, as bancas bem bonitas. Era para aumentar mais as vendas (AG16, agricultora feirante na Feirinha da Semana, agosto de 2021).

Ali foi um diferencial. A feirinha da Semana, talvez não só pra mim, mas vou falar pelos outros também. A feirinha da semana é um lugar abençoado. É um lugar abençoado, por que? Tinha um colega que trabalhava lá, ele inclusive morreu [recentemente], chamava-se Paulo, ele sempre chegava falando em voz alta: ‘Gente, esse lugarzinho nosso aqui é um lugar abençoado por Deus’. Então, é um lugar abençoado, um lugar que sustenta muita gente. E ali é um lugarzinho legal, porque a maior parte daquelas pessoas, até AG16 (esposa) mesmo, trabalhava no meio da rua. Aí (...) colocou aquele cantinho ali e foi um lugar legal (Entrevista com AG17, agricultor feirante da feirinha da Semana, junho de 2022).

Finalmente, cabe ainda destacar nos relatos de técnicos da gestão municipal e agricultores/as comerciantes da feirinha a importante contribuição de atores sociais ligados à organizações da sociedade civil e autarquias, que participaram nos processos de mobilização e

orientação dos comerciantes, tais como: o STTR, representantes do Instituto Federal do Norte de Minas – IFNMG. Sobretudo, o STTR que mobilizou a formação de grupos de gestão participativa com envolvimento dos/as comerciantes. Um exemplo é a comissão da Feirinha da Semana, criada para discutir as questões que envolvem a feira. A comissão conta com a participação de feirantes e outros atores interessados no bom funcionamento do espaço (IFNMG, Secretarias municipais, STTR e outros).

3.3 – As feiras livres de Porteirinha como ambientes de interação, vínculos sociais e geração de renda

Como observou Heredia (1979, p.45), há quatro décadas, em pesquisa sobre comunidades camponesas do agreste pernambucano, “a feira é, além de um lugar para comprar e vender, é um ponto de reunião social. A feira é um local de encontro”. Tais aspectos do “evento feira” parecem estar preservados até os dias atuais, quando perguntados sobre o papel das feiras de Porteirinha, nossos entrevistados expressaram entendimentos em conexão com aqueles captados pela autora.

As feiras além de ser um espaço de negócio, que ajuda a fomentar a economia local, ela também é um espaço de entretenimento (...), ela funciona como espaço de encontro. (...)Muitas pessoas frequentam a feira mais no intuito de reencontrar pessoas, vão à feira para tomar um caldo de cana, comer um bejú, a tapioca, comer frango caipira. (Entrevista com SC03, ex-funcionária da ACIPORT, agosto de 2021).

[As feiras] traz outras influências para a comunidade por ser um espaço de encontro. Para a alimentação, comer algo diferenciado. É um espaço de convivência (Entrevista com SC02, Presidente da Associação Comercial de Porteirinha, setembro de 2021);

O mercado também se caracterizou como ponto turístico (Entrevista com SC03, ex-funcionária da ACIPORT, agosto de 2021).

E os produtos ofertados são os atrativos ao público para as feiras de Porteirinha e, vice versa, as feiras exercem a atração para os produtos ofertados. É “o efeito praça de mercado”, argumenta Marie France Garcia Parpet (2021, p.129), ao analisar diferentes tipos de mercados. O mercado “faz a mercadoria” (p.129). A autora traz ainda as contribuições analíticas de Michèle de la Pradelle, que desenvolveu um estudo sobre uma feira da cidade de Carpentras, no sul da França. O referido estudo destacou que parte dos produtos encontrados naquela feira, que mobilizou o interesse das pessoas que ali frequentavam, podiam ser facilmente encontrados nos supermercados locais (GARCIA PARPET, 2021).

Isto mostra como a feira exerce um papel para além da compra. Interessa atentar ainda a outros elementos observados pela pesquisadora na feira de Carpentras, como o alto nível de sociabilidade, de mistura social, em que as relações entre os diferentes atores envolvidos permitiu formar o que o estudo denominou de uma “microsociedade”: “cujos atores coexistem como numa multidão, mas entram em relação... e é uma combinação de situação de anonimato e interação entre sujeitos, que se reconhecem como iguais – que faz da feira um espaço público” (PRADELLE *apud* GARCIA PARPET, 2021, p.129).

Figura 9 - Produtos da cultura alimentar local



Fonte: Autor (2020).

Pelas características *sui generis* que esse tipo de mercado local apresenta, é possível trazer para as feiras livres de Porteirinha, sobretudo, para o Mercado Municipal e a feirinha da semana, a noção do “efeito praça de mercado” utilizado por Garcia Parpet (2021). O mercado de Porteirinha, por exemplo, se tornou referência turística para a degustação de pratos típicos da região: “feijão tropeiro, frango caipira, (...) as frutas [do cerrado e da caatinga]. As pessoas levam visitantes de outras cidades para o mercado como espaço turístico, uma especificidade do mercado” (Entrevista com SC02, Presidente da Associação Comercial de Porteirinha, setembro de 2021)

Fenômenos como aqueles observados por Pradelle, na França, também podem ser observados em feiras como a de Porteirinha e outros mercados alimentares tradicionais pelo Brasil, Garcia Parpet (2021) entende que os mercados são criadores de valor, por “ofertar mais do que mercadorias”, eles teriam o papel de ofertar “produtos culturais”. E, os mesmos, em seu entendimento, possuem realidade dupla: o valor de mercadoria, com preço de compra e venda, por um lado, e significações por outro. Seria, “o que explica o fato de o valor propriamente

simbólico e o valor mercantil ficarem relativamente independentes”, diz Garcia Parpet (2021, p. 129).

De acordo com os relatos de entrevistados, em Porteirinha, existe a cultura de comprar e frequentar o mercado, bem como de garantir a compra a preços mais baixos, “É o principal centro de compra e vendas, e de encontros, um espaço importante. (...) Até pelo custo das coisas. Os produtos comercializados são mais em conta” (Entrevista com SC02, Presidente da Associação Comercial de Porteirinha, setembro de 2021). Observamos que a oferta de produtos a preços mais baratos constitui uma das funções sociais das feiras livres de Porteirinha. Este aspecto foi evidenciado nas entrevistas com os consumidores. Quando perguntados: “Por que comprar nas feiras livres?”, duas variáveis apresentaram maior frequência entre as respostas, 77% delas responderam “Preço/possibilidade de negociação”, mesmo percentual para a variável “qualidade dos produtos” (entrevista com consumidores).

A oferta de produtos a preços mais em conta confirmam ainda a contribuição das feiras livres para a segurança alimentar local. Pelo menos entre as consumidoras e consumidores entrevistados, a destinação de 100% dos produtos adquiridos na feira para a alimentação familiar deixa evidenciado esse papel das feiras⁶⁴.

Essas entrevistas com consumidoras e consumidores nas feiras do mercado e na feirinha da semanas foram realizadas no mês de maio de 2022, um momento posterior ao período das ondas mais intensas em números de casos de COVID-19. Apesar de uma redução significativa no número de frequentadores das feiras em função da pandemia, e sua contribuição para a formação de novos hábitos de consumo alimentar no município de Porteirinha (Como veremos adiante), o conjunto dos dados levantados junto aos consumidores e consumidoras em feiras livres de Porteirinha demonstrou que entre aqueles que vão às feiras, a frequência é significativa. Entre esses entrevistados, mais de 70% apontaram ir à feira todas as semanas.

No aspecto geração de renda, como ouvimos de um agricultor, “A feira também é lugar de ganhar dinheiro” (Entrevista com AG04, agricultor feirante, dezembro, 2021). Papel também reconhecido pelo representante da Associação Comercial, “É um espaço de extrema importância para a geração de renda”. Isso nos leva a observar o valor gasto por consumidoras e consumidores por ida à feira, o conjunto dos dados apontam que a maioria deles gastam entre trinta e sessenta reais (55%). E 33% gastam um pouco mais, entre sessenta e cem reais.

⁶⁴ Apesar do dado apresentado pela amostra, é sabido, sobretudo, por relatos dos agricultores feirantes, que existem sim compradores de produtos na feira para a revenda, especialmente, aqueles donos de pequenos sacolões de bairros da cidade de Porteirinha, que realizam suas compras para abastecer seus negócios nas feiras livres da cidade.

Finalmente, 11% dos entrevistados apontaram gastar mais de cem reais em compras por dia de ida à feira.

Tradicionalmente, o sábado é o principal dia de feira do Mercado Municipal de Porteirinha. E nesse dia, a feira tem início bastante cedo, por volta das quatro horas da madrugada. Um horário em que muitos feirantes já estão com os produtos em suas bancas, quando também são observados os primeiros clientes circulando pelo mercado, ainda “com escuro”⁶⁵.

Figura 10 - Imagens da primeira hora da feira do Mercado Municipal, às quatro horas



Fonte: Autor (2021).

O papel de agente gerador de renda da feira é reconhecido pelo representante da Associação Comercial ao comentar sobre a feira do Mercado Municipal. O relato do agricultor feirante, abaixo, confirma essa avaliação.

Todo mundo chega com seus alimentos, todo mundo sai de tarde, vendeu a maior parte. Todo mundo sai satisfeito. E ele leva pra vender e comprar também. A economia movimenta através dali [da feira]. Aquilo é uma riqueza e eu fui descobrir foi tarde demais, se eu tivesse descoberto antes, eu estava bem (Entrevista com AG04, agricultor feirante, dezembro, 2021).

⁶⁵ Expressão muito comum entre os agricultores ao se referir às primeiras horas do dia.

Com efeito, as feiras livres exercem um papel fundamental na reprodução social e econômica de quem participa delas. A fala a seguir do agricultor entrevistado expressa em detalhes como a atividade de venda na feira gera renda a partir da comercialização de produtos da agricultura e, com isso, subsidia outras atividades na unidade produtiva, que contribuem para a sustentabilidade econômica da família. Atividades aquelas que ele chama de “sobra”:

Tem pessoas que acham que a gente é uns coitados. Só que [o agricultor], ninguém fala com ninguém. É cada um na sua, calado. Agricultor é desse jeito, ele é na dele, e as pessoas acham que é desse jeito [pobre], porque ele está vendendo [um molho de] cebolinha a um e cinquenta (R\$ 1,50), um real (R\$ 1,00), a cebolinha. Falam: ‘aquilo não dá dinheiro, não’. E é engano! Pois, é aquilo ali que ele mantém sexta e sábado. E ali vai sobrar sem dúvidas. Mesmo que venda barato, ali vai sobrar porque ele vende toda a semana, quatro vezes por mês e ele vende o ano inteiro, sem parar ((Entrevista com AG04, agricultor feirante, dezembro, 2021).

(...)

Eu falo que a gente vende barato, mas ali sobra. Paga energia, paga a água, paga remédio, paga as contas e ainda sobra. E o que acontece? Com o tempo as pessoas vão notando. Às vezes, um produtor igual a mim é cansativo. Hoje ficamos até tarde, mas eu ainda faço com alegria, com chuva e tal. Eu ainda faço com alegria. Aí sobra o frango, sobra a bezerra, sobra o porco, sobra algumas coisas pra pagar imposto. Sobra o salário dos meus meninos. Então uma coisa vai encaixando nas outras e as coisas vão sobrando. Quando chega no fim do ano, não sobrou muito, não sobrou muito, mas tem. Você vai olhar, tem uns porcos gordos no chiqueiro, tem frangos no terreiro, tem uns garrotinhos que as vacas criou. Este ano eu vendi vinte mil de gado. Mas, por que? Por causa dessa fonte [a feira]. Porque é uma fonte que gera todos os dias. Agora o agricultor que não tem experiência, fica só no bezerro, comprando milho no preço que está. Não sobra (Idem).

Nos relatos, acima, do agricultor AG04 vai dando contornos concretos ao que tratamos anteriormente como “economia invisível” ou “economia sertaneja” (DAYRELL, BARBOSA; COSTA, 2017). São conceitos dedicados à dinâmica das atividades produtivas da agricultura de base familiar dessa região e que caracterizam-se, conforme o entrevistado apresenta com clareza, no conjunto das atividades desenvolvidas pela família rural.

A experiência do agricultor entrevistado expressa uma característica comum às famílias agricultoras locais que conseguiram se reproduzir socialmente e economicamente pela sabedoria em manejar ao mesmo tempo sua qualidade multifuncional (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009) e, sobretudo, sua capacidade de explorar a pluriatividade da unidade produtiva conciliando atividades fora da propriedade rural (migração sazonal e atividade não agrícola) com uma diversidade de atividades produtivas no interior da propriedade (SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2001), resultado da exploração do trabalho na agricultura, na criação de animais, do extrativismo de produtos da mata nativa, qualificados pela contribuição fundamental da agroindústria doméstica rural (RIBEIRO, 2009). Assim, esses agricultores têm

nos espaços de feira livre a alavanca que coloca em funcionamento uma economia agrícola e artesanal bastante dinâmica em termos locais. É, sobretudo, a atividade que permite gerar um fluxo de capital para a família agrícola de modo a cobrir gastos com despesas domésticas além de contribuir na formação de uma “poupança” muito peculiar à família rural camponesa, isto é, a manutenção de bens de consumo e de troca (por exemplo, criações e outras atividades agrícolas não vinculadas à feira). Essa “economia sertaneja” historicamente mobiliza um número considerável de pessoas em torno das trocas de uma diversidade de produtos locais.

Finalmente, ainda que as restrições de inserção a campo não tenham me permitido um aprofundamento empírico no tema das relações de reciprocidade para, nesta pesquisa compreender como estas estão imbricadas na teia de relações que envolve a relação agricultor feirante e consumidor, alguns elementos permitem deduzir, ainda que não conclusivamente, que vínculos de reciprocidade contribuem para a construção social das feiras de Porteirinha. O que nos auxilia a apontar para esse elemento é a decisão de 66% das consumidoras e consumidores em preferir comprar os produtos sempre com os mesmos feirantes. Nesse extrato dos entrevistados, os elementos motivadores para essa preferência estão, para 60%, nos valores de confiança e amizade, 20% qualidade dos produtos e não uso de venenos e 20% preços baixos. Isto é, para esse grupo, a variável preço não é o maior determinante.

Por sua vez, valores como amizade, confiança, acolhimento, reconhecimento são alguns dos elementos de reciprocidade expressas também por feirantes ao se referir aos clientes:

Faz muito parte deles, um aconchego, uma confiança. Parece que o cidadão sente um aconchego. Os meus fregueses são todos da cidade. Tem freguês que está desde o dia em que eu abri a banca até hoje (Entrevista com AG04, agricultor feirante, dezembro, 2021).

Pra falar a verdade, é como eles mesmos falam, às vezes há aquele momento de ir entregar o produto, a gente tira uns minutinhos para conversar e acaba criando aquele laço de amizade (Entrevista com AG11, agricultora feirante, agosto de 2021).

Em alguns casos, os vínculos de confiança e amizade estabelecidos entre consumidores e feirantes também exercem contribuição para que as vendas aconteçam. Para o agricultor AG04, mais do que ter acesso ao produto, existem aqueles clientes que preferem comprar apenas quando ele está presente na banca:

Olha, eu tenho outra ciência também. Quando eu não estou na banca vende mais pouco. Meu filho fala: ‘ó pain. O pessoal passa na banca perguntando pelo senhor. – Cadê seu AG04?’ Ele responde: ‘Pai saiu, foi tomar um café ali’. Passa fala que vai voltar e não volta não. ‘É só o senhor estiver aí, eles já param e falam’. E quando minha esposa está vende mais ainda (Entrevista com AG04, agricultor feirante, dezembro, 2021).

Para Sabourin (2017, p. 11) interações de trocas econômicas como essas ocorrem historicamente em espaços de feiras livres, como aqueles identificados em Porteirinha, que, por suas características *sui generis*, carregadas de valores, podem ser denominados também como “sistemas econômicos de reciprocidade”. Ainda, segundo o autor, estes constituem “uma herança do passado e da identidade cultural dos povos e comunidades tradicionais ou camponesas (...)”.

3.4 – Agricultoras e agricultores feirantes e trajetórias

A riqueza das trajetórias das famílias das agricultoras e agricultores feirantes evidencia o papel das feiras livres na economia local, mas antes de tudo na transformação da condição de vida dessas famílias.

A fim de apresentar ao leitor contornos concretos do papel da feira livre na história das famílias agricultoras, a seguir, apresentamos diferentes trajetórias de agricultores e agricultoras que encontraram nas feiras livres a oportunidade para permanecer junto a suas famílias, comunidade e município, bem como promover qualidade de vida, garantia de segurança e soberania alimentar e sustentabilidade financeira.

Um elemento marcante na história da maior parte das famílias acompanhadas foi como o trabalho nas feiras permitiu que agricultores e agricultoras feirantes abandonassem definitivamente condições de trabalho a partir das migrações temporárias, muito comum na região, no trabalho em plantações de cana de açúcar, em canaviais paulistas; ou na panha do café no Sul de Minas. Ocupações que, de acordo com relatos dos agricultores, muitas vezes, estavam condicionadas a situações extenuantes de trabalho, contratos irregulares, baixos salários, condições degradantes de trabalho e até situações análogas a trabalho escravo (PIRES, *et al.*, 2019). O relatório do Fórum DSNM também destaca a ocorrência nesta região de migrações sazonais para o trabalho em lavouras do Alto Paranaíba, Noroeste e Sul de Minas, além de São Paulo. Inclusive, como veremos, essa constitui uma realidade da maior parte das famílias acompanhadas nesta pesquisa. Além da ocorrência nas migrações para o trabalho em outras regiões dentro do estado e fora dele, são muitos os casos nesta região de trabalhadores expostos a trabalhos análogos a escravidão, conforme aponta o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2019). Esse quadro colocou o estado de Minas Gerais no topo da lista de estados com maior número de vítimas do trabalho escravo (Idem).

Ao mesmo tempo, o papel das migrações na história das famílias acompanhadas no estudo corrobora com observações de Pires, *et al.* (2019), em pesquisa sobre o trabalho temporário nesta região, de que, apesar de todas as contradições envolvidas na exploração dos chefes de família pelo trabalho nas migrações, a permanência das mulheres e filhos trabalhando na unidade de produção forjou um modo de reprodução social do núcleo familiar muito peculiar aos agricultores camponeses do Território da Serra Geral. Isto é, as migrações, apesar de suas contradições, contribui, paradoxalmente, com recursos financeiros para a permanência das famílias no campo e oportuniza a conquista de melhores condições de reprodução familiar a partir do financiamento de atividades produtivas no interior da unidade de produção familiar (construção de canteiros de hortas, criadouros para pequenos animais, equipamentos para agroindústrias domésticas).

As políticas de apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar e a produção agroecológica constituem outra alavanca fundamental na inserção de famílias agricultoras nas feiras livres locais. Nas histórias de vida das famílias acompanhadas pelo estudo no município de Porteirinha identificamos o papel do Programa P1+2 no acesso das famílias às tecnologias sociais de captação de água e apoio à estruturas produtivas como canteiros para horticultura, formação de pomares de frutas e criatórios de aves; do Projeto de financiamento às hortas agroecológicas e orgânicas: Horta PAIS - Projeto de Produção Agroecológica Integrada Sustentável⁶⁶, o projeto tem como um dos seus principais objetivos contribuir na inserção das famílias atendidas em feiras livres locais; finalmente, observamos que famílias feirantes tiveram acesso aos programas de compras públicas PAA doação e PNAE em maior ou menor grau quando do funcionamento de tais programas.

3.5.1 – A trajetória da família da Agricultora AG16 e AG17 na Feirinha da Semana

A agricultora AG16 e seu esposo AG17 trabalham comercializando hortaliças e outros produtos da agricultura há 15 anos na cidade de Porteirinha. Ela conta que foi uma atividade

⁶⁶ O Projeto de Produção Agroecológica Integrada Sustentável - PAIS é uma tecnologia social voltada para agricultores de base camponesa na estruturação de um sistema produtivo que integra canteiros de horta e criatórios de galinhas. O projeto teve como os principais financiadores no Brasil a Fundação Banco do Brasil e Petrobrás. Em Porteirinha, inicialmente, o Projeto PAIS foi implementado pela Associação Casa de Ervas Barranco de Esperança e Vida (ACEBEV) em parceria com o Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR) e, mais recentemente, pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA NM, também com a parceria do STTR. Além das formações em técnicas de produção agroecológica/orgânica disponibiliza a família atendida um kit de instalação composto por 34 itens, incluindo, uma caixa d'água de 5.000 litros, material para irrigação, tela para o galinheiro, 10 galinhas e 1 galo, sementes de insumos orgânicos.

que herdou da sogra, que já comercializa hortaliças na feira do Panelão. Desde que se casou, AG16 passou a trabalhar na horta com a sogra e começou a plantar seus canteiros de horta dividindo a água de uma cisterna com a mãe de seu esposo.

Atualmente, a família trabalha na Feirinha da Semana, mas iniciou o negócio vendendo numa banca em frente a um sacolão no centro da cidade, AG16 também vendia na feira do Panelão. Após passar um período com as duas bancas, a agricultora escolheu trabalhar apenas na banca do centro. E a partir de 2018 a família foi atendida com uma banca na Feirinha da Semana, quando todas as bancas que ficavam no centro da cidade foram removidas para o novo espaço.

Figura 11 - O casal AG16 e AG17 teve seu trabalho apresentado n'O Candeeiro



Fonte: Autor (2021).

A propriedade da família está localizada na comunidade rural de Olhos D'água, a 6 km da sede do município de Porteirinha. Inicialmente, fomos recebidos na propriedade por AG17, esposo de AG16, numa sexta-feira pela manhã, naquele horário, como em todos os dias, de segunda a sábado, das 7 às 13 horas, AG16 estava trabalhando na Feirinha. Dessa forma, a família divide os afazeres da propriedade, AG16 e uma cunhada trabalham na feira vendendo

os produtos produzidos na horta, AG17 e um irmão trabalham na propriedade na lida com a horta e outros cultivos.

AG17 nos apresentou como tem utilizado a propriedade de 5 hectares, segundo ele, para o tipo de atividade que ele trabalha (horticultura), o tamanho da propriedade é suficiente e ainda sobra terra. Ele nos conta que sempre teve o sonho de viver da renda da terra, mas demorou a entrar na atividade da produção de hortaliças.

Antes, AG17, como tantos outros agricultores da região, buscou renda no trabalho temporário, seja nas plantações de café no interior paulista ou na construção civil, sobretudo, na área de pintura, na capital do estado de São Paulo. Nessas ocupações, o agricultor passou mais de uma década:

Na época de eu solteiro, eu saí com dezessete anos, assim saindo pra fora, aí eu fui direto onze anos, fazendo trabalho de tudo quanto é tipo. A última vez que fui foi em 2008.

Dentro de São Paulo, da grande São Paulo, tudo quanto é lugar e já mexi. Tinha vez que eu saía duas vezes no ano. Na safra do café, era no período de maio a setembro. Agora, pintura não, era aparecer serviço, eles ligavam para mim e eu ia para lá. Era uma firma, aqui em Porteirinha tinha um encarregado que juntava a turma aqui (Entrevista com AG17, agricultor feirante, junho de 2022)

Pouco antes dos trinta anos, AG17 casou-se com AG16, sua companheira. Ele se lembra de que a vida ainda era muito difícil, continuou trabalhando para outras pessoas, de vaqueiro em fazendas da região e outras atividades na agricultura e também com pintura. Sua angústia naquela época era que faltava uma fonte de renda segura para o casal: “Eu não tinha uma fonte, ela não tinha. Se eu ia lá e caçava dez reais, cinquenta reais, eu não tinha, não tinha como tirar aquele dinheirinho” (Idem).

Por outro lado, ele decidiu que não queria mais a vida no trabalho temporário, “nossa senhora! Esses trabalhos assim, o café, a cana, é só sufoco, lidar com o serviço, lidar com a negada, que não é fácil”. O agricultor nos relata ainda vínculos de amizade, mas também momentos difíceis na relação com colegas de trabalho, inclusive, o assédio para o uso de drogas, prática que é muito comum entre os grupos de trabalhadores.

Diante da difícil lida do trabalho temporário, dos baixos ganhos financeiros, AG17 comenta que seu objetivo era romper com aquela rotina, “aí eu coloquei na cabeça assim: eu preciso parar de sair pra fora. Eu quero inventar alguma coisa”. O agricultor buscou alguma atividade que gerasse renda a partir da produção na propriedade rural da família, decidiu montar uma pequena granja de criação de galinhas caipiras. Comprou uma chocadeira e

estruturou um pequeno criatório. Aquele, teria sido, segundo ele, o primeiro passo para compreender que era possível “viver da terra”, do trabalho rural em sua propriedade.

E aí estava legal. Eu poderia falar assim, não dava muito dinheiro, mas pelo menos dava pra ir sustentando. Se eu quisesse ali oitenta reais, cento e vinte reais, eu ia lá pegava um frango: eu estava com o dinheiro na mão. Só que não dava muito dinheiro, dava para sobreviver. Mas ali já descobri que dava pra ficar aqui na minha terra (Entrevista com AG17, agricultor feirante, junho de 2022)

A experiência do criatório de frango nutriu no agricultor planos de querer um pouco mais, “quando pensei que não, eu pus na cabeça que eu iria abrir um poço artesiano, naquela época eram poucos que conseguiam. (...) Aí eu tinha uma moto, eu falei assim: vou vender essa motinha e vou no café buscar o restante. E vou tentar prosperar”. AG17 relata que voltou para o trabalho na panha do café e lá juntou um dinheiro que somado com o valor da moto calculou ser o suficiente para abrir o poço. Lembra que sua esposa, na época, foi contra a venda da moto, “ela praticamente brigou comigo, que não era para vender. E eu falei: eu vou tentar. Então eu fiz e não foi da vontade dela. Se desse errado eu estava fuzilado não é?”.

O agricultor finalmente conseguiu abrir o poço artesiano no ano de 2008. Todavia, ainda precisou de mais alguns anos para equipar o poço devido aos altos custos com os equipamentos necessários (bomba d'água, fiação, rede elétrica de maior potência). Ainda assim, AG17 nos conta que o poço começou a ser utilizado de modo improvisado, num primeiro momento, valeu-se da boa capacidade de vazão, o que permitiu que, ainda que com uma bomba hidráulica de baixa potência, conseguisse puxar água suficiente para o plantio. Nos conta ainda que foram pelo menos seis anos de muito trabalho até conseguir equipar o poço e gerar uma produção com melhores resultados. AG17, em entrevista em junho de 2022, aponta que a partir do ano de 2015, com fatura de água disponibilizada pelo poço artesiano, a família conseguiu uma produção na horta de modo a gerar sustentabilidade econômica, “É daquele poço que eu retiro o sustento meu, da minha esposa, do meu irmão da minha cunhada, ele nos deu tudo que temos hoje”.

Em nossa visita, observamos que a família conseguiu montar uma boa estrutura de produção. A horta de aproximadamente 1,5 hectare conta ainda com duas estufas que permitem melhores resultados produtivos no período das chuvas. Para a proteção do sol foi montada uma outra estrutura coberta, apenas com sombrite, que dá proteção às hortaliças. Nas áreas não cobertas estão os cultivos mais resistentes.

Figura 12 - Imagens da área da horta



Fonte: Autor (2022).

AG17 afirma que a produção está voltada basicamente para as duas bancas que a família tem no espaço da Feirinha da Semana, a venda para outros compradores acontece, mas em situações específicas, em períodos de abundância de produção ou de escassez de produtos no mercado local. Comenta que entrega para dois supermercados locais, mas em função dos baixos preços pagos ele prefere concentrar sua produção voltada para as duas bancas da família na feirinha da Semana.

Quando está tendo muita coisa, que está tendo muito volume, eu faço algumas entregas, para o supermercado (...). Mas é quando estamos tendo abundância e as meninas não estão dando conta de vender [na feirinha]. (...) mas é assim, vai da negociação, quando a quantidade é pouca eles pagam um preço, quando eles passam a comprar em maior volume, eles sempre querem pagar um preço mais baixo. Por exemplo, um molho de coentro de cabeça, que na feira custa três reais, se for vender para eles, eles vão querer pagar de cinquenta centavos a um real. Então eu nem tenho grande interesse em vender para eles (Entrevista com AG17, agricultor feirante, junho de 2022).

Observa-se, com o exemplo anteriormente exposto, que a participação na feira, portanto, permite maior independência dos agricultores em relação a um único mercado comprador. Como a oportunidade de venda na feira o agricultor consegue barganhar na negociação junto aos compradores no atacado (supermercados, sacolões). O seguinte relato do entrevistado coloca evidenciado essa capacidade de barganha e inclusive de escolher os mercados mais vantajosos.

Ou igual, vamos supor, no tempo das águas, alface mesmo, lá na cidade estava todo mundo caçando e eu tinha aqui. Eu vendia a 5 reais o maço [na feirinha]. Aí eles, [os supermercadistas], queriam me comprar, me ligavam: 'Nós vamos querer tantos pacotes', já chegaram a pedir 200 maços. Mas eles queriam o que? Queriam pegar dois reais ou dois e cinquenta, o maço. Mas aí eu falei: 'Isso aí eu não faço, não. Vamos combinar. Olha só, eu sou feirante, estou vendendo a cinco reais na feira, eu consigo passar para você a 4 reais, para você ganhar um real e ter a mercadoria aí no

seu comércio. (...) Aí deu certo, as alfaces foi bem legal esse ano, deu pra arrumar um dinheirinho (Entrevista com AG17, agricultor feirante, junho de 2022).

Figura 13 - Lavoura de milho irrigada por gotejamento na propriedade



Fonte: Autor (2022).

Os resultados do trabalho na propriedade e da venda dos produtos na feira vão aparecendo nos relatos da família com tons de gratidão pelos frutos desse trabalho. Para AG17 a participação na feira e, sobretudo, a conquista do acesso à água a partir da abertura do poço artesiano, mudou o roteiro da história da família e rompeu o ciclo da dependência do trabalho temporário fora da cidade.

Se não fosse esse poço, hoje em dia a gente fala assim: já pensou se eu não tivesse aberto esse poço e ter dado essa (quantidade de) água legal. Vai ver, eu não sei, mas acho que eu estava ainda na mesma lida, de ida para São Paulo, na mesma linha.

Então pra mim, esse poço com essa água aqui foi a valência. Mudou minha vida. Vixe nossa! Tem hora que eu sento lá em casa eu vou conversar com minha mulher. A vida nossa tem diferença demais. Hoje em dia, eu praticamente posso dizer: eu sou um cara rico. Graças a Deus, pelo que a gente já passou e hoje em dia... em comparação, graças a Deus, eu sou rico. De primeiro, logo quando a gente se casou, não tinha fonte. Não tinha de onde tirar. Às vezes eu ia buscar dez reais, cinquenta reais e não tinha, e hoje transformou. Hoje em dia a gente foi trabalhando, conseguimos comprar um carro, tínhamos vacas (até recentemente), tudo desse giro aqui (da horta), então hoje em dia, a gente está rico (Entrevista com AG17, agricultor feirante, junho de 2022).

E é o espaço de comercialização dos produtos, como o da feirinha da semana, que garante à família a segurança alimentar e econômica tornando possível a ampliação da horta para que agora o casal se declare sossegado nos aspectos de produtividade e sustentabilidade

econômica. Sobre o trabalho na Feirinha da Semana, AG17 afirma: “(...) Talvez alguém pense assim: ‘e dá para sobreviver daqui?’ Ali [a feirinha] é o lugar pra sobreviver daqui, da terra, sem precisar sair, ali é o lugar. (...) Tudo que eu produzo aqui, até os ovos da galinha, ali é o ponto de comercializar, o lugar referência nosso é lá” (Entrevista com AG17, agricultor feirante da feirinha da Semana, junho de 2022).



Figura 14 - Banca da família na Feirinha da Semana

Fonte: Autor (2022).

Depois de todos esses anos de muito trabalho, a família já começa a realizar algumas conquistas, AG16 comenta com satisfação que a família está conseguindo pagar a faculdade e manter um dos filhos morando em um município vizinho para estudar, “Eu me sinto realizada, hoje eu pago uma faculdade para meu filho. Então, hoje estamos nós dois lutando para realizar o sonho de nossos filhos”. Conta ainda do sonho realizado de ter um veículo para o trabalho na feira.

Tudo que nós temos hoje é tudo dali (da horta). Eu mesmo sonhava em ter um carro, porque nós íamos vender, tínhamos uma motinha que ele levava eu e muitas coisas para vender, tudo na moto, estava ficando complicado. Aí ele falava assim, eu não quero carro velho, carro da muito gasto, tipo ele tinha medo de não dar conta de sustentar o carro.

Mas naquela época nós já estávamos muito focados no serviço, aí eu falei com ele vamos? Ele: ah quah...não sei... Eu falava eu tenho vontade de ter um carro, não importa de ser novo, podia ser velho, que era para levar as coisas da feira. Aí chegou um certo tempo que meu marido chegou e falou, então vamos fazer isso. Aí ele tinha um amigo em Porteirinha que conhece de carro, aí o amigo dele falou para ele, ah não com o recurso que você tem dá pra você comprar um carro novo para você trabalhar com suas coisas. Aí ele foi lá na concessionária gostou dos carrinhos que

tinha e comprou esse, Hoje graças a Deus nós temos um carro, temos uma moto. Hoje dá pra levar as mercadorias de uma vez, antes tinha que dar duas viagens para levar as coisas todas (Entrevista com AG16, agricultora feirante da feirinha da Semana, junho de 2022).

3.6.2 – O papel do Programa P1+2 na trajetória da agricultora Ambrosina e das mulheres da comunidade Canafístula na produção e comercialização de hortaliças

A escolha da comunidade Canafístula, como um dos espaços de investigação empírica, deu-se após um diálogo com membros do STTR de Porteirinha em relação às famílias/comunidades envolvidas em feiras do município. Em 2018, quinze (15) famílias da comunidade de Canafístula foram atendidas pelo “Programa Uma Terra e Duas Águas P1+2 (Modalidade Fomento)”⁶⁷, executado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas CAA NM em parceria com STTR. Na comunidade, as famílias atendidas foram beneficiadas com a construção de tecnologias de captação de água da chuva nas modalidade cisternas calçadão e de enxurrada⁶⁸.

Além da construção das cisternas, o Projeto fomentou a estruturação de quintais produtivos, com fomento para a estruturação de canteiros de hortas, e criatórios de pequenos animais (galinhas e porcos), além da assessoria técnica à produção. O técnico do STTR nos conta que as famílias atendidas pelo programa na comunidade de Canafístula tiveram a oportunidade de melhorar as condições de seus quintais produtivos⁶⁹ iniciando ou ampliando áreas de cultivo de hortas, formando pomares de frutíferas e estruturando criatórios de maneira mais efetiva. Já que, antes do Programa, devido às limitações do acesso à água, nenhuma família

⁶⁷ Essa etapa do Programa foi tornada possível após uma negociação gestora do Programa junto ao governo federal, a Associação Programa Um Milhão de Cisternas – AP1MC, que a partir de diálogos junto ao financiador dessa etapa do programa, o BNDES. A AP1MC propôs que sobras de recursos de atividades anteriores, rendimentos de aplicação financeira e sobras do ISS do valor das tecnologias contratadas em 2018 fossem utilizados para fomentar um trabalho de assessoramento técnico à 3.400 famílias atendidas pelo Programa em estratégias de comercialização, priorizando os circuitos curtos como dinâmicas de comercialização na comunidade e em feiras e o acesso a mercados institucionais como PAA e PNAE.

⁶⁸ Nessas modalidades, as cisternas do Programa P1+2 têm capacidade para armazenar 52 mil litros de água. Os reservatórios de água na modalidade P1+2 também são chamados de cisterna de produção. Pois o volume de água tem capacidade para atender sistemas produtivos de alimentos e criadouros de pequenos animais. Para conhecer mais sobre o Programa P1+2, acesse o Site da ASA: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>.

⁶⁹ De acordo com o manual técnico de uso da terra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (IBGE, 2013), o quintal produtivo geralmente localiza-se ao redor das edificações de moradia na unidade de produção familiar, área de fácil acesso e rápido aos alimentos ali produzidos. O quintal produtivo tem como principal função contribuir na complementação da dieta dos moradores, sendo um espaço de produção importante na soberania alimentar das comunidades e famílias. Neste subsistema são produzidas múltiplas espécies, como frutas, hortaliças, plantas medicinais e aromáticas, roçados e animais de pequeno e médio porte.

da comunidade possuía hortas para além do consumo familiar, sendo que após o Programa, das quinze (15) famílias atendidas, nove (9) passaram a produzir também para comercialização.

Devido à fase mais intensa da Pandemia da COVID 19 e ao período eleitoral (eleições municipais para prefeitos e vereadores de 2020), a primeira visita à comunidade de Canafístula só veio a ser realizada no dia 20 de novembro de 2020⁷⁰. Canafístula está localizada a 8 km do centro da cidade de Porteirinha, e seu acesso se dá pela saída para o município de Mato Verde (MG 122), em seguida, segue-se pela estrada para o município de Pai Pedro. Após o trecho pavimentado são aproximadamente 4 km de estrada de terra. A comunidade se encontra numa região de serra, e, por isso, há um trecho da estrada bastante sinuoso, com várias subidas e descidas, além do mesmo ficar bastante danificado pelas chuvas que caem nessa época do ano. Quanto ao nome da comunidade, o termo tem relação com a presença de árvores da espécie Canafístula – *peltophorum dubium* - em vários pontos da comunidade.

A visita à Comunidade foi mediada pelo técnico do STTR de Porteirinha, e ocorreu no contexto de uma atividade relativa à “Terceira etapa: Assessoria técnica em processos de comercialização”, etapa que representou a finalização do “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Programa P1+2 (Modalidade Fomento)”, iniciado em 2018 na comunidade. Essa última etapa teve como objetivo a formação das famílias atendidas pelo Programa em processos de comercialização na própria comunidade e em feiras do município de Porteirinha. A atividade contou com participantes das 15 famílias atendidas pelo Programa P1+2.

Aproveitando a minha presença durante o curso, havia sido convidado pelo técnico do Projeto a contribuir com aquela formação, isso especialmente em função de experiências que acumulei, em projetos do CAA NM, no âmbito da participação da agricultura familiar em mercados institucionais e para uma exposição sobre “economia do cuidado” além de dinâmicas de comercialização de produtos da agricultura familiar nos mercados locais de feiras. Ressalta-se que a maioria das participantes da formação eram mulheres (13), estando também elas à frente dos cuidados com as hortas. Das nove famílias que atualmente comercializam a produção, todas possuem mulheres à frente da condução da produção e negociação.

⁷⁰ Ainda em um contexto de muitos cuidados para se evitar a contaminação pelo vírus da COVID-19.

Figura 15 - Famílias da comunidade Canafístula no curso de Formação do p1+2



Fonte: Autor (2020)

A comercialização dos produtos de suas hortas pelas mulheres da comunidade de Canafístula ocorre através de uma dinâmica muito peculiar de organização, que se dá entre algumas famílias que possuem relações de parentesco dentro da comunidade. Apesar de nove famílias produzirem hortas e comercializarem o excedente da produção, apenas duas delas têm banca na feira (Feirinha da Semana, em Porteirinha). As demais mulheres vendem seus produtos para aquelas que participam da feira e/ou para outros comerciantes. Outro aspecto interessante é que nem todos os produtos que as duas mulheres feirantes recebem das outras para levar à feira são comprados, pois alguns produtos as feirantes levam apenas para vender pelas outras agricultoras sem cobrança de nada por isso. Um ato que explicita, não só relações de parentesco, mas de reciprocidade entre elas. Em um rápido levantamento identificamos dezessete produtos de hortaliças produzidos pelas mulheres em seus canteiros de hortas .

A seguir, apresento o relato de Dona Maria, uma das mulheres atendidas pelo Programa P1+2 (Modalidade Fomento) na comunidade Canafístula, que expressa bem o papel das cisternas na vida das famílias, como a oportunidades que o acesso à água, e as tecnologias relacionadas permitiram às mesmas no âmbito da autonomia hídrica e produtiva:

Ah a horta é muito boa. A gente ocupou mais o tempo da gente. Às vezes a gente ficava ali pensando nos problemas da vida, pois todos nós temos problemas um e outro na família. Hoje a gente está esquecendo dos problemas cuidando da horta. Quando

pensa que não, você se vê até conversando com as plantas. Ah tem um bicho aqui, tá pegando... enfim.

(...)

Antigamente, você não podia plantar nem um canteirinho, pois não tinha água para molhar, então dificultava muito as coisas, não era por preguiça do povo, não. Era as condições que tinha na época. Hoje não, hoje você capta a água da chuva, enche a caixa, planta tudo, lá em casa tem pé de coco, pé de acerola, pé de cajá, pé de tudo. De cada coisa tem um pé. Antigamente não podia plantar, pois a água que vinha da pipa era apenas para o uso doméstico, para beber, cozinhar e lavar roupas. Quando vinha a água da pipa ela era muito difícil, as estradas ruins, a má vontade de algumas pessoas (gestores públicos), falava aquela pessoa que não votou em mim, não vou mandar pipa lá, não (Depoimento de AG27, agricultora da comunidade de Canafístula, Novembro de 2020).

Também na comunidade de Canafístula conversamos com a agricultora AG28, conhecida como Nenzinha, uma das duas agricultoras da comunidade que trabalha como feirante comercializando seus produtos na Feirinha da Semana. A agricultora e seu esposo Geraldo formam um casal jovem, de 37 e 38 anos, respectivamente, eles moram com os três filhos em um terreno de pouco mais de um hectare, em área cedida da propriedade rural do avô do Geraldo. A agricultora já plantava hortaliças em uma pequena horta e vendia no centro da cidade. Depois que a família foi atendida pelo Programa P1+2, em 2018, o casal ampliou a área da horta com os materiais disponibilizados pelo Programa e o recurso do fomento.

Apesar do pequeno tamanho da propriedade, a agricultora AG28 e o esposo além da área da horta possuem pequenos criatórios de porcos e galinhas. A agricultora conta que no momento devido ao baixo número de cabeças (três porcos e quarenta aves), as criações estão voltadas apenas para a despesa da casa (consumo próprio). Mas quando os criatórios estão com mais cabeças de galinhas e porcos abatem e levam a carne para vender na feira. Cabe ressaltar, que dentro do sistema produtivo da unidade de produção, a horta tem o papel de fornecer alimentação para as criações, o que reduz praticamente a zero a necessidade de compra de ração.

A agricultora AG28 nos conta que também é uma das agricultoras que antes de existir o espaço da Feirinha da Semana, trabalhavam em um ponto improvisado no centro da cidade, no caso da agricultora AG28, em frente a um sacolão. Esta condição, inclusive, como apontado, era uma característica da cidade de Porteirinha, em alguns casos, a existência de uma relação de parceria entre as agricultoras e os pontos comerciais (sacolões, supermercados, açougues). Até a pandemia, a grande maioria dos supermercados e, inclusive, sacolões, deixavam as verduras e hortaliças para serem ofertadas por agricultores que mantinham pequenas bancas em frente a esses estabelecimentos, numa relação mesmo de parceria.

Além de comercializar a produção de seus canteiros de hortaliças, o casal também adquire produtos de outras famílias que passaram a produzir hortaliças depois que foram

atendidas pelo programa P1+2. Conforme apontado anteriormente, a agricultora também chega a levar produtos para vender pelas vizinhas e repassa os valores das vendas.

Figura 16 - Bancada família na Feirinha da Semana



Fonte: Autor (2020)

A agricultora AG28 nos conta ainda que além das hortaliças, outro produto que não falta em sua banca são os temperos. Esse é um produto presente em praticamente todas as bancas das feirantes, portanto, constituem produtos fruto das agroindústrias domésticas rurais, também chamadas cozinhas produtivas nas propriedades rurais (RIBEIRO, et al., 2018).

3.6.3 – A trajetória da Agricultora AG22 e a venda para São Paulo

A agricultora feirante AG22 mora na comunidade Furado Teodoro, a seis quilômetros da sede do município de Porteirinha. Ela nos conta que trabalha vendendo produtos da sua propriedade no centro da cidade de Porteirinha há mais de 10 anos. Quando começou, seu ponto era em frente a um sacolão, onde ela montava uma banquinha com caixotes de madeira para expor os produtos. Trabalhava apenas às sextas e sábados. A partir de 2018, ela se cadastrou na prefeitura para ser incluída entre os feirantes da feirinha da Semana. Desde então, trabalha de segunda a sábado na feira do centro da cidade.

A agricultora AG22 tem 43 anos e mora com o esposo de 57 anos e um dos filhos, de 17 anos. O outro filho no momento está morando fora para estudar. A propriedade em que moram é própria e possui 2 hectares. No local a família possui uma horta bastante diversificada,

um pomar de frutas, além de criatórios de galinhas e porcos. A agricultora AG 22 nos conta que desde que iniciou as vendas buscou comercializar de tudo o que dá na propriedade, de folhosas, frutas do pomar a carne de frango e porcos.

A agricultora relata um aspecto fundamental da economia agrícola de Porteirinha, a venda de produtos para São Paulo-SP. Esse fluxo de produtos é histórico no município. No caso de queijos, o Ministério Público (MP) em um estudo para fiscalização do envio de queijos artesanais apontou um volume de 16 toneladas do produto, sendo estas enviadas todas as semanas para a capital paulista. A agricultora AG22, por sua vez, vende sobretudo temperos, feijão e andu verde, os produtos são comercializados para atravessadores que revendem no Mercado Municipal de São Paulo capital. Ela ainda relata que também fazia vendas diretas para clientes da capital paulista, inclusive fala do caso de duas clientes de São Paulo que visitaram sua banca, em Porteirinha, em uma passagem daquelas pela cidade, desde então a agricultora passou a receber pedidos semanais das mesmas.

3.6.4 – A trajetória da família da agricultora AG11 e a experiência na Feira do Mercado

Na Comunidade de Barreiro Dantas, há 16 km do município de Porteirinha, visitamos a família da agricultora feirante AG11, e o esposo, o agricultor AG12. As entrevistas e diálogos com a família se deram em pelo menos três oportunidades, e em uma delas houve a ida à unidade de produção da família. O casal tem dois filhos, uma filha de dezoito anos e um filho de 15 anos. Os dois estudam e também ajudam no trabalho na propriedade e nas vendas na feira e em outros canais de comercialização⁷¹.

Em um momento em que comentava sobre a difícil lida na feira, a agricultora AG11 lembra: “Ah...mais difícil é sair pelo mundo para trabalhar. Quantas vezes nós já saímos para trabalhar? Às vezes ele (o esposo) ia e eu ficava aqui sozinha. Ele ficava de nove a dez meses fora” (entrevista com AG11, agricultora feirante, junho 2022). Ela nos conta que antes de se consolidar no trabalho como feirante, a história da família foi marcada pela busca de alternativas de trabalho a partir das migrações temporárias para plantações de cana de açúcar ou de café, no estado de São Paulo e no sul do estado de Minas, respectivamente. A agricultora

⁷¹ A filha do casal chegou a iniciar o curso superior em um Instituto Federal do município de Janaúba, mas acabou desistindo por não ser o curso que ela tem pretensão e pela distância para ir todos os dias.

AG11 conhece bem a lida do trabalho “pra fora”, expressão utilizada pelos agricultores e agricultoras para se referir ao trabalho nas migrações temporárias, ela mesma chegou a viajar com esposo AG12 para as plantações dos canaviais paulistas, pelo menos em quatro oportunidades.

Eu fiquei uns quatro anos, eu ia e cozinhava para a turma. A gente ia, lá alugava a casa e fazia a comida, fazia a comida para aqueles que estavam trabalhando. Que eram todos colegas dele (esposo). Porque lá é cada um por si [a empresa não fornece alimentação]. Então o pessoal fazia a compra e eles me pagavam para fazer a comida. Aí depois que teve os filhos aí eu parei (entrevista com AG11, agricultora feirante, junho 2022).

AG12 comenta que o trabalho fora é bastante desgastante, foram mais de sete anos trabalhando em plantações de cana de açúcar. O Agricultor lembra a penúria do trabalho na lida com o corte da cana.

Ehh moço! Pensa em um cara cansar, é lá. Tem gente que vem vomitando da roça. Bebe água quente. Eu já cheguei a beber duas garrafas de água (de 5lts) por dia. Você começa a beber aquela água fria, no fim do dia você está tomando água quente. Acaba passando mal. E lá se você não correr você não ganha (Entrevista com o AG12, agricultor feirante, junho de 2022)

Para o casal o trabalho nas migrações temporárias apesar de, por um período de tempo, ter sido a principal renda da família, por outro lado, limitava a dedicação no trabalho da roça, “a gente chegava aqui, já era novembro, dezembro, já tinha passado o tempo de plantar⁷², já estavam se preparando para a colheita. Não tinha como fazer roça”. Desse modo, o casal vai nos apresentando como o formato do trabalho temporário ganhava em uma dinâmica de ciclos, em que num período do ano, era de “ganhar dinheiro”, e, em outro período, era de “gastar dinheiro”. Uma dinâmica em que ficava difícil gerar uma sustentabilidade financeira para a família, conforme aponta AG12:

E você sabia? Nós vivíamos nessa cana aí e não juntava dinheiro, não. Trabalhava nove meses lá e ficava aqui seis meses gastando dinheiro. Ficava sem nada, aí voltava pra lá de novo. E assim, você não fazia nada aqui. Porque não tinha jeito de começar as coisas aqui, se planta roça não tem jeito de lagar.

E no café você ganha mais do que na cana, hoje se você ficar três meses dá pra ganhar um dinheiro, na cana não ganha nem 4 mil, tem que morar lá, pagar aluguel, água, luz, feira. No final do período não sobrava nada, quando sobrava era o acertinho nosso com a firma e o seguro desemprego (Entrevista com AG12, agricultor feirante, junho de 2022).

⁷² Nesta região o período de preparo da roça para plantação acontece entre o mês de setembro e no máximo no início de novembro.

Atualmente, a família tem como principal fonte de renda a venda de produtos da horta. AG12 relata que já há pouco mais de 5 anos que não vai mais para o trabalho nas migrações temporárias e o principal fator apresentado para a não ida está no trabalho da família com a venda de produtos da unidade produtiva na feira. Outro canal de comercialização dos produtos acessado pela família, embora em menor volume de vendas, mas com alguma contribuição, é a venda de produtos no programa de compra pública PNAE para escolas estaduais do município de Porteirinha. Esses mercados é que têm contribuído para gerar uma sustentabilidade financeira, em oposição aos baixos ganhos, à distância da família e a rotina de trabalho desgastante nas grandes plantações de cana ou do café.

Figura 17 - O casal de agricultores na banca do mercado



Fonte: Autor (2021).

Mas a rotina de trabalho da família ainda não é fácil, AG12 lembrou que no dia seguinte (sábado), teria que acordar ainda mais cedo, por volta das duas horas da madrugada, para tirar leite, “em antes do relógio despertar eu acordo, antes das duas. A gente já está acostumado com aquela lida”. O agricultor tem o serviço de tirar o leite todos os dias, às cinco horas da madrugada, mas nos dias de feira precisa acordar mais cedo. Em seguida, o agricultor se junta à família para organizar a ida para a feira. Vão os quatro, AG12, AG11, a filha e o filho. Dois ficam na banca na feira do mercado e dois saem para entregar produtos do *delivery* (esta experiência vamos apresentar com mais detalhes à frente), “Quando termina a feira a gente já almoça lá, chega aqui dorme um sono, acorda umas duas ou três da tarde”.

Figura 18 - Horta na propriedade da agricultora AG11



Fonte: Autor (2022).

A propriedade do casal de agricultores AG11 e AG12, onde a família desenvolve uma lavoura bastante diversificada de hortaliças⁷³ (frutas, legumes e verduras), possui pouco mais de meio hectare (6.300 m² - frutos de uma herança). A comunidade rural de Barreiro Dantas é o retrato da estrutura fundiária condicionada aos estabelecimentos de agricultura de base familiar no município, qual seja, comunidades bastante adensadas, com pequenos terrenos para produção agrícola pelas famílias camponesas. Esse tamanho de terreno não é uma especificidade da condição da família de Dona AG11. O Atlas da Questão Agrária do Norte de Minas (2020) apontou que o município é o quinto em maior número de estabelecimentos rurais com menos de meio hectare. Esse quadro fica evidenciado quando observamos imagens de satélite da comunidade de Barreiro Dantas, percebe-se um adensamento de residências rurais.

Figura 19 - Imagens de satélite da comunidade Berrairo Dantas



Fonte: google maps. (2022)

⁷³ A definição adotada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é de que todos os alimentos classificados como frutas, legumes e verduras são considerados hortaliças.

AG12 reforça que o tamanho do terreno é um fator de preocupação para a produção da família, “O que me falta aqui é terra. Porque quando você passa a plantar muito nela, ela cansa. Começa a aparecer algumas doencinhas. Uns reumatoides”. Apesar da limitação de espaço, a horta da família é diversificada e, pelos relatos, apresenta bons resultados produtivos. AG12, nos mostrou um pequeno espaço onde estão plantados pés de tomate, ele afirmou ter colhido quatro caixas da fruta por semana. No canteiro da cenoura, em que o tubérculo estava bem vistoso, comentou satisfeito que conseguiu ótimos preços para o produto naquele ano, sete reais o quilo.

Figura 20 - Imagens da produção da horta



Fonte: Autor (2022).

O casal de agricultores produz de forma agroecológica. Apresentou e comentou sobre o uso de compostagem, esterco orgânico, caldas naturais para controle de pragas. Aliás, o esterco livre de químicos tem sido item escasso para os agricultores que trabalham com hortaliças. AG12 e AG11 nos mostraram esterco em que eles controlaram todo o processo para garantir que o produto viria orgânico, “Hoje tem o Tordon! Sim. Mas esse esterco aqui eu que preparei. Plantei um sorgo, que não usei nenhum produto (herbicida). Ele está natural. Esse eu posso jogar direto na horta, não dá nada”. O herbicida Tordon é muito utilizado nas pastagens do gado, o que gera um esterco impróprio para o uso na horta, quando utilizado mata as plantas.

Observamos alguns cultivos na horta do casal tidos como hortaliças muito difíceis de serem cultivadas sem o uso de químicos, como o tomate e o pimentão. AG11 e AG12 ponderaram que, para o controle de pragas na horta, não é bem como observado pelo senso comum de que a produção agroecológica é muito difícil de se manter. Na verdade, para eles, é o contrário, o cuidado na produção utilizando produtos naturais ou de baixo impacto seria mais simplificado.

Mas, segundo eles, acontece sim, de pragas acabarem se alastrando em algumas variedades, nestes casos a medida é radical: “quando dá (pragas) também, você pode desfazer a roça, é melhor arrancar tudo, pois quando ele dá aquela feridinha, ela vai crescendo e atrasa o pimentão e passa para as outras todas”.

3.6.5 – Trajetória do casal de Agricultores AG04 e AG05 e a contribuição do Projeto Horta PAIS

Na comunidade rural de Bom Jesus II, há 23 km da sede do município de Porteirinha, visitamos a família do agricultor feirante AG04 e Dona Lió. A família trabalha no Mercado Municipal de Porteirinha há 16 anos. Foram realizados três momentos de entrevistas com a família, sendo um à distância e dois presenciais com visitas à propriedade. As conversas se deram entre os anos de 2020 e 2022.

A propriedade rural da família tem 26 hectares, e abriga três residências. Em uma, moram o agricultor AG04 de 62 anos, a esposa, dois filhos e uma filha. Em uma segunda residência, moram uma filha do casal com o esposo e três filhos. Na outra, moram outro filho do agricultor com a esposa e mais dois filhos. Como se observa, o terreno da propriedade possui um tamanho médio para os padrões das propriedades da AF no município de Porteirinha. Todavia, considerando que já existe a presença de mais duas moradias, de um filho e uma filha já casados, no interior da propriedade, a tendência é que ela entre nos padrões das pequenas propriedades rurais do município.

Figura 21 - Imagem do agricultor AG04 no momento da Colheita



Fonte: Autor (ano 2021).

Antes de conhecer a horticultura orgânica, o agricultor trabalhou por 18 anos no corte de cana de açúcar em fazendas no estado de São Paulo. O agricultor nos conta que todos os anos passava a maior parte do ano longe da família, viajava para São Paulo no mês de abril, quando iniciava os trabalhos de preparo da safra, e voltava só no mês de dezembro, após o corte da cana. Devido às limitadas oportunidades de trabalho na região da Serra Geral, essa ainda é uma dinâmica de ocupação dos agricultores que passa de geração para geração. Os dois filhos mais velhos do agricultor, após atingir a maioridade, acompanharam o pai no trabalho sazonal do corte de cana. Atualmente, pelo menos um deles ainda trabalha por meio da migração, mas agora na panha do café, no sul de Minas.

A experiência com a produção orgânica e o trabalho na feira do mercado pelo agricultor AG04 iniciou-se por volta do ano de 2006. O agricultor foi convidado por técnicos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha para ingressar em um projeto de incentivo à produção agroecológica conhecido como horta PAIS - Projeto de Produção Agroecológica Integrada Sustentável. O agricultor reunia características ótimas para a atividade: terreno fértil e a presença de uma fonte de água potável (uma nascente). Ele comenta que inicialmente não colocou fé na proposta, mas aceitou se integrar ao projeto. Começou a participar dos cursos de formação em produção orgânica ministrados pelo Projeto e recebeu um kit de materiais para estruturação da horta.

AG04 experimentou levar a produção dos primeiros canteiros de horta para vender na feira do mercado, contou que a aceitação dos produtos foi boa. Desde então, não parou mais, de lá pra cá, já fazem 16 anos de trabalho na feira vendendo produtos orgânicos. Atualmente, a horta da família possui uma área total de um hectare.

Figura 22 - Imagens da família no momento da colheita das hortaliças



Fonte: Autor (2021).

O agricultor afirma ainda que sente muito prazer no que faz e que, nesses dezesseis anos que trabalha na feira com a família, faltou a essa apenas por duas vezes, uma para viajar para o casamento de um filho e outra para participar de um velório.

Tem muita gente que passa no mercado, olha pra gente e fala: ‘olha o coitado’. Acha que porque a gente está ali, a gente é pobre. Agora que você está fazendo a pesquisa, aí você vai dizer para o cara: ‘não. Ali é o lugar de você sobreviver. Se você conseguir seus fregueses e plantar. Você não vai precisar sair pra lugar nenhum, vai viver em sua comunidade. E ainda você ajuda as pessoas na alimentação, né?’ É uma alimentação muito saudável.

(...)

Eu também pensava assim [em relação a feira], quando eu via uma pessoa vendendo coisas da roça no mercado, eu dizia: ‘oh coitado’. Eu achava que cortar cana era bom, sendo que o cara [o feirante] estava vivendo sossegado, comendo, bebendo, vestindo, tomando remédio, vivendo independente, o dia que quiser sair, sai. Vai na cidade fazer um lanche, passear. Foi aí que eu descobri: ‘o mercado é uma fonte de riqueza, ali corre um dinheiro sem comparação’ (Entrevista com Agricultor AG04, dezembro, 2021).

Em setembro de 2021, em entrevista, o agricultor apontou que naquele período do ano estava trabalhando com a família na mudança da área dos canteiros da horta para “descansar a terra”.

Agora não está tendo muita coisa, não. No momento estamos fazendo a mudança de lugar da horta. Porque a terra está cansada, já tem 16 anos que estamos trabalhando nesse lugar, agora estamos mudando para outro. Essa vai descansar uns 5 anos depois nos volta. Então está atrasado o plantio, a produção está pouca, mas daqui a pouco tem meio mundo, porque nós estamos plantando tudo de novo (Entrevista com Agricultor AG04, dezembro, 2021).

O agricultor além de expressar um alto nível de conhecimento no campo da produção orgânica e do manejo adequado do terreno, utiliza esse conhecimento estrategicamente para conseguir maiores ganhos financeiros com a produção a partir do planejamento produtivo. A família prepara a horta para alcançar uma boa produção no período chuvoso, período em que há maior escassez de produtos no mercado e os preços estão mais vantajosos para o produtor.

O plantio está aumentando por causa disso, porque daqui para o natal é a época de ganhar dinheiro, nós ganhamos mais dinheiro é nas águas, na época das chuvas. Porque na época das chuvas, nossa horta é no alto. O agricultor tem uma meta de fazer sua horta só na baixa, na beira do rio, aí na época da cheia o pessoal perde muita horta, aí é o momento de nos ganhar dinheiro. Então temos que investir meio mundo agora, porque lá para o natal ninguém tem nada e nós temos. Então, tem uma época que nós investimos muito e tem uma época que não. Aí quando a chuva leva as hortas daqueles que produz na beira do rio, a horta embreja (inunda), porque está na baixa, e nós que estamos aqui em cima da serra aí chega a hora de nos ganhar um dinheirinho mais aumentado. Nos meses de novembro até abril. E de abril até novembro é mais devagar. Porque aí todos os produtores plantam, os pequenos e os grandes, todos plantam a horta, aí os produtos não têm preço. É por isso que estamos mudando a horta de lugar, o que está no baixo, nós sabemos que vai perder, estamos mudando para o alto, porque é na época da chuva que a gente ganha dinheiro (Entrevista com Agricultor AG04, dezembro, 2021).

De fato, em nossa segunda conversa, em dezembro de 2021, um período chuvoso, a banca da família do agricultor era aquela com maior fatura de produtos em quantidade e diversidade naquele dia de feira.

Já era noite, após a fase mais intensa de uma chuva que caiu no final da tarde de sexta, o agricultor AG04 disse que iria à garagem organizar a carga dos produtos no carro para deixar pronto para sair na madrugada para a feira. Pouco depois, fui até a garagem para acompanhar o trabalho. De cima da caminhonete, onde acomodava as caixas com verduras e folhosas, AG04 falou: “Veja! A Agricultura orgânica mudou minha vida”. Sua fala naquele instante remetia aos dois veículos seminovos na garagem e uma moto de porte médio recém adquirida. Em diferentes momentos da conversa, o agricultor fez questão de frisar que a atividade da agricultura orgânica, por se tratar de uma atividade dispendiosa, pela quantidade de trabalho dispensado, precisa gerar retorno financeiro para o produtor.

Figura 23 - Imagens da banca do casal na feira do mercado



Fonte: Autor (2021).

Não obstante, “ganhar dinheiro” não parece ser o que nutre o dia a dia da família do agricultor AG04. Ele gosta de dizer que não corre demais, que prefere uma vida tranquila, por isso deixou de ir trabalhar na feira às sextas, atualmente, vende apenas aos sábados. Afirmo que era muito cansativo trabalhar na feira nos dois dias. De fato, acompanhamos a lida da família em uma sexta, véspera do dia da feira. É um dia corrido de muito trabalho na colheita e no preparo das hortaliças e verduras em molhos (utilizados para folhosas) e/ou em sacos plásticos⁷⁴.

E diz ainda, o agricultor, que deixou de trabalhar na sexta para alcançar uma boa rotina de trabalho.

É preciso ter uma rotina certinha. Você precisa trabalhar, mas você tem que dar espaço para o seu corpo. Eu acordo cedo, às cinco horas, às seis e meia estou tomando um café, às sete estou trabalhando (...). Às onze horas, almoço, deito e durmo, e só acordo às 14 horas. Eu sou desse jeito. Se eu almoço às doze, eu só acordo às duas e meia ou três. Eu não almoço e saio doido não. Por isso que eu tirei de trabalhar na sexta. Porque os dias de nós viver aqui é muito pouco. Então eu falei com minha esposa: eu não vou fazer isso não porque, vamos se por, lá eles vendem quinta, sexta, sábado, mas a pessoa fica fatigada. Porque a feira cansa a gente demais. Aí eu falei: eu vou vender só no sábado e vou cuidar mais da minha vida. Senão eu vou morrer. Às vezes você corre muito e você ganha o mesmo tanto tempo. Porque quem faz o cliente é o próprio produtor. E hoje o meu consumidor ele só vai no sábado, ele já sabe que eu só vou no sábado, eu não vou outro dia (Entrevista com agricultor AG04, setembro, 2021).

Finalmente, ao analisar o conjunto de relatos apresentados pelas agricultoras e agricultores feirantes fica evidenciado a contribuição do acesso à água e das políticas de segurança alimentar com base no incentivo à produção agroecológica em promover na trajetória de vida das famílias acompanhadas a transformação de famílias em condição de pobreza e

⁷⁴ O agricultor AG04 diz que prefere vender os produtos empacotados em sacos plásticos, com aproximadamente quinhentas gramas, porque assim ele consegue colocar tudo a um preço só (três ou dois reais). Segundo ele, reduz o desperdício de produtos com a escolha pelos clientes, além de conseguir trazer uma impressão de preço baixo.

insegurança alimentar e transformá-las em fartos produtores de alimentos. Da mesma forma, resta evidenciado o papel das feiras livres nesse processo em transformá-las em agentes com contribuições efetivas na economia local.

Todavia, o Capítulo 04, a seguir, apresenta a emergência de dois elementos estruturais: mudanças no cenário macropolítico do país com consequências desarticuladoras da ação estatal no apoio à agricultura de base camponesa e a chegada da pandemia da COVID-19, combinados esses dois elementos vêm promovendo impactos que têm promovido fortes ameaças para a condição de vida das famílias feirantes e ao funcionamento das feiras livres.

CAPÍTULO 04 - O IMPACTO DO VÍRUS DA COVID19 NAS FEIRAS LIVRES DE PORTEIRINHA E AS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA ADOTADAS PELOS(AS) FEIRANTES EM CONTEXTO DE PANDEMIA

4.1 O impacto da pandemia da COVID-19 nas feiras livres de Porteirinha

4.2 Estratégias de enfrentamento dos impactos da COVID-19 nas feiras livres: experiências de agricultores feirantes na venda on line e a Feira da Agricultura Familiar Delivery de Porteirinha

4.2.1 A Feira da Agricultura Familiar Delivery de Porteirinha

4.3 As experiências de agricultores e agricultoras feirantes de Porteirinha na venda *on line* durante a pandemia da COVID-19

4.3.1 Grupo da Feirinha do Sindicato na venda on line

4.3.2 Feira da Agricultura Familiar Delivery

4.3.3 Experiência de venda on-line por conta própria

4.4 Como que uma covid longa, o efeito prolongado da pandemia sobre as feiras livres de Porteirinha

O presente capítulo da pesquisa buscou problematizar como ficou a vida das agricultoras e agricultores feirantes diante dos impactos da Pandemia da COVID-19 sobre os espaços de feira no município de Porteirinha, tendo em vista que esses mercados locais foram um dos primeiros a terem suas atividades suspensas por gestores municipais com o objetivo de conter a contaminação pelo vírus.

As informações tratadas neste capítulo são resultados de um denso trabalho de campo realizado por meio de visitas ao município de estudo, realização de entrevistas com consumidores, agricultoras e agricultores feirantes, além de diálogos com gestores públicos e membros de organizações da sociedade civil buscando compreender de que maneira a pandemia afetou o dia a dia desses atores sociais, que tinham nos espaços de feiras livres sua principal fonte de renda, bem como as estratégias construídas para a convivência com o quadro prolongado de restrições ao funcionamento dos espaços de feiras.

Esse quadro é agravado dramaticamente, como já abordado no capítulo 02, pelo desmonte de Programas de segurança alimentar e apoio à agricultura familiar e, mais ainda, pelo o negacionismo que passou a imperar no governo brasileiro, e a inação e falta de coordenação federal de medidas que poderiam contribuir para o enfrentamento da pandemia no plano local. Seguramente, essa postura afetou negativamente diversas áreas da sociedade, incluindo, mais uma vez, o funcionamento das feiras livres em um contexto já consolidado de inexistência de políticas coordenadas para o segmento da agricultura de base familiar camponesa. Por outro lado, como consequência da desorientação estatal em nível federal, os

gestores locais, a exemplo do caso de Porteirinha, se viram sozinhos na tomada de decisões sobre que medidas tomar com vistas à segurança sanitária para enfrentamento do vírus.

Neste capítulo, busco além de compreender de que maneira esses agricultores foram impactados pela pandemia da COVID-19, foi possível analisar como eles criaram estratégias de sustentabilidade econômica junto a seus parceiros em um contexto de desagregação das dinâmicas tradicionais da economia local. Observei que diante desse cenário imposto pela pandemia, inovar foi a saída. O estudo identificou, no município de Porteirinha, pelo menos duas experiências coletivas de "reinvenção das feiras livres" por meio da comercialização direta de produtos da agricultura familiar por meio do uso de ferramentas digitais de comunicação (aplicativos de mensagens, redes sociais, sites). Também identificamos iniciativas individuais de comercialização nesses canais digitais. A estratégia lançou parte dos agricultores feirantes em feiras livres físicas para um formato de mercado bastante inovador, o "mercado digital". Não obstante, o estudo capturou, ainda que de modo preliminar, aspectos desafiadores da experiência para o segmento da agricultura familiar de base camponesa, que demandam maiores aprofundamentos sobre o tema.

Finalmente, o Capítulo apresenta à luz dos dados empíricos coletados a partir da escuta às agricultoras e agricultores feirantes e dos registros fotográficos realizados nos períodos pré-pandemia e pós picos da contaminação pelo vírus, um forte quadro de esvaziamento do público das feiras livres no município de Porteirinha. Esse quadro de fragilização dos espaços de feiras evidencia um cenário de risco ao futuro dessas praças de mercados históricas no município.

4.1 – O impacto da pandemia da COVID-19 nas feiras livres de Porteirinha

A Pandemia do vírus da SARS-CoV-2 afetou a todos, mas de maneira muito particular aos diferentes setores e classes sociais mais vulneráveis mundo afora. O relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) sobre a COVID-19 apontou o segmento dos pequenos agricultores ou agricultura de base camponesa como o grupo social mais afetado pelas medidas de contingenciamento do vírus, sobretudo, com as medidas de fechamento dos mercados alimentares tradicionais (FAO, 2020). E o caso brasileiro se mostrou ainda mais preocupante, após voltar para o mapa da fome em 2018, o contexto macroeconômico e político em que a pandemia invadiu o país foi bastante desfavorável ao encontrar as estruturas de proteção social e de segurança alimentar bastante fragilizadas ou

flagrantemente desmontadas. Fruto da inoperância estatal, ou como alguns especialistas e organizações da sociedade civil afirmam: resultado de uma ação governamental deliberada pelo enfraquecimento e desmonte das políticas públicas sociais e de segurança alimentar⁷⁵.

Já sob os impactos da pandemia, o Brasil vê agravar a crise econômica e social, sobretudo, para os grupos mais vulneráveis da população, tais como agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, moradores das periferias urbanas e população em situação de rua. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, revelam que a taxa de desocupação no trimestre de novembro de 2020 a janeiro de 2021 foi de 14,3%, o que representa 14,3 milhões de pessoas desocupadas (IBGE-PNAD Contínua, trimestre móvel, 2021). O índice confirma uma alta de três pontos percentuais na taxa de desocupação quando comparado com o mesmo trimestre móvel de 2019/2020 (11,2), antes da pandemia.

Ao trazer o enfoque para o território do estudo, o “Relatório Propositivo do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas” confirma as preocupações com os impactos da pandemia ao destacar nesta região uma presença significativa de grupos sociais aos quais os impactos da COVID-19 têm se mostrado mais severos (PIMENTA, et. al., 2021; FAO, 2020). No Norte de Minas, 85% dos estabelecimentos da agropecuária são de agricultores familiares (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). A região tem 97 assentamentos rurais da reforma agrária, onde vivem 5.546 famílias⁷⁶, onde também habitam duas etnias de povos indígenas (Xacriabá e Tuxá), pouco mais de 20% (218) das comunidades quilombolas identificadas no estado, além das comunidades tradicionais caatingueiras (termo que identifica o povo do território de nosso estudo), geraizeiras, pesqueiras, vazanteiras, veredeiras e apanhadoras de flores - Norte de Minas e região de Diamantina (DAYRELL, 2019).

Embora não seja foco deste estudo, outro aspecto relevante a ser observado no nível local tem relação com os efeitos da pandemia sobre homens e mulheres. Em estudo realizado

⁷⁵ Esse alerta vem de um grupo expressivo de especialistas e de pelo menos 230 organizações e entidades da sociedade civil ligadas ao tema da Segurança Alimentar em relação ao cenário nacional e, principalmente, sobre a Medida Provisória 1.061, que instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e extingue o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). A Carta Aberta divulgada em outubro de 2021, durante a Semana da Alimentação, foi resultado de proposições apresentadas pela Articulação Nacional de Agroecologia -ANA, pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e pela Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (CPCE), e lista o conjunto de incoerências, fragilidades e ameaças da MP. A MP, segundo essas organizações, representa um ataque aos direitos sociais pelo governo atual, que, desde seu início, estaria imprimindo esforços explícitos voltados para o desmonte do sistema de proteção social do país. Disponível em: <https://fbssan.org.br/2021/10/entidades-se-posicionam-pela-rejeicao-de-mp-que-extingue-bolsa-familia-e-paa-2/>. Acesso em 20/01/2022.

⁷⁶ INCRA- MG: relatório DTI/SIPRA (2018);

por Pimenta *et al.* (2021), ao relacionar gênero e os efeitos da COVID-19, foi evidenciado que as mulheres são mais impactadas pela pandemia. Na análise dos dados da PNAD Continua, o estudo observou que a taxa de desocupação por sexo foi de 11,9% para os homens e 16,4% para as mulheres, no 4º trimestre de 2020. Esse dado é relevante para a nossa pesquisa uma vez que as mulheres são preponderantes nas experiências de feira livre em Porteirinha, sobretudo, na Feirinha da Semana, onde são elas que respondem por mais de 80% das bancas. Eventos que afetem as feiras livres, que impliquem na redução de seu grau de importância ou que levam ao seu fechamento, estarão atingindo, certamente, mais diretamente esse grupo social.

Pela condição de vulnerabilidade em que os grupos que dependem das feiras livres estão inseridos, as medidas voltadas ao controle do contágio pela COVID-19, por meio da suspensão de atividades como as feiras livres, comércios de rua, mercados alimentares tradicionais, além de mobilizarem questionamentos em torno das controvérsias de tal decisão, impactou fortemente o trabalho, a renda e, conseqüentemente, a segurança alimentar das famílias que dependem desse espaço de mercado, seja para a garantia de renda ou para o acesso a alimentos a preços mais baixos (Rede PENSSAN, 2021; FAO, 2020).

Em Porteirinha foi criado, em 06 de abril de 2020, o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 que reuniu representantes da secretaria de saúde e de outras secretarias e órgãos da gestão municipal, além de representantes da segurança pública, do Hospital Santa Casa de Misericórdia e alguns representantes de entidades da sociedade civil (ver Decreto nº 1.423). Entre outras atribuições, o comitê delibera sobre o estabelecimento de medidas de segurança sanitária e o funcionamento das atividades comerciais no município.

O primeiro período de fechamento das feiras livres em Porteirinha aconteceu entre os meses de março e maio de 2020, em atendimento aos decretos municipais: 1.409, de 18/03/2021 e o decreto 1.418 de 31/03/2021, que ratificou a decisão do dispositivo anterior de manutenção do fechamento. A permissão para a reabertura veio no final do terceiro mês de fechamento, em 29 de maio do mesmo ano.

A decisão pela suspensão das feiras livres em Porteirinha, apesar de ser uma decisão do comitê, não teve o apoio de todos os membros, é o que expressa a fala do Secretário de Agricultura do município – Gestão 2017/2020 – em relação à decisão pelo fechamento do mercado: “fui voto vencido”.

Eu defendia as restrições, que era preciso, mas defendia que o mercado era uma área que não poderíamos fechar de forma nenhuma. Poderíamos organizar, mas nunca fechar, porque eu entendo que o risco existia muito mais no sacolão do que a pessoa

ir ao mercado, uma área aberta. Isso foi muito controverso no nosso decreto. E nos debates com o pessoal da saúde, no comitê.

(...)

O produto que estava no mercado era essencial, o produto que estava nos sacolões era essencial, então era controverso. Eu questionava justamente isso. Se os produtos do sacolão são essenciais, os produtos que se vende no mercado também são essenciais.

(...)

As pessoas, [os comerciantes] falavam: ‘Olha! Fecham o mercado que é uma área livre, aberta (...), cada um em sua barraca. Eu venho aqui [no sacolão] está todo mundo tumultuado em uma única banca ou na fila esperando pra entrar.’ Então foi bem contraditório isso (Entrevista com AD01, secretário de Agricultura de Porteirinha – Gestão 2017/2020. Abril de 2021)

Em entrevista, a agricultora feirante AG11 lembra a reação diante do fechamento do acesso às cidades vizinhas e fechamento do Mercado Municipal de Porteirinha.

Olha, o dia em que falou que iria fechar a cidade, fechar o mercado. É assustador pra gente, né? Porque nós vivemos só disso, nosso meio de sobrevivência é a horta. De repente você não tinha onde vender. Passou mil coisas na cabeça da gente. As coisas acabaram perdendo, a gente via as coisas perderem, não teve jeito (Entrevista com AG11, Agricultora feirante, agosto de 2021).

A agricultora Carmem, que trabalha na Feirinha da Semana, também questionou a necessidade do fechamento do espaço da feirinha, argumentando que seria possível implantar um controle de entrada e saída das pessoas além de ser um espaço aberto.

Não tinha necessidade nenhuma de fechar a feirinha, porque no início, na primeira onda da pandemia, fechou e o povo estava com medo, mas aí nós conversamos com o prefeito que colocasse uma pessoa, uns fiscais. A feirinha nossa, ela não dava de cem a duzentas pessoas no dia, não. A feirinha nossa era tranquila, os fregueses entravam, faziam suas compras rapidinho. Ela é livre, não tem aglomeração, nada disso (entrevista com AG16, Agricultora, agosto de 2021)

Da parte da gestão municipal, além dos decretos de suspensão do funcionamento das feiras livres, veio a ideia de criar uma forma de comercialização dos produtos dos agricultores feirantes via plataforma *on-line*. A iniciativa foi denominada Feira da Agricultura Familiar Delivery e contou com a participação de entidades parceiras, sobretudo, da Associação Comercial (ACIPOINT) e do Sebrae. A estratégia funcionou no primeiro ano da pandemia e envolveu agricultores feirantes das feiras livres do Mercado Municipal e da Feirinha da Semana. Pouco antes do fim da gestão, a plataforma foi desativada.

Naqueles primeiros meses de pandemia, a prefeitura buscou realizar uma gestão sobre o funcionamento dos espaços de feira livre e organizar a volta dos agricultores feirantes locais. De acordo com o secretário de agricultura (da gestão municipal 2017/2020), no período de fechamento das feiras livres, a prefeitura realizou um levantamento junto aos comerciantes para compreender o perfil de cada um e para planejar estratégias de reabertura. Entre as informações levantadas, estavam: o pertencimento do/a comerciante em um dos grupos de risco para a

COVID-19, dependência econômica do trabalho na feira, condição de beneficiário/a de aposentadoria ou pensão, entre outras.

Da parte dos agricultores feirantes, no período de feiras livres suspensas, as informações levantadas dão conta de que alguns agricultores feirantes buscaram formas de driblar as proibições de funcionamento das feiras e organizaram estratégias alternativas de comercializar seus produtos e não perder a produção. Os relatos de agricultores feirantes apontam a ocorrência de uma feira informal, mobilizada via *whatsapp*, que foi organizada pelos comerciantes nas madrugadas de sexta para sábado, nas imediações do Mercado Municipal. O comerciante feirante Matheus conta que a partir das quatro horas da madrugada, na rua ao lado do mercado, formava-se uma fila de carros de agricultores com os produtos das lavouras para serem comercializados. A feira aconteceu por pelo menos três finais de semana. No segundo, a Polícia militar ao observar a movimentação orientou os comerciantes a encerrar a atividade. No terceiro fim de semana a polícia atuou de maneira mais efetiva, ameaçou multar os veículos e, assim, aos poucos conseguiu dispersar os comerciantes. O mesmo comerciante afirma que durante o fechamento do mercado chegou a alugar um ponto comercial na rua lateral, mas, segundo ele, a estratégia foi inviável financeiramente.

Essa estratégia de locação de pontos comerciais ou a cessão de parte do espaço de casas (geralmente, as garagens) de amigos e parentes na cidade, em dias específicos, para a comercialização dos produtos foi uma estratégia observada entre alguns agricultores e agricultoras entrevistados/as para realizar suas vendas diante do fechamento das feiras: “A professora Cida, abriu uma garagem na casa dela para me ajudar. Lá na vila guará. Me ajudou muito” (Entrevista com AG04, Agricultor feirante, setembro de 2021).

A reabertura das feiras livres, após o primeiro período de fechamento em 2020, veio após quase três meses, mas com várias restrições. Entre elas, para o Mercado Municipal, a definição de apenas até 40 (quarenta) comerciantes por sábado, único dia autorizado para o funcionamento do mercado (decreto municipal 1.463/maio de 2020). Quatro meses depois, um novo decreto (decreto municipal 1.464, de setembro de 2021) ampliou os dias de funcionamento do mercado, incluindo também os dias da semana, além de aumentar o número de comerciantes autorizados a trabalhar no mercado, de 40 para 80 comerciantes por dia. A prefeitura organizou um rodízio junto aos comerciantes, de maneira que todos os 80 comerciantes passassem pelo menos um sábado no mercado, visto que esse é o dia de maior movimento.

Após esse primeiro período de fechamento, ainda no contexto da pandemia em 2020, com casos de COVID-19 em expansão na região, naquele momento, sem nenhuma informação segura em torno de vacinas contra a COVID-19, as feiras livres passaram a registrar um baixo

número de consumidores e comerciantes. “Mesmo assim, depois do reaberto, o mercado não voltou ao que era, hoje a feira é muito pouquinha. As pessoas ainda têm medo de ir até o mercado”, afirma a agricultora feirante AG11, em entrevista, em agosto de 2021.

As imagens que apresentamos, a seguir, permite a comparação entre dias “normais” das feiras livres no município, antes do início da pandemia, com o cenário em que se encontrava os espaços de feira em novembro de 2020, um momento de estabilidade no número de casos, período em que as feiras estiveram reabertas, mas que revelaram ambientes fortemente impactados, quase que totalmente esvaziados, sobretudo, pelo receio da população em relação à contaminação.

Figura 24 - Comparativo da presença de público na banca da tapioca



Fonte: Autor (*À esquerda, imagens de novembro de 2019, do público da banca da tapioca. À direita, imagens do mesmo ambiente em novembro de 2020).

As imagens acima permite ainda comparar ambientes do Mercado Municipal, em que antes da pandemia, apresentavam grande concentração de comerciantes e consumidores, a exemplo das bancas que servem comidas prontas e lanches (sucos, café, caldo de cana, tapioca etc.), que em novembro de 2020 apresentaram movimentação quase inexistente. As alterações provocadas pelas restrições no modo de interação entre consumidores/comerciantes e consumidores/espço da feira também podem ter influenciado em um desestímulo do público em frequentar as feiras.

Não tem jeito, perdeu um pouco, realmente, aquele desejo de ir ao mercado. ‘Eu não posso sentar, não posso comer na banca de dona fulana mais. Tenho que pegar e sair andando.’ Então tudo isso fez com que muita gente perdesse também aquele encanto pelo mercado. (Entrevista com AD01, secretário de Agricultura de Porteirinha – Gestão 2017/2020. Abril de 2021)

Figura 25 - Comparativo da presença de público nas bancas do pastel e do caldo de cana, entre os anos de 2019 e o ano de 2020



Fonte: Autor (*À esquerda, imagens de novembro de 2019, do público da banca do pastel e do caldo de cana. À direita, imagens do mesmo ambiente em novembro de 2020).

Como consequência, observamos que também uma parcela significativa dos feirantes não estão indo ao mercado, sobretudo aqueles que ocupavam os espaços sem cobertura e que privilegiavam sua ida ao mercado nos principais dias de feira (sexta e sábado). Na parte coberta do mercado, ocupada por feirantes que mantinham suas bancas abertas durante a semana, observa-se a maior parte dos comerciantes que continuam no mercado ainda com a pandemia em curso.

Figura 26 - Comparativo da ocupação das bancas, entre os anos de 2019 e o ano de 2020



Fonte: Autor (2019-2020).

Figura 27 - Comparativo do espaço descoberto do mercado, entre os anos de 2019 e o ano de 2020



Fonte: Autor (2019-2020).

No ano de 2021, na segunda onda de pico de contaminação pela COVID-19 no Brasil, entre os meses de fevereiro e maio, o estado de Minas Gerais apresentou o segundo maior número de casos confirmados de contaminação pelo vírus no país. Em 07 de março, o alto número de casos levou o governo estadual a considerar todo o estado dentro da fase mais elevada de alerta do Plano Minas Consciente de contingência à transmissão da COVID-19, a “onda roxa”. Em Porteirinha, o Decreto Municipal, Nº 1.507, de 28/02/2021, já havia novamente proibido o funcionamento das feiras uma semana antes da inclusão da região no estágio mais elevado do Plano Minas Consciente. Em 15 de junho um novo decreto (decreto municipal, nº 1.536) permitiu a retomada do funcionamento das feiras, mas a partir de um protocolo rígido de prevenção à COVID-19. Para o mercado foram estabelecidas medidas de controle para a entrada do público e distanciamento de 10m² entre as pessoas. Mais tarde, o distanciamento entre as pessoas presentes nas feiras ganhou uma pequena flexibilização, em 08 de julho do mesmo ano, com a definição do limite de uma pessoa a cada 4 m² (decreto nº 1.544).

Figura 28 - Mercado fechado com tapumes para controle de entrada, abril de 2021



Fonte: Prefeitura Municipal de Porteirinha, pág. do Instagram, 2021.

Em resumo, as decisões tomadas pelos gestores locais em relação à prevenção da COVID-19, no período entre março de 2020 e julho de 2021, no que tange ao funcionamento das feiras livres, provocaram forte alteração no dia a dia dessas praças de mercado a ponto de, mesmo no período de reabertura, facilmente ser observado uma redução expressiva no número de comerciantes e consumidores. A permanência de um baixo fluxo de consumidores nos ambientes de feiras comparativamente ao período anterior à pandemia, ainda que não conclusivamente, nos leva a compreender que, o fechamento desses mercados alimentares tradicionais, em detrimento a outros estabelecimentos de serviço essenciais na comercialização de alimentos, forçou a um conjunto de mudanças nos hábitos da população local no que se refere ao acesso a alimentos, bem como as medidas de fechamento impactou diretamente a fonte de renda dos agricultores feirantes.

O conjunto dos relatos de entrevistados aponta para, pelo menos, seis fenômenos relacionados aos efeitos da suspensão do funcionamento das feiras, a saber: a) Perda/redução das áreas de cultivo e do volume de produção; b) ampliação de pontos comerciais ofertantes de hortifruti formais e informais, que passaram a ofertar produtos que antes eram acessados basicamente nas feiras; c) redução no número de consumidores e comerciantes que frequentam/trabalham nas feiras livres; d) queda na renda dos comerciantes em feiras livres; e) inserção de agricultores no mercado digital de venda de produtos da agricultura; f) risco de desmobilização das feiras existentes no município, sobretudo a feirinha da semana.

Para o agricultor AG04, um dos mais significativos efeitos da pandemia foi a redução do volume de produção/vendas/renda. Ele afirma que não chegou a perder mercadoria quando do período em que o mercado estava fechado, mas, para que não houvesse tal prejuízo, se viu obrigado a reduzir consideravelmente a produção. Voltamos a conversar com o agricultor sete meses após a reabertura do Mercado Municipal, desde o último fechamento em consequência da fase mais crítica da segunda onda da COVID-19, em junho de 2021. Em tal conversa, AG04 expressou satisfação com a retomada das vendas no local, mas observou que o volume de produção e vendas não retornou ao patamar de antes da pandemia: “Hoje eu não posso reclamar de nada, não. Hoje os meus fregueses estão voltando. Mas não é igual antes, não. Hoje estamos vendendo a metade do que vendia antes” (Entrevista, dezembro de 2021).

É o que também avalia a agricultora AG11 sobre o baixo número de pessoas que voltaram a frequentar o mercado após a reabertura e o impacto na perda de renda: “O mercado hoje não atingiu nem 40 % do público, não voltou ao normal. As vendas no mercado caíram muito. Eu vou ao mercado todo sábado. No mínimo nós perdemos uns 60% de nossa renda” (Entrevista, agosto de 2021).

Com a suspensão do funcionamento e a redução do público, alguns comerciantes deixaram de exercer a atividade no mercado migrando para outras ocupações de trabalho. Conforme comenta o agricultor AG15, apontando para a banca de feira vazia em frente a sua:

Até hoje [dezembro de 2021], olha a quantidade de bancas vazias. Tem muitos [comerciantes] que deixaram suas bancas. Tem um rapaz que vendia numa banca dessa aqui, ele falou: ‘ah por enquanto não venho, não. Estou trabalhando de pedreiro, vou ficar por lá mesmo’. Ele viu o movimento fraquinho. Então ele procurou outra fonte de renda (Entrevista com AG15, agricultor feirante, dezembro, 2021).

Entre as mudanças provocadas pelas decisões dos gestores municipais no tratamento dos espaços de feiras livres no município, seguramente, está a alteração de hábitos alimentares e, de alguma maneira, uma maior limitação no acesso aos alimentos *in natura*. Isto porque,

naquele período, o acesso a alimentos ficou restrito apenas àqueles produtos disponibilizados por supermercados e sacolões.

Com efeito, outro fenômeno resultante da pandemia e com impacto direto nas feiras livres, aparecendo de modo recorrente nos relatos de agricultores e agricultoras feirantes, foi o aumento no número de pequenos sacolões informais nos diferentes bairros da cidade, bem como modificações nos supermercados dessa, com a instalação de seções para comercializar produtos antes ofertados basicamente nas feiras livres.

Amanhã você nos acompanha lá [na feira], você verá ali, no momento da abertura, os donos de sacolazinhos indo lá buscar produtos para vender no sacolão dele. Chega pega uns dez molhos de cebolinha, dez alfaces, cenoura, beterraba, pimentão. Faz uma feira de uns oitenta a cem reais para colocar lá no sacolão deles. É os atravessadores. Porque nas vilas, as pessoas para sobreviver resolveram colocar um ponto, um ‘comercinho’ para sobreviver. Cada vila colocou um (Entrevista com AG04, agricultor feirante, dezembro de 2021).

É o que também argumenta o agricultor feirante AG15, em entrevista. Segundo ele, os supermercados do município teriam se readequado para ofertar produtos de hortifrúti, com a pandemia e o fechamento das feiras, esse tipo de estabelecimento passou a ofertar também esses produtos.

É que quando fechou mesmo, fechou o mercado, as feiras. E os supermercados não fecharam. Então, o que é que eles fizeram? Eles investiram na venda de verduras e na parte de sacolão. Então o pessoal vai ao supermercado e encontra de tudo, então enfraquece a feira aqui (Entrevista com AG15, agricultor feirante, dezembro de 2021).

A agricultora feirante AG16 questiona o fechamento da feirinha em relação a outros espaços de comercialização de alimentos que foram mantidos abertos, sobretudo no período da segunda onda da COVID-19. E destaca características do espaço da Feirinha da Semana que poderiam terem sido consideradas, tornando-a um local controlado em relação à contaminação, se comparado a outros espaços de venda:

A feirinha nossa é tão bem organizada que até hoje, ninguém entra e fica fazendo tumulto, as pessoas chegam assim, procuram a mercadoria e saí. Mas de repente acabou com a feirinha nossa fechada, mas deixando outros espaços de venda de pessoas maiores abertos, os supermercados. Aí, para nós, arrasou a feirinha (entrevista com AG16, agricultora feirante, agosto de 2021)

É comum entre os entrevistados o uso da expressão “produtos do CEASA”, ou “produtos de sacolão”, para apresentar uma distinção entre os produtos ofertado nas feiras, que têm origem na produção local de pequenos agricultores camponeses, em oposição àqueles comercializados em supermercados e sacolões, que, via de regra, têm origem em sistemas de produção convencionais. Isto é, mercadorias resultantes de métodos produtivos marcadamente baseados

no uso intensivo de agroquímicos, produção em escala e monocultivo. Na feira de Porteirinha, a maioria desses produtos vêm do perímetro irrigado do Projeto Gorutuba.

Um elemento que pode justificar essa diferença entre os produtos ofertados, sobretudo, nos supermercados, daqueles negociados pelos agricultores nas feiras pode ser justificado pela não venda ou baixo volume de venda de produtos desses agricultores para o segmento supermercadista. Observamos que essa é uma característica identificada ao menos entre os agricultores e agricultoras feirantes acompanhadas por esta. De acordo com os relatos, a venda para o segmento supermercadista, quando acontece, é pontual e momentânea, geralmente em períodos de escassez de produtos ou de produção em abundância.

Quando está tendo muita coisa, que está tendo muito volume, eu faço algumas entregas, para o supermercado X e o supermercado XX da praça. Mas é quando estamos tendo abundância e as meninas não estão dando conta de vender [na feirinha]. E os preços compensam, mas é assim, vai da negociação, quando a quantidade é pouca eles pagam um preço, quando eles passam a comprar em maior volume, eles sempre querem pagar um preço mais baixo. Por exemplo, um molho de coentro em caroço, que na feira custa três reais, se for vender para eles, eles vão querer pagar de cinquenta centavos a um real. Então eu nem tenho grande interesse em vender para eles. (Entrevista com AG17, agricultor feirante, agosto de 2021).

Por sua vez, a forma de produção dos produtos ofertados por agricultores feirantes nas feiras do município de Porteirinha é evidenciada pelos agricultores ao destacarem que os produtos por eles ofertados têm origem em sistemas de produção “natural”, “orgânicos”, “agroecológicos”, disponibilizados para venda ao consumidor “frescos”, isto é, poucas horas após sua colheita. Mesmo os produtos que passam por algum tipo de beneficiamento nas agroindústrias domésticas, como os doces, biscoitos, polpas de frutas, frango abatido são disponibilizados sem adição de conservantes ou outras práticas comuns às indústrias de alimentos convencionais.

Cabe ainda destacar, que os levantamentos indicam que os agricultores e agricultoras selecionadas para participar da feirinha da semana foram aqueles/aquelas que comercializavam sua própria mercadoria, fruto de modos de produção voltados para o orgânico e agroecológico. A fala dos agricultores confirmam a preocupação das instituições de assistência técnica rural do município (Emater, Sindicato) em orientar os agricultores e agricultoras para a produção livre de agrotóxicos:

Nossa produção é mais natural, utilizamos alguns remédios caseiros, para evitar mesmo não utilizar o veneno. Utilizamos algumas práticas que a própria Emater ensina pra gente, eles ensinam aquelas caldas à base de óleo e detergente, folhas de

plantas, como ninho. Essas coisas dá pra passar nas hortalças e dá resultado sim (Entrevista com AG11, agricultora feirante, agosto de 2021).

Aqui na caatinga, aqui o agricultor já nasce orgânico. Ele só não sabia dos preparos, dos chás [caldas] de homeopatia. Quando eu fui fazer o curso com o pessoal do sindicato, aí eu brinquei com eles: ‘Pois eu já era [orgânico], moço. Eu só não sabia’ (Entrevista com AG04, agricultor feirante, dezembro de 2021).

Nós produzimos mais voltado para o orgânico, mas pra ser orgânico, orgânico, é bem complicado, começa lá pelo esterco que precisa ser apuradinho mesmo. Nós tivemos acompanhamento da Emater, hoje em dia o acompanhamento é mais pontual, mas por exemplo, quando eu montei uma estufa aqui, levei para eles darem uma olhada, eles me orientaram, teve esse acompanhamento todo. As orientações deles é pra ser orgânico (entrevista com AG17, agricultor feirante, agosto de 2021).

Não obstante sua clientela normal fosse a das feiras livres, durante a pandemia os supermercados e sacolões foram o canal de escoamento da produção dos agricultores feirantes diante do fechamento dos espaços de feira livre. Entretanto, a pandemia não tenciona apenas pela desmobilização da relação entre comerciantes e consumidores em feiras livres de Porteirinha, por outra via, contribuiu, fortaleceu e estimulou iniciativas inovadoras como a ampliação das vendas por meio digital. Um exemplo é a Feirinha de produtos orgânicos do Sindicato, que já estava estruturada sobre o uso dessa ferramenta; uso direto por agricultores de aplicativos de mensagens para negociar com fregueses e, finalmente, a criação de uma plataforma digital de comercialização de produtos da agricultura familiar, a “Feirinha da Agricultura Familiar *Delivery*”. Esta última, por exemplo, foi uma iniciativa que reuniu agricultores feirantes das feiras livres do mercado e da Feirinha da Semana. Além dessas experiências de vendas por meio digital, também veremos, na seção a seguir, que outras estratégias de comercialização alternativas e de geração de renda foram buscadas pelos agricultores feirantes por meio do uso de canais de comunicação digital.

4.2 – Estratégias de enfrentamento dos impactos da COVID-19 nas feiras livres: experiências de agricultores feirantes na venda on-line e a Feira da Agricultura Familiar *Delivery* de Porteirinha

Durante nossos trabalhos, realizamos um levantamento sobre a “reinvenção das feiras livres” a partir da criação de estratégias de comercialização *on-line*. Encontramos diversas experiências pelo Brasil de feiras livres que criaram canais de venda *on-line* durante a pandemia da COVID-19. A maioria delas surgidas a partir das feiras livres que ocorriam em espaços físicos e que adotaram plataformas *on-line* de interação com clientes e a implementação de

delivery de produtos ofertados nas feiras devido ao fechamento dos locais de funcionamento. Esse formato de comercialização exigiu dos agricultores a adoção de estratégias de *marketing*, como a divulgação de seus produtos nas redes sociais e em plataformas digitais com a expectativa de, durante o fechamento das feiras, alcançar seus fregueses, bem como expandir seu público-alvo e consumidores que não frequentavam as feiras físicas. A abertura desse canal de venda *on-line* foi uma oportunidade para os consumidores que puderam realizar pedidos virtualmente e receber em casa os produtos comercializados nas feiras.

Esta também foi a estratégia adotada em Porteirinha a partir da iniciativa da gestão municipal em parceria com a Associação Comercial, e que reuniu agricultoras e agricultores feirantes, tanto da feira do mercado quanto da Feirinha da semana, na Plataforma Feirinha da Agricultura Familiar Delivery. Observa-se que esse formato de comercialização exigiu mudanças significativas no modo como as agricultoras e agricultores estavam acostumados a comercializar seus produtos nas feiras físicas. Em Porteirinha, além da feira *on-line*, identificamos também outras formas individuais e coletivas de agricultores feirantes de comercialização virtual.

Nas buscas na internet, identificamos dezenas de iniciativas de feiras *on-line* pelo Brasil. Abaixo, apresentamos algumas iniciativas de feiras da agricultura familiar *on-line* no semiárido brasileiro e no estado de Minas Gerais. O serviço é de venda *on-line* com contatos via *whatsapp* ou site específico da feira, os pedidos são retirados nas feiras ou por serviço de *delivery* com entrega na residência do cliente.

No estado de Minas Gerais, algumas dessas iniciativas são:

- Feira Fresca *On-line*: criada em abril de 2020, a plataforma *on-line* reúne produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos de diferentes regiões da região metropolitana de Belo Horizonte. A plataforma oferece opções de entrega e retirada dos produtos em diferentes pontos da cidade de Belo Horizonte;
- Feira da Agricultura Familiar de Contagem: a feira, que conta com mais de 30 produtores rurais, criou um sistema de entrega em domicílio para atender aos pedidos dos consumidores. Além disso, a feira mantém um canal de vendas *on-line* para que os clientes possam fazer seus pedidos e receber os produtos em casa;
- Feira Livre de Sete Lagoas: a feira, que acontece semanalmente na cidade de Sete Lagoas, criou uma página no *Facebook* para divulgar os produtos comercializados pelos feirantes e facilitar a comunicação entre os produtores e os consumidores. A página também oferece informações sobre os horários e locais das feiras;

- Feira da Roça Online de Sabará: criada em junho de 2020, a feira virtual reúne produtores rurais de Sabará e região e oferece produtos orgânicos, agroecológicos e convencionais. Os clientes podem fazer seus pedidos pelo *WhatsApp* e receber os produtos em casa;
- Feira Livre do Produtor de Viçosa: a feira, que acontece todas as quintas-feiras na Praça Silviano Brandão, em Viçosa, adotou um canal de vendas *on-line* para que os clientes possam fazer seus pedidos antecipadamente e agilizar a retirada dos produtos na feira;
- Feira do Produtor Rural de Itabira: a feira, que acontece semanalmente na Praça do Areão, em Itabira, criou um grupo no *WhatsApp* para atender aos pedidos dos consumidores e realizar entregas de produtos em casa.

A seguir, temos algumas experiências de feiras com funcionamento *on-line* no semiárido brasileiro:

- Feira Virtual da Agricultura Familiar de Picos-PI: criada em abril de 2020, a feira virtual reúne produtores rurais de Picos e região;
- Feira Virtual do Produtor de Juazeiro-BA: feira virtual lançada em junho de 2020;
- Feira Virtual da Agricultura Familiar de Caicó-RN: a feira virtual, criada em agosto de 2020, reúne produtores rurais de Caicó e região. Os clientes podem fazer seus pedidos pelo *WhatsApp* e receber os produtos em casa;
- Feira Delivery de Petrolina-PE: a iniciativa, que começou em julho de 2020, reúne produtores rurais de Petrolina e região;
- Feira Livre Virtual de Mossoró-RN: a feira virtual, criada em maio de 2020, reúne produtores rurais de Mossoró e região. Os clientes podem fazer seus pedidos pelo site da feira e receber os produtos em casa;
- Feira Delivery do Vale do São Francisco-BA/PE: a iniciativa, criada em julho de 2020, reúne produtores rurais de diversas regiões do Vale do São Francisco.

Nas buscas na internet identificamos várias dessas iniciativas de feiras *on-line* sempre com um dos seguintes dizeres: “a prática de *delivery* ganhou espaço nas feiras livres como uma alternativa para garantir a segurança sanitária, reduzindo o risco de contaminação pelo coronavírus”; “a criação de canais de venda online, mostrou-se uma alternativa viável e promissora para manter a oferta de alimentos frescos e saudáveis”; “A iniciativa busca valorizar a agricultura familiar e incentivar a produção local”; “a implementação de *delivery* permite garantir a renda dos agricultores familiares e atender às demandas dos consumidores durante a pandemia”. Apesar de todas essas assertivas, não encontramos resultados sobre em que estágio ficou essas feiras passado o período mais crítico da crise sanitária da COVID-19. Não foi

possível ter certeza, a partir das informações acessadas, se essas feiras continuam funcionando e como foi, ou tem sido, a experiência dos agricultores e agricultoras feirantes na venda *on-line*.

Na experiência que acompanhamos em Porteirinha o formato de venda *on-line* foi adotado por vários agricultores, mas esse formato se revelou extremamente desafiador, como veremos nos depoimentos apresentados sobre as vendas *on-line* na seção a seguir deste estudo.

4.2.1 Feira da Agricultura Familiar Delivery de Porteirinha

Partindo da gestão municipal, no primeiro ano da pandemia, a iniciativa da Feira da Agricultura Familiar Delivery ganhou apoio de um conjunto de entidades parceiras. Já que nos primeiros dias de fechamento do comércio no município, foram sentidos os efeitos da suspensão do funcionamento, sobretudo para os agricultores que comercializavam nas feiras livres devido à perda de suas mercadorias.

A iniciativa envolveu agricultores feirantes em feiras livres, representantes da Prefeitura, da ACIPOINT, do Sebrae, mais especificamente do Programa Sala Mineira do Empreendedor, que envolve todos esses órgãos e representações. A ideia de criar um mecanismo online para a realização da feira *delivery* surgiu como alternativa de geração de renda para as famílias agricultoras que participavam das feiras livres do município, especialmente, a feira do mercado e da feirinha da semana.

Figura 29 - *Banner* de apresentação da Feira da AF *Delivery* no site





Fonte: [http://aciport.com.br/feiradaagriculturafamiliar/\(2020\)](http://aciport.com.br/feiradaagriculturafamiliar/(2020))



O formato pensado foi bastante simplificado: uma página de apresentação dos produtos e contatos de WhatsApp dos agricultores ofertantes. Uma das entidades parceiras, a ACIORT cedeu uma página em seu site para ser o ambiente virtual da feira. Os agricultores que têm suas bancas de venda de produtos no mercado ou na feirinha da semana foram mobilizados por técnicos da prefeitura e da ACIORT que, por sua vez, realizaram atividades de apresentação e planejamento da iniciativa.

Inicialmente, a proposta ganhou adesão de pelo menos 35 agricultores feirantes ofertantes de produtores de hortifrúti e pequenos animais e de 8 agricultores feirantes que ofertavam produtos lácteos (leite, queijos, requeijões). Para cada agricultor foi criado no site um *banner* em que foi apresentado o nome do agricultor e a lista dos produtos por ele ofertados, valores unitários de cada mercadoria e dias disponíveis para a entrega.

Figura 30 - *Banner* de apresentação dos agricultores e produtos no site.

CARMEM DA FEIRINHA  **(38) 9 9892-3276**
(Olhos D'Água)  Entrega: Segunda-feira/ Quarta-feira/
 Sexta-feira de 08:00 às 10:00 hs

Abóbora, Quiabo, Maxixe, Mamão Verde e Caxixe processada	Pct	R\$	2,50
Cenoura	KG	R\$	4,00
Cebola de cabeça	KG	R\$	3,00
Tomate	KG	R\$	5,00
Alface	Molho	R\$	4,00
Cebolinha com coentro verde	Molho	R\$	2,00
Coentro verde caroço	Molho	R\$	3,00
Pó de Corante	200 gm	R\$	3,00
Tempero caseiro (alho e sal e coentro verde)	Pte pequeno	R\$	2,00
Pinha Grande	Und.	R\$	1,00
Acerola	Pct	R\$	3,00

JOÃO EUDES  **(38) 9 9165-9141**
(Cedro)  Entrega: Todos os dias
 De 08:00 às 11:00 hs

Salsa	Molho	R\$	2,00
Cebolinha/ Coentro	Molho	R\$	1,50
Cenoura	Pct	R\$	2,00
Limão	Pct	R\$	2,00
Pinha	Und	R\$	1,00

Fonte: <http://aciport.com.br/feiradaagriculturafamiliar/>(2020)

Ao acessar os *banners* o cliente encontrava disponível o contato de WhatsApp do agricultor, o que permitia a interação direta entre clientes e agricultores feirantes. Desse modo, a iniciativa deu total autonomia para a negociação entre agricultores e clientes ao direcionar o cliente para diálogos diretos com os comerciantes dos produtos.

Sempre que fosse necessária alguma atualização de informação, os agricultores tinham à disposição um técnico da Associação Comercial que realizava o trabalho de gestão da página. O formato criou uma interação tão autônoma entre agricultores e consumidores que quando a página da feira foi desativada em dezembro de 2020, as agricultoras e os agricultores já haviam autonomizado do sistema disponibilizado pela Prefeitura, e já realizavam as interações com os

clientes em grupos de WhatsApp criados por eles mesmos, realizando os diálogos direto com os consumidores.

4.3 – As experiências de agricultores e agricultoras feirantes na venda on-line durante a pandemia da COVID-19

Conforme já apresentado, as famílias agricultoras acompanhadas neste estudo têm como principal fonte de renda a venda da produção rural nas diferentes praças de mercado do município de Porteirinha (Mercado Municipal, feirinha da semana, feirinha do sindicato). Com o fechamento dessas praças de mercado, em função da crise sanitária da COVID-19, as agricultoras e agricultores feirantes trilharam diferentes caminhos na comercialização via plataforma digital. A seguir apresentamos experiências de agricultoras e agricultores feirantes nas vendas de seus produtos via mercado digital, desde a Feira da agricultura familiar *Delivery*, venda por conta própria via Whatsapp, grupo coletivo de venda (grupo da feirinha do Sindicato).

4.3.1 – Grupo da Feirinha do Sindicato na venda on-line

Na experiência do grupo de agricultores e agricultoras que integram a Feirinha do Sindicato, pelo formato *on-line* em que a feirinha já acontecia, com as vendas de cestas de produtos, as agricultoras e agricultores feirantes apontaram não ter sentido tantas alterações diante do fechamento do espaço da feira durante a pandemia, sobretudo pela experiência que o grupo acumulou com a comercialização *on-line* (via grupo de WhatsApp).

Na verdade, durante a pandemia a iniciativa foi fortalecida e agregou o formato *delivery*. De acordo com Ze Marcos, técnico do STTR, o grupo já tinha experiência com a venda *on-line* e a entrega dos produtos, com a pandemia a prática foi expandida para aqueles clientes que costumavam ir ao espaço da feira para comprar ou para pegar seu pedido. O grupo buscou incluir os clientes que ainda não estavam no grupo dos consumidores e os pedidos passaram a ser entregues a domicílio.

Nos primeiros meses da pandemia, entre março e maio de 2020, a coordenadora do grupo aponta que os trabalhos foram suspensos por uma semana, mas nas semanas seguintes, com a entrada de novos clientes no grupo, observou-se um crescimento no número de pedidos em mais de 100% em relação ao período pré-pandemia. Resultado do aumento da demanda, a coordenadora conta ainda que o grupo teve dificuldade em atender a todos os pedidos. Outro elemento que também foi destaque nos relatos de outros feirantes, e mesmo para o citado grupo que já tinha experiência na venda *on-line*, foi a questão da entrega, de acordo com Flor, a entrega deu um certo trabalho.

4.2.3 Feira da Agricultura Familiar Delivery

A experiência da agricultora AG11 – A agricultora feirante AG11 conta que, na primeira semana de funcionamento do site, ela comercializou produtos para cerca de oito a dez pessoas. “O delivery foi um aprendizado. A gente nunca imaginava esse delivery. A gente começou desanimado. Pensando: ‘Será que vai dar certo?’ Mas graças a Deus, fomos lutando” (Entrevista com AG11, agricultora feirante, agosto 2021). Desde então o número de clientes aumentou gradativamente, pois além das pessoas que acessaram o site surgiram muitos que passaram a procurá-la a partir de informações de outros clientes, houve ainda aqueles que se interessaram em comprar ao vê-la realizando as entregas. Atualmente, AG11 atende a aproximadamente 60 famílias. Ela conta ainda que nem todas as famílias realizam os pedidos semanalmente, mas o número de pedidos fica próximo dos 50 por semana. Para a agricultora o *delivery* contribui para a comodidade do cliente e evita riscos de contaminação: “Eu tenho clientes do *delivery*, que depois que iniciou a pandemia eles nunca mais foram ao mercado. Eles falam assim: pra quê que eu vou correr o risco de ir ao mercado correndo o risco de contaminar se eu estou recebendo tudo em casa no conforto” (entrevista com AG11, Agricultora feirante, agosto de 2021).

Desde o período em que a plataforma ainda estava ativa no site da Associação Comercial, a dinâmica para as vendas é a mesma: todas as quintas-feiras, AG11 envia para os clientes, por mensagem de *whatsApp*, a lista de produtos disponíveis. Os clientes escolhem o que querem e na sexta-feira a agricultora entrega os pedidos na casa de cada um/a. AG11 definiu um único dia da semana para a realização das entregas, todas as sextas-feiras. Ela conta que a definição de um único dia da semana para a entrega, inicialmente, encontrou resistência dos clientes, mas a estratégia para convencê-los foi a de não cobrar a taxa de entrega, assim os clientes aceitaram receber seus pedidos no dia definido pela agricultora.

Para AG11, uma das maiores vantagens da comercialização pelo formato digital é que a venda é garantida. O que o cliente pediu será entregue e pago. Ela argumenta que o lado positivo dessa dinâmica de comercialização é que não há desperdício de mercadoria. Até o momento da entrevista, agosto de 2021, os pagamentos eram realizados em dinheiro, Dona AG11 comenta que os clientes pedem para pagar via pix, mas ela ainda não se adequou para utilizar esse formato de recebimento.

No citado período de pandemia, com os casos de clientes infectados em suas casas, a agricultora feirante AG11 conta que eles demandaram muito o pix, e sem esse meio de recebimento ela acabou tendo a compensação pela venda dias depois. Segundo ela, “com essa pandemia acontece sempre de o cliente ligar e falar: olha, eu não tenho como receber você em casa, mas nós precisamos das verduras”. Para essas famílias, com casos de covid, AG11 se deslocava de carro até suas casas, deixava o pedido na porta, entrava no carro, buzina, o cliente pegava o pedido e pagava só quando estivesse recuperado.

As entregas são realizadas por AG11 e o esposo com o veículo da família, chamando atenção a fala da agricultora em dizer não fazer muito os cálculos dos custos de entrega para não desanimá-la na atividade. Ao tratar dos custos AG11 diz: “É o único meio de sobrevivência que a gente tem, então a gente tem que fazer algum sacrifício, não pode nem somar todos os gastos, não. Porque, se a gente somar todos, às vezes a gente até desanima” (Entrevista com AG11, Agricultora feirante, agosto de 2021). Todavia, a agricultora pode não estar se dando conta de um elemento importante, que é a viabilidade do negócio.

Com a reabertura do mercado após o primeiro período de fechamento, AG11 conta que muitos dos agricultores que estavam comercializando pelo *delivery* deixaram a ferramenta de negociação *on-line* e voltaram a trabalhar apenas no mercado, “Com o tempo a maioria parou, mas eu, de quando começou, eu não parei, mesmo após a cidade reabrir, o mercado reabrir, mas nós não abrimos mão do delivery, nós continuamos” (entrevista com AG11, Agricultora feirante, agosto de 2021).

Embora surgida como nova ferramenta para fonte de renda, a agricultora afirma que a via da venda por meio digital, criada com a chegada da pandemia, ainda não deu conta de gerar um retorno financeiro a ponto de a familiar se dedicar apenas a esse formato de comercialização. Aponta ainda que, somadas as rendas com as vendas na feira do mercado mais a renda com o *delivery*, ainda assim, o valor não atinge a renda gerada pelas vendas na feira do mercado no período anterior à pandemia. E justifica que entre os motivos para tal pode ser a crise econômica vivenciada pelo país: “Com a pandemia muita gente perdeu o emprego. As pessoas estão consumindo menos” (entrevista com AG11, Agricultora feirante, agosto de 2021).

A experiência da Agricultora AG16 e sua família na Feira da AF Delivery – A agricultora AG16 conta que com o fechamento da feirinha, ela entrou para o grupo dos agricultores que participaram da plataforma digital da Feirinha da AF Delivery. Ela formou um grupo de clientes para organizar os pedidos. Aponta que inicialmente as vendas tiveram um bom volume a ponto de ela não dar conta de atender a todos os pedidos: “Nós formamos um grupo fazendo as entregas. Só que nas primeiras semanas que entrou a pandemia e nós começamos a fazer as entregas, as entregas para mim, a gente não estava dando conta. As entregas eram boas, tinham pessoas que me pediam coisas que eu não estava dando conta”.

Todavia, AG16 observou que, não passou muito tempo, como os sacolões e supermercados foram mantidos abertos, as vendas pelo delivery começaram a registrar queda. A partir daí, o custo com a logística de entrega das mercadorias passou a impactar inviabilizando as vendas pelo delivery, sobretudo, para aqueles pedidos que demandavam menores quantidades de produtos: “o gasto para fazer as entregas exigia um gasto maior em mercadoria, porque a gente ia de porta em porta”. Com a reabertura das feiras livres, a agricultora tratou logo de equacionar esses custos e mobilizou os clientes pelo grupo de whatsapp para que os mesmos voltassem a comprar em sua banca na Feirinha da Semana, mas observou que os clientes a àquela altura apresentaram resistência em ir presencialmente no espaço da feirinha.

Eu gostei, mas aí voltamos a trabalhar na feira, aí eu parei com as vendas no delivery. Liguei para os clientes, falei que voltamos para a feirinha, se precisasse de alguma mercadoria, nós estávamos na feirinha. Mas aí, vieram pela metade. Porque as pessoas por causa dos problemas que estava aí, o povo logo se guardou, ficou com medo, e as vendas foram caindo, diminuindo. Aí de repente se tornou um desfalque (entrevista com AG16, agricultora feirante, junho de 2022)

Observa-se que a agricultora AG16, assim que as feiras livres foram reabertas no município de Porteirinha, organizou-se para voltar para o espaço da feirinha imediatamente abrindo mão do formato de venda *on-line*. Isto deixa evidenciado, ainda que não conclusivamente, que o *delivery*, sobretudo pelo conjunto de aspectos que envolvem a entrega dos produtos (gestão dos perdidos, custo de entrega, gestão da logística), levou a agricultora a abrir mão desse formato de venda.

Por outra via, diante da segunda onda da COVID-19, que levou a um novo período de fechamento das feiras livres no município, a agricultora sentiu a falta de uma plataforma digital como aquela da Feira da AF Delivery mobilizada pela prefeitura, na gestão anterior. Mas nesse novo período de fechamento a plataforma já havia sido desativada e a atual gestão municipal não chegou a tratar do assunto. Para AG16, o que justifica a redução nas vendas na feirinha da

semana teria relação direta com o fechamento das feiras livres no município, bem como a concorrência ainda mais estimulada com supermercados e sacolões que permaneceram abertos por todo o tempo: “Quando teve que fechar novamente a feirinha, as vendas já caíram muito, já não tinha mais o *delivery*. E outra, fechou a feirinha nossa, mas manteve os supermercados, os sacolões [abertos], aí diminuiu muito [as vendas]”.

A agricultora não concorda com o fechamento das feiras livres no município e, justifica, que a feirinha da Semana, por exemplo, tem todas as condições de ser um espaço seguro para o seu público. Segundo ela, o fechamento desfalcou a renda dos feirantes como também acirrou a concorrência com os comércios que também comercializam o hortifrúti.

A feirinha nossa é tão bem organizada que até hoje, ninguém entra e fica fazendo tumulto, as pessoas chegam assim, procuram a mercadoria e saem. Mas de repente entrou outro político e aí desfalcou nós, aí acabou com a feirinha nossa fechando, mas deixando outros espaços de venda de pessoas maiores abertos como os supermercados. Aí, para nós, arrasou a feirinha. (...) Fechou nossa feirinha e como os sacolões estavam abertos, o povo que queria alguma coisa, eles iam no sacolão, nos supermercados que tinham de tudo. Aí tirou nós (entrevista com AG16, agricultora feirante, junho de 2022).

4.2.4 Experiência de venda on-line por conta própria

Aqui relatamos a experiência do agricultor AG04, da comunidade rural de Bom Jesus II. O agricultor trabalha com a família no Mercado Municipal de Porteirinha desde 2006. Diante do fechamento do mercado em função da pandemia, o agricultor também buscou realizar vendas *on-line*. Ele não chegou a participar da plataforma digital da Feirinha da Agricultura Familiar Delivery, preferiu por conta própria anunciar pelo aplicativo de mensagens whatsapp que estaria aceitando pedidos. O agricultor conta que utilizou a aba “status” do aplicativo para mobilizar os clientes, e depois criou um grupo de conversa para dialogar com os mesmos. AG04 conta ainda que os clientes entravam em contato e ele retornava enviando a lista das mercadorias disponíveis. Com o espaço do mercado fechado, o agricultor contou com a solidariedade de uma amiga que cedeu o espaço de sua garagem para que ele atendesse os clientes na cidade.

Na pandemia nós vendemos on line, vendi pelo celular, vendia e depois voltava e entregava. (...) Eu colocava no status do whatsapp. Foram os meus contatos particulares. Era uma lista minha (...). Para os fregueses eu enviava a mensagem de que eu iria entregar os produtos lá na Cida, uma professora bastante conhecida lá na Vila Guará. Aí eles faziam os pedidos e nós íamos separando. Eu entregava na sexta-feira. E os clientes tinham o prazer de ir lá buscar.

AG04 não realizou entregas nas residências dos clientes, estes é que iam até o local definido para a retirada do pedido. Aqui, na experiência do agricultor, observa-se outra diferença em relação aos demais agricultores que trabalharam com vendas *on-line*, o agricultor não realizou entregas. Por sua vez, na Feirinha da AF Delivery, a entrega de casa em casa era comum.

Ao final do primeiro período de fechamento do mercado, no ano de 2020, assim como a maioria dos demais agricultores feirantes, o agricultor AG04 retornou ao mercado para realizar as vendas dos produtos, deixando as vendas *on-line*. Mas ele se viu “obrigado” a retomar as vendas *on-line* no segundo período de fechamento do mercado, entre fevereiro e maio de 2021, durante a segunda onda da pandemia.

Outro elemento destacado pelo agricultor foi o decréscimo no volume de pedidos nas vendas *on-line*, conforme apontado por outras famílias de agricultores feirantes entrevistadas, essas vendas começaram com um volume maior de pedidos e no decorrer do tempo registrou-se uma queda. O que leva a crer que essa dinâmica contribui para justificar os relatos de que as vendas *on-line* não chegaram a atingir o volume comercializado semanalmente no Mercado antes da pandemia. Não obstante, o agricultor reconhece que a estratégia foi fundamental para manter algum tipo de renda para família durante o fechamento do mercado:

Durante a pandemia não deu margem de lucro, mas deu pra beber, comer, vestir. Deu pra manter. Não ficou assim de ter o produto e perder o produto, só que aí eu diminuí o plantio. (...) Começou vendendo por semana uns quinhentos e pouco, aí foi caindo, voltou para uns quatrocentos, aí voltou para uns trezentos e cinquenta e ficou nessa faixa até abrir o mercado.

Outro aspecto negativo das vendas no formato *on-line* apontado pelo agricultor, e que pode ter relação com os motivos da desistência de muitos agricultores da Feira da AF Delivery de prosseguirem nessa, após a reabertura do mercado/feiras livres, foi o aumento do trabalho da família na preparação e separação dos pedidos.

Mas nós sofremos para separar [cada pedido]. Nossa! Deu muito trabalho. Na feira, você coloca tudo na banca. As pessoas pegam o que quer. No online não, nós sofremos [para separar cada item]. A pandemia trouxe sofrimento para nós, sabe? [rir] Mas vendia uns quinhentos ou quatrocentos, cada viagem.

O agricultor AG04 relata ainda que as vendas *on-line*, confirmaram a relação de confiança entre o agricultor e seus clientes. Por exemplo, nas situações nas quais os clientes iam buscar os pedidos em horários em que o agricultor já tinha ido embora, o pedido era deixado no local de retirada, mas nem sempre o cliente deixava o dinheiro, o que não representou um

problema: “Tinha muita gente que pegava o pedido lá, não deixava dinheiro nem nada, mas era tudo gente direita, depois pagava tudo certinho”.

Na experiência do agricultor, uma curiosidade nos chamou atenção, ele nos conta que ao final do segundo período de reabertura do mercado “aí sim, criou um problema”, dessa vez devido ao hábito que os clientes passaram a ter em realizar os pedidos e buscá-los no local definido para a retirada: “Depois que abriu o mercado, aí criou um problema sério de novo, porque eles queriam que levasse lá onde eu entregava. Quem disse que eles queriam vir aqui [no mercado]? Ahh! perdemos muitos produtos, íamos com a caminhonete cheia, voltava a metade”. O agricultor conta ainda que teve que dar aos animais as mercadorias que acabavam sobrando após esses primeiros dias de retomada das feiras.

Alguns aspectos chamam atenção no conjunto dos relatos das agricultoras e agricultores feirantes que experimentaram estratégias de vendas por canais *on-line*. Esta alternativa, muito propagandeada nos mais diversos canais de comunicação, como uma estratégia viável e promissora para a garantia de renda para as famílias de agricultoras e agricultores feirantes durante a pandemia e vislumbrava, inclusive, sua permanência enquanto canal de venda no período pós pandemia, na experiência das agricultoras e agricultores feirantes de Porteirinha não se mostrou viável. Vide o abandono da estratégia de comercialização *on-line* pela grande maioria das agricultoras e agricultores feirantes imediatamente à reabertura dos espaços de feiras livres pós picos da contaminação pelo vírus.

Também cabe considerar que alguns feirantes podem não ter retomado as vendas *on-line* no segundo período de fechamento das feiras, devido a plataforma da Feira da Agricultura Familiar Delivery não estar mais disponível. Como houve mudança da gestão municipal após as eleições de 2020 e a plataforma havia sido desativada do site da Associação Comercial no final daquele ano, a nova gestão não mobilizou a reativação da plataforma. Ao mesmo tempo, vale lembrar que a plataforma deu autonomia aos feirantes para montar suas listas e grupos de contato com os clientes. Com exceção de uma família feirante, a de AG11 e o esposo AG12, que iniciaram as vendas *on-line* a partir da plataforma disponibilizada pela Prefeitura em parceria com a Associação Comercial, mas depois continuaram a trabalhar com as vendas *on-line*, tornando-se autônomos antes mesmo da desativação da plataforma. Por sua vez, as demais famílias feirantes que utilizaram a plataforma não voltaram a mobilizar seus clientes para a venda *on-line* durante a segunda onda da pandemia.

Ademais, a partir das experiências de vendas por canais *on-line* relatadas por agricultoras e agricultores feirantes entrevistadas, estes nos apontam algumas razões pelas quais muitos deles podem não ter permanecido na estratégia de vendas *on-line* e *delivery*:

- Falta de habilidade para dispositivos de comunicação: Falta de habilidade para o manuseio de celulares na gestão de contatos de clientes, criação de grupos de comunicação, troca de informações sobre as mercadorias e pedidos;
- Gestão dos pedidos: organização de lista pedidos, separação dos produtos, pesagem dos quantitativos demandados em cada pedido, todo esse trabalho adicional gerou certo desgastante para as agricultoras e agricultores, demandando uma nova carga de trabalho a qual não estavam habituados;
- Dificuldades logísticas: o transporte e a entrega de produtos frescos se apresentou como outro novo desafio, especialmente para os agricultores que não tinham experiência em logística e entregas;
- Custos adicionais: o uso de tecnologia e delivery pode ter exigido investimentos em equipamentos e mão de obra adicional, o que pode não ter sido financeiramente viável para muitos agricultores e agricultoras feirantes;
- Perda de conexão com os clientes: muitos agricultores valorizam a oportunidade de interagir pessoalmente com seus clientes nas feiras presenciais, e podem sentir que a utilização de delivery os distancia de seus clientes.

Não obstante as citadas razões, é importante destacar que registramos pelo menos uma família de agricultores feirantes que continua a utilizar as estratégias de tecnologia e *delivery*, e nessa utilização podem, além de atender os clientes de costume, ter agregado à sua carteira de clientes pessoas que durante a pandemia mudaram seus hábitos de compras, do presencial para o virtual, ou que não podem ir às feiras presenciais devido a restrições de mobilidade ou distância geográfica. Além disso, também é importante destacar que apesar de uma parcela dos feirantes não permanecerem nas vendas *on-line*, a pandemia pode ter acelerado a adoção de tecnologias digitais por parte de alguns agricultores, tornando essas estratégias mais comuns no futuro.

Ademais, ainda que não conclusivamente, é possível apontar que muitas agricultoras e agricultores feirantes preferem a venda presencial em feiras livres ao invés da venda por canais *on-line*. Pois a venda direta nas feiras é uma tradição dos mercados alimentares locais, e muitos agricultores valorizam a oportunidade de interagir pessoalmente com seus clientes, com as/os colegas feirantes, de estabelecer e manter as relações de reciprocidade nos laços de amizade, de confiança e, até mesmo, o hábito de contar a história de seus produtos - *prosear*.

Além disso, a venda em feiras livres oferecem algumas vantagens em relação às vendas *on-line*, tais como:

- Maior controle sobre a qualidade dos produtos - na venda em feiras, os agricultores podem selecionar os melhores produtos para vender diretamente aos clientes, garantindo a qualidade dos produtos;
- Redução de custos - a venda em feiras pode ser menos custosa em comparação com a venda on-line e o delivery, uma vez que, como descrito anteriormente, não há necessidade de investir em equipamentos e mão de obra adicional e nem em logística;
- Interação social: a venda em feiras pode ser uma atividade social para os agricultores, permitindo que eles se conectem com outros produtores, compartilhem conhecimentos e troquem experiências.

Finalmente, como observado, alguns agricultores permanecem utilizando os recursos digitais e as plataformas *on-line* até os dias atuais, enquanto outros abriram mão de tais canais após a reabertura dos espaços de feiras livres. Portanto, compreender, ainda que superficialmente, os usos/aplicação dessas ferramentas nas experiências dos agricultores feirantes de Porteirinha nos permitiu tecer algumas avaliações sobre a interação desse público com tais ferramentas.

4.2.5 “Como que uma covid longa”: o efeito prolongado da pandemia sobre as feiras livres de Porteirinha

Tendo superado o período mais crítico de altas taxas de contaminação, internações hospitalares e mortes pela COVID-19 no Brasil, sobretudo a segunda e terceira onda da doença, entre os meses de novembro de 2020 e junho de 2022, observamos que, em Porteirinha, o movimento de esvaziamento dos espaços de feira livre apresentou uma pequena retração em relação ao início da segunda onda (novembro de 2020 a junho de 2021). Isto é, a partir do último trimestre de 2021 observou-se uma tímida retomada dos consumidores nos espaços de feiras livres no município. Não obstante esse retorno, de acordo com entrevistas realizadas em novembro de 2022 e em fevereiro de 2023, com agricultoras e agricultores feirantes da feira do mercado e da Feirinha da Semana, o movimento de retomada não ganhou força e está longe de se aproximar do número de frequentadores e do volume de transações registradas nessas feiras

no período pré-pandêmico. Isto é, como em um quadro de covid longa⁷⁷, os efeitos da pandemia sobre as feiras livres de Porteirinha têm se prolongado.

E o quadro para a Feirinha da Semana é ainda mais preocupante, o que levantamos junto às agricultoras feirantes da Feirinha da Semana é o receio, em se mantendo a situação de baixo fluxo de consumidores e a desassistência pública ao espaço, em um cenário não muito distante de que ocorra uma desmobilização da iniciativa da feira. Lembrando, como vimos nesta pesquisa, que, para que a feirinha se tornasse uma realidade exigiu-se um amplo processo de mobilização e convencimento dos agricultores e comerciantes ambulantes que ocupavam, de modo inadequado, pontos do centro da cidade. Ou seja, todo aquele trabalho de mobilização de convencimento dos comerciantes corre o risco de se perder.

É verdade também que a feira do Mercado Municipal têm enfrentado o mesmo processo de esvaziamento de consumidores e comerciantes, mas a avaliação é de que, pelo histórico de espaço tradicional de feira livre na cidade, com quase quarenta anos de existência, reconhecido pela população e turistas visitantes, bem como pela grande estrutura e a maior quantidade de feirantes, o fim da feira livre no espaço do mercado é dado como muito difícil. Já na feirinha da Semana, como citado, a avaliação realizada pelas feirantes que ali trabalham é outra. Alguns entendem que parte da questão passa pela gestão municipal, relatam que a nova gestão (2021-2024) não tem dedicado atenção ao espaço da feira. Reclamam ainda que, passados pouco mais de um ano e meio, ninguém da administração atendeu aos pedidos de reunião para dialogar com integrantes da comissão gestora da Feirinha.

Mas a reclamação principal é de que a gestão municipal atual não tem como orientação a proibição do comércio informal nas ruas do município. Isto é, o agricultor e qualquer outro ambulante que quiser voltar a colocar sua banca em uma calçada qualquer do centro da cidade, esse sujeito não será incomodado pelos fiscais da prefeitura. E, desse modo, esses comerciantes acabam promovendo concorrência desleal com os feirantes da feirinha da semana, que apesar de estarem também na região central, a feirinha ocupa uma área de menor trânsito de pessoas.

Assim, o que se observa a partir dos relatos de entrevistados é que com o baixo fluxo de consumidores, queda nas vendas, estaria havendo um processo de abandono da feirinha por alguns feirantes, em um movimento de reocupação de pontos em áreas diversas do centro da cidade, onde há maior circulação de pessoas. Esse movimento pode responder à redução no

⁷⁷ A “covid longa” ou “pós-covid” são os termos utilizados pela Organização Mundial de Saúde desde outubro de 2021 para dedicar àquelas pessoas que foram infectadas pelo SARS-CoV-2 e que têm continuado a sofrer com sintomas provocados pelo vírus mesmo após o final do período de infecção. Esse efeito a longo prazo do “pós-Covid” ou “Covid longa” pode incluir manifestações novas ou a persistência daquelas que apareceram durante a infecção.

número de bancas ocupadas no espaço da Feirinha que, na inauguração, no ano de 2018, existiam trinta e cinco feirantes ocupando bancas na feira e, atualmente, estão ocupadas menos da metade, quinze bancas.

Os relatos, a seguir, de feirantes da feirinha da semana demonstram a preocupação com o futuro da feira (como os depoimentos expressam avaliações sensíveis que podem gerar perseguições decidimos não colocar os nomes dos entrevistados):

As vendas caíram por causa dessa pandemia, o povo se afastou por que estava com medo, mas depois, eu penso, assim agora em 2021, eles abriram muito espaço, todo mundo voltou a vender na rua, aí juntou a pandemia e agora entrou mais gente trabalhando nas ruas. Veja como ficou ruim, caiu um pouco por causa da pandemia, aí agora, caiu mais por causa da cidade voltou a ter vendedores ambulantes nas ruas. O prefeito deixou relaxar novamente a cidade (Entrevista com feirante A da feirinha da semana, novembro de 2021)

A cidade estava toda organizada, toda bonita, limpinha, agora depois que o outro entrou desorganizou tudo outra vez, colocou o povo para vender de qualquer jeito. Mas agora passou o tempo, entraram outras pessoas na prefeitura, aí voltou tudo de novo. Muitos vendendo nas ruas. Aí desorganizou. Então, assim, o que a prefeitura organizou [na gestão anterior], aquele local para os agricultores venderem os seus produtos ficou assim escanteado, vamos dizer assim. Pois na concorrência dos outros que entraram em certos pontos aí ficou escanteado (Entrevista com feirante B da feirinha da semana, agosto de 2022)

Com os ambulantes voltando para as ruas da cidade, se continuar dessa forma a tendência é de a feirinha acabar. E até mesmo as próprias pessoas que já estavam trabalhando na feirinha eles vão largar lá e pegar seus mesmos pontos que eles tinham antes de ir para a feirinha. Eu imagino que possa acontecer isso, espero que não aconteça, mas pode acontecer (Entrevista com feirante C da feirinha da semana, novembro de 2022)

E a desmobilização dos espaços de feiras livres em Porteirinha é flagrante ao examinar as imagens registradas nessas praças de mercado em um comparativo entre o ano de 2019 e o ano de 2022. Um comparativo de imagens registradas nas mesmas áreas do mercado no ano de 2019 e 2022 dão a dimensão da permanência da redução do público da feira mesmo pouco mais de um ano do período mais crítico da pandemia.

Figura 31 - Comparativo da presença de público na banca da tapioca entre o ano de 2019 e 2022



Fonte: Autor (*À esquerda, imagens de novembro de 2019, do público da banca da tapioca. À direita, imagens do mesmo ambiente em novembro de 2022).

Figura 32 - Comparativo da presença de público nas bancas do pastel e do caldo de cana entre o ano de 2019 e 2022



Fonte: Autor (*À esquerda, imagens de novembro de 2019, do público da banca do pastel e do caldo de cana. À direita, imagens do mesmo ambiente em novembro de 2022).

É possível observar na imagem acima, que no ano de 2022, a banca do pastel está desocupada. De acordo com o casal que trabalha com caldo de cana, que retornaram para a feira ainda no ano de 2021, a feirante que atendia na banca do pastel foi uma das vítimas da COVID-19.

Figura 33 - Comparativo da ocupação das bancas num corredor lateral a área coberta entre o ano de 2019 e 2022



Fonte: Autor (2019/2022).

Figura 34 - Comparativo do espaço descoberto do mercado entre o ano de 2019 e 2022



Fonte: Autor (2019/2022)

E, como evidenciam as imagens, todos os espaços de feira registraram redução considerável no número de frequentadores. O que pode ter relação com a influência do extenso período em que os espaços de feiras livres ficaram fechados na cidade devido a pandemia da COVID-19. O longo período de fechamento pode ser formado novos hábitos de consumo para a compra de hortifruti pela população do município.

Em 2023, voltamos a entrevistar as pessoas que apresentaram os relatos acima, para ter uma atualização do quadro em que se encontram os espaços de feiras livres em relação aos anos

anteriores. E o que se observa é que os relatos não mudaram. Existe um evidente prolongamento dos efeitos desestruturantes da pandemia sobre os espaços de feira.

Quanto ao mercado, infelizmente, não voltou ao que era (antes da pandemia). Eu acredito que hoje, o nosso mercado não tenha 50% do movimento que ele tinha antes da pandemia. Eu mesmo sou uma, que eu não parei com o delivery. E eu tenho freguês que falam que desde quando começou a pandemia eles não foram mais no mercado. Eles falam que o conforto de receber em casa é mais prático do que ir até o mercado. Então essa é uma das questões de o freguês não ir até o mercado (entrevista com AG11, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

Em relação à feirinha nós estamos um pouco tristes neste início de ano, agora de 2023. Porque a nossa Feirinha corre risco, sim, de acabar. Porque a feirinha está naquele mesmo movimento do ano passado. Então são as mesmas preocupações que nós estamos tendo, porque, assim, o prefeito da cidade, nós não estamos tendo apoio para nossa feirinha crescer. Nós estamos levando mesmo assim, bem, bem devagar. É de empurrão, porque nós, os feirantes que somos mesmo da zona rural, nós não desistimos porque é dali que a gente tira o sustento de todos os dias. Assim não tem como a gente abrir mão ou desistir. Mas pessoas que trabalham na zona rural e que levavam seus produtos ali para Feirinha já desistiram. Alguns pararam de ir para Feirinha, outros foram para os pontos antigos das ruas. Mas nós não nos cansamos não (entrevista com AG16, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

Para a Feirinha nossa ter um movimento maior nós precisamos de ter alguns projetos, nós precisamos de um apoio para que nossa feirinha seja reconhecida, porque no momento a feirinha nossa ela está tão fraca, tão fraca que tem lá ainda bancas atendendo deve ter de doze a quinze bancas, no máximo. Mas lá era umas trinta. E hoje se tiver quinze atendendo é o máximo. E não todos os dias. E minha preocupação é sobre eu quero continuar lá. Eu quero trabalhar, porque assim, eu já tive muita experiência de trabalho para os outros, e trabalhar para os outros é uma coisa assim que você trabalha e você não tem retorno. E você trabalhando como agricultor cada dia que passa você vai aprendendo mais, vem uns projetos, a gente aprende, então nisso, que eu fico triste, é por causa disso (Entrevista com AG20, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

Acabou que nossa feirinha deixou de ser alegre, as pessoas nossas [clientes], são aquelas pessoas que vão ali combinado já, que já conhece nós. Mas não é uma feira que tem muito valor, reconhecimento. Nós tentamos nos organizar, mas estamos tristes e por isso a feirinha nossa, cada dia que passa está ficando devagar (entrevista com AG16, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

As agricultoras e agricultores feirantes entrevistados confirmam uma possível mudança de hábitos da população em ir buscar nos supermercados produtos que antes tinham as feiras como ofertante preferencial. Isto, também porque os supermercados, com a pandemia e o fechamento das feiras, se adaptaram para ofertar os produtos que no período pré-pandêmico eram ofertados basicamente nas feiras livres.

A situação da feira melhorou pouca coisa, não tem grande movimento, não. E acredito que por causa daquela concorrência dos sacoloezinhos pequenos que pôs a cidade ali e acolá. Eu acredito que seja por causa disso. Às vezes você vende bastante se você tiver o produto que tem pouco na feira, aí você vende bastante. Mas nós estamos tocando a vida aí dessa forma, mas está dando para ir levando. Mas a feira é como estava falando, as bancas tudo vazia, mas o povo trabalhando. Se levar pouquinha coisa vende pandemia (Entrevista com AG04, Agricultor feirante, fevereiro de 2023).

E outra, é o supermercado. Eles têm tudo, se você vai a um supermercado aqui em Porteirinha hoje você vai encontrar tudo ou talvez quase tudo que você encontraria na feira do mercado. E antes da pandemia aqui em Porteirinha não tinha isso. Eles [os supermercados] se adaptaram com a pandemia, eles adaptaram de verduras e frutas. E isso é uma coisa que atrai o freguês, porque aí você vai fazer uma viagem só, e você vai ter de tudo. (...) Então assim, eu acredito que por esse motivo o nosso mercadão lá não voltou ao que era antes. (...) Se você vai hoje na feira aqui, vai ver que está como se fosse na pandemia (entrevista com AG11, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

E minha preocupação maior é que está tendo uns comércios, principalmente, os supermercados. Eles estão tipo tomando a clientela, eles vão comerciando, fazendo propaganda, falando que tem isso, tem aquilo, que as coisas são baratas. Aí as pessoas não pensam no agricultor que trabalha, leva as coisas fresquinhas, bonitinhas, orgânicas, saudáveis, aí a tristeza nossa é por causa disso, os supermercados são enormes e grandes e vão fazendo propaganda. Nada contra os supermercados, às vezes a gente pode até entregar para eles quando a gente tem mercadorias sobrando, mas o importante que nós queria ter é um representante para não deixar o agricultor familiar acabar. E de ajudar nós crescermos. E eu estou vendo que o agricultor não está crescendo. Cada dia que passa o agricultor está diminuindo. Hoje você não vê mais o agricultor com aquela frequência de falar “eu vou produzir isso. Ou, eu quero produzir aquilo... vou abrir um poço para plantar horta”. Você vê que o agricultor cada dia que passa ele está triste, porque a gente vê a necessidade[“utilidade”] dele acabando. Se leva um produto, o povo da cidade não está dando quase valor pandemia (entrevista com AG16, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

As vendas caíram muito agora, tem que pensar que de primeiro [os sacolões e supermercados] não tinham o que a gente tinha, né? E hoje os comércios lá no centro todos têm verduras. Então as pessoas vão fazer a feira e já compram tudo lá [no supermercado ou sacolões]. Assim, [as vendas] caíram bastante. No início, os supermercados não tinham frutas, verduras, não tinha nada dessas coisas. E hoje todo supermercado tem. Isso ficou muito complicado para nós ali da feirinha, prejudicou muito, caiu muito as vendas. Então tem muita gente saindo da feirinha, porque está perdendo muita verduras, que a vendas caiu muito, aí o povo vai desistindo. Às vezes a gente pensa sair também, mas por enquanto acho que o caminho é ficar mesmo pandemia (Entrevista com AG28, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

Nestas entrevistas as agricultoras e agricultores entrevistados compreendem que é preciso ter empenho do poder público municipal para os espaços de feiras voltem a ter maior movimento ou mesmo não venham a ser desmobilizados completamente a ponto de fechar as portas. Uma das agricultoras entrevistadas aponta que o enfraquecimento das feiras estão deixando as famílias agricultores desanimadas e entristecidas com o trabalho. Existe também um consenso de que é preciso realizar uma divulgação dos espaços de feiras livres para mobilizar e sensibilizar a população para retomar as compras nas feiras livres do município.

Às vezes eu ainda comento com o pessoal lá que seria interessante a prefeitura pensar em algo que chame atenção para o mercado, porque parece assim que as pessoas perderam o interesse de ir pra feira no sábado (entrevista com AG16, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

A feirinha nossa é um ambiente ideal, um ambiente espetacular, mas a nossa preocupação é essa. Nós não temos apoio, nós não temos divulgação. A preocupação mais importante é essa, é a divulgação, a divulgação dos projetos, dos produtos, isso aí é o que mais a gente cresce. A feirinha colocada na internet, a utilização de grupos da prefeitura, falar por nós, falar dos produtos naturais, da feirinha aberta a semana

inteira. E nós não temos nada disso (Entrevista com AG20, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

Com a queda nas vendas outros problemas vão sobressaindo, entre os relatos das mulheres feirantes da feirinha da semana observamos reclamações sobre desentendimentos internos entre as próprias feirantes, questionamentos sobre uma bancas venderem mais que outras, algumas buscam mudar de lugar a sua própria banca a fim que posicionarem em pontos supostamente mais estratégicos do espaço da feira, o que é uma curiosidade, visto que a organização atual das bancas é em formato circular, desde o início da pandemia da COVID-19.

Como relatado acima, nos supermercados, boa parte daqueles que ainda não tinham seções para a oferta de hortifruti, tais espaços foram abertos, bem como, o surgimento de pontos comerciais de venda de hortifruti em diferentes bairros da cidade. De tal modo, as feiras livres teriam deixado de ser os ambientes preferenciais para a população local para a compra de hortifruti e outros produtos de origem agrícola. Em resposta a esse fenômeno, os próprios agricultores feirantes estariam buscando outras alternativas para a comercialização de seus produtos em coerência com a mudança de costume da população para a compra de hortifruti. Um dos agricultores entrevistados comenta sobre a venda de produtos para donos de pontos comerciais revendedores de hortifruti. Ele aponta ainda que tem pensado na possibilidade de ele mesmo abrir um ponto para comercializar seus produtos:

Tem uma vila que não tem e eu que estou querendo colocar lá. Mas o cara está pedindo mil reais de aluguel. É caro. Mas o cara sabe que se colocar ganha dinheiro. Estou querendo colocar um sacolão pra mim, pra vender meus produtos. Eu quero vender só os meus. Já temos banana na beira do rio, já temos laranja, o mamão já deu a primeira safra. Já temos muitas coisas. Tenho esse pensamento, não coloquei ainda porque está muito caro (Entrevista com agricultor feirante AG04, dezembro de 2021).

Diante do quadro apresentado acima, podemos retomar aquela tentativa de reinvenção das feirantes diante do fechamento: o delivery não seria uma alternativa? Como apresentado na seção anterior, ficou evidenciado que a maioria das famílias feirantes que experimentaram o recurso das vendas *on-line*, assim que reabertos os espaços de feiras abandonaram o formato *on-line* de vendas. Não obstante, o formato constitui uma forma de aproximar daqueles consumidores que têm deixado de ir aos espaços de feiras. Por sua vez, a agricultora AG11 e sua família, a única que insistia no formato delivery mesmo após a reabertura das feiras, em 2023, quando fiz novos contatos com a agricultora para atualizar informações das visitas anteriores ela afirmou que a família continua apostando no modelo e entendendo ser uma estratégia para lidar com o baixo movimento do mercado.

E quanto ao meu delivery eu continuo, graças a Deus. Eu falo assim que enquanto existir fregueses eu não abro mão. Mesmo agora o meu esposo estando de repouso, no dia que ele estava no CTI eu mandei mensagem pra todos os meus fregueses

explicando que eu não iria poder fazer a entrega naquele final de semana, pra não deixar ninguém esperando, mas que se Deus quisesse eu iria retornar novamente. E aí foi no final de semana seguinte, eu continuei, minha menina já dirige, então com a ajuda deles [os filhos] o meu esposo estando de repouso, mas nós continuamos fazendo as entregas principalmente com essa situação do mercado, como a feira está pouca, está fraca, para mim [o delivery] se torna um sustento a mais, é a forma de eu vender minha verdura, aquela que eu não consegui vender toda no mercado, eu sei que eu tenho onde entregar ela que é pro meu freguês que recebe em casa. Então assim, eu não pretendo parar não (entrevista com AG11, Agricultora feirante, fevereiro de 2023).

Desse modo, fica evidenciado que a estratégia da venda on-line constitui uma alternativa em curso na cidade de Porteirinha, mas com baixa adesão por parte da maioria dos agricultores feirantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou o cenário atual das feiras livres do município de Porteirinha a partir de revisões bibliográficas da sociologia e antropologia econômica, e da teoria do desmonte de políticas públicas (*policy dismantling*), bem como através de um denso trabalho de campo, visitas ao município de Porteirinha para acompanhamento das feiras e das famílias agricultoras feirantes, realização de entrevistas (algumas por meio virtual sobretudo nos períodos mais críticos da pandemia da COVID-19), entre os anos de 2018 e 2023. Neste estudo busquei evidenciar os impactos de fenômenos estruturais, como os efeitos da pandemia da COVID-19, sobre as feiras livres do município, e, mais que isto, que estes não constituem o único elemento estrutural que afetou as bases de sustentação dessa instituição de mercado tão antiga na cidade. Demonstrando ainda que, o atual quadro de risco das feiras livres do município serem desarticuladas guarda também estreita relação com decisões sistemáticas coordenadas pelo governo federal, marcadamente a partir do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. É nos Capítulos 2 e 4 que apresento a contextualização desses dois elementos estruturais - “desmonte de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar” e “efeitos da inação estatal no controle da pandemia da COVID-19”, que combinados contribuíram decisivamente para o quadro atual de risco de desarticulação das feiras livres estudadas. Entendo ainda que esta análise possa também servir de lente para a leitura de outros espaços de feiras livres pelo Brasil.

Acredito que a elaboração de marcadores sociais e políticos por meio da noção de “construção” e “desmonte” das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e segurança alimentar no Brasil, aqui apresentados no Capítulo 2, permitiu-me sustentar o argumento de defesa desta tese. A discussão desenvolvida na primeira parte do Capítulo, em suas duas seções iniciais, demonstram que este estudo contribuiu para a compreensão do período histórico em que houve, nas últimas três décadas, a formação no Brasil de um ambiente de construção de políticas públicas. Evidenciamos a participação vigorosa de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a partir da Carta Constitucional de 1989, atingindo seu ápice entre o ano de 2003 e a primeira metade da década de 2010, em um período favorável e virtuoso da interação entre a sociedade civil e o Estado brasileiro na definição, elaboração, cogestão e fiscalização das políticas públicas. Em toda essa construção analítica, observei os desdobramentos desse processo para o Norte de Minas e o Território da Serra Geral. O que seguramente deu ao leitor a compreensão do papel das políticas públicas, mais especificamente quando da sistematização da trajetória das famílias feirantes. Sistematização essa elaborada no Capítulo 3.

Amparado pelo arcabouço teórico dos debates sobre "desmonte das políticas públicas", busquei, na segunda parte do Capítulo 2 desta Tese, apresentar as bases que me permitem confirmar, à luz do contexto regional, que o quadro pandêmico emergiu num período em que já estava consolidado o desmantelamento das institucionalidades de participação social e do ordenamento institucional das políticas de garantia da segurança alimentar e nutricional e de apoio à agricultura de base familiar camponesa.

Esse processo não teria sido possível sem os tensionamentos do período *pré-impeachment* e os desdobramentos após o afastamento da Presidenta Dilma. Aqui foi demonstrado que, quando ainda na presidência, a Presidenta já vinha sofrendo pressões da bancada ruralista do Congresso Nacional e de setores vinculados ao agronegócio, em um forte movimento de constranger o governo federal para uma revisão dos mecanismos institucionais e marcos legais que, até então, sustentavam as ações de apoio e assessoramento à agricultura familiar e o reconhecimento de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais (MATTEI, 2020; 2018).

Na sequência, em uma explicitação da cronologia dos fatos, este estudo buscou lançar luz sobre os marcos iniciais da desconstrução das políticas públicas no Brasil, marcadamente no período pós-impeachment, a fim de evidenciar ações estatais que redundaram em processos de desmonte das políticas públicas. Restou demonstrado que, ainda na condição de presidente interino, Michel Temer buscou acolher as reivindicações dos setores do agronegócio e do mercado ao dar início a um conjunto de medidas de desmantelamento da institucionalidade estatal no campo do apoio à agricultura familiar. Marcadamente, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no primeiro dia de governo, ainda na condição de interino. O estudo mostra ainda que esse processo ganhou ressonância e foi intensificado e radicalizado, especialmente pelo viés ideológico, com a posse de Jair Messias Bolsonaro na presidência da República. Fica neste evidenciado a investida agressiva da então gestão Bolsonaro pelo rompimento e/ou enfraquecimento de toda a institucionalidade de ações estatais para o segmento da agricultura de base camponesa e da participação social na cogestão das políticas públicas. Marcadamente, os efeitos negativos da extinção/inatividade de toda institucionalidade de participação social, a exemplo do CONSEA, e dos programas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar como a extinção do PAA, em 2022 (GRISA, *et al.*, 2022; MATTEI, 2020).

A contextualização desses marcadores sociais e políticos do desmonte das políticas públicas no Brasil me forneceu, dessa forma, as condições analíticas que me permitiram apontar o contexto institucional e político em que a pandemia encontrou o país, no ano de 2020. O

presente estudo evidencia, portanto, que agentes políticos que assumiram o Estado brasileiro havia, irresponsavelmente, construído as condições de fragilidade nos mais diversos setores do planejamento público, sobretudo na saúde (CPI DA PANDEMIA, 2021), mas também para ações integradas de apoio à agricultura de base familiar camponesa (LOURENÇO, *et al.*, 2022; GRISA, *et al.*, 2022). Nesse contexto, a construção orientadora deste estudo, buscou trazer à tona o estabelecimento do quadro de ameaça em que as feiras livres do município de Porteirinha se encontram atualmente, já que a causa dessa fragilidade tece conexões com o processo de desmonte supracitado. O que, à luz desta referência empírica, seguramente pode ser também atribuída à realidade de outros espaços de feiras livres Brasil afora.

Com efeito, esse quadro verifica-se ainda mais dramático quando da chegada da pandemia da COVID-19 ao Brasil quando passou a imperar no governo brasileiro o negacionismo e a inação para a coordenação federal de medidas que poderiam pôr frente ao controle da contaminação pelo vírus (capítulo 4). O que seguramente levou ao quadro criminoso de centenas de mortes, conforme apontou o Relatório Final da CPI da Pandemia (2021), afetando negativamente diversas áreas da sociedade, incluindo, mais uma vez, o funcionamento das feiras livres em um contexto já consolidado de inexistência de políticas coordenadas para o segmento (Capítulo 4).

Além disso, o negacionismo por lideranças do governo Bolsonaro em relação à gravidade da pandemia, agravado pela disseminação de informações falsas pelo próprio presidente da república e, conseqüentemente, a falta de uma coordenação efetiva por parte do governo federal na implementação de medidas sanitárias com base em evidências científicas, contribuiu para a desinformação e o descrédito de parte da população em relação às medidas de prevenção contra o vírus (CPI DA PANDEMIA, 2021).

O estudo, desse modo, explicita numa área específica, como as praças de mercado das feiras livres locais, um fenômeno que foi fortemente destacado no Relatório Final da CPI da PANDEMIA, realizada pelo Senado Federal, na área da saúde. Qual seja, a falta de uma coordenação em nível federal que orientasse medidas de mitigação das perdas com a pandemia. Por outro lado, como consequência da desorientação estatal em nível federal, os gestores locais, a exemplo do caso de Porteirinha, se viram sozinhos na tomada de decisões sobre que medidas tomar com vistas à segurança sanitária para enfrentamento do vírus (Capítulo 4).

Esse quadro de irresponsabilidade por parte da gestão Bolsonaro seguramente causou prejuízos à saúde da população local, mas também danos econômicos significativos às estruturas da economia do lugar nas mais diversas áreas, sobretudo, para as trabalhadoras e trabalhadores de atividades informais, como as feiras livres. O conjunto de informações

levantadas durante as visitas realizadas em trabalho de campo, especialmente, aquelas tratadas no Capítulo 4, nos auxilia a apontar que o negacionismo do governo federal durante a pandemia pode ter gerado um dissenso na população local a ponto de um grupo social questionar a real necessidade de adoção de medidas para o controle do coronavírus. E, em outro grupo, despertar o medo em relação ao vírus e o questionamento da capacidade dos gestores públicos locais em tomar medidas adequadas e seguras.

No caso em análise, as feiras livres de Porteirinha, ficou evidenciado a partir da avaliação dos decretos municipais, que nas decisões da gestão municipal imperou hegemonicamente as propostas do campo sanitário. Hegemonia que já não é novidade no embate entre a regulação da produção/comercialização de alimentos versus uma noção bastante enviesada de segurança sanitária (DUPIN, 2019; CINTRÃO, 2016). Dito de outra maneira, os relatos de feirantes e, inclusive, de integrantes da gestão municipal, para a falta de sensibilidade de membros do campo sanitário para com os espaços de feiras livres submetidos à fechamentos prolongados quando comparadas com outros estabelecimentos de prestação de serviços essenciais pela venda de alimentos como os supermercados e sacolões, que não foram fechados. Além da não observância por parte desses agentes públicos para as capacidades dos ambientes de feiras livres em aplicar as medidas de segurança em relação aos riscos de contaminação pelo vírus, uma vez que esses equipamentos públicos em Porteirinha gozam de estruturas físicas amplas e arejadas. Soma-se a isto a inobservância dessas praças de mercados na sustentabilidade econômica de centenas de famílias agricultoras e suas contribuições para a segurança alimentar da população local pela oferta de alimentos a preços mais baixos, oportunidade de barganha nas negociações e até doação de alimentos (CASSOL, 2018).

É bem verdade que minha argumentação de questionamento ao fechamento dos espaços de feiras livres corre o risco de, em uma leitura desatenta, ganhar ressonância em toda a investida do Presidente Bolsonaro de críticas às medidas sanitárias de controle do coronavírus aplicadas por gestores públicos estaduais e municipais, e mesmo na Medida Provisória nº 926/20, por meio da qual o governo Bolsonaro buscou "simplificar" o ordenamento institucional sobre atividades consideradas essenciais e que não deveriam, portanto, ser paralisadas por medidas como a quarentena. Aqui é preciso deixar claro que a análise sobre os impactos do tempo estendido em que as feiras livres de Porteirinha estiveram fechadas em nada comunga com as críticas realizadas pelo então presidente da república às medidas sanitárias instauradas por gestores locais na tentativa de combate ao vírus. Essa tese concorda com o Relatório Final da CPI da Pandemia (2021), de que o governo Bolsonaro criminosamente criou as condições para provocar um dissenso na população brasileira em relação aos riscos da

COVID-19 além de abrir mão de adotar um conjunto de ações para combater o vírus e manter o funcionamento seguro de diversos setores da sociedade, inclusive das feiras livres.

A meu juízo, à luz dos dados empíricos coletados a partir da escuta às agricultoras e agricultores feirantes e dos registros fotográficos realizados nos períodos pré-pandemia e pós picos da contaminação pelo vírus, o quadro de esvaziamento do público das feiras livres em Porteirinha, mesmo após os períodos mais críticos da pandemia, tem relação direta com os efeitos dos períodos de fechamento estendido em que as feiras do município estiveram submetidas. Compreendo que acomodações no âmbito do acesso aos alimentos de hortifruti ocorridas no período de fechamento das feiras contribuiu para um conjunto de mudanças na relação entre esses os espaços de mercados e a população local, mudanças essas, as quais têm contribuído para a o fenômeno de enfraquecimento do papel referencial dessas praças de mercados como centros de abastecimento local para produtos de hortifruti. Alguns dos elementos sistematizados, a seguir, contribuem para essa conclusão:

- Fechamento prolongado dos espaços de feiras livres em Porteirinha provocaram uma mudança nos “hábitos de preferência” da população e ou retirada da "exclusividade" das feiras livres como mercados ofertantes de hortaliças e outros produtos de hortifruti;
- Quebra da “parceria” que denominamos aqui de divisão social de vendas de produtos de hortifruti entre agricultores e os estabelecimentos convencionais de comercialização de alimentos (supermercados e sacolões) resultando na adaptação e ou ampliação de seções para a venda dessa categoria de produtos nesses estabelecimentos;
- Formação do hábito na população local em procurar nos supermercados e sacolões produtos que antes buscavam apenas nas feiras;
- Ampliação no número de estabelecimentos comerciais voltados para a venda de hortaliças e outros produtos de hortifruti em diferentes locais da cidade;
- Ainda que em menor grau, utilização de plataformas digitais para a compra de produtos ofertados nas feiras livres;
- Baixa adesão por parte das agricultoras e agricultores feirantes às dinâmicas que envolvem a comercialização via canais de venda *on-line* como alternativa à venda nos espaços de feiras livres;
- Quando da reabertura da praças de mercados das feiras livres, esvaziamento do público das feiras livres (agricultores feirantes e consumidores);

- Redução do protagonismo das feiras livres como instrumento de geração de renda para as famílias agricultoras;

Esse conjunto de variáveis nos permitem apontar que a suspensão prolongada do funcionamento das feiras livres em Porteirinha em função da pandemia da COVID-19 causou fortes efeitos colaterais sobre essas praças de mercados locais com consequências negativas desafiadoras de serem solucionadas.

O quadro dramático em que o Brasil e, logo, o município de Porteirinha, vivenciou durante a pandemia nos demanda, ainda que não seja o objetivo deste estudo, apontar um contraponto em oposição à inação do governo Bolsonaro com algumas medidas que uma gestão federal que apresentasse um tratamento sério com relação à segurança sanitária, segurança alimentar e os riscos de uma pandemia poderia ter tomado para mitigar os impactos da crise sanitária, inclusive, no funcionamento das feiras livres. A seguir, apontamos um conjunto de medidas que poderiam ter sido tomadas, a saber:

- Criar protocolos de segurança específicos para espaços de mercados públicos: O governo federal poderia ter criado protocolos de segurança específicos para as feiras livres, baseados nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) para orientar os feirantes e consumidores sobre as medidas de prevenção e controle da COVID-19;
- Implementação de medidas sanitárias e de segurança: Um governo que se preocupa com a segurança alimentar e a saúde pública deveria ter implementado medidas sanitárias e de segurança mais rigorosas nas feiras livres desde o início da pandemia. Isso inclui a obrigatoriedade do uso de máscaras, a disponibilização de álcool em gel para os trabalhadores e consumidores, o distanciamento social, a higienização adequada dos alimentos e dos equipamentos utilizados na feira, entre outras medidas.
- Horários estendidos: A abertura das feiras livres em horários estendidos poderia ter ajudado a reduzir o fluxo de pessoas e a aglomeração nos horários de pico, diminuindo assim o risco de transmissão do vírus.
- Formação dos feirantes: Por meio de plataformas digitais o governo poderia facilmente abrir campanhas de formação em relação às medidas de prevenção e controle da COVID-19 para garantir o funcionamento seguro das feiras livres. Os feirantes deveriam ter recebido treinamento sobre medidas de prevenção ao contágio pelo vírus, além de serem orientados a informar aos consumidores sobre essas medidas;

- Fiscalização: As autoridades sanitárias e os órgãos competentes poderiam realizar inspeções regulares nas feiras para garantir que as medidas de prevenção estejam sendo adotadas corretamente;

Por seu turno, no campo do apoio à agricultura de base familiar camponesa e à garantia da segurança alimentar existem inúmeras medidas que poderiam ter sido acionadas ainda no período pré-pandêmico, visto que o Brasil já vivenciava um quadro de fome e insegurança alimentar. Todavia, essas medidas ainda assim não foram adotadas nem diante da crise sanitária da COVID-19. Listo algumas ações que o governo federal poderia ter acionado nesse âmbito:

- Fortalecimento dos programas de segurança alimentar: Um governo preocupado com a segurança alimentar e o abastecimento de alimentos poderia incentivar a produção local e o comércio justo, com o fortalecimento de programas que já tiveram resultados efetivos na redução da fome e da pobreza no Brasil, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ampliação do Programa P1+2, incentivo a produção de alimentos saudáveis como o Projeto Horta PAIS, ATER Agroecológica, ATER Sustentabilidade e outros tão fundamentais para garantir o acesso à alimentação para a população em situação de vulnerabilidade e estimular a produção local de alimentos;
- Orientação e apoio aos trabalhadores e produtores: O governo poderia ter oferecido orientação e apoio aos trabalhadores e produtores que dependem das feiras livres para seu sustento, com a oferta de linhas de crédito, subsídios e assistência técnica. Isso ajudaria a garantir que os trabalhadores e produtores possam manter sua renda e continuar a produzir alimentos saudáveis e de qualidade;
- Fortalecimento dos equipamentos públicos de abastecimento alimentar: O fortalecimento dos equipamentos públicos de abastecimento alimentar como a CONAB seria fundamental para garantir o acesso aos alimentos em todas as regiões do país. Isso também poderia ser feito com a retomada da integração dos agricultores familiares locais a programas públicos de alimentação institucionalizada como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos públicos de alimentos, instituições educacionais e de saúde;

Em resumo, um governo que se preocupa com a segurança alimentar e os riscos de uma pandemia poderia ter adotado medidas efetivas e responsáveis para garantir o funcionamento das feiras livres e proteger a saúde da população. Conforme elencado acima, isso inclui a

implementação de medidas sanitárias, políticas públicas que valorizem e incentivem a produção e a comercialização de alimentos saudáveis e seguros, além de fortalecer as redes de abastecimento local.

Como é possível observar, não há nada novo nessas propostas de ações no âmbito do apoio à agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. Mas tomamos essas medidas como algo a ser observado pela gestão federal sobretudo por constituírem políticas, projetos e programas que, como vimos na seção "Agricultoras e agricultores feirantes e trajetórias", foram iniciativas fulcrais na transformação da vida das agricultoras e agricultores que encontraram em tais políticas a alavanca para qualificarem o trabalho na unidade de produção e oportunizar ganhos produtivos com geração de excedentes de produção para inserção nas feiras livres locais. Por sua vez, ao gerar sustentabilidade econômica das famílias, as feiras constituíram a porta de saída das condições de trabalho extenuantes que caracterizam o trabalho nas migrações temporárias, além das implicações que envolvem a distância dos familiares e das comunidades de origem.

Ademais, trata-se de um conjunto de políticas públicas que já passaram pelo crivo do controle social e representaram o sucesso de uma parceria virtuosa entre governo e sociedade civil na cogestão das políticas públicas. Como resultado dessa interação essas organizações prestaram importantes contribuições na realização da busca ativa das famílias mais vulnerabilizadas para o acesso aos programas sociais, uma ação eficiente e ainda mais necessária em um quadro de limitações orçamentárias e intensificação da fome no país. Destaco aqui as ações de apoio às famílias agricultoras de base camponesa com estímulo à produção local, fortalecimento dos programas de segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e compras públicas bem como o fortalecimento do funcionamento das praças de mercados das feiras livres locais.

A reconstrução das referidas políticas e programas de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar apresentam-se ainda mais urgentes no contexto em que vivencia neste momento as famílias agricultoras feirantes. Conforme evidenciado nos relatos, atualizados também neste ano de 2023, as feiras livres de Porteirinha e, certamente, de outros cantos do país, têm sofrido com os “efeitos prolongados” da pandemia da COVID-19.

Bem como, as iniciativas de “reinvenção” das feiras livres por meio da virtualização dessas praças de mercado na criação de canais de vendas *on-line* ganhou publicidade em diversos cantos do país como a alternativa de redenção das feiras diante da pandemia e também no pós pandemia. Contudo, na experiência investigada em Porteirinha, observamos o enfrentamento a um conjunto de desafios relatados pelos agricultores e agricultoras, o que,

seguramente, resultou em baixa adesão dos agricultores feirantes após a reabertura das feiras livres.

No conjunto, todos estes elementos demandam ainda mais uma atuação rápida da nova gestão federal, o terceiro Governo Lula, no sentido promover ações que possa contribuir para “salvar” essas praças de mercados que historicamente contribuem para a sustentabilidade econômica das famílias agricultoras além de exercer contribuições efetivas nas dinâmicas de segurança alimentar e nutricional da população local. A recriação das institucionalidades federais de ação estatal no apoio à agricultura familiar, à segurança alimentar e à participação social nas políticas públicas (a ex.: da recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, retomada do Programa Bolsa Família e do PAA, recriação do CONSEA, CONDRAF) demonstram o compromisso do novo governo com a pauta.

Finalmente, cabe destacar que este estudo ao colocar luz sobre o papel fulcral das políticas de segurança alimentar com base na produção agroecológica evidenciado, sobretudo, nas trajetórias de vidas de famílias feirantes acompanhadas, a capacidade transformadora de tais programas em acolher famílias em situação de miséria⁷⁸ e insegurança alimentar e transformá-las em fartos produtores de alimentos. Da mesma forma, o estudo ao lançar luz também sobre o papel das feiras livres busca demonstrar a capacidade transformadora desses mercados alimentares tradicionais em elevar esses atores sociais, antes tidos como “problemas” para as finanças públicas, e transportá-los para condição de contribuintes efetivos de parcela significativa da economia local.

⁷⁸ Essa constitui uma das condições socioeconômicas que classificam e qualificam as famílias que são atendidas pelos programas de convivência com o semiárido.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro de 2018, vol. 26, n. 3, p. 561-583.
- BAUER, M.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉRITIER, A. **Dismantling public policy**: preferences, strategies and effects. Londres: Oxford Univ. Press, 2012.
- BLYTH, M. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. Ed: Autonomia Literária, São Paulo, 2017.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis, Ed: vozes, 1999.
- CASSOL, A. **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais**: barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras. 2018. Tese (doutorado em sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2018.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CINTRÃO, Rosângela. **Segurança, qualidade e riscos**: a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas. 2016. Tese de doutorado. CPDA, UFRRJ, 2016.
- COSTA, João Batista de Almeida. "A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas". In Santos, G. R. (org). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas**: considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p. 77-97.
- COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 2008. Tese de doutoramento. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /UnB, 2008.
- CUNHA, Manuela Carneiro. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009. Disponível em: <https://fredericomb.files.wordpress.com/2017/03/cunha-manuela-carneiro-cultura-e-cultura-culturacom-aspas.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.
- D'ANGELIS FILHO, J. S.; DAYRELL, C. A. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 222, p. 17- 46, 2006.
- D'ANGELIS, João S. Filho. Do local ao supralocal: o caso dos Caatingueiros e Geraizeiros na Região de Porteirinha. In: WILDHAGEN, Cid Dutra (Organizador). **Diálogos Sociais**: Caminhos para o desenvolvimento territorial: novas abordagens. Série. 1ª edição. Realização SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. 61-96.

D'ANGELIS, J. S. F.; DAYRELL, C. A. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 222, p. 17- 46, 2006.

DAYRELL, C. A. **De nativos e de caboclos**: Reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. 2019. Tese (doutorado em Desenvolvimento Social). UNIMONTES/ PPGDS, Montes Claros, 2019.

DAYRELL, C. A.; BARBOSA, R. S.; COSTA, J. B. A. Dinâmicas produtivas e territoriais no norte de Minas: O lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 12, n. 27, 2017. p. 128-151.

DAYRELL, C. A. Agricultura Geraizeira. In: WILDHAGEN, Cid Dutra (Organizador) **Diálogos Sociais**: Caminhos para o desenvolvimento territorial: novas abordagens. Série. 1ª edição. Realização SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. 217-252.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação de mestrado (Curso Maestria en Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible). Universidade Internacional de Andaluzia, Andaluzia, 1998.

DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: GUIMARÃES, P. W.; GONÇALVES, C. W. P.; RIBEIRO, R. F.; COSTA, J. B. A.; RODRIGUES, L.; DAYRELL, C. A.; SILVA, C. E. M. **Cerrado e desenvolvimento**: Tradição e atualidade. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2000. p.191-274.

DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S. (org.) **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: SEAD, 2017.

DESLANDES, Suely; COUTINHO, Tiago. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, 2020.

EMATER. **EMATER-MG faz levantamento de iniciativas de vendas online por agricultores familiares durante a pandemia**. Belo Horizonte/MG: EMATER, 23 jul. 2020. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/emater-mg-fazlevantamento-de-iniciativas-de-vendas-on-line-por-agricultores-familiares-durante-apandemia-/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=25080. Acesso em: 20 out. 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **La Covid-19 y el acceso de los pequeños productores a los mercados**. Ed: FAO, Roma, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/es/c/ca8657es/>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

GARCIA PARPET, Marie France. Mercados e praças de mercado: Karl Polanyi e o capitalismo contemporâneo. In: Sociologia & Antropologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v. 11, n.1, jan/abr, 2020 – Rio de Janeiro: PPGSA, 2021.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. In: NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A (orgs.). **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HEREDIA, B. M. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção da Pecuária Municipal**, v. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

JORDAN, A.; BAUER, M.; GREEN-PEDERSEN, C. Policy dismantling. In: **Journal of European Public Policy**, v. 20, n. 5, pp. 795-805, 2013.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick *et al.* (org.). **Iniciação à Prática Sociológica**, Petrópolis, Ed: Vozes, 1998.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1991.

MALUF, Renato S.; ZIMMERMANN, Silvia A.; JOMALINIS, Emília. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 517-544, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-2>.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. (Ensaio sobre a Dádiva, p. 185 a 314)

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Ed: Jorge Zahar, 2009.

MINAS GERAIS. Secretarias de Estado de Saúde e de Desenvolvimento Econômico. **Plano Minas Consciente: retomando a economia do jeito certo**. Belo Horizonte, MG, 2020. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa>. Acesso: 30 de jun. de 2021.

NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 429p.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos Novos mercados Alimentares. In: DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAD, 2017.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. **“Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do Sam Francisco” (1730-1790)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2011.

OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, Luciene. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

PALMEIRA, Moacir. “Feira e Mudança Econômica”. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, n. 1. January to June 2014. Brasília, ABA. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v11n1/moacir-palmeira-feira-e-mudanca-economica/>. Acesso: 03 de julho de 2018.

PIMENTA, D.N. *et al.* **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 159-170.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS) – **Território da Cidadania Serra Geral**. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio079.pdf. Acesso: 21 de abril de 2018.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da Agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, pp. 13-54.

PRADO-JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 20 julho de 2021.

RIBEIRO, E. M. **Do engenho à mesa: Cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. IN: OLIVEIRA, M. F. M. e RODRIGUES, Luciene. (orgs.) **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

SABOURIN, Eric. Produção Camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma análise pela teoria da reciprocidade. **Revista Latino-americana de Estudios Rurales II**, n. 3, 2017.

SABOURIN, E., SAMPER, M. e MASSARDIER, G. As políticas de desenvolvimento Rural na América Latina em perspectiva. In.: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2015, pp. 595-616.

SABOURIN, Eric. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **Revista Ruris**, v. 6, n.2, p. 53-90, Set/2012.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 24-51, mai./ago. 2011.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], v. 23, n. 66, p.131-138, 2008.

SABOURIN, Eric. A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS (anais)**. Caxambu, 2006.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 17, outubro, 2001: 54-80.

SANTO, Thais Marques de. **A agricultura do cuidado e a criação de novas práticas sociais: uma contraposição à forma de vida capitalista neoliberal**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre: PUCRS, 2021. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10352>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **REFACS**, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCHULTHEISS, Franz. Argelia 1960: Laboratório sociológico para a origem e cunhagem da teoria da prática de Bourdieu. In: Souza, J.; Bittlingmayer, U. (org.) **Dossiê Pierre Bourdieu**, Belo Horizonte, Ed: UFMG, 2017.

SHIKI, Simone FariaNarciso, WILKINSON, John. Movimentos em torno dos queijos artesanais de origem: o caso da Canastra e do Serro. In: WILKINSON, John, NIEDERLE, Paulo André, MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. (orgs.). **O Sabor da Origem**. Porto Alegre, Ed. Escritos do Brasil, 2016.

SOUZA, Marilene Alves. **Redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2013.

TEMPLE, D. O homem nu. Valores constituídos ou matrizes do valor? **REALIS – Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**. v.1, n. 01, 2011. Disponível em:

http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=294.

Acesso em: 03 de abril de 2020.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias. **O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: Dilemas da Inclusão social dos pequenos agricultores familiares. *In*: DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S. (org.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAD, 2017.

WILKINSON, J. Mercados não vêm mais do “mercado”. *In*: MARQUES, Flavia Charão, CONTERATO, Marcelo Antônio, SCHNEIDER, Sérgio (orgs). **Construção social de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 53-74.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados. **Ensaio FEE**, v.23, n.2, p. 805-825, 2002.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. **Anuário Antropológico**, v. 12, n. 1, p. 11-73. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article>. Acesso em 20/03/2020